





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

RAYSSA ANIZIO COSTA VIEIRA

CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS E JURÍDICAS DE ALCIDES
BEZERRA: itinerário e rede de sociabilidade (1907-1938)

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

Linha de Pesquisa: História da Educação

JOÃO PESSOA-PB
2020

Rayssa Anizio Costa Vieira

CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS E JURÍDICAS DE ALCIDES

BEZERRA: itinerário e rede de sociabilidade (1907-1938)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

V658c Vieira, Rayssa Anizio Costa.

Contribuições educacionais e jurídicas de Alcides
Bezerra: itinerário e rede de sociabilidade (1907-1938)
/ Rayssa Anizio Costa Vieira. - João Pessoa, 2020.
178 f. : il.

Orientação: Jean Carlo de Carvalho Costa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Intelectuais. 2. Educação. 3. Direito. 4.
Civilidade. 5. Progresso. I. Costa, Jean Carlo de
Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

Rayssa Anizio Costa Vieira

**CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS E JURÍDICAS DE ALCIDES
BEZERRA: itinerário e rede de sociabilidade (1907-1938)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 27/02/2020

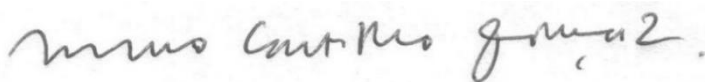
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
Orientador – UFPB



Prof. Dr. Charlton José dos Santos Machado
Examinador Interno – UFPB



Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
Examinador Externo – PUC-SP

A Deus por proporcionar as vitórias em minha vida e aos meus pais pelo apoio e pela confiança na realização dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por mais este projeto concluído, sendo o meu conforto nas horas difíceis e minha crença para seguir em frente na busca pelos meus objetivos.

Aos meus pais pelo apoio e pelo investimento em meus projetos, além das palavras de incentivo, que são combustíveis para alcançar êxito na vida, afinal sem eles não teria conseguido. Em especial, gratidão a minha mãe pela amizade, pelo apoio incondicional, pela dedicação e pela confiança nas minhas propostas.

Estendo a gratidão ao meu orientador, Jean Carlo de Carvalho Costa, pelas indicações de melhorias no texto e pelas revisões do trabalho.

Agradeço aos professores Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Charliton José dos Santos Machado e Mauro Castilho Gonçalves pelas indicações e pelas observações trazidas ao meu texto de qualificação. Além dos demais professores do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba pelos ensinamentos e pelas aprendizagens vivenciadas.

Deixo registrado meu agradecimento a Ingrid Rique, funcionária do arquivo de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, pelo compartilhamento do dossiê e das fotos do aluno João Alcides Bezerra Cavalcanti. Sempre muito prestativa e disposta a ajudar os pesquisadores, independentemente da distância.

Por fim, aos funcionários do Instituto Histórico da Paraíba (IHGP) gratidão pelos materiais encontrados, pelo auxílio na pesquisa e pela organização dos documentos.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir as contribuições educacionais e jurídicas de João Alcides Bezerra Cavalcanti, no recorte temporal de 1907 a 1938. Assim, buscou-se o itinerário do referido personagem, desde o início do curso jurídico na Faculdade de Direito de Recife, demonstrando as influências teóricas e o seu momento de maturação intelectual. Em seguida, analisou-se o período no qual Alcides Bezerra exerceu cargos burocráticos no ensino paraibano, como inspetor-geral do Ensino e na condição de diretor-geral da Instrução Pública. Nesse momento, foram observados os documentos nos quais ele participou na situação de colaborador e de autor, respectivamente, a *Reforma do Ensino* (1917) e o *Relatório da Instrução Pública* (1921). Na época, esses foram considerados documentos pilares de sustentação para o projeto de ensino modernizante da Primeira República, baseados nos ideais de progresso e de civilidade. Assim, a *Reforma do Ensino* (1917) delineou as diretrizes normativas e o *Relatório da Instrução Pública* (1921) tratou de analisar os resultados decorrentes das medidas implementadas, o problema do analfabetismo, a fiscalização do ensino e a organização das instituições escolares, bem como indicar possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas. Com a mudança para o Rio de Janeiro, Alcides Bezerra se dedicou aos escritos no *Boletim de Ariel* e nas edições do *Arquivo Nacional*, às conferências e ao ensino universitário. Participou de uma variada rede de sociabilidade e de associações, além da estruturação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Nesses cenários, procurou-se demonstrar, ainda, que, sob o ponto de vista jurídico, o intelectual trouxe discussões educacionais em seus escritos. Assim, as contribuições educacionais, com esta dissertação, também tiveram o aporte jurídico, entrelaçando fontes e ideias entre os campos da educação e do direito, permeando o período da Era Vargas. Sob o ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa à luz de autores que se debruçaram na temática dos intelectuais, a exemplo de Sirinelli (2003) e Bobbio (1997), dialogando com a Nova História Cultural e com as categorias de *circulação de ideias*, *itinerário* e *rede de sociabilidade*. As principais fontes utilizadas consistiram na catalogação dos livros, legislação, relatório, parecer, impressos e demais documentos que serviram como instrumento para a divulgação dos seus ideais. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que, em virtude das diversas funções e dos espaços ocupados pelo intelectual, foi possível identificar o ideal conservador-liberal e os conceitos de civilidade e de patriotismo direcionadores da atuação do referido personagem e que se encontravam em evidência no período republicano. Sendo assim, este estudo foi estruturado com o propósito de demonstrar a herança intelectual de Alcides Bezerra. Desse modo, faz-se necessário olhar no retrovisor da história e entender os traços percorridos por uma série de notáveis que abrilhantaram a esfera pública, com a finalidade de perceber que o hoje vivenciado se constitui como desdobramento de práticas anteriormente implementadas.

Palavras-chave: Intelectuais. Educação. Direito. Civilidade. Progresso.

ABSTRACT

The present study discusses the educational and legal contributions of João Alcides Bezerra Cavalcanti between 1907 and 1938. For such, his itinerary was traced since the beginning of the Law course at Recife Law School in an attempt to demonstrate his theoretical references and his intellectual maturation. As it follows, I analyzed the period in which Alcides Bezerra held bureaucratic positions in Paraíba education, as general inspector of education and as general director of public instruction. In this period, I examined documents that he collaborated and co-authored, the *Reform of Education* (1917) and the *Public Instruction Report* (1921), respectively. At the time, these documents, which were based on the ideals of progress and civility, played a significant role in the project of modern education in the First Republic. While the *Reform of Education* (1917) outlined the regulatory guidelines, the *Public Instruction Report* (1921) analyzed the results of implemented measures, illiteracy, teaching supervision, and the organization of schools. The latter also indicated possible solutions to such challenges. After moving to Rio de Janeiro, Alcides Bezerra was committed to the *Ariel Newsletter*, the *National Archive* issues, as well as conferences, and university education. Alcides Bezerra also participated in various sociability networks and associations, in addition to structuring Rio de Janeiro Law School. In these contexts, I sought to demonstrate from a legal point of view that the intellectual rose educational discussions in his writings. As well, this dissertation brings educational contributions from a legal point of view by interweaving sources and ideals shared by the fields of education and Law in the Vargas Era. From a methodological point of view, this is a qualitative and exploratory literature review underpinned by scholars such as Sirinelli (2003) and Bobbio (1997). This study also establishes connections with the New Cultural History and with categories of *circulation of ideas*, *itinerary* and *sociability network*. Data consisted of books, legislation, reports, assessments, printed issues and other documents that served as instrument for the dissemination of Alcides Bezerra's ideals. During this research, we noticed that due to the diverse positions Bezerra held and the contexts in which he acted, it is possible to identify the ideal conservative-liberal, as well as concepts of civility and patriotism that guided his positioning in the republican period. Hence, this study intended to demonstrate Alcides Bezerra's intellectual heritage. It also sought to illustrate the necessity to observe history and understand the traces covered by a series of notables that brightened the public sphere so as to elucidate that what is experienced today constitutes an unfolding of practices previously implemented.

Keywords: Intellectuals. Education. Law. Civility. Progress.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Retratos de Alcides Bezerra	28
Figura 2 – Imagem de Alcides Bezerra	78
Figura 3 - Primeira edição do jornal O Educador	79
Figura 4 – Estatística escolar elaborada por Alcides Bezerra	95
Figura 5 – Alguns documentos para matrícula na Faculdade de Direito de Recife	107
Figura 6 – Placa dos bacharéis em Direito (1911).....	109
Figura 7 – Fachada da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	114
Figura 8 - 1ª Ata da Reunião do Conselho Técnico	115
Figura 9 – Livro da Reunião da Congregação	116
Figura 10 – Ata da Reunião da Congregação	118
Figura 11 – Esportes praticados na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proporção dos temas e número de trabalhos defendidos no PPGE/UFPB	21
Quadro 2 - Quantidade de publicações na área de História da Educação veiculadas na Revista Temas em Educação	23
Quadro 3 – Lista dos intelectuais que participaram da Reforma do Ensino (1917).....	62
Quadro 4 – Proposta de distritos para facilitar a fiscalização do ensino	86
Quadro 5 – Publicações de Alcides Bezerra no Boletim de Ariel	149
Quadro 6 -Listas das obras literárias indicadas por Alcides Bezerra	155

SUMÁRIO

1 INTELLECTUAIS E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NA ÁREA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	10
1.1 Recorte histórico, problemática, questões de interesse, objetivos e justificativa	25
1.2 Fontes para o estudo historiográfico: documentos e impressos	33
1.3 História da Educação e História Intelectual	35
2 O IDEÁRIO EDUCACIONAL DE ALCIDES BEZERRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA PARAIBANA	44
2.1 Reforma da Instrução Pública (1917): uma proposta modernizante	56
2.2 O Relatório da Instrução Pública no jornal <i>O Educador</i> (1921 -1922)	76
2.3 Educação dos sentidos: o método intuitivo (lições de coisas) defendido por Alcides Bezerra	96
3 CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS DE ALCIDES BEZERRA E O ENTRELAÇAMENTO COM O APORTE JURÍDICO	103
3.1 Alcides Bezerra e os laços universitários	105
3.2 <i>A Revelação Científica do Direito</i> : entre a valorização da ciência e o problema pedagógico	121
3.3 Aspectos antropogeográficos da Constituição de 1934: considerações preliminares sobre o ensino	126
3.4 Ensino do direito nas escolas: uma proposta inovadora	129
3.5 Ideias sobre o banditismo e sua relação com a educação	134
4 IMPRESSOS, BOLETIM DE ARIEL E CONGRESSO: uma relação intelectual panorâmica na vida de Alcides Bezerra	139
4.1 O Boletim de Ariel: o avivamento do exercício da crítica literária	148
4.2 O Congresso Brasileiro de Geographia nas terras paraibanas e a instrumentalidade técnica de Alcides Bezerra	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	168
FONTES	174
ANEXO - Parecer do Conselho Superior da Instrução Pública	178

INTELECTUAIS E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA NA ÁREA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A pesquisa historiográfica parte, em princípio, da análise das inquietações postas em sociedade e, em especial, pelo pesquisador, vinculando diversos grupos que se debruçam, no âmbito da universidade, ao estudo dos conteúdos teórico-metodológicos. Tal pressuposto da pesquisa é corolário para o entrelaçamento entre o lugar, a literatura e o sujeito da investigação e, por consequência, possibilitando a legitimidade científica, social e cultural ao percurso desenvolvido pelo historiador (CERTEAU, 1982).

O pesquisador, ao verificar os dados coletados na pesquisa histórica realizada, deve ter atenção à vasta documentação que corrobora os fatos, compreendida como, por exemplo, as legislações e os impressos, bem como aos vestígios e aos fragmentos que ensejam indícios de suma importância no caminho do objeto investigado. Denota-se que o trabalho historiográfico consiste numa verdadeira operação técnica realizada pelo pesquisador, mormente porque delimita os campos espaciais e temporais do seu objeto de estudo, a fim de encontrar as respostas das suas indagações (CERTEAU, 1982).

Assim, a documentação serve de embasamento para uma sociedade, bem como um mecanismo de orientação, por meio da dinâmica realizada pelo espectador ou leitor, quando reconfigura a obra histórica na condição de receptor ou de coautor (REIS, 2006). É, portanto, nessa perspectiva que “[...] Entender e interpretar os textos não é somente um empenho da ciência, já que pertence claramente ao todo da experiência do homem no mundo” (GADAMER, 1999, p. 31).

Com base nesses conhecimentos, constata-se que é necessária a compreensão e consequentemente a visibilidade desses pensadores locais para que ocorra o reconhecimento da verossimilhança dos acontecimentos, que porventura não seria acessível por outros meios, sendo esse fator primordial para a pesquisa na ciência (GADAMER, 1999).

O itinerário investigativo dessa pesquisa foi realizado por meio da visita, do levantamento de fontes e da análise de documentos encontrados no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP), na Biblioteca Álvaro de Carvalho da Academia Paraibana de Letras (APL), no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, na Biblioteca Central da UFPB (coleção paraibana), no acervo da Faculdade de Direito de Recife, na Biblioteca Nacional Digital, bem como no acesso aos *sites* que possuem documentos referentes ao objeto de

estudo, a exemplo da fundação, cultura e memória da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Com esse caminho, foi possível conferir que a atuação do intelectual, ora objeto de estudo, foi importante para a história local e nacional, principalmente, porque tratou de temas referentes às áreas da educação e do direito.

Inicialmente, cumpre destacar que a minha¹ trajetória acadêmica na área de História da Educação se iniciou no curso de licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), época em que participei do Programa de Licenciatura (PROLICEN) “Circulação de ideias, intelectuais e educação na Parahyba: Antônio Alfredo da Gama e Melo - um estadista do Império e da República (1870-1900)”, no ano de 2012, e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) “Fontes bibliográficas primárias (Obras) e impressos (jornais) uma análise hermenêutica e crítica do cenário jornalístico e cultural na Parahyba (1870-1930)”, sob a coordenação do professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

Ainda, participei dos grupos de pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO², Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - HISTEDBR³, além das frequentes reuniões realizadas pelo professor Jean com os seus orientandos. Em relação aos encontros de pesquisa com os orientandos, de forma antecipada, selecionava-se um responsável pela leitura, com o objetivo de apresentar o texto aos demais estudantes (pesquisadores) e de discutir temáticas relacionadas à área da História da Educação. Como de costume, os temas tratavam sobre o estudo dos intelectuais e, conseqüentemente, da história local, inserindo os alunos nas ideias de progresso e de civilidade, ocorridas no processo de modernização na Primeira República paraibana.

A partir dessas reuniões, foi possível a aproximação com o campo e o engajamento dos estudantes para participarem de congressos, eventos e seminários. Assim, fui coautora do trabalho “História intelectual, imprensa e atuação parlamentar: uma análise preliminar do pensamento de Manoel Pedro Cardoso Vieira” publicado e apresentado no evento do HISTEDBR, ano de 2012, em João Pessoa. Na sequência, no ano de 2014, escrevi minha monografia sobre “A relevância do estudo dos intelectuais da história local nas séries iniciais:

¹ Recorre-se a primeira pessoa do singular, haja vista se tratar das trajetórias acadêmica e profissional da autora.

² O Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO) iniciou suas atividades em 2004, e discute temas relacionados à instrução pública e particular no Brasil Imperial (1822-1889). Participam alunos do Programa de Pós-Graduação em História e em Educação, bem como alunos dos cursos de graduação em História e em Pedagogia que possuem interesse por esse período.

³ O grupo de pesquisa é vinculado ao nacional Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - HISTEDBR, coordenado pelo Dr. Dermeval Saviani da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. No âmbito local, tem se concentrado nas pesquisas históricas sobre a educação da Paraíba, através do levantamento e da catalogação das fontes.

uma análise preliminar das contribuições de Antônio Alfredo da Gama e Mello para a educação paraibana no século XIX”, sob a orientação do professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa⁴.

Paralelamente à minha graduação em Pedagogia, cursei Direito no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), estagiei na Procuradoria da República da Paraíba (PRPB) e fiz como trabalho de conclusão de curso sobre “A atuação do Ministério Público Federal na investigação dos crimes contra a ordem tributária”.

Posteriormente, tive a oportunidade de fazer duas especializações, uma em Supervisão Educacional, na qual escrevi, no trabalho final, sobre “Supervisão pedagógica e desenvolvimento profissional docente: grandes parceiros na educação”; e outra em Direito Civil e Processo Civil, cujo trabalho foi sobre “O Ministério Público Federal na tutela coletiva do direito à educação das pessoas com deficiência: uma análise da ADIN 5357 à luz dos direitos humanos”.

Atualmente, sou advogada e professora polivalente de educação básica I, concursada no Município de João Pessoa/PB, tendo exercido função de estagiária, como apoio pedagógico, em escola pública da capital, no ano de 2012.

No presente momento, essa rápida tessitura a respeito da minha vida acadêmica tornou-se necessária como forma de demonstrar quais motivações me levaram a escolher o

⁴ A respeito dos trabalhos desenvolvidos pelo professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa, no curso de Pedagogia e na pós-graduação em Educação (PPGE), citem-se as **monografias**: Manoel Bomfim intelectual da primeira república: Educação, formação nacional e o Brasil moderno (GALVÍNCIO, 2010); O projeto abolicionista de Joaquim Nabuco: formação nacional, reformas sociais e universalização da instrução pública (SILVA, 2010); História intelectual e instrução pública no Brasil Império: uma análise da obra A Província (1870) de Tavares Bastos (BISERRA, 2013); História da Educação e História dos Intelectuais: Uma análise da atuação política de Silvino Elvidio Carneiro da Cunha na Parahyba (1874 - 1876) (COSTA, 2014); Um intelectual na Primeira República: Coriolano de Medeiros e sua trajetória na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (MAGALHÃES, 2014); A relevância do estudo dos intelectuais da história local nas séries iniciais: uma análise preliminar das contribuições de Antônio Alfredo da Gama e Mello para a educação paraibana no Século XIX (VEIRA, 2014); as **dissertações**: A trajetória intelectual de Silvino Olavo: uma análise histórica, cultural e educacional (BATISTA, 2011); Primeira república, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915) (ESPINDOLA, 2012); Um projeto reformista no Brasil do Oitocentos: a questão educacional na agenda política de Joaquim Nabuco (1879-1888) (ALMEIDA, 2013); Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências (GALVÍNCIO, 2013); Educação na Primeira República Parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920) (BISERRA, 2015); As ideias educacionais de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Província da Parayba do Norte (1874-1876) (COSTA, 2017); e as **teses**: A produção do conhecimento em História da Educação e sua relação com as categorias filosóficas: pluralismo e ecletismo epistemológicos (SILVA, 2015); Manoel Dantas e a modernidade educacional republicana no Rio Grande do Norte (1897-1923) (ARAÚJO, 2016); As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1829-1922) (ESPINDOLA, 2017); A construção do "Novo Nordeste" no concerto do ensino superior: intelectuais, política e educação na URNE (ALEIXO, 2018); e “*Conselhos e instruções a ti, professor*”: a imprensa pedagógica na Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919-1942) (BISERRA, 2019).

objeto de estudo, o intelectual João Alcides Bezerra Cavalcanti, mais conhecido como Alcides Bezerra.

Primeiro, porque tive contato com a história dos intelectuais na licenciatura em Pedagogia e sempre tive a pretensão de continuar os estudos nessa área em nível de pós-graduação *stricto sensu*, a exemplo do Mestrado. Segundo, porque o intelectual, ora estudado, é multifacetado: atuou tanto no âmbito do direito quanto no da educação. Exerceu a função de inspetor-geral do Ensino, o que hoje se transformou na categoria do supervisor escolar (SAVIANI, 2015), área da minha especialização. É importante destacar que esse profissional trouxe grandes contribuições para o ensino público, além de projetar luzes no fato de a minha carreira docente ser numa instituição pública municipal.

Por último, porque Alcides Bezerra foi procurador da República, eu estagiária da Procuradoria da República; e mesmo que o Ministério Público Federal tenha se configurado com novas atribuições após a Constituição Federal de 1988, não fazendo parte do aparelhamento do poder estatal, mas sendo uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional, conforme dispõe o art. 127 da CF, pude perceber, no referido Órgão Ministerial, como é fascinante a luta pela defesa dos ideais republicanos. Então, esse intelectual é a história que quero me apropriar,⁵ considerando que esse personagem construiu e fez parte da rede de relações e de ideias que propuseram modernizar o país.

João Alcides Bezerra Cavalcanti, um jovem intelectual, mais conhecido como Alcides Bezerra, nasceu na capital da Parahyba, no ano de 1891, e faleceu no ano de 1938; era filho de João Perdigão Bezerra Cavalcanti e de Felonila Clara Carneiro da Cunha Bezerra Cavalcanti. Era o primogênito e tinha mais 10 irmãos: Luís Otávio, Maria Adelita, Adalberto, Nautília Clara, Maria Camerina, Salustino Sílvia, Antonio Ernani, Maria José, José Maria e Maria do Carmo⁶.

Depois de muito questionar se o referido personagem foi casado⁷, uma vez que, em diversos autores, não há registro de eventual prole ou de esposa, encontrou-se apontamento da vida familiar, após um árduo trabalho investigativo. Partiu-se das anotações no livro “No

⁵ Este trabalho utiliza-se da concepção de apropriação adotada por Chartier no sentido de “transformar o que se recebe em algo próprio, é produzir um ato de diferenciação [...] é atividade de invenção, de produção de significados” (CHARTIER, 1999, p.77).

⁶ Existe incongruência quanto aos nomes dos irmãos de Alcides Bezerra. Optou-se pela genealogia descrita no livro de Bastos (1954/1955), tendo em vista que, a partir da pesquisa realizada pela autora, que agora subscreve esta dissertação, foi possível corroborar as afirmações.

⁷ No impresso “*Jornal do Recife*”, consta a confirmação do casamento, no dia 03.12.1919, de Alcides Bezerra com Azimira Lyra, “[...] filha do capitalista coronel Antonio Lyra.”. (O “JORNAL” NA PARAHYBA, 1919, p. 01). Além do registro de que, posteriormente à festividade, o casal seguiria para a viagem de núpcias, a ser realizada no sul do país. (O “JORNAL” NA PARAHYBA, 1919).

Roteiro Dos Azevedo e Outras Famílias Do Nordeste”, para encontrar novas informações. A referência destaca que existe relação de parentesco entre as famílias Carneiro da Cunha e Bezerra Cavalcanti, contudo o presente trabalho não irá se aprofundar nessas relações familiares adjacentes. Porém, é preciso se ater que Alcides foi casado com Azemira Lyra Bezerra Cavalcanti e dessa união resultou um único filho, chamado Felipe Leonardo Bezerra Cavalcanti, e, após pesquisas⁸, encontrou-se um neto, conhecido como Marcus Leonardo, contudo todos os descendentes já estão falecidos⁹.

Em relação à carreira profissional, realizou o curso de Humanidades, no Liceu Paraibano (1903–1907); concluiu, no ano de 1911, o bacharelado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife¹⁰; foi jornalista; procurador da República (1913-1914)¹¹; inspetor-geral do Ensino (1915-1917); promotor público (1917-1918)¹²; secretário da Imprensa Oficial (1919); advogado; deputado estadual (1920-1923); diretor-geral da Instrução Pública (1920-1922); professor universitário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e diretor do Arquivo Nacional (1922-1938).

Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP/PB), ocupando diversos cargos na referida sociedade, sendo correspondente nos institutos do Ceará, São Paulo, Espírito Santo e Pará; membro de Comissão Organizadora do VII Congresso Brasileiro de Geografia¹³; autor de diversas produções, entre elas, *Ensaio de*

⁸ Consulta pública realizada na base de dados do TJ/DFT, no que se refere ao acervo hereditário do Sr. Felipe Leonardo Bezerra Cavalcanti.

⁹ Os dados foram cruzados na internet e foi possível encontrar a descendência do intelectual ora estudado, embora todos se encontrarem falecidos.

¹⁰ Existe registro da residência universitária de Alcides Bezerra na Rua Augusta, nº 199, em Pernambuco. Dividiu o espaço com os acadêmicos Clóvis de Hollanda, Francisco Teixeira de Vasconcellos, Orlando Tejo e Attila Brandão. A informação foi veiculada no *Jornal do Recife*, uma vez que a data da publicação se referiu à apresentação de homenagens a Clóvis de Hollanda, em virtude de seu falecimento. (CLOVIS DE HOLLANDA, 01/08/1914).

¹¹ O jornal *Diário de Pernambuco* possui, na seção “No foro federal”, registro da atuação de Alcides Bezerra como procurador interino da República, no julgamento do major Paulino Montenegro, cujo objeto de acusação tinha como base o fato de o referido sujeito ter introduzido dolosamente moeda falsa (duas cédulas de 20\$000) na cidade de Guarabira. (NO FORO FEDERAL, 04/07/1914). O referido impresso trouxe, no ano de 1919, informação da exoneração da função de ajudante de procurador da República pelo sr. José Gobat e a nomeação de Alcides Bezerra. (ULTIMA HORA, 10/04/1919). A Revista Parahyba Judiciária da Justiça Federal/PB traz o nome de Alcides Bezerra como ajudante do procurador da República, na capital, no ano de 1922. Mesma época em que esteve à frente da direção-geral da Instrução Pública. Consta, inclusive, que o ato de substituição do ajudante de Procurador da República ocorreu, no ano de 1923. O presidente da República nomeou dr. Adhemar Vidal para o lugar de Alcides Bezerra. (TELEGRAMMAS, 18/12/1923).

¹² No jornal *Diário de Pernambuco*, existem registros da atividade profissional de Alcides Bezerra, como promotor público em várias causas, como, por exemplo, em desfavor dos réus Pedro Francisco de Moraes (Azulão) e Manoel Francisco de Moraes. (O “Diário” na Parahyba, 09/04/1918).

¹³ Participação na administração do evento em conjunto com José Gomes Coelho e Manuel Tavares Cavalcanti, personagens que figuraram, em mais de uma ocasião, com ele, como, por exemplo, na elaboração da Reforma do Ensino.

*Crítica e Filosofia*¹⁴, *Maria da Glória*, *A Paraíba na Confederação do Equador*, *Os Historiadores do Brasil do Século XIX*, e *A Revelação Científica do Direito*. Presidiu a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a Academia Carioca de Letras¹⁵. Colaborou também na Sociedade Brasileira de Filosofia, no Conselho Brasileiro de Geografia, na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, Federação Nacional das Sociedades de Educação, e no Boletim de Ariel¹⁶. Foi conferencista nacional e internacional, como por exemplo, no Uruguai e na Argentina.

Enquanto esteve à frente do Arquivo Nacional, na condição de diretor, transportou diversas obras dele para o acervo, haja vista que a maioria delas se encontra no referido local. Precedido pelo fato de que ocupou esse cargo, no período de (1922-1938), num espaço temporal considerável, quando comparado com outras funções exercidas por Alcides Bezerra, em outras circunstâncias na localidade paraibana.

No Arquivo Nacional e nem em qualquer outro visitado, foi encontrada a novela *Maria da Glória*. Contudo, registre-se que o formato do referido gênero literário seria capaz de entender como esse intelectual caracterizava e concebia, como enredo principal, a história de uma professora, tendo como cenário as terras paraibanas. Ainda que, segundo Luiz Hugo Guimarães (s.d.), Alcides Bezerra tenha sido um dos pioneiros romancistas locais, realce-se que esse não ficou muito satisfeito com o resultado, até mesmo pelo fato de que não era o pilar de sustentação do trabalho que objetivava ainda desenvolver.

Nesse sentido, torna-se possível corroborar essa afirmação, ao ler os registros da homenagem póstuma deixados no livro “*Alcides Bezerra (Em memória)*”, no ano de 1938, por Nogueira da Silva, quando afirmou primeiramente o fato de que “[...] quando, apresentados a um literato, queremos ser amáveis e dar-lhe o ensejo de supor-se senhor de uma fama mais *repandu* do que na verdade é [...]” (SILVA, 1938, p. 37). Contudo, como houve de estabelecer esse primeiro contato pessoal, tendo como pano de fundo a rememoração da leitura da novela *Maria da Glória*, não logrou êxito no comentário tecido para Alcides Bezerra. Assim sendo,

¹⁴ Este livro é uma coletânea de artigos publicados no jornal “A União”, contra o, na época, cônego Pedro Anísio, considerado uma das figuras brilhantes da capital paraibana (O “JORNAL” NA PARAÍBA, 26/10/1918).

¹⁵ Não foi possível encontrar a data exata em que Alcides Bezerra se encontrou no comando da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e da Academia Carioca de Letras. Apenas apontamentos de autores que se dedicaram aos comentários sobre sua trajetória.

¹⁶ O Boletim de Ariel teve como finalidade a divulgação dos títulos produzidos e editados pela editora, cujo nome é o mesmo do periódico em questão, além da possibilidade de renovação das reflexões literárias. Existiram valiosas contribuições de diversos personagens, incluindo Alcides Bezerra, e possuiu alta repercussão no contexto literário da época.

O escritor nortista, perdendo a austeridade peculiar aos que estão investidos de altas funções públicas, esboçou um franco sorriso, em que havia ressaibos de delicada ironia. E numa desculpa, nada dissimulada, declarou-me com toda a franqueza que se tratava de uma obra sem importancia maior, trabalho de sua mocidade, resultado de orientação literaria de outros tempos. [...] Mas Alcides Bezerra mostrou-se intransigente no seu ponto de vista, repudiando a *professora*, e passou a falar-me de seus estudos históricos e mui especialmente de seus trabalhos sobre o nosso direito e assuntos filosóficos. (SILVA, 1938, pp. 37/38).

Posteriormente, essas impressões se modificaram, o que será mais bem retratado neste trabalho, no momento da construção do legado jurídico do referido personagem.

Alçado a Secretário da Comissão Organizadora do VII Congresso Brasileiro de Geografia¹⁷, por indicação de Eptácio Pessoa – naquela época presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e convidado por Conde de Affonso Celso, por intermédio de um telegrama, que assim afirmou:

RIO, 5 – Confirmando feliz indicação do excelentíssimo sr. dr. Eptácio Pessoa, presidente honorário do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tenho a honra de convidar v. exc. para representar o mesmo Instituto no Congresso de Geographia, que se reunirá nessa Estado, esperando merecer do cavalheirismo de v. exc. esse relevante favor, que muito agradeço desde já. – Conde de Affonso Celso, (presidente perpétuo do Instituto). (GUIMARÃES, s.d., pp. 15/16).

Ainda, tornou-se possível perceber que Alcides Bezerra teve a incumbência de receber os artigos submetidos para participação no referido evento, uma vez que, no Regulamento do VII Congresso Brasileiro de Geografia, consta a aludida atribuição¹⁸. Enfatize-se que a participação no mencionado episódio trouxe desdobramentos para o intelectual, uma vez que foi secretário do VIII Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Vitória, no ano de 1926¹⁹. Além disso, foi possível constatar que Alcides Bezerra foi se alinhando, cada vez mais, com essa temática, ao ser redator da revista e vice-presidente da *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, além de adquirir o *status* de sócio efetivo.

¹⁷ Art. 1º - O Sétimo Congresso Brasileiro de Geographia realizar-se-á na cidade da Parahyba do Norte, de 1º a 10 de outubro de 1921, sob os auspícios do governo do Estado e do Instituto Histórico e Geographico Parahybano (EVANGELISTA, on-line, s.p.).

¹⁸ Art. 6º - Os trabalhos e informes destinados ao Congresso, e os objectos que o forem á Exposição, deverão ser dirigidos ao secretario geral da commissão organizadora, até o dia 31 de agosto de 1921, devendo aquelles, á medida que se apresentarem, ser publicados em boletim especial, dirigido pela commissão organizadora (EVANGELISTA, on-line, s.p.).

¹⁹ O presente trabalho trouxe, no capítulo 4, o desenrolar dos acontecimentos ocorridos no VII Congresso Brasileiro de Geografia, sob a visão de Paulo Bourgard de Magalhães.

Entre participações de destaque, é patrono das cadeiras n.º 3 no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, n.º 5 da Academia Paraibana de Letras e n.º 13 da Academia de Letras e Artes do Nordeste Brasileiro. Ocupou a cadeira n.º 18 da Academia Carioca de Letras²⁰. Existe uma avenida com o nome do referido sujeito em João Pessoa/PB, situada transversal a Cruz das Armas, além de ruas em outros estados com o nome Alcides Bezerra. Além disso, na cidade de Cabaceiras, há a E.E.E.F.M. ALCIDES BEZERRA, contudo não foi possível encontrar documentação na localidade, pois, segundo informações da diretora Roselane, não existe nenhum arquivo nas dependências escolares sobre o personagem, apenas documentos da fundação da escola. Infelizmente, esse cenário persiste em diversas instituições escolares, haja vista que, além de não possuir a documentação histórica, algumas não conhecem o patrono. Some-se o fato de não realizarem trabalhos escolares a fim de entender as motivações da escolha, bem como as importantes contribuições dos homenageados à educação.

Alcides Bezerra também firmou o nome no cenário científico, haja vista que foi secretário da *Sociedade Brasileira de Filosofia*, além de sócio fundador. Veja-se, portanto, os diversos itinerários percorridos por esse intelectual. Como de costume, algumas opções são feitas no campo profissional, alinhando-se, em algumas temporalidades, a certos contextos, como o jornalístico, o acadêmico ou o científico. Conquanto, na transitoriedade desses espaços, cumpre afirmar que o indivíduo é capaz de construir pontes entre os campos de conhecimento, participando ativamente, no mesmo lapso temporal, de várias redes de sociabilidade. É o que, mais uma vez, comprova-se das leituras realizadas, com o fito de identificar e edificar os grupos dos quais participou.

Antes de tudo, para analisar o itinerário intelectual de Alcides Bezerra, faz-se necessário compreender o desenvolvimento, ao longo do tempo, do conceito de educação, a fim de definir uma concepção de ensino à qual esta dissertação e as ideias do pensador, objeto deste estudo, alinham-se. Além do mais, associar o repertório produzido no campo da História da Educação, na Pós-Graduação em Educação da UFPB, com o intuito de apresentar os eixos temáticos escolhidos pelos pesquisadores e a presença de afinidade com a temática, ora destacada.

Quando se fala em ensino, necessário enfatizar que diversos autores, ao longo do tempo, trouxeram definições para o que consideravam como conceito abrangente, para definir a natureza e o papel da educação. Variou-se de conceitos primitivos até a inserção da função

²⁰ Esses dados foram encontrados nas informações constantes no *site* do Instituto Histórico Paraibano (IHGP) e no *blog* de Fernando Machado, colunista social pernambucano.

educacional nas legislações, um dos suportes que não possuía esse como objetivo principal ou imediato, embora resultante da regulação das relações sociais. Então, vislumbra-se o caráter da História nesse processo de redefinição de conceitos e, consequentemente, de alternância de prioridades para a conceituação do que se trata a educação.

É notório que a educação sofreu inúmeras mudanças, desde a época da subordinação das *poleis* gregas e latinas (DURKHEIM, 2011). Assim, não poderia ficar de fora o período estudado na presente dissertação (1907-1938), que teve a contribuição do intelectual Alcides Bezerra e dos demais sujeitos que compõem a referida rede de sociabilidade²¹ e podem, assim, serem caracterizados como uma constelação de luta pela disseminação da cultura educacional, engajados em novas ideias para o ensino paraibano. Além da evolução de teorias, do desenvolvimento da tecnologia e do processo de globalização, apresenta-se o entendimento de Durkheim, que associa a mudança da concepção educacional ao fato de que “[...] se a educação mudou, é porque os homens se enganaram sobre o que ela deveria ser.” (DURKHEIM, 2011, p. 46).

Na Constituição de 1891, não existia o termo “*educação*”. Então, qual seria a concepção para a época ora estudada? Para a Primeira República, tudo girava em torno do conceito de instrução, no qual, de forma descentralizada, cada ente federado deveria traçar as diretrizes escolares, implementando as escolas isoladas e, posteriormente, os grupos escolares. Naquela época, a escola não possuiu caráter obrigatório, nem a finalidade de atendimento universal, então, inicialmente, não democratizou o acesso aos mecanismos pedagógicos, em paridade de condições com os demais indivíduos.

Conhecer, assim, a história permite o entendimento dos indivíduos acerca da natureza, do papel e do objetivo que a educação obteve em determinada época e advertir aos sujeitos sobre determinadas circunstâncias positivas, e outras com o sabor amargo do insucesso, fazendo com que o ensino de História sirva para o impedimento da reiteração de práticas errôneas e dos consequentes efeitos (DURKHEIM, 2011).

Nesse íterim, torna-se necessário demonstrar que a relação entre história e educação se faz presente, inclusive, para entender a constituição da própria linha de História da Educação, em nível de pós-graduação. Assim, inicialmente, necessário compreender o percurso desenvolvido pela disciplina “História da Educação” como parte do programa de formação dos professores, embora presentes as consequentes dificuldades existentes no final do século XIX, ainda que [algumas] permaneçam até a contemporaneidade. Atualmente,

²¹ Vide quadro no capítulo 2.

relevante demonstrar que a História da Educação se encontra firmada em bases sólidas e elevada à categoria de ciência para estudo e para difusão pelos historiadores.

Sobreleva notar que a disciplina História da Educação teve como cenário de seu surgimento um período de certeza na educação, por meio das intervenções do poder republicano na busca pela estatização do ensino, da proposta de desenvolvimento profissional dos docentes, por intermédio da Escola Normal e da Pedagogia assim considerada como ciência (NÓVOA apud GATTI JÚNIOR, 2006 p.107).

Com a corrida exponencial dos cursos de pós-graduação em educação, no último quartel do século XX, também se configurou “[...] uma certa *identidade*, ainda que multifaceta e plural do *historiador da educação*.” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 37). Ainda, torna-se preciso pontuar a presença de dinamicidade na História da Educação, tendo em vista que diferentes profissionais, a exemplo dos advogados, educadores, engenheiros, historiadores e religiosos, participaram da elaboração de tratados sobre o referido campo. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

O Brasil se constituiu como panorama das experiências realizadas na disciplina de História da Educação, anteriormente, difundidas no âmbito das universidades e das escolas normais europeias, por volta do final do século XIX. (ESCOLANO BENITO; BASTOS; LEMOS apud GATTI JÚNIOR, 2006, p. 108).

Deveras ao fato de que se partiu do entendimento em relação à gênese e ao processo de desenvolvimento do campo da educação se caracterizar como uma espécie de competência do professorado, como um dos pilares de constituição da sua formação profissional²². Tornou-se necessário que o profissional “dominasse a informação histórica que antecedia seu exercício docente na atualidade” (GATTI JÚNIOR, 2006, p.108).

Esse estudo levantado acerca da importância da História da Educação se constituiu como fundamento para a compreensão da presente pesquisa. Em linhas gerais, desenha o cenário, objetivando apresentar a importância desse campo de estudo no processo de configuração dos intelectuais, bem como demonstrar as raízes históricas que colocaram essa área no cerne da questão, principalmente, no fomento da literatura acadêmica paraibana.

Cumprir destacar, ainda, que o trabalho ora proposto se encontra inserido nos grupos de trabalho de História da Educação da Associação Nacional de História (ANPUH) e da

²² Esse ideário perde força e enfrenta seus reveses na transição do século XIX para o XX, colocando a História da Educação não mais enquadrada e com função exclusiva de disciplina. Consequentemente, passa por essa ruptura, transformando-se “numa evocação descritiva de fatos, idéias (*sic*) e práticas para consumo dos futuros professores e, mais tarde, num tempo dominado pelas ‘ciências da observação’, numa disciplina sem qualquer utilidade” (NÓVOA apud GATTI JÚNIOR, 2006, p. 108).

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); bem como no eixo temático “Intelectuais e Projetos Educacionais”, uma constante nos debates do Congresso Brasileiro da História da Educação (CBHE).

Além do mais, caracteriza-se como um debate contínuo dos grupos de estudo e de pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”, mais conhecidos como HISTEDBR, pelos envolvidos no desbravamento dos fatos e dos acontecimentos que despertam a curiosidade dos indivíduos. No HISTEDBR/PB, o presente trabalho se situa na linha de pesquisa História Intelectual e dos Intelectuais, (auto) Biografias e Estudos de Gênero, com 17 estudantes (graduação/mestrado/doutorado) e 7 pesquisadores, participando ativamente, por meio de pesquisas e das consequentes reuniões, no levantamento de questões intrigantes, das fontes e na busca pela verdade real²³ ou, pelo menos, da aproximação.

Assim, tal fato é corroborado, principalmente, pelo motivo central a ser desenvolvido, no referido estudo, estar envolto na atuação educacional e jurídica de Alcides Bezerra, no período compreendido entre 1907-1938, trazendo novos ventos e distribuindo novas ideias, sob a égide do emprego dos conceitos de modernidade e de civilidade, mais especificamente, no contexto da Primeira República da Parahyba, não esquecendo o percurso vivenciado por esse intelectual em Recife e no Rio de Janeiro.

Vislumbra-se um redirecionamento de olhares, ao longo dos últimos anos, na linha de pesquisa em História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir do momento no qual a questão local coloca-se como ponto crucial para o entendimento do espaço geopolítico em que os indivíduos estão inseridos. Urge destacar a crescente afeição dos pesquisadores paraibanos às temáticas das instituições escolares, dos impressos e dos intelectuais, por exemplo, no recorte temporal, com maior ênfase, no período em que permeia o Império ou a República, bem como na transição entre as épocas.

No esforço de tentar compreender a demanda da escrita da história local na Pós-Graduação em Educação da UFPB, buscou-se investir na compilação dos dados referentes aos trabalhos apresentados e defendidos, no período compreendido entre 2012 a 2019²⁴, por meio

²³ O princípio da verdade real é uma diretriz interpretativa no processo penal, orientando que o juiz busque analisar os fatos além daquilo exposto pelas partes, ultrapassando o entendimento da verdade formal. Da mesma forma, deve o pesquisador investigar o objeto de estudo atento às particularidades encontradas no campo de pesquisa.

²⁴ O período escolhido em questão se justifica por estar catalogado *on-line*, no repositório de dissertações e teses do PPGE/UFPB, objetivando abranger um repertório no qual se traz uma ideia acerca do enfrentamento dos assuntos no campo da História da Educação.

da pesquisa no acervo de dissertações e teses do programa de pós-graduação em questão²⁵, localizando, por questão de viabilidade, o repositório da biblioteca digital dos trabalhos de pós-graduação da UFPB²⁶.

No repositório de dissertações e teses do PPGE da UFPB, no período em questão, constata-se 94 trabalhos defendidos na área da história da educação, os quais podem ser consultados pelo público externo, uma vez que se encontram no acervo *on-line*, culminando tanto na facilidade da difusão do conhecimento, quanto na viabilidade da catalogação e do cruzamento de dados. A tabela abaixo traz os trabalhos separados por assuntos preponderantes nas pesquisas²⁷, com o fito de entender quais temas são recorrentes e quais despertaram o interesse dos pesquisadores da história da educação na pós-graduação da UFPB.

Quadro 1 – Proporção dos temas e número de trabalhos defendidos no PPGE/UFPB

Temas	Quantidade de trabalhos
Instituições educacionais ou científicas	22
Biografias	18
Biografia, saberes e práticas médicas	01
Estado e políticas educacionais	10
Intelectuais	07
Práticas escolares e processos educativos	06
Materiais escolares	06
Pensamento educacional	05
Imprensa	06
Gênero e etnia	03
Gênero e imprensa	04
Profissão docente	03
Fontes, categorias e métodos de pesquisa em H.E.	01
Pesquisa sobre o Ensino da História da Educação	01
Profissão docente e imprensa	01
TOTAL	94

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados colhidos no repositório de dissertações e teses do PPGE (UFPB), considerando o período de 2012 a 2019

Do ora exposto, percebe-se que os temas *Instituições educacionais ou científicas* e *Biografias* são uma constante na pesquisa de história da educação, quando comparados com

²⁵ In: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1906>

²⁶ In: <<https://repositorio.ufpb.br/>>

²⁷ Algumas nomenclaturas dos eixos temáticos foram inspiradas no artigo História da Educação em Minas Gerais: pequeno balanço e algumas perspectivas de pesquisa (1985-2001) do livro Pesquisa em história da educação no Brasil, organizado por José Gonçalves Gondra.

os demais assuntos, como os *Intelectuais* e a *Imprensa*, o aporte teórico central da presente dissertação. Assim, os referidos fatos são de fáceis argumentações, ou seja, de explicações, haja vista que os mencionados assuntos adquiriram maior notoriedade com a virada histórico-cultural, com ênfase e finalidade para o estudo a respeito de sujeitos, temas e locais, por exemplo, anteriormente não considerados palco de debates entre os historiadores.

Além disso, destaca-se o foco da linha de pesquisa em História da Educação da Pós-Graduação em Educação da UFPB estar, em quase sua totalidade, voltada para o estudo de sujeitos, instituições educacionais ou científicas e análise das políticas educacionais estatais no âmbito do cenário local. Enfim, desvelando a História da Educação da Paraíba por camadas e tonalidades que perpassam os períodos do Império e da República. Assim, a partir do recorte realizado entre 2012-2019, foi possível perceber que os estudantes, hoje, mestres ou doutores, trouxeram o enfoque para o estudo da história local, contribuindo para a solidificação e para a difusão do conhecimento em nível nacional, movimento outrora visto em outras localidades do território nacional, como, por exemplo, São Paulo.

No artigo “*O crescimento da linha de História da Educação na Pós-Graduação em Educação da UFPB nos anos de 2009 a 2016*”, os autores fazem um panorama dos estudos realizados na referida área, por meio do recorte temporal (2009-2016), sob a justificativa de o período, em questão, se referir a data do início do programa até a época da pesquisa realizada (SANTOS; BRINGEL; SILVA, 2019). Nesse sentido, reverberam a infinidade de abordagem do campo da História da Educação:

O campo da H.E., conforme afirmação unânime entre os seus pesquisadores, é uma área nova, com crescente interesse e impulso nas últimas décadas, oferecendo uma vasta possibilidade de exploração, que pode contemplar desde a história das instituições escolares, da legislação, dos objetos, do cotidiano escolar, passando pelos programas das disciplinas, pelos materiais didáticos chegando as práticas, muitas vezes, via memória de ex-professores (as), estendendo-se a sua própria historiografia. [...] se o foco da HE tradicional recaía sobre os grandes pensadores, os movimentos educacionais e a legislação de ensino, embora essa vertente não tenha sido suplantada, o novo modo de fazer a HE abriu-se para novos objetos, outras fontes, temas e abordagens. (MACHADO, NUNES e RODRIGUES apud SANTOS; BRINGEL; SILVA, 2019, p. 46)

Ato contínuo, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB possui uma revista, na qual os pesquisadores, desde 1991, podem fazer a conexão de saberes com outros estudos e divulgar as pesquisas na área de educação. A partir de 2012, o periódico científico ganhou versão on-line e possui *qualis* B3 na área da educação. Enfim, recebe

diversas contribuições, tendo, como pano de fundo, pesquisas que investigam os campos nacional e internacional. Abaixo, segue tabela com informações a respeito do número de publicações na área de história da educação, no período de 2012 a 2019.

Quadro 2 - Quantidade de publicações na área de História da Educação veiculadas na Revista *Temas em Educação*²⁸

Ano	Volume	Número	Número de publicações em H.E.
2012	20/21	1/2	04
2013	22	1	0
2013	22	2	0
2014	23	1	0
2014	23	2	01
2015	24	1	03
2015	24	2	0
2015	24	Dossiê ²⁹	12
2016	25	Especial	0
2016	25	1	02
2016	25	2	02
2017	26	1	01
2017	26	2	02
2018	27	1	01
2018	27	2	02
2019	28	1	0
2019	28	2	01
2019	28	3	01

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados colhidos no site do PPGE (UFPB), considerando o período de 2012 a 2019

²⁸ No ano de 2005, houve publicação de uma edição especial sobre Filosofia e História da Educação.

²⁹ Conforme a própria edição traz em seu sumário *on-line*, “Esse número trata de questões relativas a acontecimentos relevantes para a história (*sic*) e historiografia da educação brasileira” (REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO, 2015).

Aqui cabe justificar por qual motivo existe uma edição com mais publicações na área de história da educação, no total de 12, veiculada, no ano de 2015, haja vista a dedicação do volume 24 com fins de dossiê, para a discussão de questões efervescentes no referido campo. Não esquecendo que outras edições também se ocuparam de garimpar uma linha específica e constituíram uma edição especial, a exemplo do volume 25, que trouxe trabalhos cujos assuntos se situavam em torno do “*Processo ensino-aprendizagem: complexidade, diversidade e práticas docentes*”. (REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO, 2016)

Em suma, fazendo um apanhado da linha em que este trabalho se insere e até mesmo a título comparativo, destaca-se o trabalho “*Educação na Primeira República Parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)*”, desenvolvido no âmbito da pós-graduação por Biserra (2015), com a temática da Primeira República e com sintonia ao que agora se apresenta, reiterando a importância do descortinamento das propostas temáticas apresentadas. Como se depreende do destaque ora trazido:

De acordo com as ideias reproduzidas em fins do Império e pós-proclamação do novo regime, o vocábulo república aspirava aos contornos de um país que se desejava, com as palavras de ordem: democrático, científico, moderno, cidadão, federalista, com o chefe eleito pelo povo, entre outros elementos, em oposição a um país herdeiro de décadas de Monarquia constitucional, sob os sinônimos de atrasado, centralizado, tirano e sagrado. Os polos Monarquia e República, passado e futuro, retrógrado e moderno, conviviam no país que operava mudanças, ainda que não todas efetivadas. (BISERRA, 2015, p.44).

Enfim, na transitoriedade deste capítulo, vislumbra-se a discussão acerca dos pontos que norteiam este trabalho, como o período histórico, a problemática, as questões de interesse, objetivos e justificativa; o imbricamento de fontes para o estudo historiográfico, a exemplo dos documentos e dos impressos, sob o pano de fundo da relação entre história, história da educação e história intelectual.

Posta assim a questão, o sumário desta dissertação se organiza da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado “Intelectuais e educação: uma relação teórico-metodológica na área de história da educação” buscou-se fazer uma discussão a respeito do recorte histórico, da problemática, das questões de interesse, dos objetivos, da justificativa. Fatos que levaram à escolha desse intelectual, bem como esclarecer as fontes utilizadas para o estudo historiográfico, em questão, e fazer considerações iniciais sobre a História da Educação e a História Intelectual.

No segundo capítulo, denominado “O ideário educacional de Alcides Bezerra na Primeira República parahybana”, trabalhou-se a circulação de ideias, o itinerário intelectual e a rede de sociabilidade do sujeito ora mencionado, enfatizando a *Reforma do Ensino* (1917) e o *Relatório da Instrução Pública* (1921), documentos nos quais divulgou o pensamento e as ideias propostas para o ensino paraibano.

No terceiro capítulo, assim chamado “Contribuições educacionais de Alcides Bezerra e o entrelaçamento com o aporte jurídico”, teve como proposta a demonstração das contribuições jurídicas elaboradas pelo referido intelectual e relacionadas com a educação. Cite-se, como exemplo, a necessidade de entender o ideal de ensino do direito nas escolas, considerando como uma proposta inovadora para o período em questão e a categorização do seu engajamento na fundação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Por fim, no último capítulo deste trabalho “Impressos, Boletim de Ariel e Congresso: uma relação intelectual panorâmica na vida de Alcides Bezerra”, foi proposta a discussão da relação intelectual nos veículos nos quais Alcides Bezerra se debruçou, como o *Boletim de Ariel* e as publicações do *Arquivo Nacional*, em especial, o volume XXXIII. Além de, em linhas gerais, relatar o VII Congresso Brasileiro de Geographia, ocorrido na Parahyba do Norte, com a participação de diversos intelectuais paraibanos, incluindo o ora estudado, bem como os respectivos desdobramentos na área educacional.

1.1 Recorte histórico, problemática, questões de interesse, objetivos, justificativa

Coloca-se como ponto crucial no desenvolvimento da pesquisa histórica a definição do objeto a ser investigado, a partir de um referencial teórico selecionado, contudo, destaca-se, que além desse pressuposto deve existir a preocupação com o método, o saber-fazer propriamente dito, para indicar o direcionamento correto pelo qual o pesquisador deseja realizar a abordagem da análise das fontes.

O pesquisador deve estar atento ao contexto no qual a pesquisa está inserida, principalmente, porque ao historiador compete dialogar com fatos e vestígios do passado, transformando-os em fontes e em documentos. Assim, torna-se possível o entendimento dos anseios e das dificuldades da época, buscando, com a maior fidelidade possível, retratar a história vivenciada, para poder entender, ainda que razoavelmente e sem aderência a qualquer juízo de valor, os acontecimentos contemporâneos e os respectivos desdobramentos.

Não pode o historiador cair na armadilha do vazio, ao interpretar um acontecimento sem relacioná-lo com a conjuntura, em questão, vivenciada e ser, apenas, mero reproduzidor de ideias dissonantes, descaracterizadas e não englobantes; mas tem como função assumir o papel de articulador de ideias e de projetos que edificaram e constituíram os pilares da referida pesquisa.

Parte-se desse princípio e dos objetivos propostos para explicar qual caminho foi escolhido na construção dessa pesquisa e indicando os motivos inerentes que respaldam o itinerário do pesquisador. Quando vem à tona um campo vasto de informações a respeito do objeto de estudo, como aqui de pronto se coloca, de forma abrangente, sobre a vida e as contribuições de Alcides Bezerra nas áreas educacional e jurídica, leva-se em consideração, preliminarmente, que esses dados se caracterizaram como fortes pilares e foram considerados como medidas necessárias na Primeira República, principalmente, porque se sustentavam em torno dos ideais de progresso, de modernidade e de civilidade.

De fato, com a finalidade de apreciar a herança intelectual de Alcides Bezerra nos ares da Primeira República e no Estado Novo (1907-1938), importante fazer esse recorte histórico e associá-lo com os acontecimentos ocorridos no período que tangencia a transição do Império para República (1870-1920). Assim, buscou-se pinçar algumas décadas que antecedem o marco da Proclamação da República, essa ocorrida em 1889, principalmente, pelo fato de se constituir no momento no qual se visualizam maiores mudanças nos campos político, administrativo, econômico e cultural. Além do mais, visualizou-se a alternância na escala social de algumas classes por meio do poderio econômico, com o objetivo fazer a inter-relação dos contextos macro e micro e dos seus desdobramentos.

Como pano de fundo, o período, em questão, trouxe como enredo novas tendências de pensamento, assim denominadas como “bando de ideias novas”, oscilando entre ser caracterizado como um fenômeno da importação ou de circulação de ideias pelos autores que estabeleciam considerações a respeito dessa corrente (HILSDORF, 2003). Um dos braços desse movimento foi o positivismo e que, de pronto, trouxe novas paisagens para o campo de pesquisa do intelectual ora estudado, uma vez que este aderiu às referidas teses e que serão mais bem realçadas em capítulo específico, quando houver tratamento a respeito do repertório teórico no qual Alcides Bezerra se engajou.

Em defesa do modelo federativo, com enfoque nas forças regionais e locais, os republicanos miravam numa escola que se adequasse aos seus anseios políticos, econômicos e culturais. Tudo girava em torno de afastar, de vez, os resquícios da monarquia, considerada

pelos republicanos como um regime corrupto e inviabilizador do progresso, tendo como pedra fundamental a instituição da:

[...] educação pelo voto e pela escola [...] por eles como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornariam o súdito em cidadão ativo. (HILSDORF, 2003, p. 60).

As lutas dos intelectuais em defesa da escola se constituem como passíveis de serem percebidas em níveis nacional e local, fundamentadas na crença e na defesa da necessidade de uma remodelação do processo educacional pelos pensadores técnicos (burocratas) e pelos filósofos do ensino, até mesmo realizando a alternância do método empregado, passando de tradicional ao intuitivo (lições de coisas), conforme essa dissertação irá abordar com mais precisão no tópico específico “*Educação dos sentidos: o método intuitivo (lições de coisas) defendido por Alcides Bezerra*”.

Pinheiro (2001), em sua tese “*Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*”, defende a ideia a respeito do processo de introdução, de fortalecimento e de ampliação do ensino primário público na Paraíba, no período de 1849 a 1949. Em linhas gerais, faz o recorte temporal, evidenciando um centenário de mudanças pelas quais a escola passou, sendo essa influenciada pelas forças políticas, econômicas e intelectuais pujantes da época.

Ainda, nesse mesmo trabalho, Pinheiro (2001) esclarece que, na República, o ensino passou a ser o foco central nas discussões, embora a seara dos debates ficasse muito mais na teoria do que na prática, uma vez que o percentual dos investimentos do governo paraibano foi diminuindo em algumas ocasiões, em detrimento da expansão macroeconômica, que ocorria paralelamente e a qual ganhava maior notoriedade das influências políticas. Nesse sentido:

Por um lado, algumas representações contribuíram para a produção de uma memória reificadora da ação republicana, na qual a Primeira República foi tomada como *marco zero*, lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil. Por outro lado, nessa luta de representações, algumas análises contribuíram para a afirmação e atualização de uma memória de desalento e decepção causados pelo suposto fracasso e/ ou omissão do regime republicano no âmbito educacional – memória que reinventa a ideia de uma *República que não foi* [...]. (SCHUELER; MAGALDI, 2009 apud BISERRA, 2015, p. 44).

Evidencia-se que as primeiras décadas do século XX foram um período de vultosa efervescência nas ideias pedagógicas, balizadas, principalmente, pela influência do escolanovismo³⁰, encorpado, na Paraíba, por meio da Reforma do Ensino (1917) e do Relatório da Instrução Pública (1921), ambos com participação de Alcides Bezerra. Objetivou-se a remodelação do método de ensino, do fazer pedagógico, da estrutura administrativa e entre outras questões.

Feitas essas considerações iniciais, a presente dissertação possui como objeto de estudo e busca descortinar as ideias difundidas por Alcides Bezerra, nos campos da educação e do direito, no período compreendido entre 1907-1938. Enfatizou-se na circulação desses ideais, no itinerário realizado pelo personagem, bem como na respectiva rede de sociabilidade³¹, a fim de demonstrar a consequente contribuição na construção dos pilares da Primeira República.

Em linhas gerais, objetiva-se demonstrar a *circulação de ideias*, o *itinerário* e a *rede de sociabilidade* de Alcides Bezerra, com foco nas questões educacionais, ainda que sob o viés jurídico, no período de 1907 a 1938, compreendendo três fases do referido intelectual. Estes retratos trazem uma ideia da aparência do intelectual na época ora estudada. Nesse sentido:

Figura 1 – Retratos de Alcides Bezerra



Fonte: *Vida Moderna*, 19 de julho de 1919

³⁰ Frise-se que “o recurso à expressão Escola Nova não era novidade no panorama educativo brasileiro.” (VIDAL, 2013, p. 582).

³¹ Para Sirinelli, as redes de sociabilidade, também conhecidas como “[...] estruturas de sociabilidade – constituíam uma ferramenta explicativa para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição [...]” (GREJO, 2009, p. 13).



Fonte: Acervo da Academia Paraibana de Letras (APL)



Fonte: Acervo do Instituto Histórico da Paraíba (IHGP)

Assim, importante destacar que o período escolhido para o estudo, em tela, é oriundo do desejo de percorrer a trajetória intelectual, entre 1907 a 1938, desenvolvida por João Alcides Bezerra Cavalcanti, desde a época em que iniciou os estudos na Faculdade de Direito do Recife, por meio da análise dos documentos, a exemplo das declarações e das procurações outorgadas para a realização da matrícula estudantil. Depois, analisar o legado deixado na Paraíba, no âmbito da educação e, nos anos finais de sua vida, consolidar a atuação política e institucional à frente da direção-provisória da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional e do Boletim de Ariel. Além de articular as ideias defendidas pelo intelectual, por meio dos escritos, como as defesas do método intuitivo e do ensino do direito nas escolas.

Uma das preocupações com o ensino no século XX, especialmente na Primeira República, foi a erradicação do elevado número de analfabetismo existente e que obstaculizava o desenvolvimento do país. Contudo, não somente essa preocupação se mostra evidente. Então, partindo desse pressuposto, surgiram ideias que nortearam o objeto de estudo. Entre elas, destaca-se a busca por investigar quais outras causas desencadearam a sucessão de atos e a divulgação de ideias dos intelectuais paraibanos, para a concretização da Reforma do Ensino e do consequente Relatório da Instrução Pública. Sob qual influência a atuação da rede de sociabilidade dos intelectuais buscou renovar os métodos educacionais?

Enraizado no conceito de redes de sociabilidade, este trabalho parte das seguintes problematizações, quais sejam: 1) até que aspecto houve a notoriedade da participação social, no começo do século XX, de políticos, professores e outros intelectuais para o diálogo de medidas para os setores educacionais, a fim de almejar a modernidade pedagógica, incluindo a participação do Alcides Bezerra? 2) Quem era o intelectual Alcides Bezerra? 3) Quais inspirações em níveis nacional e internacional foram vetores para a elaboração da Reforma do Ensino e do Relatório da Instrução Pública, documentos questionadores de toda a estrutura organizacional, administrativa e pedagógica até então estabelecida? 4) Quais ideias e objetivos esse intelectual tinha para a modernização da educação e para a consequente elaboração da Reforma do Ensino (1917) e do Relatório da Instrução Pública (1921)? 5) Esses documentos sobre o ensino paraibano estavam alinhados ao contexto político, social e econômico? 6) De quais outros veículos, além da imprensa, o professor Alcides Bezerra se utilizou para oportunizar a circulação de ideias modernizadoras sobre o ideário pedagógico e jurídico? 7) Quais tensões surgiram na sociedade paraibana a partir dos escritos?

Em relação à área jurídica, acrescentem-se os seguintes questionamentos ao presente estudo, como: 8) quais foram as contribuições, as teorias difundidas, os escritos e os livros do referido personagem? 9) Ao se mudar para o Rio de Janeiro, como Alcides Bezerra se engajou na instituição da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro? 10) Teve importância na rede de relações dos intelectuais da época? 11) Como esses sujeitos representavam Alcides Bezerra nas relações sociais estabelecidas e quais práticas culturais foram reproduzidas?

De forma preliminar, ao observar o itinerário de Alcides Bezerra, outras inquietações me levaram a pensar sobre a vida do intelectual, citem-se como exemplos, as relações sociais estabelecidas no convívio com outros pares. Enfim, os sujeitos também dotados de um saber cultural e que faziam parte do mesmo círculo de amizade do personagem ora investigado.

Ademais, sem esquecer, contudo, as inimizades surgidas mediante o confronto de opiniões discordantes com algumas temáticas da época, a exemplo da situação vivenciada no

jornal “*A União*”, momento no qual Alcides Bezerra respondeu ao Monsenhor Pedro Anísio, por meio dos escritos publicados, deixando evidente a divergência de opiniões. Esse fato é corroborado com as informações trazidas no *Jornal do Recife*, quando apontou que o livro *Ensaio de Crítica e Filosofia*, de Alcides Bezerra, consistiria na exteriorização dessa desavença com o mencionado sujeito (O “JORNAL” NA PARAHYBA, 1918).

Ainda, de que forma Alcides Bezerra, a partir das ideias educacionais e da formação jurídica, influenciou a época, trouxe novos ares para o período subsequente, a exemplo da bandeira da educação dos sentidos, o que, posteriormente, veio a ser uma das vértebras do escolanovismo; engajou os demais atores e foi a voz do próprio estado, por ter exercido funções políticas (deputado estadual) e estatais (inspetor-geral do Ensino e diretor-geral da Instrução Pública).

Sob o ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória, de naturezas bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa à luz de autores que se debruçaram na temática dos intelectuais, objetivando auxiliar na execução das intenções a seguir propostas.

A partir da compilação dos documentos e dos impressos catalogados em nível local e nacional, a exemplo daqueles que se encontram no Recife e no Rio de Janeiro, foi possível construir o percurso pensado para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionando os fatos mais importantes do legado de Alcides Bezerra para o ensino e para o direito. Citem-se os referidos casos, quais sejam: a) no arquivo na Faculdade de Direito de Recife, foi realizada a coleta das documentações e procurações referentes ao intelectual estudado, concernentes ao curso de Ciências Jurídicas estudado, no período de 1907 a 1911; b) no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP/PB), houve a possibilidade de catalogar informações a respeito do jornal *O Educador* e, conseqüentemente, o Relatório da Instrução Pública, elaborado pelo sujeito investigado e veiculado em várias edições do referido impresso, além de alguns biógrafos que tinham como objeto central a vida e a obra da personalidade outrora referida; c) no acervo do curso de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, compilaram-se os documentos de fundação e de organização estrutural do referido curso³².

Diante desse panorama, a pesquisa tem como objetivos analisar o itinerário e a rede de sociabilidade, realizados por João Alcides Bezerra Cavalcanti. Por derradeiro, buscou-se, ainda, articular o referido objetivo com as conseqüentes propostas, quais sejam: a) registrar a importância dos impressos no engajamento intelectual, identificando as redes de sociabilidade

³² Mais uma vez, estimo os meus agradecimentos ao prof. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, pelo compartilhamento do documento referente à Reforma do Ensino (1917).

desses sujeitos e a relação com os referidos veículos, como um instrumento de poder para a divulgação do seu pensamento; b) discutir a respeito do ideário educacional de Alcides Bezerra na Primeira República paraibana, analisando, a partir dos documentos (Reforma do Ensino e do Relatório da Instrução Pública) elaborados por esse intelectual, quais as ideias difundidas àquele período para o progresso e para a civilidade da nação; c) avaliar a proposta de adoção do método intuitivo nas escolas; d) realizar uma análise da contribuição do signatário Alcides Bezerra no contexto educacional relacionado ao jurídico; e) analisar a proposta de ensino do direito nas escolas realizada por Alcides Bezerra; e f) identificar o engajamento de Alcides Bezerra na fundação, articulação e projetos do curso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Necessário enfatizar a diversificada atuação profissional do referido personagem, tanto na área do direito quanto na da educação, e as obras trazidas para o campo intelectual, sem, contudo, esquecer de mencionar a escassez de trabalhos acadêmicos que tratam desse personagem e a consequente atuação educacional. Registre-se, por oportuno, o livro organizado por Fernando Nicolazzi (2015) sobre a *“História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República”*, trazendo à baila, entre vários intelectuais, nomes como o de Alcides Bezerra, João Capistrano de Abreu, Sílvio Romero e Pedro Lessa.

Além do mais, uma coletânea de textos, compilados e com fins de homenagens póstumas ao intelectual estudado, intitulada como *“Alcides Bezerra (em memória)”* sic, elaborada por personagens da Academia Carioca de Letras, como Afonso Costa, no ano de 1938. Junto do entusiasmo desses personagens que se debruçaram sobre Alcides Bezerra é possível encontrar ainda a coleção *“Historiadores paraibanos”*, número 17, escrita por Luiz Hugo Guimarães e editada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), assim denominada *“Alcides Bezerra: historiador e filósofo”*. Essas fontes contribuíram para entender como o intelectual estudado foi representado por seus pares, bem como por outros sujeitos que quiseram contar as trajetórias acadêmica e profissional desse cidadão. Em síntese, a verdadeira materialização e a consubstanciação de diversas fontes para fundamentação do presente estudo.

No Congresso Brasileiro de História e Educação – CBHE, ocorrido no ano de 2017, em João Pessoa/PB, foi apresentado o trabalho *“A Atuação e produção educacional de Alcides Bezerra na Parahyba (1917-1921)”*, com a temática central sobre o jardim de infância, a partir do Relatório da Instrução Pública de 1921, veiculado entre os anos de 1921-1922, no jornal *O Educador*. Esses traços levantados, mais uma vez, demonstram a relevância das discussões trazidas nesta dissertação, a fim de discutir as contribuições educacionais e

jurídicas da personalidade em questão, no período da Primeira República até o Estado Novo, em níveis local e nacional, respectivamente. Então, propõe-se a retirada de qualquer véu que nublava todo o itinerário intelectual do mencionado autor, tendo em vista que não foi objeto de maiores discussões acadêmicas. Portanto, não existem razões para a ausência de discussão do referido ideário pedagógico e da consequente ênfase no âmbito jurídico.

Ainda, a partir de a análise das edições da *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), foi possível visualizar como se encontrava o estado da arte, no que concerne ao legado educacional e jurídico deixado por Alcides Bezerra, uma vez que, ao visitar com olhar meticoloso, foi possível comprovar, de fato, a escassez de trabalhos a respeito do intelectual ora firmado. Contudo, registre-se, por oportuno, a enumeração de uma coletânea de resenhas, dossiê e artigos, que podem subsidiar o entendimento da temática proposta, pois tratam de questões que perpassam aos anseios pretendidos.

Como exemplo, cite-se a resenha “*Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*”, de Patricia Moreira, publicada em 2002, a partir da obra de Marta Carvalho (1998), propondo conceitos relacionados à questão do higienismo e aos ideais de progresso e de civilidade. Ainda, torna-se possível corroborar com os propósitos da época, inclusive, ditados por Alcides Bezerra, quando esteve à frente da elaboração do Relatório da Instrução Pública (1921).

Na sequência, no ano de 2003, foi proposto um dossiê para análise dos traços característicos das esferas pública e privada no campo educacional, assim intitulado de “*A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930*”, de Ana Magaldi, sendo um recorte temporal que tangencia a pesquisa, nessa ocasião, desenvolvida.

Por último, realça-se, por arremate, o artigo “*No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação*”, de Raquel Discini de Campos, publicado em 2012, que tem o impresso como fonte circundante para a construção da narrativa do campo da história da educação, corroborando a perspectiva proposta neste trabalho, ao trazer como umas das fontes os jornais nos quais Alcides Bezerra se debruçou para tratar de questões atinentes à educação, seja exercendo um posicionamento político-partidário ou técnico.

1.2 Fontes para o estudo historiográfico: documentos e impressos

O estudo, em tela, pauta-se na análise documental das fontes escritas levantadas para a construção do itinerário intelectual de Alcides Bezerra, a exemplo das declarações e das procurações do curso de Direito, dos impressos *O Educador*, *Boletim de Ariel*, *O Norte*, *A União*, dos livros *Ensaio de Crítica e Filosofia* e *A Revelação Científica do Direito*, artigos, revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Além dos documentos que indicaram a rede de sociabilidade, como os livros e as biografias; participação em pareceres, bem como os escritos dos sujeitos que se debruçaram na vida e na obra do personagem ora tratado e comentaram a respeito de algumas contribuições, ou seja, traços de um legado deixados depois do seu falecimento³³.

Evidencia-se a importância dos documentos para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente, no contexto da Primeira República, momento no qual Alcides teve grande atuação política e técnica, seja à frente de propostas de cunho legislativo, como deputado estadual, ou na condição de um dos protagonistas responsáveis pela elaboração da Reforma Educacional, no ano de 1917, quando era inspetor-geral do Ensino, no governo de Camillo de Hollanda.

É importante enfatizar que a utilização dos jornais de natureza pedagógica ou não pelos intelectuais, como suporte para veiculação do pensamento a respeito de temas que trataram sobre a organização política, a civilidade e a educação, constituiu-se em instrumento de poder e de influência em relação aos seus leitores. Os jornais se caracterizaram como suportes capazes de influenciar comportamentos e opiniões dos seus leitores, por meio dos artigos veiculados e dos anúncios.

Esse pressuposto fez surgir a ideia dos literatos constituírem um grupo que foi chamado por muitos autores como *aristocracia de talento*, sendo uma elite intelectual que, além de receber honrarias, deveria ter voz ativa no governo e participação nas políticas públicas, com fins de obtenção do bem-estar social da população (ANDRADE, 2015). Assim, percebe-se que os artigos publicados nos jornais possibilitaram a obtenção de renda por parte desses sujeitos que não descendiam da classe burguesa e, muitas vezes, necessitavam exercer mais de uma função, a exemplo do magistério, para manterem os custos financeiros de uma vida em sociedade.

Torna-se notória a importância capital exercida pelos referidos veículos de informação no processo civilizador, além do “[...] papel crucial desempenhado pelos jornais na educação diária das pessoas, mas também na função exercida por eles na própria evolução

³³ Vide apêndice.

da sociedade. [...]” (CAMPOS, 2012, p. 49). Diante dos progressos e retrocessos vivenciados nos anos de 1850, faz-se importante esclarecer que “foram aparecendo oportunidades de emprego para literatos e artistas no magistério, nos trabalhos sob encomenda e na imprensa, com a ascensão do folhetim” (ANDRADE, 2015, p. 31).

Nos séculos XIX-XX, os impressos foram um dos mecanismos encontrados pela intelectualidade para participar da vida em sociedade e discutir questões de interesse da nação, ainda que muitos não frequentassem os mesmos salões da elite aristocrática e não fossem provenientes de família influentes no poderio econômico-político.

A reunião desses pensadores por meio de institutos, sociedades, fundações de jornais ou periódicos se caracterizava como uma prática comum nos séculos XIX-XX. Aqui, encontra-se uma das temáticas que circunscreve o objeto deste estudo, o jornal *O Educador* e as questões modernizadoras para a instituição de ensino, tratadas no *Relatório da Instrução Pública*, elaborado, em 1921, e divulgado, nos anos de 1921-1922. Assim, o relatório foi veiculado em várias edições da referida publicação, momento no qual Alcides ocupava o cargo de diretor-geral da Instrução Pública.

Assim, uma das formas encontradas por Alcides Bezerra, para exteriorizar o pensamento na época, foi por meio dos impressos, haja vista que escreveu no jornal *A União*, *O Norte*, *O Educador* (1921-1922) e no *Boletim de Ariel* (1932- 1937), sendo este escrito no período do Estado Novo e aqueles na época da Primeira República. Debruçou-se sobre questões de natureza política, educacional e jurídica para enaltecer a conservação dos ideais republicanos de ordem, de progresso e de civilidade do país.

1.3 História da Educação e História Intelectual

Pinheiro (2009) ratifica o pressuposto do campo investigativo da História da Educação, por meio da premissa de que a complexidade do mundo consequentemente se reflete nos questionamentos produzidos, sendo imprescindível a contribuição da área da História da Educação para elucidação das problematizações propostas.

A História da Educação demonstra que é possível historicizar o conhecimento por intermédio da reflexão sobre as fontes históricas, que são materiais de pesquisa para aquele que busca o “sentido do passado na sociedade e como descrever suas trocas e transformações” (HOBSBAWM, 1996 apud MAGALHÃES, 2008, p. 100).

A História Intelectual possui diversas perspectivas de análise. Estudiosos a vislumbram, entre outras possibilidades, como: área de conhecimento ou método de análise

(SILVA, 2003). A depender do sabor das escolhas, abre-se uma imensidão de propostas de trabalhos, cuja temática perpassa os pontos de vista e que, cada vez mais, encontra-se presente na área da História da Educação.

Inicialmente, propõe-se a diferenciação – ainda que sumária – dessas correntes, focando na dualidade existente entre campo de pesquisa e de perspectiva teórico-metodológica, a fim de indicar quais autores a elas pertencem. Assim, pretende-se construir um argumento que filie o objeto do estudo, ora desenvolvido, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no contexto da História Intelectual, interseccionando nos aportes da Nova História Cultural.

De início, a primeira proposta defende a História Intelectual como campo de pesquisa, definida, distinta dos demais setores da historiografia. Com *status* de autonomia, tem como escopo a proposta de debates inovadores e instigantes, não esquecendo a possibilidade de diálogo com a História Cultural, História dos Conceitos, História Política, entre outras. Alinham-se a essa vertente autores, como Jörn Rüsen e Pierre Bourdieu. Contudo, há quem discorde e destaque que “[...] Nos domínios da História Intelectual parece mesmo reinar uma indeterminação de sentido quando se trata de definir suas credenciais como campo do conhecimento.” (LOPES, 2015, p. 27).

Para completar, outros escritores a configuram como método de análise, desenhando os processos de investigação dos objetos de pesquisa, a partir de um novo olhar nas relações estabelecidas no tempo e no espaço, dos grupos participantes e das questões então levantadas e anteriormente relegadas ao ostracismo. Esse pressuposto tem influência direta da Nova História Cultural, que ampliou o campo visual para diversos horizontes acerca das fontes, objetos de estudo, novos sujeitos e para a utilização de novas categorias de depuração investigativa. Tome-se como expoente o historiador Roger Chartier, com os conceitos de práticas, representações e apropriação; e Jean-François Sirinelli, com as categorias de *circulação de ideias, intelectuais, geração, rede de sociabilidade e trajetória*. Enfatiza-se que sofre influência direta da História dos Conceitos, capitaneada por Reinhart Koselleck, pois emprestou renovadas configurações para a História Intelectual, transportando a possibilidade de transversalidade, como numa espécie de húmus intelectual (COVES, 2013).

Esse movimento preambular só vem comprovar como a História Intelectual abarca uma imensidão de propostas a serem trabalhadas pelo pesquisador, sendo os caminhos diferentes, a partir das áreas de luminosidade ou de sombreamento – enfoque ou supressão – dadas por este. Assim sendo, engajar-se com as diversas perspectivas faz com que o estudioso

escolha, para a análise do objeto de estudo, determinadas variantes, emoldurando as dimensões e os respectivos limites desejados.

Neste trabalho de dissertação, optou-se por vinculá-lo à História Intelectual, considerada como abordagem teórico-metodológica, como se depreende, principalmente, das escolhas bibliográficas e do itinerário da pesquisa desenvolvido. Sem esquecer de mencionar a respeito de o próprio termo *intelectual* ser utilizado, em muitos trabalhos, para associar determinado indivíduo a um grupo, responsável por condução de ideias vigentes ou antagônicas, refletindo o passado e com prospecção para o futuro.

Para tanto, definir o conceito de intelectual nesse processo é de suma importância e tem como princípio afastar a contradição existente devido ao inúmero rol de significados ou de sentidos presentes nas palavras, a fim de entender, no presente estudo, o percurso adotado para o encadeamento de ideias e os textos abordados na construção da configuração da vida intelectual de Alcides Bezerra.

A expressão intelectual, com sentido não apenas relacionado à cultura e à instrução, mas tendo como acepção as possibilidades de engajamento e embates políticos travados, remonta à origem do Caso *Dreyfus*, quando a palavra surge no vocabulário francês. Com o posicionamento dos escritores Marcel Proust e Émile Zola contra a condenação do capitão Dreyfus à prisão perpétua, por meio da assinatura do Manifesto dos intelectuais, no ano de 1898, declarando total repúdio à postura antissemita, foi possível o alcance da notoriedade popular e a consequente constatação da atuação do intelectual no campo político, como legitimado na divulgação e na influência de opiniões (ENGEL; SOUZA; GUERELLUS, 2015, p. 08).

Figuras como Émile Zola, Marcel Proust e Émile Durkheim se posicionaram a favor do capitão Alfred Dreyfus e contrários ao recrudescimento do espírito nacionalista e à postura antissemita presentes na época. Ato contínuo, alegaram, por meio de jornais e revistas, que o tribunal julgasse o Caso *Dreyfus* baseado em fundamentos universais, e não em virtude da aplicação das balizas estatais, temendo, por ora, um caráter político ao julgamento.

Percebe-se, portanto, a força empregada pelos impressos para a divulgação dos anseios e dos dilemas dos intelectuais, uma vez que a luta desses sujeitos no Caso *Dreyfus* teve notoriedade com, além do engajamento dos personagens, a veiculação nos jornais atrelados aos partidos políticos, nas revistas da cultura e na imprensa de modo geral, no final do século XIX e no limiar do século XX.

É preciso ressaltar que essa polarização entre direita e esquerda, no caso do capitão Alfred Dreyfus, ensejou verdadeiramente o surgimento de uma bolha epistêmica da

concepção de intelectual, principalmente, porque partiu de uma nomeação pelos sujeitos da direita (*antidreyfusards*) aos da esquerda (*dreyfusards*), atribuindo um significado pejorativo, o que difere totalmente com a visão atual. Contemporaneamente, o termo intelectual atribui-se a um sujeito dotado de um variado repertório cultural, tecendo tramas capazes de construir uma rede de significações para a época na qual está inserido.

Sirinelli destaca que os impressos contribuíram para a divulgação do pensamento dos sujeitos engajados nas causas políticas, num momento em que a qualificação como intelectual era realizada pelos próprios pares. Contudo, com a presença da mídia houve um deslocamento, passando o papel para os novos mecanismos midiáticos, responsáveis pela transmissão crescente do som e da imagem. Essa atribuição de função às mídias que foram surgindo, com o avanço da era moderna, culminou na transmissão da classificação como intelectuais para sujeitos do meio artístico, a exemplo dos cineastas, músicos e atores (ALVES, 2012).

Essa delimitação do marco temporal do Caso *Dreyfus*, como o início do ingresso dos intelectuais na cena pública, não foi adotada por Norberto Bobbio (1997), uma vez que o autor faz o destaque sobre os indivíduos que foram categorizados como intelectuais atualmente e que são aqueles dos tempos anteriores denominados como “[...] sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes, clérigos.” (BOBBIO, 1997, p.11).

Significa dizer que o Caso *Dreyfus* inaugurou a utilização do termo *intelectual*, mas a existência de indivíduos posicionados em favor da luta por princípios ideológicos, políticos ou econômicos não se restringe a essa época. Bobbio (1997) esclarece que o poder ideológico traçado pelos intelectuais tem como norte o exercício “[...] sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias (*sic*), de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra [...]” (BOBBIO, 1997, p. 11).

As ideias pensadas pelos intelectuais em determinada época estão vinculadas às crenças internas, às alianças políticas ou sociais, aos embates travados e às contraposições firmadas com seus opositores. Dessa forma, não se pode deixar de analisar o contexto no qual o personagem se encontrava situado, os sujeitos com os quais ele conviveu e os autores nos quais ele se inspirou para defender os ideais. Nesse sentido, atribuía-se importância aos recursos e aos currículos escolares utilizados pelos professores, como instrumentos legitimadores da ideologia dominante. Assim sendo:

A convicção que intelectuais, professores e gestores do Estado depositaram na escola como espaço de difusão dos ideais nacionalistas e republicanos não se restringiu ao mero discurso político-ideológico. Essas idéias (*sic*) foram, pouco a pouco, se materializando no interior da escola, no cotidiano da sala de aula. Além do livro didático de história da Paraíba, um outro mecanismo adotado pelo poder estatal foi a normatização da cadeira de Educação Cívica, inicialmente implantada na Escola Normal e no Lyceu Parahybano, para, em seguida, fazer parte também da estrutura curricular dos grupos escolares. (PINHEIRO, 2001, pp. 152/153).

Em que pese o referido suporte se situar na época da modernidade, será preciso, para análise das fontes, trazer o olhar da Nova História Cultural e o pensamento do autor Jean-François Sirinelli para esta pesquisa, objetivando ampliar o campo visual para novos horizontes acerca das fontes, objetos de estudo, novos sujeitos e a utilização de novas concepções, como a de *intelectual*, *rede de sociabilidade* e a *circulação das ideias*. Para tanto, urge destacar que “[...] ‘a história precisa de mutação e não de reacções’, surgindo a história cultural como um dos estímulos do movimento historiográfico em curso e como penhor de novos e fecundos avanços”³⁴ (SIRINELLI, 1998, p. 418).

Assim, o surgimento de novas categorias, além de *intelectual*, como, *geração*, *sociabilidade* e *circulação*, propostas por Sirinelli (2003) possibilitaram uma renovação da escrita historiográfica, realçando detalhes e trazendo questões antes não discutidas, um novo olhar sobre as fontes, e a consequente interpretação do historiador, sob o prisma cultural.

Com a contribuição interdisciplinar trazida pela Nova História Cultural no campo teórico-metodológico, foi possível também repaginar o estudo historiográfico, em virtude da tradição outrora instituída por outras temporalidades, colocadas em evidência e consolidadas por outros historiadores, a exemplo da “[...] reação dos historiadores de diversos países (cada qual a seu modo) ao marxismo vulgar, ao estruturalismo, a história monumento e as mentalidades.” (SCHNEIDER, 2008, pp. 180/181). Nesse sentido:

A subida em força da história cultural beneficiou de uma conjuntura duplamente marcada. A erosão progressiva das posições intelectuais do marxismo, a partir dos anos setenta, e o recuo do estruturalismo favoreceram um movimento de retorno ao sujeito pensante e que age. O cultural [...] estava isolado entre os objetos periféricos – por secundários ou derivados – do território do historiador, ganhou desde logo em densidade e em autonomia. (SIRINELLI, 1998, p. 410).

A pluralidade presente nos estudos historiográficos trazidos mediante a perspectiva da Nova História Cultural é corolário da não aceitação da homogeneidade e da linearidade dos

³⁴ Ideia proposta por Sirinelli, refletindo uma proposta de orientação conservador-liberal, no mesmo sentido do pensamento exposto por Alcides Bezerra, no século XX.

acontecimentos históricos pelos intérpretes. Esse fato fez emergir a diversidade na pesquisa histórica, mormente porque possibilitou uma leitura polifônica, sendo necessário, para tanto, “[...] conter em si mesma várias línguas e pontos de vista, incluindo os dos vitoriosos e vencidos, homens e mulheres, os de dentro e os de fora, de contemporâneos e historiadores”. (BURKE, 2000, p. 267). Sirinelli assim definiu história cultural:

A história cultural é aquela que se propõe ao estudo de formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política –, e que lhe analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Como os grupos humanos representam e se representam no mundo que lhes envolve? Um mundo figurado ou sublimado – pelas artes plásticas ou pela literatura –, mas, também, um mundo codificado – os valores, o lugar do trabalho e do lazer, a relação com o outro –, demarcado – o divertimento –, pensado – pelas grandes construções intelectuais –, explicado – pela ciência – e parcialmente administrado – pelas técnicas –, dotado de um sentido, – pelas crenças e pelos sistemas religiosos e profanos, como os mitos –, um mundo legado, enfim, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução. (SIRINELLI apud ALVES, 2012, p. 112).

Para tanto, uma das funções da história cultural é fazer uma abertura fértil e poder analisar a atuação dos intelectuais, dando enfoque ao engajamento, polêmicas travadas e repercutir a discussão sobre o referido papel nos cenários social e acadêmico. Ainda, importante evidenciar que as ideias discutidas no interior da 3ª geração dos Annales possuiu grande relevo para o objeto da presente dissertação, haja vista que o referido movimento se constituiu numa “[...] fase marcada pela fragmentação e por exercer grande influência sobre a historiografia e sobre o público leitor, em abordagens que comumente chamamos de Nova História ou História Cultural” (OLIVEIRA; CASIMIRO, 2007, p. 268). Assim sendo,

[...] a terceira geração dos Annales foi marcada por mudanças intelectuais. O policentrismo (o centro do pensamento histórico estava em vários locais) permitiu a abertura para ideias vindas do exterior e a inclusão de novas temáticas. A ausência de um domínio temático fez com que alguns comentadores falassem numa fragmentação. Burke abordará três temas maiores: a redescoberta da história das mentalidades, a tentativa de empregar métodos quantitativos na história cultural e a reação contrária a tais métodos (quer tomem a forma de uma antropologia histórica, um retorno à política ou o ressurgimento da narrativa). A mudança de interesses dos intelectuais dos Annales, da base econômica para a “superestrutura” cultural – reação contra Braudel e contra qualquer determinismo – foi intitulada por Burke como um movimento “do porão ao sótão”. (OLIVEIRA; CASIMIRO, 2007, p. 269).

Sirinelli (2003) destaca que a invisibilidade dos intelectuais durante muito tempo não foi decorrente do descrédito dos estudiosos atribuído à área, mas na falta de classificação

dessa temática como prioritária aos olhos do historiador. Para tanto, surge a necessidade de verificação de novas problemáticas, descortinamento dos indícios e entrelaçamento das ideias levantadas.

Urge, ademais, enfatizar que essa ausência de olhar pelos historiadores teve como outras causas o fato de os intelectuais constituírem uma categoria social, sem delimitação e não tão expressiva em nível de dimensão, haja vista que pertenciam às elites e os estudos historiográficos eram voltados para as massas, além do que as ações realizadas pelos referidos sujeitos não se encontravam inscritas numa extensa espessura cronológica do debate cívico.

No livro *“Os intelectuais e o poder”*, Norberto Bobbio (1997, p. 67) pontua como uma das principais funções do intelectual, senão a primordial, a da escrita. Nessa perspectiva, parte-se do princípio que o personagem, ao escrever, posiciona-se no mundo, trazendo à baila temáticas do seu interesse, participando de decisões e produzindo cultura na sociedade em que vive. Então, o intelectual consubstancia os seus textos com o conhecimento adquirido ao longo da vida e, ao mesmo tempo, influencia os leitores a respeito de determinado assunto, objeto de interesse na época.

Bobbio (1997, p. 68) caracteriza intelectual como “[...] alguém que não faz coisas, mas reflete sobre coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas idéias (*sic*).”.

Após tecer considerações a respeito da importância sobre a compreensão e sobre a extensão do termo intelectual, como uma condição de qualidade humana, enfatiza-se que isso decorre do próprio caráter polissêmico e do aspecto polimorfo, no que se refere ao meio ao qual se vincula. Assim, a conceituação da palavra intelectual como sendo uma “[...] geometria variável, mas baseada em invariantes [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 242) significa a divisão em duas acepções, “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais³⁵, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento.” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Diante de tal discussão, Sirinelli (2003) estabelece uma diferenciação entre esses sujeitos, dividindo-os em intelectuais, classificados como criadores de cultura, e os mediadores culturais, responsáveis pela difusão das teorias e ideias existentes no seio social. Ao se vincular a essa classificação, esse trabalho inseriu, a partir das fontes, Alcides Bezerra como intelectual criador ou mediador cultural.

³⁵ Muito embora Gramsci também apresente discussões sobre mediadores culturais, o presente trabalho não se aprofundará nas suas ideias e nos referidos desdobramentos.

Por meio da pesquisa árdua e espinhosa, o historiador busca realizar a interpretação dos textos, principalmente, dos impressos divulgados na época pelo objeto de pesquisa, elencando a origem, a circulação e a transmissão das ideias, construindo mapas das redes de sociabilidade dos sujeitos, a fim de encontrar o ponto fulcral das categorias que o influenciaram, seja de forma objetiva ou de modo segmentado.

É por esse caminho da renovação universal de conceitos que desemboca a importância de trazer à baila as concepções, a exemplo de **intelectual**, de **rede de sociabilidade**, de **circulação** de ideias e de **geração**, como forma de analisar o itinerário intelectual de Alcides Bezerra no campo educacional, enfatizando os posicionamentos, ou seja, as bandeiras pelas quais defendia para a ruptura do ensino tradicional vigente à época, a instituição da educação dos sentidos e a importância da cultura jurídica.

Sirinelli (2003), ao se apropriar da abordagem da história cultural na análise dos intelectuais, faz uma relação entre estes e a política, trazendo, assim, novos aportes, ou seja, visualiza a temática sob uma nova dimensão, objetivando a reestruturação do político por intermédio do pano de fundo das culturas políticas. Parte-se do princípio de que as culturas políticas:

Mesmo não sendo consensuais, pois são construídas pelos vencedores, as culturas políticas consolidam-se assentadas sobre uma construção simbólica e todo um imaginário que atuam sobre as sensibilidades. Por outro lado, cabe incorporar à sua análise o choque e a resistência interpostos pela visão dos vencidos, “avaliando o grau de sobrevida e de contrainfluência de outras culturas em recuo na mesma época” [...]. Se determinada cultura política consegue se tornar dominante, isso não significa que alcance o pleno consenso. (ALVES, 2012, p. 122).

O papel do historiador na exploração de uma das camadas das atribuições dos intelectuais, a atuação na cultura política, é crucial para entender que a escola se cristaliza como uma das instituições para discussão dos valores consagrados na construção da nação, como a civilidade e o progresso, arraigados na era moderna. Não é diferente para o impresso, veículo de divulgação das ideias e de influência da sociedade, responsável pelo protagonismo junto à escola na modernidade e pela “[...] circulação dos textos e imagens portadores das representações associadas à cultura nacional republicana [...]” (ALVES, 2012, p. 123).

Ademais, torna-se como um dos pilares de discussão nesta dissertação a abordagem do método intuitivo (lições de coisas), intitulado também como educação dos sentidos, a exemplo do artigo escrito por Alcides Bezerra, e demonstrar que, a concatenação dos ideais propostos na discussão do escolanovismo pelos intelectuais brasileiros, teve a origem nesse

movimento de ruptura do método tradicional adotado nas escolas na Primeira República (VIDAL; FARIA FILHO, 2002 apud VIDAL, 2013, p. 582).

Assim, a Nova História Cultural contemplada com a mediação cultural dos intelectuais à luz da visão dos autores Jean-François Sirinelli (2003) e Norberto Bobbio (1997) é fundamental para compreender o processo de determinação cultural das obras produzidas por Alcides Bezerra, bem como os desdobramentos abarcados pela referida rede de sociabilidade, considerada como receptora da cultura, seja de forma individual ou coletiva.



O IDEÁRIO EDUCACIONAL DE ALCIDES BEZERRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA PARAIBANA

Decorrente de um período de instabilidade política e de contingentes conflitos sociais, a República foi pavimentada por incansáveis mudanças no campo educacional, ainda que, com timidez em certos aspectos, foi possível entender o processo de adequação do ensino aos anseios econômicos, políticos, sociais e culturais da época, sob o pano de fundo das relações de poder. É preciso entender que:

O século XX, mesmo antes de seu término cronológico, já fora objeto de análises que procuravam apreendê-lo em seu conjunto, na tentativa de efetuar um balanço de sua trajetória e significação histórica. A esse respeito chamam a atenção duas obras cujos títulos aparentemente se contradizem. Trata-se de *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, de Eric Hobsbawm (1995), e *O longo século XX*, de Giovanni Arrighi (1996). Ambas foram publicadas na Inglaterra em 1994. (SAVIANI, 2014, p. 12).

Para entender como se constituiu o ideário educacional naquela época, faz-se necessário projetar luzes no período imperial, a fim de que as gerações atuais compreendam como os avanços e os retrocessos ocorreram, além de perceber que as decisões políticas fizeram parte de uma engrenagem histórica e que essa própria ciência seria capaz de ser professora da vida e ser agente legitimadora da busca pela verdade. O ensino, no período republicano, por sua vez, foi consagrado por Luzuriaga como “[...] “educação pública democrática” no século XX” (SAVIANI, 2014, p. 11). Nesse sentido:

Quando voltamos os olhos para a situação brasileira, parece-me que a ideia de um “longo século XX” não deixa de exercer uma certa atração. Com efeito, as transformações mais decisivas do nosso país nos planos econômico, político, social, cultural e educacional parecem situar-se nas duas décadas finais do século definido cronologicamente pelo número XIX e não na virada cronológica para o século XX ou na Primeira Guerra Mundial. Assim, se optássemos pela categoria “breve século”, teríamos de deslocar o início do século XX brasileiro para 1930. Mas a explicação desse marco inaugural nos obrigaria a recuar aos anos de 1880, pois é nesse momento que foram gestadas as condições que desembocaram nas transformações condensadas na expressão “Revolução de 1930”. (SAVIANI, 2014, p. 13).

Considerado como período antecedente à República, o Império, com base econômica agrária, não teve amplo investimento na educação e na organização da sociedade civil para a

melhoria da instrução pública, haja vista, em contrapartida da baixa densidade da totalidade da população, o elevado aspecto demográfico estar envolto na população rural, de maioria analfabeta, composta por escravos, proibidos de frequentarem a escola (PINHEIRO, 2001).

Com foco nos pilares da centralização e da gratuidade da instrução pública primária, foram realizadas várias modificações no ensino brasileiro, durante todo o Império, perpassando desde o objetivo da criação de escolas de primeiras letras, devido à insuficiência de escolas primárias no território brasileiro; da formação apropriada dos professores; encargo da oferta do ensino primário e secundário às províncias, sem esquecer o poder controlador, exercido indiretamente pelo Governo Central.

Em referência aos estudos primários e médios, compreendidos no período que antecede à reforma constitucional de 1834, “[...] algumas escolas de primeiras letras e um punhado de aulas avulsas no velho estilo das aulas régias constituíram todo o saldo positivo do período que sucedeu à Independência” (HAIDAR, 1973, p. 40).

Adiante, após o Ato Adicional de 1834, houve a possibilidade de delegação de uma maior autonomia às províncias, principalmente, no que se refere ao campo da instrução. A medida legislativa, em questão, possibilitou que, fora dos meandros da capital federal, Rio de Janeiro, as instituições de ensino primário e secundário ficassem ao encargo do controle e do gerenciamento das respectivas unidades provinciais. Nesse caso, nos dizeres de Saviani (2014), firmava-se a ideia de uma espécie renúncia ao projeto de escola pública nacional.

Na década de 1850, diversas realizações profícuas foram implementadas, contudo, restritas, ao âmbito do Rio de Janeiro. No meio de todos esses projetos, destaca-se a valorosa “[...] criação da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (1854) – destinada a organizar e fiscalizar o ensino público e privado nos níveis primários e secundários” (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 85).

Segundo as diretrizes da época, o cargo de inspetor-geral “[...] seria nomeado por decreto, não podendo ser professor ou diretor de estabelecimentos públicos ou privados [...]” (SHIGUNOV NETO, 2015, p. 90). Pode-se inferir que a referida medida tinha, como um dos objetivos, a não interferência de indivíduos com interesses escusos na administração provincial e, especificamente, na fiscalização do ordeiro sistema escolar.

Percebe-se que o inspetor-geral possuía um leque de atribuições, desde, a mais conhecida, fiscalização, análise orçamentária das instituições públicas, indicação de métodos de ensino – não se limitando ao mútuo -, certificação para abertura de estabelecimentos privados, além da legitimação para tanto aferir a capacidade moral quanto profissional dos candidatos às funções de professores. Importante ressaltar esses aspectos da criação da função

e do objetivo, a fim de esboçar as raízes da referida atribuição, uma vez que Alcides Bezerra a exerceu, no ano de 1917, e, quando esteve à frente desse encargo, foi um dos responsáveis pela elaboração da Reforma da Instrução Pública, no governo de Camillo de Hollanda.

Com o passar dos anos, diversas reformas na instrução foram efetivadas, objetivando adequar o ensino à conjuntura político-econômica da época. Tais reformas promovidas pelos governos federais procuravam atender as demandas dos estados que hoje fazem parte da região sudeste. Necessário enfatizar que o referido período se constituiu como a transição entre a produção agrária e o setor industrial, decorrente dos anseios da Revolução Industrial e da oportunização por meio da malha ferroviária e pelo processo de urbanização, acentuada com a entrada de imigrantes europeus. Assim, registre-se que, ao lado de novos anseios econômicos, cresceu também a necessidade da formação de um novo homem, preparado para o trabalho e capaz de resolver problemas que se encontraram postos pela ordem vigente.

Na Paraíba, no período que antecede a época dos grupos escolares, ou seja, a famosa “*Era das cadeiras isoladas*”³⁶, o movimento em âmbito local foi apenas reflexo dos anseios nacionais. Ainda, Pinheiro (2001) esclarece que, numa situação de intensa discórdia entre os poderes municipais e o travamento dos investimentos educacionais, foi necessário criar a Diretoria da Instrução Pública, por intermédio da Lei n.º 14, de 04 de outubro de 1848. Logo após, enfatize-se que houve a elaboração dos regulamentos da instrução pública primária e secundária, com fins de organização burocrática. Então, existiu um hiato de poucos anos, entre a criação da diretoria e os respectivos regulamentos, uma vez que a intenção era dar celeridade às políticas, que se encontravam atravancadas no campo educacional, afastando de vez os entraves políticos que davam sustentação a essa prática.

Vigorosas críticas foram estabelecidas em relação à forma de ocupação dos cargos pelos docentes, em que pese terem sido realizados concursos, mas esses ficavam muito aquém da expectativa de conhecimento por parte dos interessados, não precisando de formação para aferir as capacidades básicas dos pleiteantes nos aspectos de ler, escrever e contar. Havia primazia das contratações baseadas por amizades políticas e partidárias, não prevalecendo a competência, mas o fator “*quem indica*” para assunção dos cargos da carreira docente, ainda que com baixos salários, revelou-se um *modus operandi* das forças oligárquicas para se manterem no poder e para ditarem as relações público-privadas.

³⁶ Denominação utilizada pelo professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, no trabalho de Doutorado intitulado “*Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*”, defendido, em 2001, na Unicamp.

Necessário enfatizar que a falta de investimentos no setor educacional, por parte do poder político, é considerado “um dos fatores que mais contribuíram para [...] dificultar a consolidação de uma estrutura educacional escolar socialmente eficiente, que atendesse as reais necessidades de maior número de grupos sociais” (PINHEIRO, 2001, p. 54). Entretanto, não somente o emprego dos recursos possibilitaria a eficiência na educação. Antes de tudo, seria necessária a qualificação profissional dos docentes e as localidades apropriadas, nas quais seriam ministradas essas aulas, com respaldo da fiscalização da entidade competente.

Todo esse rápido histórico levantado acerca do período Imperial, um verdadeiro sobrevoo sobre a matéria discutida, serve como pano de fundo para entender as inquietações e os reflexos presentes no contexto da Primeira República. Parte-se do princípio, para encadeamento das ideias, que Alcides Bezerra exerceu cargos no sistema de ensino vigente na época, ainda que por períodos distintos, como, por exemplo, inspetor-geral do Ensino e diretor-geral da Instrução Pública. Ainda, esse apanhado teórico do contexto imperial é capaz de sedimentar e entender o porquê das relações estabelecidas, na tão aclamada República, construindo pontes e articulações para a defesa dos ideais da referida época, alguns deles na linha de frente da atuação do personagem Alcides Bezerra, no período de 1907 a 1938.

Noutro giro, com a instauração do Governo Provisório, a proclamação da República Federativa, por meio do Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889, e o estabelecimento de normas para regulamentação do papel dos estados federados, na educação reverberou o entendimento ventilado no final do período Imperial, qual seja, de que deveria estar atrelada ao desenvolvimento nacional, capaz do enfrentamento de novos anseios propagados por meio dos ideais liberais. Assim, o papel da escola pública:

Foi somente com o advento da República, ainda que sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população. Essa tarefa materializou-se na instituição da escola graduada a partir de 1890 no estado de São Paulo, de onde se irradiou para todo o país. (SOUZA apud SAVIANI, 2014, pp. 17/18).

Assevere-se que, na Primeira República, existiram dois movimentos, intitulados de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico³⁷, fundamentais para embasamento dos anseios dos quais clamavam pela abertura de novas escolas e questionavam os métodos

³⁷ Posteriormente, essas expressões ganharam notoriedade entre os estudiosos da educação, contudo com novos significados atribuídos em comparação aos que são tratados aqui na presente dissertação. Em algumas universidades, a exemplo da UFPB, nos cursos de Pedagogia, são estudados textos com esse viés, na disciplina de Avaliação da Aprendizagem.

empregados no ensino, lutando pela implantação dos renovados ideais, com roupagem republicana. Trata-se de destacar que:

O primeiro movimento tinha um sentido quantitativo e, o segundo, um sentido qualitativo. O primeiro solicitava abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram e em alguns momentos se somaram durante a Primeira República. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 21).

Daí, então, deriva o movimento escolanovista, encabeçado por John Dewey e que foi paulatinamente implementado no Brasil, inspiração de Alcides Bezerra, quando esteve à frente dos seus escritos educacionais, seja na condição de autor ou porta voz do estado. Além disso, esse ideal pedagógico foi um instrumento de renovação do ensino, que, posteriormente, teve como estopim o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), para a consolidação dos propósitos em todo território nacional. Este trabalho irá retratar adiante, de forma mais acurada, o referido processo em tópico específico.

Muito embora o Brasil não fosse dotado de um sistema de ensino similar ao norte-americano, foi consignada à época a ideia modernizante, proveniente do estudo das teorias e práticas pedagógicas estadunidenses. Nessa senda, Alcides Bezerra buscou se espelhar no ensino estrangeiro, considerado mais avançado do que o estabelecido em território brasileiro. Como exemplo, cite-se:

Todos os povos mais adiantados da Europa cuidam hoje ciosamente da educação physica. Na Asia, o Japão, mesmo antes de assimilar a cultura do Occidente, já podia ser modelo exemplar no tocante ao de que se trata. Na America, sómente os Estados Unidos, que herdaram da mãe-patria um patrimônio assombroso de virtudes de varia natureza, sómente esse país que allia as preocupações praticas ás preocupações moraes mais elevadas, sóment esse povo verdadeiramente superior tem pela educação physica o apreço que Ella merece como base da saúde publica, do aperfeiçoamento da raça e da educação moral. (BEZERRA, 1919, p. 257).

A Constituição da República, de 1891, com nítido viés liberalista *lockeano*, irradiado em todo o seu sistema normativo, teve, como concentração de esforços do constituinte originário, a prevalência dos direitos civis e políticos. Essa afirmativa é corolária do entendimento de que existia a comunhão de esforços, inclusive, em nível global, da educação se encontrar a serviço das liberdades individuais e políticas, até mesmo porque pairava sobre a sociedade, pela moda da época, os ideais positivistas e do liberalismo econômico.

Vale relembrar que o liberalismo aplicado ao campo educacional teve como espinha dorsal o objetivo de possibilitar a ascensão dos indivíduos intelectualmente por meio de sua capacidade, todavia sem o alinhamento da garantia dos direitos sociais. Assim, a ideia da divisão e da preparação dos estudos, de acordo com a classe social, ainda permanecia longe de ver a tão sonhada correção da distorção social pelas classes dirigentes, uma vez que o país saía de um cenário escravocrata, mas não possibilitou igualdade de oportunidades a todos. Por derradeiro, pode-se concluir que a educação não iria ser resolvida num passe de mágica e que havia inúmeros problemas, orbitando a circunferência educacional e agravando a situação, não podendo ser deixados à ociosidade dos governantes e ao bel-prazer do elitismo. Alcides Bezerra “bebia na fonte” norte-americana, tornando-se nítido o engrandecimento daquela cultura aos olhos desse historiador, uma vez que:

[...] Ha uma outra preocupação que almeja o futuro e que é de caracter nacional, a preocupação da raça. Tal interesse não é de surprender num país que é o berço da doutrina do eugenismo, e onde o estado de Wisconsin acaba de adoptar legislação, que exige do par que pede licença para se casar exhibição de certificado de medico official de que o pode fazer sem perigo para a espécie. (BEZERRA, 1919, p. 257).

No ensino parahybano, verifica-se a continuidade da nomeação para funções docentes, como reflexo da política de troca de favores, prática realizada nos períodos anteriores, mas que não sofreu modificação com a alternância para o sistema republicano. Esse fator determinante na política da época, enraizada e impressa nas atuações partidárias “[...] foi se aperfeiçoando e acabou por se consolidar como prática política dominante. O poder das oligarquias determinou [...] a configuração do que viria a se transformar na “política dos governadores” durante toda a Primeira República.” (PINHEIRO, 2001, pp. 58/59).

Se de um lado a prática do clientelismo vigorava, do outro era de se esperar a precariedade da organização escolar, no que se refere à criação e à extinção das cadeiras isoladas. Destaca-se que tudo orquestrado com a bênção dos jogos políticos, selecionados a partir dos interesses e dos caprichos individuais, descartando as reais necessidades da população usuária do ensino público e ficando a distância de um ensino preocupado com a educação e a alfabetização para todos. Alcides Bezerra retratou uma das maiores preocupações sentidas, no contexto da Primeira República, quando se debruçou, na conferência “*O problema cultural brasileiro*”, sobre o grande problema nacional, ou seja:

[...] o maior de todos elles, é o problema do analfabetismo. Num país de 80% de analfabetos todos os esforços, todas as propagandas científicas,

moraes, hygienicas e religiosas não encontram eco. O raio de seus effeitos é diminuto. Educação physica, educação moral, educação cívica, educação technica, tudo isso depende da escola primaria, o cadinho onde se forjam as grandes nacionalidades. **Não precisamos de ensino primario obrigatorio, como alguns desejam. Urge é disseminarmos escolas por toda a parte.** O povo brasileiro não necessita ser catechizado ás luzes, como algumas populações ruraes da Europa o fôram [...]. (BEZERRA, 1919, pp. 258/259). (sem grifo no original).

Repise-se que, essa ausência de plano para pôr em prática os projetos educacionais, constituía-se como reflexo das escolhas políticas realizadas. Então, a não obtenção de êxito nesse ramo da Administração Pública, a educação, derivava da prevalência dos interesses e das ideologias governamentais, em detrimento da necessidade de emolduração das políticas públicas, com indicações de continuidade, independentemente dos indivíduos que estivessem no poder.

Sendo assim, deveria ter sido implementado um modelo de educação como política pública, não como política de governo, que cada um remodela ao seu entendimento. Só assim haveria possibilidade de se alcançar sucesso nas práticas adotadas, uma vez que, ao olhar no retrovisor da história, seria possível ver quais delas obtiveram sucesso num raio de maior espessura do que o referente ao período do mandato governamental. Talvez até hoje esse seja um dos fatores culminantes do atraso e do retrocesso escolar, quando comparados com outros países de tradição democrática.

Na tinta e no papel do ensino paraibano, infere-se que alguns problemas listados no período republicano, pelos dirigentes políticos, ainda, permanecem até os dias atuais. Citem-se, por ora, os motivos alegados por algumas autoridades públicas, quando vêm a público explicar a ineficiência dos investimentos educacionais, a exemplo do aumento de despesa e da diminuição de receita. Denota-se que apenas as circunstâncias temporais e espaciais, bem como os personagens são modificados, mas a justificativa enumerada por parte de alguns gestores públicos coincide com a da época anterior, como numa espécie de *déjà vu*. Contudo, faz-se necessário destacar que, na Constituição Federal de 1988, existe o princípio do federalismo cooperativo, no qual os entes federados têm obrigação na aplicação de porcentagem inegociável na educação e, caso haja aplicação inferior, os administradores são civilmente responsabilizados.

Em meio às discussões a respeito da centralização ou da descentralização das atribuições dos estados e dos municípios, na questão educacional, contidas no impasse acerca dos aspectos gerais das ordens e das legislações do ensino serem obrigatoriedade ou não do Governo Central, permeou, durante a República, diversas lutas travadas entre os poderes e as

oligarquias regionais da época, por loteamento de cargos decisivos no âmbito da instrução pública (PINHEIRO, 2001, p. 62).

É a velha ideia de apreensão de papéis consolidada no arcabouço constitucional e que entra no ideário político dos entes federados, principalmente, pelo fato da ausência de um órgão nacional, a exemplo do Ministério da Educação, que somente foi criado, no ano de 1930. Nessa linha de pensamento, Pinheiro (2001) continua com seus apontamentos, ao discorrer sobre o fato de, no ano de 1909, o governo paraibano ter acordado entendimento de transferência de um maior número de recursos públicos para investimento na instrução pública, tendo como contrapartida pelos municípios a construção dos estabelecimentos educacionais que seriam substituídos por grupos escolares e com financiamento pela Administração Pública estadual.

Estão nas prateleiras da história da educação os fenômenos, pelos quais a instrução pública, da Primeira República parahybana, foi influenciada e os quais Pinheiro (2001) intersecciona com primor nos estudos sobre a referida época, quais sejam: a organização político-administrativa, os conchaves presentes nas relações oligárquicas e o orçamento público, que delimitava os recursos a serem aplicados e escolhia o que era prioridade para a agenda educacional, a depender das circunstâncias nas quais se encontravam os territórios. Como, por exemplo, citem-se as épocas de secas, nas quais se diminuía os investimentos na educação para o atendimento dos necessitados, além da recorrente perda da receita em virtude do decréscimo na arrecadação dos impostos, que ocasionava a não subvenção das políticas outrora teoricamente implementadas.

Alcides Bezerra foi pioneiro na questão da necessidade de constitucionalizar os recursos repassados aos entes federados, quando ocorressem os períodos de seca. Na tese “*As secas na futura Constituição*”, percebeu esse problema que assolava o povo nordestino, desde o século XVI. Pode-se dizer que projetou o olhar no sertanejo sofrido pelos efeitos das intempéries provocadas pela ausência de chuvas, aridez do solo, falta de gêneros alimentícios, uma vez que conhecia os meandros do interior paraibano, seja por causas familiares ou por situações profissionais.

Ao olhar para trás, percebe-se que, em épocas de crises, os cortes governamentais são feitos, quase imediatamente, na educação. Observa-se no cenário da transição do Império – República, bem como na Primeira República que os recursos empregados na instrução pública foram diretamente afetados, seja por escolhas políticas ou por determinação dos períodos climáticos, comportando-se como fator preponderante na reordenação do orçamento público.

Nesse aspecto, evidencia-se que a História tem muito a contribuir na revisitação dos cenários passados, objetivando entender o porquê da atual conjuntura econômica, política, social e cultural, haja vista que os personagens, o espaço e o tempo se modificam, mas algumas matrizes se caracterizam como enraizadas no seio das nações. Assim sendo, importante estabelecer que “[...] o “longo século XX” brasileiro deixou como legado para a educação escolar o equilíbrio dialético entre o positivo e o negativo, o que pode apontar caminhos para os tempos em devir” (ALMEIDA, 2014, p. 05).

Era de se esperar o surgimento de vozes nos setores da sociedade civil e na política, que discordassem a respeito da necessidade de aumento de investimentos na educação, para então dar margem a uma melhoria na qualidade do ensino. Muitos creditavam que faltava boa vontade na eficiência da aplicação dos recursos disponíveis por parte dos administradores públicos e dos seus correligionários, reproduzindo o discurso de que os valores destinados à política educacional seriam suficientes para atender à demanda da população ou que, apesar dos recursos empregados e da onerosidade dos entes, não se vislumbravam valorosos resultados nesse setor. Assim, a instrução pública tem esses fatores antagonistas considerados como duas vertentes de um mesmo projeto, qual seja, a educação.

O ingrediente mais poderoso colocado, como passível de resolver questões e problemas na instrução pública, seriam as reformas realizadas no sistema educacional paraibano. Urge considerar que, o instrumento mais eficiente na época, eram as reformas na instrução pública, veiculadas por meio de regulamentos, a fim de reavaliar a estrutura administrativa e física dos prédios escolares, o currículo e qual o papel do professor dentre a circunferência de atribuições da profissão e do campo de ensino.

Assim, com o novo Regulamento da Instrução Pública, elaborado no ano de 1904, por meio de Decreto n.º 241, trouxe à luz a preocupação com a melhoria da remuneração dos professores primários, elencando, como via de consequência, a necessidade do resgate proveitoso para as mentes jovens paraibanas (PINHEIRO, 2001).

Percebe-se que, ainda que com intenções modernizantes no ensino paraibano, existia o ideário em torno de a função dos professores ser estritamente ligada aos objetivos de missão, vocação ou destino, no que se refere ao exercício das mulheres. Contudo, no que tange ao aspecto da docência masculina, o referido papel se caracterizava como sinônimo de prestígio e de distinção social, haja vista os personagens se encontrarem inseridos num círculo de pensadores e de influenciadores sociais, embora ainda auferissem baixos salários. Mesmo que tenha ocorrido a preocupação dos administradores públicos, instrumentalizada por meio de propostas de melhoria na remuneração, a função docente feminina ainda era vista como

associada às causas humanitárias, que posicionava o professor como digno daquele ofício e responsável pelo ensino, numa espécie de [quase] sacerdócio.

Então, torna-se importante se ater à questão das reformas do ensino, ocorridas na Primeira República, principalmente, porque, além das diversas mudanças proporcionadas, Alcides Bezerra, no ano de 1917, encabeçou uma das propostas, junto com outros personagens do cenário local, com ideias de modernização da instrução pública. Essas e outras observações serão esmiuçadas no tópico “*Reforma da Instrução Pública (1917): uma proposta modernizante*”.

Era notória a distorção entre o ensino brasileiro das práticas realizadas nos países conhecidos como desenvolvidos, percebendo-se a diferença de séculos nas questões internas da educação. Enfatize-se que esse atraso era perceptível porque os efeitos iniciais da Revolução Industrial e do modernismo foram sentidos após terem sido amplamente construídos, desconstruídos e redefinidos em vários processos.

No artigo “*A paz e os seus problemas*”, Alcides Bezerra discute os reflexos da Conferência da Paz que poderiam surgir, no mencionado encontro entre os países, assinalando que “[...] Os resultados da conferencia de paz dependerão em parte dos interesses das nações que nella tomarem assento, em parte das ideias dos estadistas que nella figurarem” (BEZERRA, 1919, p. 261). Em outros veículos discutiu sobre a soberania e a igualdade entre os Estados, mas nesse instrumento trouxe o enfoque para a construção da sociedade brasileira, a partir da visão de Alberto Torres, prelecionando que:

O Estado, dizia elle, é no Brasil, um factor de disolução. A influencia deleteria dos interesses sociaes, creados e alimentados em torno do poder publico, desde os municipios até a União, sobre a vida brasileira, é um facto cujo alcance não foi ainda attingido pelos observadores de nossas cousas publicas. Este regimen deve ser substituído por outro, capaz de levar a termo o encargo da geração presente para com o futuro do Brasil. E o povo brasileiro – é a minha inteira e viva convicção – é capaz deste esforço. (BEZERRA, 1919, p. 263).

Os clamores civis e políticos surtiram efeitos quanto à necessidade da construção de estabelecimentos escolares, ainda que com a subvenção de particulares, numa espécie de parceria público-privada, em prol do patriotismo ou da benevolência³⁸, ou mesmo destinando recursos específicos nas dotações orçamentárias para a realização dos objetos arquitetônicos.

³⁸ Pinheiro (2001) esclarece que, durante as pesquisas realizadas, não encontrou dados comprovadores de que a construção de estabelecimentos escolares, por parte dos setores privados, e a posterior doação para o estado da Parahyba do Norte, tenha ocorrido. Apenas elenca acerca do “conhecimento da construção e posterior doação ao

A partir do momento, no qual a configuração da organização escolar deixou a estruturação, por intermédio das cadeiras isoladas, e começou a se orientar pelo modelo dos grupos escolares, o poder executivo competente iniciou o processo de aquisição ou de construção de bens públicos, para funcionamento dos estabelecimentos escolares, com os recursos auferidos pela arrecadação de receita e respectivamente distribuídos pelos tesouros.

Por volta do final do século XIX, mais precisamente, no ano de 1884, ocorre a criação da primeira Escola Normal, na Parahyba do Norte, decorrente dos anseios populares e da visão dos gestores públicos, acerca da necessidade de melhoria na qualificação profissional dos docentes. Embora imbuído desse projeto educacional, com fins de combater o analfabetismo e de enraizar no discurso o povo como destinatário das referidas práticas, necessário rememorar que não se caracterizou, em sua integralidade, num projeto voltado para as massas. Assim, na época, resultou mais num movimento destinado para as classes média e alta, componentes da sociedade paraibana, do que uma universalização e uma inclusão no referido contexto daqueles sujeitos oriundos das camadas populares.

Embora, na Primeira República, vigora-se um ensino com finalidades econômicas e permeado pela metodologia *Lições de coisas*, os índices de analfabetismo ainda permaneciam alarmantes. Consubstanciou-se em um dado de notória necessidade de ser revertido pelos responsáveis no processo educacional, haja vista que o direito de votar, balizado na capacidade eleitoral ativa, em que pese ainda restrito ao sexo masculino, só poderia ser realizado por indivíduos que tivessem as habilidades de leitura e de escrita, de acordo com o Decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889, como bem observa Pinheiro (2001).

Mais uma vez, Alcides Bezerra se debruça na questão da problemática do analfabetismo, quando na publicação “*A paz e os seus problemas*” discorre sobre a necessidade em voga:

Urge quanto antes desanalfabetizar o país. Com o ensino primario, de par, a educação industrial nos institutos technicos. Depois a organização do crediio e do trabalho. Por fim virá a imprensa, o quarto poder, creando e rumando a opinião publica, orientando e dirigindo os govêrnos. (BEZERRA, 1919, p. 263).

Necessário enfatizar o papel da imprensa como órgão detentor de poder, orientando e dirigindo os rumos do país, por intermédio da informação. Assim, Alcides Bezerra vislumbrou os impressos como influenciadores da opinião pública, considerando a imprensa

como o quarto poder. Dessa forma, pode-se inferir que visualizava o referido veículo de comunicação orbitando como satélite os seguintes poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Ainda que a passagem do período, no qual as cadeiras escolares predominassem na organização do sistema escolar, na transição Império-República, verificou-se que, com a chegada dos grupos escolares, a configuração anterior ainda tangenciou boa parte da época na qual estava sendo realizada a remodelação de princípios e de objetivos educacionais, como forma de estimular a sociedade, num prazo razoável, de readequação das novas vertentes determinadas. Percebe-se, então, que foi um processo gradativo, com início, no ano de 1916, data significativa que expressa o marco inaugural dos grupos escolares, devido à criação da instituição Thomas Mindello, instituição cujo primeiro diretor foi Alcides Bezerra. Percebe-se que:

No final do Império intensificaram-se os debates sobre a questão da instrução pública articulada com temas candentes que agitavam a sociedade brasileira, como o problema da Abolição da escravatura, a ampliação do crédito, o incentivo à imigração, a modernização técnica da produção pela introdução de máquinas, a reforma eleitoral, a questão republicana e a formação do trabalhador: “pensava-se na instituição da escola pública e na adoção do ensino agrícola para criar o gosto pelo trabalho ao homem livre nacional e ao escravo em via de libertação” [...]. (SAVIANI, 2014, p. 21).

Pinheiro (2001) faz a divisão temporal da organização sistemática dos grupos escolares, estabelecendo que, entre os anos de 1916 a 1929, prevaleceu a coexistência triangular entre as escolas rudimentares e elementares, escolas reunidas ou agrupadas e os grupos escolares. Esses só vieram a ter predominância a partir de 1930 e aqui paira a justificativa de dissonância entre a situação econômica e a educacional; contudo, como o foco desse trabalho circula na época do pavimento escolar sedimentado por Alcides Bezerra, no contexto paraibano, o referido estudo não irá ser objeto de debate e de maiores aprofundamentos.

Consideradas como símbolos da modernidade, essas instituições foram se consolidando no período republicano, trazendo novos formatos, programas curriculares, práticas, simbolismos, culturas, a serem implementados como garantias da ordem e do progresso na sociedade brasileira.

A dicotomia existente entre modernidade e atraso se caracteriza como antagônica no significado e foi utilizada como justificativa para o prosseguimento da reorganização do sistema escolar das cadeiras isoladas para os grupos escolares. Assim, os anseios políticos, econômicos, culturais e sociais se encontravam na busca por uma maior eficiência na gestão

do tempo, da localidade e dos recursos empregados na agenda educacional. Contudo visualiza-se que, ainda no período de transição de modelos, as pautas político-econômicas ditaram as regras na reformulação das propostas do ensino, até mesmo pelo fato de que não aconteceu de forma uniforme em todos os estados, mas a depender de o sabor das escolhas dos detentores do poder.

É importante observar que os grupos escolares, precedidos pelas cadeiras isoladas e escolas reunidas, foram corolários para a modernização e o embelezamento das cidades paraibanas. Localizados em pontos estratégicos para o transitar da elite e dos grupos tradicionais, essas instituições vieram com a expectativa de romper os atrasos cultural e econômico, muito embora tenham encontrado amarras nas perspectivas política e oligárquica, uma vez que a organização do sistema de ensino ainda consistia em reflexo das escolas isoladas, sob a roupagem do clientelismo. Vale dizer que as orientações arquitetônicas dos grupos escolares vieram estipuladas no Relatório da Instrução Pública, elaborado por Alcides Bezerra, no ano de 1921, tópico no qual esse trabalho irá se debruçar com maior profundidade em *“O Relatório da Instrução Pública no jornal O Educador (1921 -1922)”*.

Ainda que, inicialmente, os grupos escolares tenham prestado maior serviço às classes mais abastadas e aos filhos dos profissionais liberais, percebe-se que a modernização, o exercício de cidadania e o reflexo do pensamento republicano só foram pensados como instrumentos de realização por meio da instrução pública, não da iniciativa privada.

Vislumbrou-se que, entre os inúmeros objetivos educacionais, existia uma vertente constante de que o ensino serviria para civilizar, moralizar e desenvolver a inteligência, fundamentado nos ideais patrióticos, humanistas e racionais. Assim, por intermédio do estudo da história local e da inserção na grade curricular da cadeira de Educação Cívica, demonstrou-se a efetivação dos ideais republicanos na educação paraibana, tendo o caráter de recomendação do diretor-geral da Instrução Pública, João Alcides Bezerra Cavalcanti, ao proferir pareceres no contexto da indicação de livros didáticos para a utilização em sala de aula pelos professores e pelos alunos.

2.1 Reforma da Instrução Pública (1917): uma proposta modernizante

Quando se coloca em xeque a modernização do ensino público, consideram-se como ponto nevrálgico as reformas implementadas, por diversos administradores, que tinham como objetivo determinante colocar a educação em sintonia com os anseios da era moderna, do

avanço tecnológico, das teorias que atravessavam as fronteiras dos países que seguiram a rota educacional estadunidense.

É notório que a insatisfação com a instrução pública, principalmente, nas questões de analfabetismo, evasão, repetência, baixa frequência escolar, insuficiência de recursos para pagamento de condições dignas ao magistério e para compra do mobiliário foram pressupostos desencadeadores da necessidade das reformas educacionais. Mello (1996) trabalhou essa questão, no livro *“Evolução do Ensino na Paraíba”*, trazendo, com breves considerações, o apanhado das discussões envolvendo o percurso da educação paraibana.

Aqui, impera um maior destaque para o período (1889-1930), denominado como Primeira República, no qual diante da escassez de recursos, dos embates entre os partidos políticos, assim como do estado de latência dos primeiros anos republicanos, sem conseguir a implementação das propostas educacionais, o presente estudo, entre outros objetivos, visa dar publicidade sobre a atuação intelectual de Alcides Bezerra, quando esteve à frente do ensino paraibano, nesse recorte histórico.

Nessa esteira, recebido com entusiasmo pela população, os grupos escolares, com data de instalação no estado da Parahyba do Norte, no ano de 1916, inaugurados por meio da instituição Thomas Mindello, vieram, como afirmado anteriormente, com a promessa de modernizar o ensino, além da adoção do viés positivista e do método lições de coisas, para dar vazão aos anseios republicanos.

Verifica-se, então, que a Reforma da Instrução Pública, nada mais foi, do que a consolidação dos ideais democráticos irradiados no cenário nacional, com ampliação dos efeitos na instrução pública, ainda que tardiamente, sentidos na esfera local, no ano de 1917, quando comparados com outros estados brasileiros³⁹. Contudo, anteriormente, Álvaro Machado, na exposição para transmissão do cargo para Mons. Walfredo Leal, discorreu sobre: “[...] a necessidade da criação de grupos escolares no Estado, “reforma esta que tão largos e fundos benefícios tem (*sic*) produzido nos Estados que a introduziram, como o mais proveitoso dos sistemas de ensino, até hoje conhecidos”.” (MELLO, 1996, p. 78).

Essas instituições não visavam apenas a agrupar todas as escolas isoladas no formato de grupos escolares, mas atentava-se para uma renovação de caráter pedagógico e administrativo. Considerada como uma instituição que romperia as práticas do atraso escolar, ocasionadoras do tão famigerado analfabetismo na população, o grupo escolar instalou-se no

³⁹ Aqui, há uma compilação das datas das instalações dos primeiros grupos escolares, nos principais estados brasileiros como, respectivamente, Paraíba (1916), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Espírito Santo (1908), Santa Catarina (1911), Paraná (1903) (SAVIANI, 2014).

estado paraibano na mesma época, na qual ocorria a renovação dos ideais políticos propostos pelo então chefe do executivo local, Camillo de Hollanda. Esperava-se com essa transição que “Dadas as atenções que os últimos governos vinham dispensando à Instrução Pública, notava-se certo movimento animador nas escolas, quando o Dr. Francisco Camilo de Holanda tomou posse do cargo de Presidente do Estado, a 22 de outubro de 1916”. (MELLO, 1996, p. 83).

Mello (1996, p. 83) classificou Camillo de Hollanda como “Madrugador incansável em tudo que dizia respeito ao interesse público, [...] renovador da vida paraibana, num trabalho contínuo e eficiente”, ponderando, na sequência:

Ao lado dos melhoramentos materiais que em diversos pontos da Capital assinalam o seu governo, o Dr. Camilo de Holanda voltou-se com a maior simpatia para as questões do ensino e realizou a maior obra, até então empreendida, em matéria de instrução popular (MELLO, 1996, p. 83).

É possível traçar um desenho na história local paraibana, no qual se visualizam dois cenários: o político e o educacional. Na mesma curva, onde se pugnava um novo frescor político, trazido pelos objetivos e pela agenda adotada pelo presidente do estado, na vigência do mandato (1916-1920), encontrava-se o reflexo da releitura organizacional na educação, traçada com a implantação dos grupos escolares. Veja-se, portanto, que se constituía numa espécie de unir o útil ao agradável, haja vista que esses espaços otimizaram tempo, dinheiro, organização pedagógica e administrativa, ou seja, uma verdadeira logística inovadora, considerada como capaz de romper com qualquer procedimento obstaculizador do progresso do país.

Torna-se necessário trazer para o presente trabalho a seguinte indagação: será que o país estava preparado para fazer essa transição das escolas isoladas para os grupos escolares? É importante ir mais a fundo e descamar essa questão, colocando, como foco principal, os efeitos dessas instituições no ensino paraibano. Sabe-se que, para fazer esse remodelamento educacional, no governo de Camillo de Hollanda, foi necessária uma reforma na instrução pública, encabeçada por um grupo de intelectuais que transitavam na relatividade do tempo da esfera pública, compartilhando ora o mesmo espaço, ora as mesmas vocações profissionais.

Espindola (2017), a partir de sua tese denominada “*As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)*” considerou que o período do século XIX na Parahyba foi de longa duração e os anseios educacionais só vieram a ser notados, com um maior relevo, nos anos finais da década de 1920. Assim afirmou:

Algumas das características atribuídas apenas ao século XIX só foram concretizadas nas primeiras décadas do século XX. Corroboramos Pinheiro (2001) e inspiradas pela sua datação da era das cadeiras isoladas, indicamos um longo século XIX que só findou na Parahyba quando os grupos escolares tiveram a maioria das matrículas, ou seja, no final da década de 1920. (ESPINDOLA, 2017, p. 205).

Não é difícil entender que os personagens engajados na elaboração do documento possuíam mais do que afinidades intelectuais, mas também predisposição para fazer um apanhado do cenário da instrução pública paraibana e chegar a um ponto de intersecção nas ideias do que seria melhor, naquele momento, na construção da Reforma da Instrução Pública.

O cenário político passava por um processo de mudança, em razão de algumas das propostas assinaladas no governo de Sólon de Lucena, na direção das bandeiras defendidas por Camillo de Hollanda, sendo a instrução pública uma delas. Como forma de instrumentalizar os grupos escolares, o Decreto n.º 873, de 21 de dezembro de 1917, que implementou a Reforma da Instrução Pública, trouxe novos ares para o ensino. Além do mais, voltou o olhar para necessidade de construção das edificações escolares, inserindo o novo cenário pedagógico que traçava os contornos.

Os sujeitos participantes no referido processo de elaboração, assim conhecidos como João Alcides Bezerra Cavalcanti, Celso Afonso Pereira, José Francisco de Moura, José Frutuoso Dantas Júnior, José Gomes Coelho, Manuel Tavares Cavalcanti e Odilon Coutinho, possibilitaram a difusão do ideário dos grupos escolares para as regiões interioranas, haja vista que, com a Reforma da Instrução Pública de 1917:

Apareceu o primeiro grupo escolar no interior, em Itabaiana, enquanto que na Capital eram construídos mais dois: o “Epitácio Pessoa”, e o “Antônio Pessoa” e iniciadas as obras de um terceiro, o “Isabel Maria das Neves”, com a doação de 120.000\$000 feita por Alípio Machado. (MELLO, 1996, p. 84).

Mas para entender o delineamento da Reforma da Instrução Pública, em 1917, torna-se necessário contextualizar com o cenário educacional relatado nas Mensagens Presidenciais, no quatriênio do mandato de Camillo de Hollanda. Tal fato se explica para entender os anseios governamentais da época, analisando os documentos oficiais, construindo a engrenagem histórica que deu impulso à materialização dos grupos escolares e, como pano de fundo, foram trampolins para as subseqüentes reformas no ensino.

Nesse sentido, em Mensagem Presidencial, no ano de 1916, o vice-presidente em exercício, Antonio da Silva Pessoa, antecessor do mandato de Camillo de Hollanda, trouxe os

fatos e as providências administrativas em diversos campos, incluindo, a instrução pública. Assim, acerca da educação dispôs que:

Nenhum assumpto deve merecer maior carinho e maior consideração dos governos. Delle, mais do quo de nenhum outro, depende a felicidade publica. Nelle repousam a solidez das instituições, a verdade do regimen, a pratica da democracia. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1916, p. 07).

Ato contínuo, ainda que existisse diminuição de arrecadação e aumento de despesas públicas, o governo, em exercício, buscou investir na abertura⁴⁰ e na manutenção de novas escolas. Tal era a importância social na eclosão de novos institutos para o aperfeiçoamento da moral, do físico e da erudição dos indivíduos republicanos. Ainda, a possibilidade de se ver homenageado, por meio de um patronato dos grupos escolares, constituía-se como o ápice da consagração social e pública para os indivíduos. Veja-se que essa temática volta a ser atual, no momento que surge a proposta dos *Naming Rights*, no ensino superior. Assim sendo:

Dentro das proprias tabellas orçamentarias, sem augmento de despesas, foi possivel não só a continuação das escolas existentes, como tambem a reabertura da escola «Cardoso Vieira» e a criação de uma nova escola a que a directoria geral deu o meu nome. Esforcei-me quanto possivel para que outro fosse o patrono da escola recém-creada. Até cheguei a indicar o nome do venerando educador e virtuoso sacerdote parahybano padre Rolim, para substituir o meu, alvitre que não foi acceito. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1916, p. 09).

Em 1917, vigente o quadriênio de Camillo de Hollanda, esse enaltece, no que se refere ao ensino, que “A instrucção publica tem sido o objecto principal dos meus cuidados, pois, como sabeis, é da resolução dessa magno problema que deriva directamente o aperfeiçoamento dos povos” (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1917, p. 09).

Entendia a instrução pública como “[...] a preparação do espirito pela cultura methodica sobre os conhecimentos em geral; a especialização technica em qualquer daquelles conhecimentos para a formação profissional” (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1917, p. 10). Enviesado no aperfeiçoamento dos indivíduos nos pilares erudito e técnico, demonstrou interesse em organizar o ensino para o trabalho com as noções gerais das ciências e com a especialização de conhecimento para a prática profissional, ainda que não aplicável esse referencial na integralidade, haja vista os poucos recursos dos quais dispunha o erário público.

⁴⁰ Menciona a criação de 17 novas cadeiras no interior do estado paraibano (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1916, p. 08).

Contudo, limitando-se ao orçamento público disponibilizado, buscou-se a reorganização do ensino, realizando:

Para tornar effectivo o meu pensamento de govêrno, neste particular, nomeei ultimamente uma comissão dos nossos pedagogos mais competentes para me formularem uma reforma do ensino publico em geral, e estou certo de prestar o melhor serviço á nossa terra se conseguirmos a introdução dos methodos didacticos e pedagogicos tão proficuamente experimentados no Estado de S. Paulo. que é o paradigma nacional nessa relevante materia de instrucção publica. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1917, pp. 10/11).

Buscou-se a homogeneização dos programas e dos métodos de ensino em todas as municipalidades, sem a retirada da autonomia municipal para a difusão e propaganda da referida política pública (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1917, p. 11). Estimado com as valorosas contribuições do ensino paulistano ao contexto local, verificou-se que o gestor Camillo de Hollanda, no ano de 1917, fez uma viagem para São Paulo, a fim de conhecer os mecanismos de sucesso implementados na localidade, ressalvadas as lógicas financeiras que se constituíam como entraves, para a integralidade das medidas, nos moldes paraibanos (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1917, p. 19).

Com a urgência da necessidade do remodelamento na instrução pública, ainda assim, percebe-se a comemoração, pelo referido gestor, do aumento da frequência escolar, decorrente do investimento na abertura de novas cadeiras isoladas e da distribuição gratuita dos livros e dos demais materiais pedagógicos. Um avanço na questão educacional, na qual se contava com o auxílio direto dos sujeitos responsáveis pela elaboração do referido documento, uma vez que exerceram cargos na gestão de Camillo de Hollanda. Esse fato foi considerado por Biserra (2015), quando teceu considerações sobre o aludido governo e as benesses para a instrução pública.

O estudo atual busca também trazer à baila o assunto, propondo a reconstrução de um quadro, semelhante ao que fez Biserra (2015), indicando as formações e as categorias profissionais dos personagens, construindo, por conseguinte, a rede de sociabilidade que possibilitou a reunião de ideias em torno da elaboração da Reforma da Instrução Pública, no ano de 1917.

Importante destacar que o jornal *Diario de Pernambuco* apresentou como ocorreriam as reuniões do grupo responsável pela elaboração da *Reforma do Ensino (1917)*. Assim, com dados sobre a primeira reunião dos colaboradores, informou que:

Ficou resolvido que a mesma comissão se reunirá duas vezes por semana para tratar do mencionado assumpto da mesma repartição, ficando escolhidos os dias de segunda e quinta-feira, ás 12 horas, para as aludidas reuniões, para a primeira das quaes que se effectuará na primeira semana de julho [...]. (O “DIARIO” NA PARAHYBA, 1917, p. 04).

Abaixo segue um panorama que pretende abarcar as referidas intenções, além de situar a rede de sociabilidade que permeava a trajetória de Alcides Bezerra:

Quadro 3 – Lista dos intelectuais que participaram da Reforma do Ensino (1917)⁴¹

João Alcides Bezerra Cavalcanti	(1891-1938) Vide p. 12. Observa-se que, em comum com os outros personagens, encontram-se o exercício de profissões docente e técnica na área da educação, a formação jurídica, a docência universitária, vínculos como membro de institutos, política, jornalismo. Oferta de parecer em obra de José Gomes Coelho, com o fim de possibilitar a adoção nas escolas públicas. Além do mais, na biografia dele, consta que a personalidade prefaciou documentos importantes e publicou diversas biografias com a chancela do Arquivo Nacional. Foi autor de diversas obras que serão detalhadas no decorrer do trabalho. Organizou o VII Congresso de Geographia, ocorrido na cidade da Parahyba do Norte. Destaca-se essa informação, não mencionada por seus biógrafos, qual seja: Lente substituto da Escola Normal (O “JORNAL NA PARAHYBA, 1919, p. 01). Some-se o fato de ter exercido a primeira direção no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello.
Celso Affonso Pereira	Superintendente da instrução noturna, no governo de Camillo de Hollanda , nomeado no ano de 1917.
José Francisco de Moura	Lente de Física e Química no Lyceu Parahybano. Responsável pelo ensino oficial, nomeado no governo de Camillo de Hollanda , no ano de 1917.
José Frutuoso Dantas Júnior	Inspetor do ensino , no governo de Castro

⁴¹ Realizou-se destaque, no que se refere às afinidades, vivenciadas pela rede de sociabilidade de Alcides Bezerra.

	Pinto (1914) (STIEL, 1984).
José Gomes Coelho	(1898-1954) Nasceu em Esperança/PB e faleceu em João Pessoa/PB. Filho de Eusébio Joaquim Coelho e Débora Clotilde Gomes Coelho. Diplomado pela Escola Normal da Paraíba e Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, cursou a turma pioneira de Agrimensor, anexa ao Lyceu Paraibano. Foi professor e diretor do Lyceu Paraibano e da Escola Normal. Também ministrou aulas no Instituto Underwood e na Faculdade de Ciências Econômicas na Paraíba. Exerceu funções de Inspetor Fiscal do Ensino, Diretor dos Serviços Elétricos; Secretário da Fazenda (1937), Juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Participou, em 1915, da Comissão que objetivava traçar os limites entre Paraíba e Pernambuco, apresentando um desenho topográfico, definindo as delimitações entre os territórios. Eleito bibliotecário do IHGP (1915-1916); membro da Comissão de Revista (1916-1920); Foi 2º secretário da Diretoria do VII Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na capital do Estado (1920). Publicou o livro <i>Escorço de Corografia da Paraíba</i> (1919), adaptado e distribuído para as escolas públicas paraibanas, cujo parecer foi do IHGP/PB, da relatoria do intelectual João Alcides Bezerra Cavalcanti. Ingressou, em 1914, no IHGP juntamente com Miguel Santa Cruz de Oliveira e foi saudado por Alcides Bezerra. Organizou o VII Congresso de Geographia, ocorrido na cidade da Parahyba do Norte.
Manoel Tavares Cavalcanti ⁴²	(1881-1950) Nasceu em Alagoa Nova/PB e faleceu no Rio de Janeiro/RJ. Filho de João Tavares de Melo Cavalcanti e D. Maria das Neves Pereira de Araújo Tavares Cavalcanti. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1911), premiado, no curso, com uma viagem para Europa, pelo brilhantismo. Exerceu o papel de jornalista nos jornais A União, A Notícia, O Combate, O Norte, na

⁴² Frequentou o curso de Direito e se formou no mesmo período que Alcides Bezerra.

	Revista <i>Era Nova</i> e nas publicações do IHGP/PB. Elegeu-se deputado estadual (1907) e deputado federal, por diversos mandatos, num período de 20 anos. Eleito senador da República, em 1930, não assumiu o cargo porque a eleição não foi reconhecida. Foi diretor da Instrução Pública, professor de História Universal e História do Brasil, no Lyceu Paraibano e na Escola Normal. No Rio de Janeiro, foi escrivão de Juízo de Menores e Primeiro Inventariante Judicial; professor de Direito Romano da Universidade Católica do Distrito Federal. Organizou o VII Congresso de Geographia, ocorrido na cidade da Parahyba do Norte. Publicações: <i>Epítome de História da Parahyba</i> (Imprensa Oficial, 1914); <i>Congresso Nacional - Anais da Câmara dos deputados – Discursos</i> (Imprensa Nacional, 1909, 1921, 1923, 1926, 1927 e 1928); <i>Memórias da fundação da Paraíba</i> (Imprensa Oficial, 1906).
Odilon Coutinho	(1879-1954) Nasceu em Pilões/PB e faleceu em João Pessoa/PB. Foi sacerdote e jornalista.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da compilação e cruzamento de variados arranjos documentais e bibliográficos

Aqui, destaca-se que o trabalho, inicialmente, visa esclarecer que os personagens elaboradores da reforma constituíram um grupo de trabalho, no qual cooperaram para a escrita do documento da *Reforma do Ensino* (1917), contudo não se torna possível delimitar a participação de cada um, ou seja, até que ponto as personalidades em questão contribuíram. Mas na certeza de que um projeto de reforma do ensino se constitui na discussão de multiplicidade de vozes e de contribuições, a depender das experiências particulares e profissionais de cada um. Este trabalho tem como pretensão, na análise da *Reforma do Ensino*, focar nas mudanças e nas atribuições do inspetor-geral do Ensino e do diretor-geral da Instrução Pública, uma vez que foram incumbências exercidas por Alcides Bezerra, além de perpassar por questões tangenciais que se solidificavam no período, a exemplo do higienismo.

O Decreto n.º 873, de 21 de dezembro de 1917, regulamentador da Instrução Pública, trata da Reforma do Ensino, ocorrida no governo de Camillo de Hollanda e que visava colocar o estado nos moldes do avanço e do sucesso educacional, obtidos por meio dos grupos

escolares. Então, vale frisar que, se a estrutura físico-administrativa teria que ser modificada, mas, ainda, existia a necessidade da adequação dos fatores adjacentes ao organograma institucional. Com fins de obter sintonia entre o desenho educacional e as propostas pedagógicas, o governo lançou mão de diversos dispositivos normativos, num total de 309 artigos, que visavam abarcar todo o referencial pedagógico capaz de dar suporte ao referido período, na Primeira República.

Pois bem, necessário enfatizar que as 309 diretivas estatais do ensino se encontram divididas em capítulos, objetivando, além da afinidade de conteúdo, a organização estrutural dos temas. Nesse sentido, a subdivisão em capítulos se estruturou da seguinte forma: 1) Do curso primário; 2) Do ensino particular; 3) Da classificação das escolas; 4) Dos provimentos das escolas; 5) Do pessoal docente, dos seus direitos e deveres, vencimentos, faltas e licenças; 6) Da matrícula das aulas e exames; 7) Do código disciplinar; 8) Do material e da escripturação escolar; 9) Das escolas complementares; 10) Dos jardins de infância 11) Do ensino noturno; 12) Da direcção e inspecção do ensino.

Para época, esse documento foi a busca por uma *performance* educacional condizente com os anseios esperados. Os participantes da *Reforma do Ensino (1917)* e os membros da Administração Pública depositaram suas fichas num novo regramento para a organização administrativo-pedagógica e que foi motivo de divulgação, inclusive, no estado vizinho, Pernambuco. O *Jornal do Recife* trouxe, em sua edição, a Mensagem presidencial apresentada por Camillo de Hollanda à Assembleia Legislativa da Paraíba, atitude que evidencia a importância da divulgação. Assim sendo, com os dizeres de Eduardo Pinto, diretor da Instrução Pública:

[...] alli, desde o methodo de ensinar á escolha das disciplinas a serem ministradas, desde a classificação das escolas á distribuição dos serviços respectivos, sem esquecer a parte referente á hygiene infantil, tudo foi estudado e organizado, tendo-se em vista os dictames mais rigorosos da moderna pedagogia. (O GOVERNO DA PARAIBYBA, 19/09/1918, p. 03).

Por derradeiro, cumpre destacar que os reflexos desse documento podem ser sentidos quando da elaboração do Relatório da Instrução Pública, referente ao período de 1920-1921, ou seja, num lapso temporal de 03 anos - ainda que pequeno – tornou-se possível analisar se de fato houve mudanças e se essas modificações foram positivas para o ensino. Aqui, insere-se também uma das vertentes propostas nesse trabalho, a fim de, a título comparativo, conduzir os olhares da época para os ideais de progresso e de civilidade republicanos.

Para tanto, imbuí-se dessa intenção para pinçar certos assuntos temáticos e fazer, então, a análise da *Reforma do Ensino (1917)*, do *Relatório da Instrução Pública (1921)* e, paralelamente, a contraposição entre ambos os documentos, concluindo, a partir dos olhares da época, se ocorreu a esperada renovação educacional, fundamentada em bases sólidas, tão aspirada à época. Nesse sentido, optando pela coerência entre vetores equiparados, ou seja, temas congruentes selecionados para observação em ambos os documentos, inicia-se com a enunciação proposta na Reforma da Instrução Pública: Da direcção e inspecção do ensino. Sem esquecer a importância capital dos assuntos: Do curso primário; Da classificação das escolas; Dos provimentos das escolas; Do material e da escripturação escolar; além de englobar a temática da higiene.

Como já afirmado, reiteradamente, durante esse trabalho, Alcides Bezerra exerceu o papel de inspetor-geral do Ensino, quando da elaboração da referida reforma. Ele, em conjunto com outros personagens, pôde, ao mesmo tempo, exercer o papel de funcionário e o de agente que direcionou as linhas mestras para a categorização dos regramentos responsáveis por caracterizar, moldar, estipular prerrogativas e atribuições das funções educacionais.

Saviani (2015), no capítulo “*A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia*”, busca traçar o panorama e reconstruir, com olhar atento, as origens da profissão do supervisor educacional. É possível captar da pesquisa realizada que “[...] a função supervisora, implicitamente, acompanha a ação educativa desde suas origens” (SAVIANI, 2015, p. 17). Ainda, informa sobre o:

[...] movimento pelo qual a ação supervisora passa da condição de função para a de profissão pela mediação da ideia de supervisão. Com efeito, para que uma função seja organizada como profissão, é preciso que ela seja destacada do âmbito em que opera, o que implica um processo de abstração no qual a ideia é construída. Nesse processo a função é definida, isto é, identifica-se o que é próprio dela e o que a distingue das demais, especificando-se os seus atributos. Chegado a esse estágio, se se trata de uma função que, além dos requisitos teóricos apontados, se impõe como uma tarefa que na divisão técnica e social do trabalho requer agentes especializados, ela tenderá, então, a ser organizada com o *status* de profissão. (SAVIANI, 2015, p. 17).

Parte-se do conceito de que a supervisão se caracteriza como “ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento” (FOULQUIÉ apud SAVIANI, 2015, p.18). Assim, faz todo o apanhado teórico-conceitual e arremata que desde as comunidades primitivas existia a ideia de

supervisão, ainda que predominante o chamado comunismo primitivo, pois em grupo os indivíduos se autoeducavam.

Diversas tonalidades da ideia de supervisão se fizeram presentes em variadas civilizações. Contudo, a característica pujante da profissão foi adquirindo maiores contornos a partir da expansão escolar, oriunda da necessidade da propagação da escrita, na época moderna. Reflexo da exigência de aquisição de uma cultura intelectual, a institucionalização da escola sofreu influências, ao longo dos anos, religiosas até atingir o nível do laicismo, uma vertente republicana (SAVIANI, 2015). Assim, enuncia que:

[...] a ideia de supervisão vai ganhando contornos mais nítidos ao mesmo tempo em que as condições objetivas começavam a abrir perspectivas para se conferir a essa ideia o estatuto da verdade prática. Com efeito, a organização dos serviços educacionais na forma de um sistema nacional supunha dois requisitos que impulsionavam a ideia de supervisão na direção indicada: a) a organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação de diretrizes e normas pedagógicas, assim como de inspeção, controle e coordenação, isto é, supervisão das atividades educativas; b) a organização das escolas na forma de grupos escolares superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim, a questão da coordenação dessas atividades, isto é, de um serviço de supervisão no âmbito das unidades escolares. (SAVIANI, 2015, pp. 25/26).

Na Reforma do Ensino de 1917, infere-se a existência de três tipos de inspeção: administrativa, técnica e sanitária escolar. Para o presente trabalho, interessa a inspeção técnica, uma vez que esta foi a correspondente na alçada de Alcides Bezerra. Então, no referido documento, vislumbra-se, para não pairar dúvidas, quem é o personagem encarregado para o referido exercício “[...] A inspeção técnica do ensino será feita em todo o Estado por um corpo de inspectores regionais, dirigidos pelo Inspector Geral do Ensino” (PARAHYBA, 1917, art. 240).

Complementa, na sequência, que “[...]O Inspector Geral do Ensino será de nomeação do Presidente do Estado, podendo a escolha recahir em qualquer cidadão dogno, de notória competência no ensino, maior de 21 anno” (PARAHYBA, 1917, art. 241).

Vislumbra-se uma certa pomposidade na época das figuras masculinas que exerciam cargos públicos, principalmente, os relativos ao contexto do ensino, haja vista que, nos ideais republicanos, muitos intelectuais se dispusessem a cooperar com opiniões, ensaios e atribuições na referida área, embora obtivessem poucos recursos financeiros. Da outra parte, no caso do poder estatal, colocava-se a exigência de que os sujeitos, além das qualidades

intelectuais das quais se esperava, fossem dignos e competentes no ensino, restringindo-se, para o inspetor-geral, a idade de, no mínimo, 21 anos.

Depreende-se que o inspetor-geral do Ensino podia contar com o auxílio de outros indivíduos, conhecidos como inspetores técnicos de Ensino. Ocorre que, a exigência para o exercício das atribuições era mais rigorosa, por determinação da chefia imediata:

Poderão ser nomeados para o exercício do cargo de Inspector Technico de Ensino, os professores diplomados da Escola Normal do Estado, que tenham, pelo menos, cinco anos de pratica no magistério publico e pessoas de notória competência que se submetam a concurso, embora extranhas ao magistério. (PARAHYBA, 1917, art. 242).

Buscou-se afastar o alvedrio da Administração Pública, ao fazer exigências e indicar critérios para a ocupação dos cargos dos inspetores técnicos locais, que exerceriam o verdadeiro sentido de fiscalização, auxiliando o inspetor-geral do Ensino, na labuta e nas atribuições do art. 244 propostas para a referida profissão, garantindo a permanência da vitaliciedade aos professores designados para aquela função. Assim:

Ora, a separação entre a “parte administrativa” e a “parte técnica” é condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor. Com efeito, na divisão do trabalho nas escolas, [...], cabe ao diretor a “parte administrativa”, ficando o supervisor com a “parte técnica” [...]. E é quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições que esse profissional passa a ser chamado de supervisor. [...]. (SAVIANI, 2015, p. 28).

Na construção conceitual do período, percebe-se que:

O que dá relevância à década de 1920 do ponto de vista do tema que estamos abordando é o surgimento dos “profissionais da educação”, isto é, o aparecimento dos “técnicos” em escolarização, constituindo-se como uma nova categoria profissional. (SAVIANI, 2015, p. 27).

Assim, nesse período de transição das primeiras décadas do século XX, percebe-se o engajamento de diversos personagens para melhorar a qualidade na educação. Contudo, ainda persistiram críticas ao modelo implementado, a exemplo de São Paulo, no qual o ensino paraibano tentou se articular e se espelhar constantemente:

No início do período republicano, essa problemática aflora, tendo sido a Reforma da Instrução Pública Paulista, implementada entre 1892 e 1896,

pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares. Por meio dessa reforma foram instituídos o Conselho Superior da Instrução Pública, a Diretoria Geral da Instrução Pública e os Inspetores de Distrito. Casemiro dos Reis Filho observa “a dominância de atribuições burocráticas sobre as técnico-pedagógicas, nas funções do inspetor”. Considera que “a própria definição de fiscalização para suas atividades acarretava prejuízo pedagógico”. E conclui que esse defeito parece insanável, levando sempre a um mesmo resultado: “burocratizar a ação educativa e fazer incidir sobre a rotina as preocupações do inspetor, que deveriam ser orientadoras” [...] Mas essa reforma não chegou a se consolidar. Em 1º de agosto de 1896, o cargo de diretor-geral da Instrução Pública e a Secretaria Geral da Instrução Pública são suprimidos pela Lei n. 430. E um ano depois, em 26 de agosto de 1897, a Lei n. 520 extingue o Conselho Superior de Instrução Pública e as inspetorias distritais, ficando a direção e a inspeção do ensino sob a responsabilidade de um inspetor-geral, em todo o Estado, auxiliado por dez inspetores escolares. Assim, “volta-se à prática, anterior {a reforma, de em cada município a fiscalização das escolas estaduais ser exercida por delegados ou representantes das municipalidades” [...]. (SAVIANI, 2015, p. 26).

A partir da leitura da Reforma do Ensino de 1917, nota-se que, mesmo a Parahyba do Norte ter procurado adequar o ensino nos moldes paulistas, os cargos suprimidos continuaram a existir no ensino público paraibano, ainda que com funções predominantemente burocráticas e fiscalizatórias, mas com início de contornos pedagógicos. Ressalte-se que as funções do inspetor-geral do Ensino encontraram-se regulamentadas no art. 244⁴³ do referido documento e só corroboraram o caráter essencial da função, na Primeira República.

⁴³ Art. 244º. O Inspector Geral do Ensino terá a seu cargo:

- 1º - Inspeccionar, pessoalmente, as escolas da Capital, quer publicas, quer particulares;
- 2º - Designar a cada Inspector Technico a zona que lhe cabe inspeccionar e estabelecer a ordem de reversamento tudo como prévio assentimento do Director Geral da Instrucção;
- 3º - Examinar, preliminarmente qualquer methodo, processo ou meio novo de ensino na escola que julgar conveniente;
- 4º - Fornecer instrucções aos inspectores Technicos sobre qualquer assumpto da fiscalizaçção;
- 5º - Preparar as diligencias que lhes forem incumbidas nos processos disciplinares movidos contra os Inspectores Technicos e professores da Capital e encaminhar, por intermédio do Director Geral, os documentos e papeis comprobatórios da culpa ou inocência do acusado, ao Conselho Superior da Instrucção Publica, para julgamento;
- 6º - Dirigir a revista pedagógica official;
- 7º - Dar atestado de frequência aos professores da Capital;
- 8º - Presidir á reunião dos inspectores e outros membros do magistério, que se deverá efetuar no fim de cada anno em dias predeterminados, para discutir e resolver as questões que se suscitarem sobre a organização internas das escolas, adopção de livros, methodos de ensino, e demais questões de natureza didactica submetendo, por intermédio do Director Geral, as conclusões ao juízo do Conselho Superior da Instrucção Publica;
- 9º - Dar parecer sobre qualquer assumpto de ordem pedagógica, quando solicitado pela auctoridade superiores do ensino e quando explicita ou implicitamente o assumpto se encerrar em documentos que transite por sua mãos;
- 10º - Informar os requerimentos, petições e representações feitas pelo Inspectores Technicos ou professores e encaminhal-os para a Directoria Geral da Instrucção Publica;
- 11º - Rubricar os livros de registro de visita dos Inspectores Thechnicos e lavrar os rescpectivos termos de abertura e encerramento;

Entre outras atribuições nas quais participava, infere-se da leitura, que o inspetor-geral do Ensino recebia a lista dos alunos aptos a realizarem os exames finais, necessários para a verificação da assimilação dos conteúdos do ensino primário:

Entre os dias 31 de outubro e 5 de novembro os professores das escolas isoladas e os diretores dos grupos escolares e escolas reunidas, apresentarão, na Capital, ao Inspector Geral do Ensino, e no interior, ao inspetor local, uma lista de alumnos preparados para os exames finais. Recebidas as listas, as autoridades a quem ellas forem apresentadas designará o dia em que deverão ser iniciados os exames. (PARAHYBA, 1917, art. 145).

Corrobora-se o caráter fiscalizatório associado à profissão de inspeção, atualmente conhecida como supervisão educacional, quando a própria *Reforma do Ensino de 1917* estipulou a aplicação de penalidade pelo referido agente educacional aos alunos que transgredissem as determinações impostas e aceitas como necessárias para o exercício de um ensino ordeiro, moralista e eficaz. Depreende-se que Alcides Bezerra, por duas vezes, pôde exercer cargos com afinidades em suas atribuições, haja vista que, como inspetor-geral do Ensino e como diretor-geral da Instrução Pública, foi responsável pela aplicação de penalidades aos alunos. O próprio documento assim dispôs:

Serão competentes para a imposição das penas:

[...]

§ 3º - O Inspector Geral do Ensino a todos os professores, em relação às penas de admoestação, repreensão, multa até 50\$000 e suspensão de 15 dias.

§ 4º - O Director Geral da Instrução Publica a todos os professores, funcionarios do ensino e empregados em relação as penas de admoestação, repreensão, multa de até 50\$000 e suspensão de até um mez. (PARAHYBA, 1917, art. 162).

Nesse sentido, applicava-se:

As penas previstas no art. 151⁴⁴ deste Regulamento serão applicadas

12º - Representar o Director Geral da Instrução Publica sobre a conveniencia da mudança de categoria da escola, criação de novas, desdobramentos, reunião, agrupamento das já existentes, em qualquer localidade, nos casos previstos neste Regulamento;

13º - Representar o Director Geral da Instrução Publica sobre a necessidade de nomeação de adjunctos para qualquer escola, nos casos previstos neste Regulamento;

14º - Propagar, por todos os meios de seu alcance, a difusão do ensino no Estado. (PARAHYBA, 1917).

⁴⁴ Art. 151º. Os alumnos serão sujeitos as seguintes penas:

- a) Admoestação particular;
- b) Repreensão na aula;
- c) Privação de logares de distinção e em geral tudo que produza vexame sem abater o brio;
- d) Privação de recreio sem tarefa escolar;
- e) Comunicação das faltas commettidas e das penas que houverem soffrido os paes, tutores e pretectores;

[...]

b) A sexta pelo professor, submettendo seu acto á aprovação do inspector administrativo, ou Inspector Geral do ensino se a escola fôr de primeira categoria, quando a suspensão exceder 5 dias;

c) A sétima pelo Director da Instrucção Publica, sob representação do professor com informação do inspector respectivo. (PARAHYBA, 1917, art. 161).

Além disso, consistia numa atribuição do inspetor-geral do Ensino fazer a estatística escolar. Em relação ao interior do estado, existia subsídio das informações por parte dos inspetores regionais e locais, enquanto o da capital era colhido por Alcides Bezerra, quando no exercício da função, ou pelos outros que o sucederam, na vigência do referido documento, conforme art. 293. Realça-se a importância, no que concerne à coleta e à divulgação para o público, haja vista que o mencionado fato se fez presente na publicação dos boletins mensais na Revista Pedagógica Oficial, consoante art. 294.

Em relação aos docentes, o inspetor-geral do Ensino possuía diversas atribuições no rol de competência, isoladamente ou cooperando com o diretor-geral da Instrução Pública. Cite-se, por exemplo:

Para percepção dos vencimentos em cada mez, deverão os professores apresentar ao Thesouro do Estado, com visto do Director Geral da Instrucção Publica, attestado de exercícios passados pelos inspectores locais no interior e pelo inspector geral na Capital. (PARAHYBA, 1917, art. 100).

Além do mais,

Ao director do grupo escolar compete:

[...]

6º- Organizar mensalmente as folhas de pagamentos, enumerando e qualificando as faltas e remeter áquellas ao Director Geral da Instrucção, depois de visadas pelo inspector escolar. (PARAHYBA, 1917, art. 46).

Quando houve o governo de Camillo de Hollanda, Alcides foi inspetor-geral do Ensino; enquanto, no mandato de Sólon de Lucena, ele foi diretor-geral da Instrução Pública. Percebe-se a atuação desse personagem no mesmo cenário, o educacional, mas em diferentes papéis, que se interseccionam em determinados pontos, atuando de forma cooperativa e com espectro de continuidade, no espaço republicano. Nesse sentido, este trabalho passa a destacar as atribuições do diretor-geral da Instrução Pública, previstas na *Reforma do Ensino de 1917*,

f) Exclusão temporária até 30 dias;

g) Exclusão definitiva. (PARAHYBA, 1917).

uma vez que o documento ainda se encontrava vigente e era de observação do intelectual ora estudado, quando da atuação na administração escolar.

Em linhas gerais, houve o estabelecimento da Secretaria da Instrução Pública se encontrar anexa à Diretoria correspondente, classificando-a como “[...] a repartição central incumbida do expediente do Director Geral e directamente responsável pela sua correspondente official” (PARAHYBA, 1917, art. 279).

Para a substituição das escolas isoladas pelos grupos escolares, existia uma dificuldade para além do pedagógico, a organização dos espaços físicos, haja vista o orçamento estatal ser limitado e a depender do surgimento de prédios, a partir da desocupação, da construção ou da subvenção pública ou privada. Firmou-se entendimento, na época, a partir desse documento ora analisado, objetivando destravar o processo e, conseqüentemente, implantar com maior celeridade o modelo organizacional escolar, previsto nos ares republicanos, por meio de:

Quando as escolas não funcionarem próprio estadual, será alugadas, para ellas, casas com accomodações necessárias.

§ 1º- Na Capital so contractos de aluguel serão feitos perante a Directoria Geral da Instrucção publica com assistência do Inspector Geral do Ensino e do professor da respectiva cadeira.

§ 2º- Nas demais localidades serão eles feitos perante a Mesa Rendas, com audiência do inspector local e do professor respectivo.

§ 3º- Em qualquer desses casos deve ser remetida a copia do contracto ao Contencio Administrativo.

§ 4º- Nesses contractos deverão estabelecer-se condições que obriguem os proprietários ao asseio e conservação de seus prédios, sob pena de recissão, e não poderão os ditos contractos exceder o prazo de dois annos. (PARAHYBA, 1917, art. 101).

Além disso, houve por bem a administração pública instituir um fundo escolar a ser composto das verbas instituídas em lei, com o fim da construção dos edifícios escolares “segundo os typos que forem adaptados” (PARAHYBA, 1917, art. 276), não podendo o recurso orçamentário ser realocado em finalidade distinta da especificada.

Percebe-se que, a partir do momento em que o documento entrou em vigor, a atuação de Alcides Bezerra esteve no centro das discussões da Primeira República, uma vez que seja pelo fato de estar à frente da inspetoria do Ensino, ou como responsável direto pelo sistema de ensino estadual, acumulou experiência administrativa, sendo protagonista e, algumas vezes, coadjuvante.

Ainda, importante mencionar que a organização didática teve notória contribuição desse intelectual. É importante enaltecer que o ensino primário oficial se firmava nas bases

leiga e gratuita, com o objetivo da promoção da educação intelectual, física e moral dos sexos feminino e masculino. Essa diretiva se encontra disposta no art. 1º da *Reforma do Ensino*, no governo de Camillo de Hollanda, e, a partir de então, donde se originam todas as outras enunciações relativas aos aspectos de transformação e de melhoria do ensino, no primeiro quartel do século XX.

No desdobramento do referido artigo, depreende-se que o consenso didático circundava a educação por meio do método intuitivo, pelo fato de o próprio § 2º do art. 1º dispor que o pilar intelectual deverá ser rigorosamente intuitivo e pratico. Alcides Bezerra foi um grande teórico desse método de ensino no contexto local, influenciado pelas coordenadas do escolanovismo e pelos estudiosos norte-americanos, que, na transição Império-República, traçavam os caminhos da renovação pedagógica a ser realizada num amplo espectro continental e foi propagada em diversas localidades. Esse fenômeno ocorreu a partir das traduções ou das leituras realizadas por meio dos comentadores ou pelos próprios sujeitos que dominavam outro idioma, além da língua materna.

O movimento republicano possibilitou uma nova tonalidade no ensino, decorrendo a redefinição de matizes no espaço escolar. É possível fazer essa visualização, a partir do momento no qual se traz à tona, obrigatoriamente, o ensino da história e da geografias locais, consolidando-os na *Reforma do Ensino de 1917*, dando um caráter de paraibanidade, categoria evidenciada na Primeira República da Parahyba do Norte. Além do mais, a perspectiva do higienismo e do olhar para o futuro, uma vez que deu *status* de importância ao ensino do direito nas escolas. Registre-se que essas questões pedagógicas ou didáticas serão mais bem esmiuçadas nos capítulos cujos temas se evidenciam de forma preponderante.

Essa sede de nacionalismo e de paraibanidade pôde ser evidenciada até mesmo no apreço pela adoção das obras didáticas locais no currículo escolar, mediante a oferta de pareceres do Conselho Superior de Instrução, cujo presidente era o diretor-geral da Instrução Pública, como, por exemplo, o foi Alcides Bezerra⁴⁵ (PARAHYBA, 1917). Dessa época, foi possível visualizar a existência de um parecer⁴⁶, no qual o referido intelectual se debruçou, a partir dos indícios das notas de Luiz Hugo Guimarães.

Na Revista do IHGP, volume V, Alcides Bezerra teve uma participação mais ativa, quando comparada com outras edições, uma vez que escreveu artigos⁴⁷ e trouxe algumas

⁴⁵ “Art. 224º. A Presidência do Conselho compete ao Director Geral da Instrução Publica”.

⁴⁶ Guimarães (s.d.) menciona a existência de um parecer proferido por Alcides no livro “*Escorço de Chorographia da Parahyba*”, elaborado por José Coelho. Porém, não foi possível encontrá-lo no IHGP.

⁴⁷ Nessa edição, pode-se inferir a seguinte publicação de Alcides Bezerra: “A Imprensa na Parahyba”. Além disso, algumas notas sobre obras lançadas, trazendo algumas reflexões a respeito de: “A fronteira oriental do

notas, que expressavam a opinião dele, no que se refere às outras obras didáticas. Em relação às obras comentadas por essa personalidade, selecionam-se as produções referentes ao objeto da educação. Entre elas, merece menção “*Escorço de Chorographia da Parahyba*”, além da participação na seção de aprovação da obra “*Pontos de Historia do Brasil*”.

Assim sendo, no que se refere a primeira produção, Alcides Bezerra aduziu que “[...] Num opúsculo de 61 paginas deu-nos o sr. prof. José Coêlho um escorço, para uso das escolas primarias, da chorographia da Parahyba [...]” (BEZERRA, 1922, p. 214). Ainda, estende qualidades à aludida literatura, asseverando a clareza, o método e a segurança de informação empregada pelo autor. Evidenciou que a utilização se encontrava generalizada dentro do espaço escolar, bem como fora dos muros das instituições educacionais, haja vista ser um instrumento de consulta cotidiana. (BEZERRA, 1922). Ao final, reverberou que a importância decorre “Para comprovar o merito desse meticoloso trabalho didactico e geographico basta dizer que foi o mesmo approved pelo Instituto Historico e Geographico Parahybano e pelo Conselho Superior de Instrucção.” (BEZERRA, 1922, p. 215).

Enquanto a publicação de Eudésia Vieira é referenciada como dotada de linguagem amena e sintética, sendo destinada ao trabalho nas escolas primárias. Nesse sentido, destaca-se que “O Conselho Superior de Instrucção Publica acaba de recommendar o boníssimo compendio da professora Eudesia Vieira aos professores do Estado, a fim de que seja o mesmo adoptado nas escolas publicas.” (BEZERRA, 1922, p. 216).

Na sequência, importante mencionar a orientação firmada por ele, no livro de Eudésia Vieira, denominado “*Pontos de História do Brasil*”, além do parecer, ofertado por José Eugênio Lins de Albuquerque, com aprovação de Alcides Bezerra e que se encontra nos anexos deste trabalho dissertativo. Essa seleção vai ao encontro à nota estipulada no Relatório da Instrução Pública, quando afirmou que “[...] En: sessão de 3 de março opinou pela adopção, nas escolas publicas primarias do livro intitulado <<Ponto de Historia do Brasil >> da professora da 11ª cadeira mixta desta capital d. Eudecia Vieira.” (BEZERRA, 05/12/1921, p. 01). Assim sendo, Alcides Bezerra observou:

O Diretor Geral da Instrução Pública, considerando que há conveniência para o ensino da história pátria nas escolas primárias do Estado, da adoção de um livro que relacione os fatos da história nacional com os da história local; considerando que os livros didaticos devem ser abaixo preço a-fim-de não sobrecarregar as despesas das classes desfavorecidas da fortuna, e tendo

em vista o parecer unânime do Conselho Superior de Instrução, aprovado em 3 de março de 1921, relativamente aos "Pontos de História do Brasil" da sra. d. Eudésia Vieira, professora publica da II[...] cadeira mista desta capital, resolve recomendar aos senhores professores, o aludido livro, que preenche muito bem a finalidade a que se destina e àquêles requisitos. (VIEIRA, 1950, p. 07).

Isso é decorrente do próprio mandamento legal presente na Reforma do Ensino. Veja-se, portanto que consistia em um esforço do governo local, no qual tinha como objetivo o incentivo da produção acadêmica do quadro de professores, até mesmo pelo que previa na *Reforma da Instrução Pública de 1917*, o seguinte entendimento:

O professor que houver produzido alguma obra ou inventado, aparelho ou methodo de ensino, que seja considerado de real valor didactico, a juízo do Conselho Superior de Instrução, terá direito a publicação gratuita na Imprensa Official ou divulgação deles, e o Govêrno fará adoptar nas escolas publicas. (PARAHYBA, 1917, art. 90).

Entretanto, importante colacionar que a personalidade, em questão, exerceu esse ofício de parecerista em outras situações. Por exemplo, antes mesmo da vigência do referido documento, Alcides, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), participou de uma comissão para aprovação de obra a ser adotada nas escolas públicas do Estado. Ou seja, em 1916, presidiu a relatoria, no intuito de:

[...] apreciar o valor histórico do trabalho elaborado pelo sócio José Coelho, intitulado ESCORÇO DE CHOROGRAPHIA DA PARAHYBA, que deveria ser adotado nas escolas públicas do Estado. O parecer foi favorável e contou com a assinatura dele, relator, e dos consócios João Rodrigues Coriolano de Medeiros e Irineu Ferreira Pinto, membros daquela comissão. (GUIMARÃES, s.d., p. 14).

Essa corrente leva o pesquisador a pensar que, mesmo não podendo apontar quais partes foram escritas pelo intelectual na Reforma do Ensino, haja vista o referido personagem ter participado em conjunto com uma rede de sujeitos firmados no ordenamento intelectual, social, cultural e educacional paraibano. Mesmo assim, essa experiência vivenciada por Alcides Bezerra se constituiu como um norte para que o Conselho Superior da Instrução Pública avocasse essa competência e ofertasse opiniões sobre os recursos didáticos com a chancela estatal.

Optou-se pela seguinte organização do ensino, que se encontrava sob o crivo de diversos funcionários estatais, a exemplo do inspetor e do diretor, ambos dos cargos exercidos por Alcides Bezerra:

O ensino publico primário divide-se em elementar e complementar.

O ensino elementar será ministrado em:

- a) Escolas isoladas;
- b) Escolas reunidas;
- c) Grupos escolares.

Art. 16º. As escolas isoladas serão rudimentares e elementares, conforme sua localização. (PARAHYBA, 1917, art. 15).

Embora o sistema de ensino fosse descentralizado, ainda fundamentado no regime federativo e na solução de cada estado possuir legislação educacional própria, percebe-se que, de forma geral, caminhavam na conjugação de esforços e de pensamentos, no momento em que todos os entes almejavam a transição das escolas isoladas para os grupos escolares, com a promessa de melhoria na qualidade do ensino, renovação e espírito nacionalista.

Para o contexto paraibano, infere-se que o critério para a classificação em grupos escolares seria a reunião, nas localidades, de três escolas, sendo uma mista e as outras divididas em uma para cada sexo⁴⁸. Enquanto, para a configuração em escolas reunidas, consideradas como mecanismos fundamentais para a transição temporal entre as cadeiras isoladas e os grupos escolares, tornavam-se possíveis a partir de “Nos logares em que houver duas escolas isoladas, poderão ellas funcionar sob uma direcção commum num mesmo prédio com o nome de escolas reunidas” (PARAHYBA, 1917, art. 32).

Necessário mencionar que o personagem ora investigado foi o primeiro diretor do grupo escolar Thomas Mindello, tendo em vista o que enunciava a própria Reforma do Ensino, na seção dos grupos escolares, precisamente § 2º, do art. 44, indicar que “[...] Na capital poderão também ser incubidos da direcção dos grupos o Inspector Geral do Ensino ou professores de pedagogia da Escola Normal” (PARAHYBA, 1917, art. 44), com possibilidade de auferimento de gratificação, além dos vencimentos. Agora, com esse repertório, torna-se possível articular as mudanças propostas, no governo Camillo de Hollanda com os resultados analisados no Relatório da Instrução Pública, por Alcides Bezerra, no mandato de Sólon de Lucena. Essa é a proposta que se segue.

2.2 O Relatório da Instrução Pública no jornal *O Educador* (1921 -1922)

Em tempos de *Instagram*, *Facebook* ou *Youtube*, redes sociais que encurtam o espaço e o tempo entre as pessoas e se constituem como veículos, nos quais ocorre a expressão da opinião, instantaneamente, faz-se necessário pensar nos instrumentos utilizados, por volta dos séculos XIX e XX, como os impressos. Assim, principalmente, na Primeira

⁴⁸ Art. 38º. Nas localidades que tiver três escolas o govêrno poderá fundil-as, creando um grupo escolar.

República, como forma de veicular a opinião da época, a imprensa se caracterizava como um meio de comunicação fundamental para expressão do posicionamento da intelectualidade brasileira.

No livro *“Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX”*, o autor evidencia que a imprensa periódica surgiu, nas terras tupiniquins, há aproximadamente duzentos anos e que, em que pese os estudos na área serem valorosos, ainda não abrangem a imensidão de lugares nos quais pode percorrer, quando considerados pela ótica da grandiosidade do território ocupado pelos impressos, no limiar imperial (MOREL, 2003).

É preciso entender que esse artifício de pesquisa pode ser fonte ou objeto dos estudos em História da Educação, uma vez que, nos últimos tempos, o referido campo transitou por remodelações que permitiram diversas abordagens e temas⁴⁹. Assim sendo, importante destacar que “Como fonte documental, integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes; como objeto, transforma-se ela mesma no foco dos trabalhos.” (MOREL, 2003, p. 08).

Em verdade, Vieira (2007, p. 11) preleciona a respeito desse debate, “[...] em torno das mudanças nas acepções de documento histórico e de crítica documental.”. Corroborando, ao afirmar a necessidade de superação das tendências ultrapassadas e na afirmação pela procura de novos paradigmas que subsidiem o estudo em si.

Assim, os ponteiros no relógio da História da Educação apontaram para uma necessidade: o alargamento do retrato das fontes no campo de pesquisa. Algo que já era discutido por Nóvoa apud Vieira (2007, p. 12), quando remeteu a respeito da natureza do revigoramento de fontes, imprescindível de um olhar por novos ângulos as documentações encontradas, por exemplo, “[...] as tradições orais, as publicações periódicas, as biografias e autobiografias, os relatos de vida escolar, a iconografia, os materiais didáticos, os cadernos escolares”. Não, por acaso, os impressos também se encaixam nessa determinação.

A organização do ensino descentralizado não consistiu numa aspiração universal, haja vista que o impresso *O Educador* enaltece, numa breve nota na parte superior, que o desejo dos republicanos da época era a federalização e a nacionalização do ensino primário. Em linhas gerais, os escritos trouxeram uma mistura entre religião, nacionalidade e moral, sendo considerados pilares para o ensino público, alfabetização e valorização do professor. Na

⁴⁹ Registre-se o trabalho de Biserra (2019), intitulado *“‘Conselhos e instruções a ti, professor’: a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919-1942)”*, que abordou a imprensa paraibana como objeto de estudo, no campo da História da Educação.

visão dos próprios professores, a profissão era percebida como um verdadeiro sacerdócio e que estavam cumprindo uma missão de instruir e educar, ao exercer o papel docente. Os professores que subscreviam o jornal *O Educador* tinham como missão, conforme se destaca:

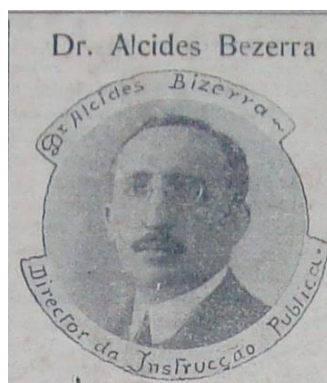
Havemos de conquistar o nosso idéal! (*sic*) Havemos de vencer! Não pelos processos menos dignos taes como a insidia, a diffamação, a calumnia, as combinações secretas dos conluio; mas pela lucta leal e franca contra todas as hostilidades que se nos anteponham, seja qual for a sua origem. (“O EDUCADOR”, 01/11/1921, p. 01).

E arrematam com o seguinte pensamento:

Jámais empregaremos linguagem incompativel com o nosso grão de cultura e a missão de educadores.
 Não combateremos individuos.
 Não reconheceremos personalidades.
 Bateremos palmas ás boas idéas, aos princípios são e regeneradores e estigmatizaremos o mal, os factores de nossa desorganisação moral, política e social, o desvirtuamento de nossas instituições e tudo enfim que esteja concorrendo ou possa concorrer para a fraqueza e descrédito da Patria.
 Esta é a directriz traçada. (“O EDUCADOR”, 01/11/1921, p. 01).

No impresso, autointitulado como “Orgam do professorado primario”, Alcides Bezerra ganhou destaque no artigo inicial, na edição de 1º de novembro de 1921, com uma matéria sobre o reconhecido mérito intelectual, cidadão e do legado educacional que se encontrava pavimentando no ensino paraibano. O impresso aproveitou para congratulá-lo pelo aniversário, ocorrido no mês anterior e elogiá-lo, a partir do momento em que atribuiu a Alcides, “[...] que desfructa em nosso meio social as mais justas e solidas sympathias recebeu naquelle dia copiosas saudações de seus innumeros amigos e admiradores” (DR. ALCIDES BEZERRA, 01/11/1921, p. 01). O jornal trouxe inclusive uma imagem do personagem em questão:

Figura 2 – Imagem de Alcides Bezerra



Fonte: *O Educador*, 01 de novembro 1921

No que concerne ao jornal *O Educador*, sabe-se que esse foi fundado, em 1921, pelos professores primários, objetivando a defesa dos interesses da classe e a divulgação dos ensinamentos pedagógicos, assim considerados modernos para a época, que passava, entre outras inovações, por transformações no método de ensino a ser adotado pelos professores nas aulas, intuitivo ou lições de coisas, tendo como pano de fundo as ideias do movimento escolanovista (O EDUCADOR, 01/11/1921). Alcides Bezerra assim pontuou:

O EDUCADOR surge, pois, sob os melhores auspícios e está fadado a prestar os mais valiosos serviços á Parahyba. Será um repositório do que fôr surgindo por ahi fóra em materia de methodos e processos de ensino, um vulgarizador das verdades conquistadas pela pedagogia e tambem por esse novo e esperançoso ramo do saber – a pedologia. (BEZERRA, 01/11/1921, p. 01).

Da leitura do impresso, observa-se que não era subvencionado pelo estado, mas foi mantido por meio das assinaturas dos leitores e da divulgação dos anúncios em suas páginas. Embora, em todo o periódico, constassem elogios fervorosos à administração de Sólon de Lucena, ao compromisso do referido gestor com a pauta do professorado e a proposta de unidade dos docentes por objetivos sintonizados com a gestão pública, irradiando o entendimento “um só corpo, um só pensamento” (DR. SOLON DE LUCENA, 01/11/1921, p. 01).

Contudo, pelo fato de o periódico não receber investimentos constantes do governo do estado e apenas ter sido mantido com recursos privados, considera-se que esses motivos, por si só, justificaram a não continuidade da referida publicação no decorrer dos anos. Enfim, a ausência de maiores assinantes e o escasso número de anunciantes foi – diga-se de passagem – uma das causas para o obscurecimento do campo das ideias dos intelectuais que subscreviam no jornal *O Educador*, e o consequente término da publicação, em 1922. Enfim, a ruptura de um instrumento facilitador da tríade dialógica entre professores, alunos e leitores. O *layout* do impresso organizava-se da seguinte forma:

Figura 3 – Primeira edição do jornal *O Educador*

EDUCADOR

ORGÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO

Paralimba, Ponta Grossa, Paraná, 24

ANO I PARALIMBA—Terça-feira, 1 de novembro de 1921 NUMERO 1

"O EDUCADOR"

51. O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Dr. Alcides Bezerra

Dr. Alcides Bezerra, Diretor Geral da Instrução Pública, do Estado do Rio Grande do Sul, é um dos mais importantes educadores do Brasil. Ele é um homem de grande capacidade e de grande energia, e ele é um homem de grande capacidade e de grande energia.

Dr. Carlos de Lucena

Dr. Carlos de Lucena, Diretor Geral da Instrução Pública, do Estado do Rio Grande do Sul, é um dos mais importantes educadores do Brasil. Ele é um homem de grande capacidade e de grande energia, e ele é um homem de grande capacidade e de grande energia.

Em prol da instrução

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

RELATORIO

RELATORIO DO COMITÊ DE DEFESA DO PROFESSORADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 1921.

Dr. Carlos de Lucena, Diretor Geral da Instrução Pública, do Estado do Rio Grande do Sul, é um dos mais importantes educadores do Brasil. Ele é um homem de grande capacidade e de grande energia, e ele é um homem de grande capacidade e de grande energia.

Meos Aplausos

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Telegraphos e Correios

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Ata arbitrária

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Exposição da Farda Nacional

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Europa moderna

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Meos Aplausos

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Telegraphos e Correios

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Ata arbitrária

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Exposição da Farda Nacional

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Europa moderna

O presente movimento de governo, de que se trata, não é, porém, o primeiro, de natureza semelhante, que se realizou em nosso país. A história da educação em nosso país, desde a fundação da República, é uma história de lutas e de esforços para a melhoria da educação pública. A luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante, e a luta pela melhoria da educação pública é uma luta constante.

Fonte: *O Educador*, 01 de novembro 1921

Interessante notar que Alcides Bezerra percebeu, na época, a disparidade salarial existente entre os professores e os demais membros do serviço público, a exemplo dos juizes e dos promotores. Evidenciou que as referidas atribuições, incluindo, o papel da instrução pública pelos professores se constituía como de natureza importantíssima. Por ter exercido funções na esfera jurídica, pôde mencionar, em concreto, a diferença dos vencimentos das referidas categorias, inclusive, trazendo indicativos de que a Assembleia Legislativa dispunha da iniciativa para realizar a revisão salarial ou da legitimidade para autorizar o presidente do Estado a elaborar um estudo sobre o assunto e, por consequência, fazer os necessários reajustes (BEZERRA, 01/11/1921, p. 01). Como justificativa, elencou:

A vida do professor primario é em toda a parte e sobretudo na Parahyba uma vida de sacrificio e de renuncia. Os que a ella se entregam voltam as costas a toda esperanza e ao mais humilde ideal de conforto. Os minguados vencimentos que percebem os professores fecham-lhe os horizontes economicos num circo mais estreito do que o em que se movem os trabalhadores dos trapiches e das carroças, sem terem, aliás, as responsabilidades do collarinho, da gravata e do relativo asseio no trajar. (BEZERRA, 01/11/1921, p. 01).

A partir de a segunda edição, a referida publicação estipulou que a assinatura poderia ser feita anual ou semestral, nos valores correspondentes de 5\$000 e 3\$000, sendo publicados às segundas-feiras, com corpo redacional contínuo, mas sem se responsabilizar sobre opiniões firmadas nos artigos subscritos (O EDUCADOR, 07/11/1921). Ainda, no impresso *O Educador*, há o espaço denominado “AS HOMENAGENS DE HONTEM”, trazendo considerações sobre as reverências póstumas realizadas em prol de Antonio Pessôa, no grupo escolar cujo patronato o pertence, edificando a atuação política e intelectual ocorrida na referida data em prol do desvelamento do retrato. O jornal assim retratou a participação de Alcides Bezerra:

Foi aberta a sessão para apposição do retrato do saudoso parahybano Antonio Pessôa pelo dr. João Alcides Bezerra, que, em eloquente improviso, justificou os motivos daquela reunião, offerecendo a presidência da solennidade ao dr. Solon de Lucena e convidando-o para desvelar o retrato. Deu em seguida a palavra ao pro. João Baptista Leite, cujo discurso deixamos de publicar por penúria de espaço, o que faremos no próximo numero. (AS HOMENAGENS DE HONTEM, 01/11/1921, p. 01).

No que se refere ao Relatório da Instrução Pública, cuja autoria é do próprio Alcides Bezerra, importante destacar que, a partir da experiência vivenciada na Reforma do Ensino,

no governo de Camillo de Hollanda, em 1917, tornou-se possível uma construção da realidade composta em outro documento, num espaço temporal de, aproximadamente, três anos. De passagem, importante registrar que o documento, que agora passa a ser analisado, foi elaborado e apresentado, no governo de Sólon de Lucena. Este, por sua vez, teceu valorosos elogios às contribuições estampadas por Alcides Bezerra para o ensino paraibano, na condução da direção suprema do ensino público.

A partir de então, o impresso O Educador figura Alcides Bezerra na condição de “[...] auxiliar imediato da administração do sr. dr. Solon de Lucena”, complementando que o referido intelectual “[...] tem posto a clarividência de seu elevado espirito o serviço do importante departamento que dirige” (DR. ALCIDES BEZERRA, 01/11/1921, p. 01). Com isso, objetivou a divulgação do referido relatório aos alunos, aos pais e, claro, à comunidade docente.

O Relatório da Instrução Pública (1921) apresenta as seguintes orientações: 1) Necessidade da difusão do ensino; 2) Inspeção do ensino – Da necessidade absoluta da sua organização; 3) Dos jardins de infância; 4) Predios escolares; 5) Ensino profissional; 6) Educação physica; 7) Educação moral, civica e religiosa; 8) Do ensino; 9) Mensão das principaes occorrencias – Sessões e deliberações do Conselho Superior de Instrucção; 10) Cadeiras em concursos; 11) Remoções; 12) Licenças; 13) Movimento da Secretaria; 14) Novas escolas; 15) Suppressão de escolas; 16) Caixa escolar Arruda Camara; 17) Mobiliario; 18) Inspeção sanitaria das escolas; 19) Do pessoal docente; 20) Fallecimentos; 21) O Regulamento da Instrucção Publica; 22) Estatistica Escolar; 23) Conclusão.

Para este trabalho, traz-se o destaque do seguinte tópico Inspeção do ensino – Da necessidade absoluta da sua organização. Observa-se que algumas temáticas expressaram a questão do ensino primário e da qualidade, a organização dos prédios escolares e os apontamentos acerca do progresso da alfabetização e a questão da higiene, realizados por Alcides Bezerra, e que serão abordados como pano de fundo.

De início, Alcides começou o relatório justificando que a escrita e a apresentação são decorrentes de uma atribuição do próprio cargo, o de diretor-geral da Instrução Pública. Então, faz a delimitação do lapso temporal referente aos processos do ensino, ou seja, de 22 de outubro de 1920 a 30 de junho de 1921, além de indicar possíveis melhorias para a administração escolar.

Ato contínuo, evidenciou a situação de gravidade do analfabetismo escolar, ainda que não possuísse os dados do último recenseamento. Mas para fazer tal afirmativa evocou a

questão do fator populacional e a quantidade de escolas existentes⁵⁰, enfatizando, por conseguinte, “Uma escola, portanto para 2.374 habitantes!” (BEZERRA, 01/11/1921, p. 02).

Complementa que:

Applicadas as leis de estatística escolar, áquelle algarismo bruto da nossa população, as quaes dão 20% de crianças entre 6 e 14 annos nas totalidades demographicas de qualquer paiz, teremos 180.000 meninos e adolescentes em idade escolar. Ora, como a frequência nas escolas publicas, particulares e municipaes não attinge a 20.000 alumnos, é fora de duvida que crescem na Parahyba, sem receber a mais ligeira instrucção, a mera alphabetização, nada menos de 160.000 individuos!. (BEZERRA, 01/11/1921, p. 02).

Nesse sentido, merece destaque que Alcides Bezerra teve o cuidado de fazer os cálculos, de acordo com as escalas de projeção dos indivíduos que se encontravam em idade escolar, mencionando que os discentes frequentadores da escola eram em números menores do que a taxa equivalente da população estudantil existente. Como já visto anteriormente e ainda a ser trabalhado, durante o decorrer deste trabalho, o problema do analfabetismo não consistia apenas na escassez das instituições de ensino, mas também repousava a culpa na falta de material escolar e de professores capacitados.

Os grupos escolares, instituídos no regime republicano, vieram com essa promessa, a de pôr um fim na erva daninha do analfabetismo, que maculava todo o sistema de ensino, trazendo retrocesso para os ideais pujantes da época: civilidade e progresso. Contudo, desde a inauguração do primeiro grupo escolar, Thomas Mindello, em 1916, a Reforma do Ensino, em 1917, no governo Camillo de Hollanda, que promoveu uma série de modificações administrativas e pedagógicas, a situação do analfabetismo não encontrou uma espécie de “cano de escape” eficaz, para aliviar o atraso educacional da época.

Como forma de instrumentalizar tal medida, Alcides indicou a necessidade vital de haver a expansão do ensino primário em todo o território paraibano. Assim dizia:

[...] salta á vista que a maior das nossas necessidades é a difusão do ensino primario em todos os recantos do território parahybano. Essa medida deve ser tomada, custe os sacrificios que custar. As despesas feitas com a instrucção publica são altamente remuneradoras. Os povos que têm a visão do progresso não as calculam com mesquinha, porque a estabilidade e o augmento da riqueza nacional repousam na instrucção generalizada. (BEZERRA, 01/11/1921, p. 02).

Para tanto, pugnou por:

⁵⁰ Aproximadamente 900.000 habitantes, 229 escolas públicas do estado e cerca de 150 instituições dos municípios e particulares (O EDUCADOR, 01/11/1921).

- a) Imposto especial destinado exclusivamente á instrucção.
 - b) Solicitação de um auxilio ao governo federal.
 - c) Animação á iniciativa particular para a fundação de escolas.
 - d) Premios aos professores pela alphabetização dos alumnos.
- (BEZERRA, 01/11/1921, p. 02).

Aqui, fecha-se esse parêntese para iniciar o tópico “Inspeção do ensino – Da necessidade absoluta da sua organização”, pois o próprio nome o explica por si só. Se havia necessidade de organização é porque Alcides Bezerra visualizava que algo não estava adequado com os anseios republicanos. Na linha inicial, ele aponta a raiz do problema, no que se refere ao processo de fiscalização do ensino, haja vista que a função da inspeção ainda não havia adquirido os contornos atuais da profissão do supervisor educacional. Nesse sentido:

Se ha necessidade palpitante da vida escolar em nossa terra, é essa da inspecção do ensino no interior. Permitta v. exc. que insista neste ponto de máxima relevância. Dia a dia, pela observação continua dos negócios do ensino, me convenço mais de que sem rigorosa inspecção o que **o Estado depende com as escolas do interior resulta quase nada em beneficio da colectividade infantil**. A fiscalização é mais do que uma necessidade, é um imperativo categórico da escola. (BEZERRA, 01/11/1921, p. 02). (sem grifo no original).

Elencou, como pontos justificadores de tal medida, o fato de o docente poder obter conselhos diretos do inspetor e ser estimulado na aprendizagem dos novos métodos e processos de ensino, além do fato de o responsável pela fiscalização técnica organizar os espaços escolares, dividir as classes, observados os princípios da higiene e da pedagogia escolares. Ocorre que, mesmo existindo inspeção administrativa, essa era vista como condescendente com os professores, uma vez que consistia numa função gratuita, exercida por particulares, nas povoações, e pelos juizes e promotores municipais nas circunscrições das comarcas (BEZERRA, 01/11/1921, p. 02), atribulados com os afazeres jurídicos originários do próprio encargo⁵¹.

Continuando, na segunda edição, o Relatório da Instrução Pública apontou que a disposição referente à divisão do estado em zonas e em distritos, com a finalidade de facilitar a fiscalização técnica e a investidura de professores devidamente habilitados para a função,

⁵¹ Aqui, situe-se que, anteriormente, Alcides também foi promotor. Contudo, a pesquisa não encontrou possível indício de que, o mesmo personagem, tenha exercido papel fiscalizatório, quando esteve à frente do referido cargo público.

não se encontravam sendo cumpridas, sendo essas prerrogativas mandamentais da *Reforma do Ensino (1917)* (BEZERRA, 07/11/1921).

Reiterou essa informação, no tópico “*Inspectoria Geral do Ensino*”, retratando o problema da ausência das inspetorias regionais e enfatizando que, nas capitais, “[...] as escolas são rigorosamente fiscalizadas e os professores orientados nos melhores methods e processos de ensinar [...]” (BEZERRA, 30/01/1922, p. 01).

Propôs a seguinte divisão, a ser administrada pelo diretor-geral da Instrução Pública, inclusive no que se refere à proposta de mudança temporária da sede, caso a conveniência da administração assim indicasse:

Quadro 4 – Proposta de distritos para facilitar a fiscalização do ensino

Campina Grande ⁵² , Ingá, Pilar, Itabayanna, Umbuzeiro, Pedras de Fogo, Espirito Santo, Santa Rita e Alagôa Grande.
Bananeiras , Picuhy, Araruna, Caiçara, Serraria, Guarabyra, Mamanguape, Areia e Alagôa Nova.
Cabaceiras , Taperoá, São João do Cariry, Alagôa do Monteiro e Soledade.
Patos , Conceição, Misericórdia, Piancó, Princeza, Teixeira e Santa Luiza do Sabugy.
Cajazeiras , Sousa, Pombal, São João do Rio do Peixe, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha e São José do Piranhas.
Capital e Cabedello.

Fonte: *O Educador*, 07 de novembro 1921, p. 01

Visualiza-se que os prédios escolares necessários para o funcionamento de uma perfeita administração escolar ainda se encontravam insuficientes. Ainda que a questão tenha sido abordada na *Reforma do Ensino (1917)* até a data da apresentação desse novo documento por Alcides Bezerra. Esclareceu, via de consequência, que a maioria das escolas do interior e diversas da capital ainda funcionavam, em regime precário, em casas, “[...] sem as necessarias condições de hygiene e conforto” (BEZERRA, 14/11/1921, p. 01). A questão da higiene foi, por diversas vezes, abordada por esse intelectual, inclusive na conferência “*O problema cultural brasileiro*”, quando afirmou:

⁵² Os distritos em destaque são os responsáveis pela fiscalização técnica nos outros pertencentes ao mesmo bloco. Enquanto isso, a Capital e Cabedello ficaram sob a responsabilidade do inspetor-geral do Ensino.

Ha um outro problema que se entrelaça com este da educação physica por visar também as gerações futuras: o da prophylaxia de certas molestias microbianas muito vulgares em nosso país onde os seus focos de disseminação não merecem o menor cuidados dos poderes publicos. Tão temeroso é esse problema que diante delle moralistas e hygienistas estacam confundidos, quando deviam ser os primeiros a dar o brado de alarme. Ainda aqui pesa sobre a civilização brasileira a proverbial sensualidade de elementos ethnicos que entraram em a nossa formação social, aggravada pelas condições climatericas de algumas regiões do país. (BEZERRA, 1919, pp. 257/258).

Ocorre que, como afirmado anteriormente, os prédios escolares eram constituídos mediante apadrinhamento privado, construção ou aluguéis de outros estabelecimentos. Destaca-se que as doações feitas em vida ou resultantes de disposições testamentárias tinham como característica a possibilidade de nomeação das instituições dos próprios doadores ou de quem esses indicassem. Veja-se, portanto, como o trâmite da organização o grupo escolar Isabel Maria das Neves, na capital:

O predio magnifico em que está funcționando foi doado a Parahyba pelo saudoso patricio coronel Alipio Dias Machado, capitalista residente no Rio de Janeiro, há sete annos fallecido. O generoso doador deste predio escolar recommendou em testamento se desse ao estabelecimento de educação que nelle tivesse de funcionar o nome de sua genitora – Isabel Maria das Neves. Cumpriu-se essa recommendação testamentaria. (BEZERRA, 12/12/1921, p. 01).

A questão da higiene é um dos pilares que sustentaram o ideal republicano do progresso, sendo objeto de discussões no início do século XX pelos intelectuais que almejaram esse objetivo e a civilidade do país. Personagens como Olavo Bilac, no Rio de Janeiro, na primeira década do referido marco temporal saiu em defesa do higienismo, da República e do capitalismo, como mecanismos para fortalecer o cenário carioca em comparação aos países desenvolvidos.

Essa temática acabou se tornando uma das matérias levantadas pelas administrações públicas, que não queriam ser consideradas apenas como mandato, pois não exerciam somente o fator político, mas técnico e com gerenciamento dos problemas da população. O objetivo proposto foi, além de erradicar as doenças oriundas da ausência de saneamento, que causava falta d'água, descontinuidade na coleta de lixo e de esgoto; proporcionar o aformoseamento das cidades e dar impulso ao projeto de modernização do país.

Por outro aspecto, a questão da higiene pública também ganhou o entendimento de que traria importantes resultados sociais para as cidades, em decorrência de que a população

com menos condições financeiras se beneficiaria com a limpeza, fundamentando a sua moral por meio do adiantamento material (MONTILHA, 2015). É necessário entender que para muitos intelectuais, as discussões a respeito do saneamento associado à instrução pública primária seriam, de fato, o adiantamento material tão necessário às populações para a fundamentação da moral e do bem-estar coletivo; e da constituição de um povo como “ordeiro, letrado, saudável e trabalhador” (MONTILHA, 2015, p. 142).

Então, uma pista da relevância dessa matéria é o fato de algumas edificações antigas e mal conservadas, a princípio, como o vivenciado na cidade de Juiz de Fora e relatado nos impressos, foram consideradas como típicos pardieiros, pois foram transformadas em cortiços, pensões ou dormitórios, um ambiente propício para a prática da livre prostituição (ROSA, 2015). Coloca-se como ponto crucial o higienismo, ao passo que paralelamente surgem “[...] argumentos sobre a necessidade de essas edificações serem demolidas por atentarem não apenas contra a moral, mas também contra a estética da cidade [...]” (ROSA, 2015, p. 191).

Na história local da Paraíba, não poderia ser diferente a visão acerca da higiene pública refletida, entre outros meios, no prisma da organização dos prédios públicos e, especialmente, nas instituições escolares. É notório que políticas relacionadas à saúde se inseriam na esfera de competência do governo federal para traçar as diretrizes gerais, o que culminou num caráter mais descentralizado da atuação do estado na efetivação das propostas, mas não deixou de ser um ponto importante das administrações locais que objetivavam a ideia do progresso e da civilidade do país.

No início do século XX, o problema com a saúde bucal também foi trazido por muitos relatórios de estado da Paraíba, a exemplo nos governos de Antenor Navarro e de Sólon de Lucena, com caráter pedagógico para orientação dos educadores e educandos da escola de ensino primário (OLIVEIRA, 2012). A propósito, o entendimento era de que:

[...] os corpos, individual e o coletivo são cartografias onde personificam as definições sobre as possibilidades, as negociações e os alcances da mensagem nacionalista e da formação de um “soldado para a pátria” no início do século XX. O corpo do sujeito emergia como uma geografia visitada por muitos profissionais, dentre os quais o médico, o pedagogo, o dentista, o político. Como arquitetos da saúde, os médicos e dentistas se uniram para controlar o corpo do outro, para diagnosticá-lo, prescrevê-lo, analisá-lo, chamando atenção com campanhas educativas, palestras e apelos aos pais para cuidarem da saúde dos filhos [...]. (OLIVEIRA, 2012, p. 04).

No mesmo sentido, Sólon de Lucena trouxe na Mensagem de Estado, no ano de 1921, período em que foi o presidente, no sentido da competência de o tratamento da matéria

da higiene pública caber “Aos médicos e aos paes de família [...] o combate ao mal pela disseminação das regras de hygiene e moralização intelligente da juventude” (LUCENA, 1921, p. 29).

O relatório elaborado por Alcides Bezerra, em 1921, na condição de diretor-geral da Instrução Pública, apresentado a Sólon de Lucena, presidente do Estado, instrumentalizou regulamentos para a construção dos novos edifícios escolares, incluindo, disposições que se enquadrassem nos novos paradigmas de areação e de salubridade, o que adentra no fato de a estrutura dos prédios escolares necessitar ter simetria com os padrões de higiene pública.

Fez a ressalva de que o estado pagava 90 contos de aluguéis em prédios inapropriados para funcionar o sistema de ensino, indicando que esse ente poderia gastar um pouco a mais, como, por exemplo, 120 ou 150 contos para locação de edifícios apropriados ao funcionamento escolar, ou fazer a abertura para o capital privado, desde que houvesse situação compensatória e segurança no investimento.

Na terceira edição, Alcides Bezerra descreveu a importância de o governo dar suporte para estruturar as escolas com prédios apropriados, relatando que algumas instituições escolares da capital e diversas do interior ainda funcionavam sem as necessárias circunstâncias de higiene e de comodidade. Além do mais, trouxe orientações técnicas de construção dos prédios escolares, reiterando, assim, o fato enaltecido por Luiz Credaro, pedagogo italiano, de que se o mestre então seria a alma da instituição escolar, o local onde a escola se encontra constituiria o corpo, sendo louvável ambas as preocupações (BEZERRA, 14/11/1921, p. 01). Para tanto, existia a necessidade da observação do que indicou o inspetor-geral do Ensino, enfatizado, mais uma vez, pelo diretor-geral da Instrução Pública:

Os predios, conforme sugestão do sr. Inspector Geral do Ensino, deverão ser construídos:

- a) em terreno sêcco e permeável;
- b) numa area nunca inferior a 1000 m²;
- c) fôra do alinhamento das ruas;
- d) longe do ruido das officinas e dos centros muito movimentados;
- e) inteiramente livres de quaesquer outros edificios e de modo que os raios solares tangenciando a parte superior dos vãos das janellas e portas cheguem ao extremo opposto do piso;
- f) com um aparelho sanitário e um lavatorio, pelo menos, para cada grupo de 30 alumnos;
- g) expostos ao nascente;
- h) com elevação nunca inferior a 0,60m e o piso perfeitamente impermeabilizado e livre de restas que concorram para o accumulo de sugidades;
- i) com os cantos das paredes e alizares tanto inferiores como superiores arredondados;

- j) com distribuição de luz unilateral ou bilateral, neste ultimo caso a luz deve ser indirecta num dos lados;
 - k) com três salas para as escolas isoladas, seis para as escolas reunidas e nove para os grupos, cada uma com capacidade para trinta alumnos;
 - l) com janellas e caixilhos dispostos de forma que abertas aquellas não determinem perda de espaço interior;
 - m) com material de lei;
 - n) com um compartimento para directoria e archivo;
 - o) com area descoberta para recreio;
 - p) pintados a cores neutras, de preferênci azul ou verde claro;
 - q) com fossa aseptica, nas localidades onde não houver esgotto.
- (BEZERRA, 14/11/1921, pp. 01/02).

Percebe-se que as linhas traçadas por Alcides Bezerra, no *Relatório da Instrução Pública*, contribuíram na reflexão e no anseio da modernização e das condições de estrutura dos prédios escolares da época, objetivando a qualidade do ensino, a saúde e o conforto da comunidade escolar, por meio também de ensinamentos de higiene, que visassem o ideário de progresso e de civilidade do país.

Tudo isso pautado no objetivo do ensino para além da transmissão de conteúdos necessários para a vida, mas a existência de uma abordagem dos mestres e do sistema escolar do ensino da moral, por meio de exemplos ou sugestões, não existindo necessariamente um currículo a dispor sobre essa questão. Interessante destacar que Alcides visualizava a família e os cinematógrafos como entes neutralizadores desse processo desenvolvido na escola, atuando como forças antagônicas que desconstruíam todo o aparato do ensino da moral pela instituição educacional. Como sugestão, a partir dos cinematógrafos, o intelectual propõe que sejam utilizados no ensino de história, de geografia, bem como de outras disciplinas que deles dependam. Associa a educação moral junto da cívica, aduzindo, para a categoria de pátria, que:

A formação patriótica das nossas crenças se faz através do ensino da geographia e da historia nacional, especialmente da Parahyba, da leitura em livros de feição nacionalista e saturados de sadio patriotismo, e também pelo culto á bandeira, festas civicas e canto coral dos nossos hymnos nacionaes. (BEZERRA, 28/11/1921, p. 01).

Ainda, em artigo publicado no *Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahiba*, Alcides Bezerra asseverou que “[...] a pedagogia é ao mesmo tempo a sciencia e a arte de adaptar o homem aos mais nobres fins da especie, a ethica e esse ramo do saber se prendem e entrelaçam estreitamente. Onde há esforço educativo ha fins moraes” (BEZERRA, 1919, p. 01).

Elencou que a educação moral possuía “[...] uma importancia fundamental na cultura da infância” (BEZERRA, 1919, p. 02). Assim, considerou que:

As creanças normaes adquirem empiricamente as noções do bem e do mal, quando os seus actos são louvados ou reprovados. O louvor e a reprovação completam uma noção obscura, innata, que o individuo traz dessas entidades como legado de especie. (BEZERRA, 1919, p. 02).

Para chegar a esse entendimento, Alcides Bezerra concluiu que a educação moral se encontraria enraizada na criança “[...] quando o habito de fazer o bem e o de evitar o mal se tornaram inconscientes, isto é, gravaram-se profundamente na personalidade somando-se às aquisições instructivas.” (BEZERRA, 1919, p. 02).

Considerou, inclusive, que o meio no qual a criança se encontra, constituía como fator primordial para a educação moral. Assim, afirmou que “A pedagogia tambem o lisongeia. O mais poderoso factor da educação moral é o *meio*, dadas a sua influencia envolvente e a tendencia inata á imitação que governa a mentalidade infantil” (BEZERRA, 1919, p. 03). Para tanto,

O *meio pedagogico* decorre de factores varios, classificados naturalmente em tres categorias: cosmicos, vitaes e psychicos. Hygiene, conforto, bôa alimentação, exercicios physicos, tudo isto deve fazer parte do meio pedagogico e influe efficazmente na moralidade do educando. (BEZERRA, 1919, p. 03).

É notório que o patriotismo era um termo muito ventilado à época, chegando muitos indivíduos a exercerem certo chauvinismo na defesa dos ideais. Essa adoção é oriunda de um viés liberal, adotado no regime republicano, como a promessa de colocar a nação em paridade de disputa com os demais estados nacionais, seja economicamente ou educacionalmente. Nesse mesmo relatório, vislumbrou-se a ideia da militarização das escolas, objetivando “ir inculcando no espirito infantil que o cumprimento dos deveres militares interessa directamente á segurança da patria” (BEZERRA, 28/11/1921, p. 01). Aqui, abre-se um parêntese para, mais uma vez, repisar que “o passado se torna história, em nossa época, a um ritmo alucinante: a história corre atrás de nós, está em nossos calcanhares” (CARDOSO, 1997, pp. 123/124).

Mesmo que o ensino fosse laico, ainda que apenas nas previsões constitucionais, esse não era irreligioso, não previa a incredulidade, pois projetava, conforme a proposta nos apontamentos do relatório, a possibilidade da abordagem na época, em horário oposto ao da atividade escolar, o desenvolvimento dos preceitos religiosos, desde que solicitados ou autorizados pelos pais (BEZERRA, 28/11/1921, p. 01). Consistia numa tendência republicana

um forte apelo religioso, aproximando-se de países, como os Estados Unidos, nos embates entre as questões do conservadorismo e liberalismo, religiosidade e laicismo.

O próprio intelectual, cujas contribuições estão sendo analisadas, retratou, com linguagem aguçada, a realidade do ensino paraibano, independente do exercício do encargo público lhe conferido. Nesse sentido, concluiu:

Não tem o nosso ensino primario de letras bases nem cupula, comparado ao que é ministrado no Estados Unidos, Allemanha, Suíça e outros paizes que marcham á frente da evolução pedagógica. Não temos os jardins da infância, nem as escolas primarias superiores, que os americanos chamam *grammar grade*. (BEZERRA, 05/12/1921, p. 01).

Reiterou a importância do método de ensino empregado pelos mestres, que deve ser atualizado e condizente com a perspectiva renovadora, ainda que os indivíduos da época tivessem uma concepção tradicional e conservadora dos costumes. Nessa perspectiva, traz, como preferível, a adoção de um bom método em vez de a necessidade de trazer um enciclopédico programa de ensino. Ao discorrer sobre esse assunto, manifestou-se:

Quanto a methods, pode-se affirmar que nas escolas primarias publicas e particulares da Parahyba se empregam todos elles, desde os mais antigos até os mais modernos. Fôra impossivel mudar-se dentro de poucos annos o curso da tradição. Os progressos da pedagogia moderna aqui hão de ser lentos, demorados. Mesmo nas escolas publicas da Capital, donde se irradia o movimento reformador, o ensino livresco e mnemonico ainda não foi abolido totalmente. E' aos poucos o methodo activo o vai levando de vencida. (BEZERRA, 05/12/1921, p. 01).

Mesmo assim, existia a pretensão de uma renovação instrumental do trabalho pedagógico do professorado, haja vista o indicativo da necessidade de modificação nos métodos de ensino, enfatizando a adoção do intuitivo, lições de coisas, ainda que o tempo despendido para configuração do ensino nos referidos moldes destoasse de outros países mais avançados. É importante destacar o entendimento de Alcides Bezerra, a respeito de o professorado paraibano ser mal remunerado em razão das vastas contribuições para a edificação do ensino local. Contudo, enfatizava que “[...] Não vem a pello aqui registrar a incompetência de alguns e o pouco zelo de outros, facto muito communs em todas as collectividades.” (BEZERRA, 06/02/1922, p. 01). Ainda, projetava a perspectiva de:

Construamos para as nossas escolas predios confortaveis e hygienicos, dotemol-as de abundante material pedagógico e mobiliario adequado, e

depois se quizermos elevar o nível da nossa instrucção ao mais alto grão, premieiros os nossos professores mais intelligentes e dedicados ao ensino com viagens de aperfeiçoamento a S. Paulo, no proprio Brasil, ao Uruguay, a Argentina, a Europa e aos Estados Unidos. (BEZERRA, 06/02/1922, p. 01).

Mais uma vez, abre-se um espaço para mencionar que esse impresso também tinha a finalidade fazer a divulgação das reuniões ocorridas, no Conselho Superior de Instrução, órgão presidido por Alcides Bezerra, uma vez que era da competência do diretor-geral da Instrução Pública a referida incumbência. Questões como preenchimento das cadeiras vagas do Estado, por intermédio dos concursos, consistiam em exemplos das temáticas tratadas.

Em resposta, aos elogios deferidos pelo professor Abel da Silva a Alcides Bezerra, esse traz, na edição do dia 30 de janeiro de 1922, uma carta de agradecimento, com os seguintes dizeres:

Parahyba, 20 de dezembro de 1921,
 Meu illustre confrade.
 Venho agradecer-lhe os generosos conceitos que houve por bem expender, pelas columnas d'<O Educador>, sobre o >Relatorio< que apresentei recentemente ao governo, a proposito das coisas do ensino em nosso meio.
 Fiquei muito desvanecido com os seus applausos. Partem de pessoa sobre autorizada franca na externalização dos seus pensamentos.
 Aproveito o ensejo para apresentar ao brilhante decano dos jornalistas parahybanos os meus parabens por ter voltado á actividade. <U Anião> vae lucrar muito com a sua honrosa coadjuvação.
 Do amigo e patricio mtº. adrº.
 Alcides Bezerra. (BEZERRA, 30/01/1922, p. 01).

Ainda, vale frisar que, no impresso *O Educador*, há a apresentação, em 20 de fevereiro de 1922, de um relatório pelo inspetor-geral do Ensino, professor Eduardo Monteiro de Medeiros, ao diretor-geral da Instrução Pública, João Alcides Bezerra Cavalcanti. Objetivou, por conseguinte, fundamentado na obrigação contida no Regulamento da Instrução Pública, narrar as realizações concretizadas, no mandato do mencionado professor, no lapso temporal de um ano. Trouxe reflexões no que tange à ocupação das cadeiras vagas, seja por pedido de remoção ou de transferência. Mediante vários entraves ainda persistirem com o Regulamento da Instrução Pública, propôs, por conseguinte, um apêndice, que entre os fins visava:

Nesse projecto alvitrei a creação de um corpo de estagiarios constituído pelos recém-diplomados que desejassem seguir o magisterio publico, os quaes depois de se habilitarem num período de 180 dias de estagio, no serviço de pratica pedagógica, realizado em os estabelecimentos de

instrucção primaria da capital, adquiririam direitos especiaes de preferência para as nomeações do Estado. (MEDEIROS, 20/02/1922, p. 02).

É importante mencionar que o Relatório da Instrução Pública trouxe os pontos abordados por Alcides, entre eles, o procedimento de elaboração da Reforma do Ensino de 1917, haja vista que essa ainda se encontrava vigente e teve a valorosa contribuição do referido intelectual. Informou que o Decreto n.º 873, de 21 de dezembro 1917, teve “uma longa gestação” (BEZERRA, 02/03/1922, p. 01), iniciando desde a proposta do governo de Castro Pinto, com viagens a São Paulo, Minas e Espírito Santo, para observações e elaboração de relatório, passando pela discussão, no ano de 1914, por um grupo de professores e, posteriormente, pelos docentes públicos da capital, quase semelhante a um congresso pedagógico.

Capta o olhar do leitor, transpondo-o para a data de 12 de junho de 1917, objetivando entender o porquê da reunião, pelo presidente Camillo de Hollanda, do círculo de intelectuais, em prol de reacender a *Reforma do Ensino*, readequando-a e modernizando-a aos anseios da época, quais sejam: os grupos escolares. Aduz, por conseguinte, que a presidência da comissão de elaboração da reforma ficou ao encargo do sr. coronel José Francisco de Moura, diretor-interino da Instrução Pública a organização de “[...] um projecto de reforma do ensino primario diurno e nocturno e da Escola Norma” (BEZERRA, 02/03/1922, p. 01). Esclareceu que:

Essa commissão poderia ter-se desincumbido do honroso encargo mui facilmente, subcrevendo o projecto do dr. Xavier Junior, com as modificações propostas pela commissão dos professores primarios em 1914. Deu-se, porém, ao trabalho de discutir novamente todo o assumpto, tendo em vista o projecto Xavier Junios, as emendas do professorado e os novos regulamentos da instrucção publica de S. Paulo, Minas e outras unidades da Federação. Nessa faina gastou mais de trez mezes, reunindo duas vezes por semana. Grande parte do projecto Xavier foi conservada, muitas observações dos professores primários foram attendidas, e muitos dispositivos mais foram incluídos no projecto que se tornou o regulamento baixado com o Decreto n.º 873 de 21 de dezembro de 1917. (BEZERRA, 02/03/1922, p. 01).

Ainda, enalteceu que o documento final foi criado por pessoas de maior notoriedade profissional, retirando-se do contexto, de forma despretensiosa. Contudo, apontou a existência de falhas, de dispositivos incongruentes, que culminaram na ineficiência, na falta de otimização dos processos educacionais e o regular funcionamento do ensino. Para tanto, empregou esforços para reparar as arestas evidenciadas na problemática do ensino, ao sugerir

novas modificações a serem estudadas e inseridas no Regulamento da Instrução Pública, consubstanciado a partir do Decreto n.º 873/1917 (BEZERRA, 02/03/1922).

Na última publicação do referido documento, no impresso *O Educador*, Alcides Bezerra questiona que os dados de estatística não vêm auferindo relevância pelos governantes, sendo um fator alarmante porque os números em questão se constituíram como a base de toda a política pedagógica necessária a ser interpretada. De modo conciso, expõe que muitos estudos trazem, apenas, os dados de matrícula, sem se preocupar com a frequência e o cálculo da população escolar (BEZERRA, 09/03/1922).

Complementa o quadro publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1842-1906), ao trazer uma compilação de própria autoria, referente ao período de 1908 a 1921. Abaixo, a reprodução dos dados em questão:

Figura 4 – Estatística escolar elaborada por Alcides Bezerra

Escolas estaduais				Escolas municipais		
Anno	N. de Escolas	Matr.	Freq.	N. de Escolas	Matr.	Freq.
1908	—	3.869	—	—	—	—
1909	83	4.069	—	—	—	—
1910	—	4.027	—	—	—	—
1911	—	8.447	—	—	—	—
1912	—	4.130	3.578	—	1.604	1.441
1913	—	8.554	—	—	—	—
1914	—	4.648	—	—	—	—
1915	100	4.530	—	—	2.169	—
1916	101	5.484	3.278	87	2.656	796
1917	130	7.129	5.401	85	—	347
1918	200	8.926	5.954	—	—	—
1919	207	9.694	—	—	—	—
1920	226	11.166	5.615	—	—	—
1921	219	—	—	—	—	—

Fonte: *O Educador*, 09 de março 1922, p. 01

Ainda, especificou que:

Os snrs. Eduardo Medeiros, inspector geral do ensino, major José Eugenio Lins de Albuquerque, secretario geral da instrucção, acham-se commissionedos pelo exmo. snr. Presidente, afim de por em dia, com a maior precisão que for possível e com as minudencias necessárias o serviço de estatística do ensino publico, estadual e municipal e do ensino particular, no periodo de 1917 a 1920. (BEZERRA, 09/03/1922, p. 01).

Por fim, concluiu descrevendo questões procedimentais, administrativas, referenciando a tabelas anexas ao Relatório da Instrução Pública entregues à administração Sólón de Lucena. Em consequência afirmou:

Não devo concluil-o sem rogar a v. excia que seja benevolo para com as suas falhas, oriundas de minha pouca ou nenhuma competencia nessa grave matéria que é hoje a pedagogia, de cuja vastidão, pezar de porfiado estudo de alguns annos, ainda não consegui senhorear-me competentemente. (BEZERRA, 09/03/1922, p. 01).

Antes de finalizar esse tópico, necessário colocar que os reformadores educacionais não eram profissionais provenientes do campo educacional, mas a maioria foram oriundos das profissões de “[...] médicos e cientistas sociais atraídos pela perspectiva de utilizar a educação como espaço para a ação social” (DÁVILA apud OLIVEIRA, 2012, p. 2505). Esse é o caso do intelectual Alcides Bezerra, que participou de cargos técnicos na Administração Pública, mesmo sem possuir formação pedagógica. Enfim, por meio da atuação do mencionado personagem foi possível visualizar, sugerir ou implementar mudanças, estas publicizadas por meio dos impressos, boletins e discursos, ao longo da carreira profissional.

2.3 Educação dos sentidos: o método intuitivo (lições de coisas) defendido por Alcides Bezerra no ensino paraibano

O método intuitivo, amplamente vulgarizado como lições de coisas, preocupou-se com a difusão da intuição sensível nos métodos pedagógicos empregados. Alguns estudiosos professam como popularizadora do termo, a Mme. Pape-Carpentier, haja vista que essa se utilizou da expressão, em diversas conferências realizadas aos professores, na cidade de Paris (SCHELBAUER, s.d.). Entretanto, há quem credite a outros precursores a responsabilidade pelo referido surgimento, como “[...] autores da modernidade, tais como Comenius no século XVI e, posteriormente, Rousseau no século XVIII, sendo sistematizado por Pestalozzi [...]” (MACHADO; MELO; MORMUL, 2014, p. 323).

Some-se o fato de Pestalozzi também ser referenciado como um autor adepto do referido método e capaz, segundo estudiosos, de ter compreendido as bases da renovação pedagógica propostas na raiz instrumental das lições de coisas. Era pressuposto da matriz metodológica “[...] as coisas antes das palavras, a educação pelas coisas e não a educação pelas palavras.” (BUISSON apud SCHELBAUER, s.d., *on-line*).

Valdemarin (2014, p. 160) classifica o método intuitivo como “[...] caminho metódico para a educação dos sentidos e para a educação pelas coisas e pela experiência”, esse tendo como pano de fundo contextual “[...] a disseminação de escolas, a escolarização da instrução”. Contudo, não se coaduna com as ideias instrumentais propostas por Dewey, haja vista que esse pensador se preocupou na difusão da experiência reflexiva, que, entre outros aspectos, diferenciava-se do intuitivo, pois:

[...] nas lições de coisas, a atividade do aluno é falar, responder perguntas, desenhar, pintar, expressar-se oralmente e por escrito, emitindo sua compreensão da atividade proposta e esperada pelo professor [...]. Na concepção de Dewey, a atividade implica atividade corporal, que alimenta a atividade do pensamento e é traduzida numa solução que deve ser testada na prática. A solução do problema pode até ser teórica, mas deve evidenciar a possibilidade de interferência na situação proposta. Por isso Dewey recomenda que se deve dar alguma coisa para o aluno fazer: a aprendizagem adquirida será o ganho sobre a atividade de fazer. (VALDEMARIN, 2014, p. 160).

Em consequência, houve a introdução de manuais de ensino que abordavam o método intuitivo e, por derradeiro, diversas traduções para inserção nas culturas educacionais de cada nação, com a ressalva de que nem sempre os intérpretes reproduziam com fidelidade as obras originais, ocasionando desvio de sentido ou ambiguidade.

No último quartel do século XIX, Rui Barbosa traduziu a obra de Calkins, como *Primeiras Lições de Coisas*, adaptando à cultura nacional as teses defendidas pelo autor estrangeiro, objetivando a consequente divulgação do método intuitivo, considerado necessário para a constituição intelectual dos indivíduos, principalmente, para o convívio em sociedade (MACHADO; MELO; MORMUL, 2014, pp. 322/323).

Percebe-se que se constituía em um método de ensino que já tinha necessidade de adentrar na educação brasileira, desde a época imperial. Rui Barbosa foi protagonista nacional, nesse aspecto, além de influenciar a necessidade do ensino da cultura moral e da cívica, a partir do Parecer-Projeto Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições

Complementares da Instrução Pública (1883), quando fez a interpretação do Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1878⁵³.

Veja-se, portanto, que, mesmo não encontrado registros da convivência de Alcides Bezerra com Rui Barbosa, aquele possuía paridade de ideais com este, além de o fato do sujeito, objeto desta pesquisa, ter se direcionado ao “O Águia de Haia”⁵⁴, quando da elaboração de alguns documentos que trataram do ensino paraibano. Como exemplo, cite-se o parecer ofertado pelo personagem, no jornal *O Educador*, tratando do Relatório da Instrução Pública paraibano:

A produção, dizia Ruy Barbosa, ha trinta e nove annos, é um effeito da intelligencia : está, por toda a superficie do globo, na razão directa da educação popular. Todas as leis protectoras são inefficazes, para gerar a grandeza econômica do paiz; todos os melhoramentos materiaes são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais creadora de todas as forças economicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras. (BARBOSA apud BEZERRA, 01/11/1921, p. 02).

No livro “*Ensaaios de Critica e Philosophia*” (1919), Alcides Bezerra se debruçou sobre a adoção do método lições de coisas, no ensino local. Para tanto, dedicou um capítulo da referida obra, assim denominado “*A educação dos sentidos*”, objetivando contemplar a questão. Como justificativa, dispôs que “Em toda a série biologica são os sentidos que põem o ser vivo em comunicação com o ambiente. Através dessas portas mysteriosas o mundo externo, real, se reflecte no campo da consciencia” (BEZERRA, 1919, p. 106). Nesse sentido, compreende-se a necessidade:

Despertar e aguçar o sentido da observação, em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecê-las, este é o objetivo das lições de coisas no ensino primário e nos jardins de infância, cuja aplicação pode ser feita através de dois sistemas: como um exercício à parte ou uma lição distinta, tendo uma hora reservada para aplicação dentro do programa de ensino ou aplicada em todas as disciplinas escolares, inserida em todo programa de ensino. (BUISSON apud SCHELBAUER, s.d., *online*).

⁵³ Esse instrumento legislativo foi o inaugurador oficial do termo “noções de coisas”, estabelecendo o referido método para o ensino primário brasileiro. Contudo, diversos personagens brasileiros, anteriormente, visualizavam a necessidade de ruptura com o método tradicional, considerado maçante, ao utilizar-se da repetição e do ensino enciclopédico.

⁵⁴ Expressão cunhada, na época, para caracterizar Rui Barbosa, quando este foi, em 1907, à Conferência de Paz em Haia, na Holanda, e consagrou-se mundialmente, na condição de valoroso orador ou, para alguns autores, por ser o representante brasileiro e comandante da “Delegação das Águias”.

Na sequência, trata da possibilidade de uma educação dos ou pelos sentidos, sendo um dos sérios problemas enfrentados no campo pedagógico (BEZERRA, 1919, p. 106). Observou que:

Na creança, mesmo normal, nem sempre as operações sensitivas capitaes, isto é, a visão, a audição, a olfacção, a gustação e o tacto, se realizam convenientemente, dando uma traducção adequada, exacta, da phenomenalidade cosmica. (BEZERRA, 1919, p. 106).

A fim de evitar distorções da realidade, elencou que “Os sentidos bem educados desde a infancia, quer dizer fortalecidos, desenvolvidos, apurados pelo exercício methodico, tornam-se menos sujeitos ás ciladas mendazes do erro” (BEZERRA, 1919, p. 106). Assim, colocou a seguinte questão em xeque: como educar os sentidos nas crianças? Em resposta, inferiu que por meio de “[...] trabalhos manuaes, sobre cujo valor educativo estão accordes unanimemente os pedagogos mais reputados e illustres” (BEZERRA, 1919, pp. 106/107).

Exemplificou os referidos trabalhos manuais como sendo de natureza construtiva, têxtil ou plástica. Discorreu que as operações construtivas se caracterizavam como as realizadas:

[...] com madeira, papelão e ferro. Referimo-nos aos conhecidos trabalhos de marcenaria escolar, *découpage*, cartonagem e moldagem, os quaes consistem na confecção de pequenos objectos uteis ou simplesmente bellos, em que entram aquellas materias primas [...]. (BEZERRA, 1919, p. 106).

Aduziu que as práticas têxteis se operam a partir do encontro dos fios, objetivando a formação de tecidos, respeitados os processos necessários para o treinamento prático, desde as régua de madeira até a operação com os panos, de forma simples a complexa, do concreto para a gradação menos concreta, quase se aproximando do abstrato. No que se refere às categorias plásticas, enaltece que essas têm por objetivo o desenvolvimento de produtos plásticos ou trabalhos de modelagem, a partir da utilização do gesso ou do barro (BEZERRA, 1919).

Ao final, elevou à categoria fundamental a educação do tato, para o trabalho num curso preponderantemente manual, devendo as operações plásticas adquirirem destaque e se encontrarem em primeiro lugar, haja vista que o ensino dos sentidos influenciou e complementou o sentido muscular e o cinestésico (BEZERRA, 1919).

É senso comum a ideia de que o método intuitivo surgiu com o movimento escolanovista. Diversos autores comprovam o contrário, cite-se, por exemplo, Vidal (2013) e Valdemarin (2014) que emolduram a questão, de forma a esclarecer o repertório traçado como

pano de fundo das lições de coisas. Contudo, cumpre fazer esse paralelo e dizer, sinteticamente, que “[...] A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança.” (GADOTTI, 2003, p. 142).

Ocorre que essa confusão – a respeito de o método intuitivo ter iniciado com a Escola Nova brasileira – precisa, ainda que mais uma vez, ser esclarecida. Assim, um dos pilares de sustentação foi a renovação pedagógica por meio do referido instrumento, sem, contudo, esquecer que outros substratos solidificaram o pensamento dos pioneiros, a exemplo das contribuições da sociologia e da psicologia educacional.

Em conformidade com o assunto abordado, Gadotti (2003, p. 143) esclarece que o movimento escolanovista teve seu início, em outros países, e só depois adentrou em território brasileiro. Assevera que o propósito fundado se constituía em uma educação “[...] integral (intelectual, moral e física); ativa; prática (com trabalhos manuais obrigatórios, individualizada); autônoma (campestre em regime de internato e co-educação)”.

Visualiza-se que a proposta efetuada por Alcides Bezerra, na arena educacional paraibana, revestiu e corporificou o que veio a ser difundido com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). É de conhecimento público e notório que o referido documento, na década de 30, trouxe, a lume, pilares ventilados ou que ainda estavam engatinhando na esfera republicana, como, por exemplo, as questões da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da coeducação.

Torna-se, nesse momento, oportuno lembrar que até mesmo no período imperial ocorreu a defesa desses ideais por alguns sujeitos, como exemplo Rui Barbosa, que, dispôs “[...] o Estado deveria assumir, sobretudo, o ensino público, oportunizando a todos o acesso a uma educação de qualidade, garantindo um ensino público, gratuito, obrigatório e laico, sem intervenção efetiva de religiões.” (MACHADO; MELO; MORMUL, 2014, p. 322). Nesse sentido, importante reprojeter que:

[...] na segunda metade do século XIX, o método intuitivo foi concebido como o mais adequado à instrução das classes populares, tendo sido propagado na realidade do Brasil por muitos intelectuais ilustrados, por homens públicos, juristas, reformadores, diretores, professores e proprietários de escolas. (SCHELBAUER apud MACHADO; MELO; MORMUL, 2014, p. 324).

Alcides Bezerra, mais de uma vez, na Reforma do Ensino (1917) ou no Relatório da Instrução Pública (1921) posicionou-se sobre esses aspectos, confirmando-os ou relativizando-os. Em linhas gerais, o ensino laico era uma obrigatoriedade constitucional, mas

o personagem ora estudado não acreditava num ensino fundamentado na laicidade, haja vista que todo indivíduo possuía a liberdade de crença e que os pais poderiam optar, em turno oposto ao ensino regular, a possibilidade de ministração de aulas de natureza religiosa. Além do mais, a gratuidade e a obrigatoriedade caminhavam progressivamente aos anseios republicanos da época, criando a ideia de estender essas características a todos os níveis do ensino. Por fim, a coeducação foi se solidificando na medida em que crescia a irradiação dos grupos escolares, facilitando a organização administrativa, financeira e pedagógica de cada instituição.

É importante, mais uma vez, reiterar que uma das mudanças mais significativas, na transição do Império para República ou, até mesmo, na Primeira República foi o entendimento da necessidade de modificação no método de ensino, o que estaria numa categoria superior em relação à importância no ensino, quando comparado ao conteúdo curricular. Questiona-se, de fato, que sem a referida modificação não seria possível fazer a tão almejada renovação educacional, haja vista que, reprogramando os conteúdos e não viabilizando uma alternância no instrumento facilitador de aprendizagem, ocasionaria uma letargia nos propósitos sonhados. Alcides Bezerra assim considerou que “O mau programma, nas mãos de um bom mestre, torna-se bom e vice-versa”. (BEZERRA, 05/12/1921, p. 01).

Enquanto Leôncio de Carvalho consignava o método intuitivo como disciplina, Rui Barbosa divergiu dessa proposta e orientou os ponteiros da interpretação das lições de coisas para transitar em todas as disciplinas escolares. Alcides Bezerra encampou a ideia do “O Águia de Haia” e propôs o trabalho do sensorial, como estímulo de facilitador da aprendizagem, devolvendo a curiosidade aos alunos, em sala de aula, ao aguçar a percepção do tátil e do concreto. Nos dois documentos elaborados pelo intelectual, ora pesquisado, seja individualmente ou em regime de colaboração, esse orientou que “[...] aplicar bons methods é o de que mais carecemos para o fim collimado no ensino”. (BEZERRA, 05/12/1921, p. 01). Contrária ao pensamento de Alcides, Valdemarin (2014) fundamenta que:

A problemática decorrente da questão sobre como ensinar, que também pode ser caracterizada como questão referente aos métodos de ensino, sofreu uma forte inflexão no século XX, sendo considerada secundária numa escala de importância dos problemas educacionais que merecem reflexão. (VALDEMARIN, 2014, p. 155).

Essa ideia foi deveras enaltecida por Alcides Bezerra, inclusive, quando da elaboração da *Reforma do Ensino (1917)*, no governo de Camillo de Hollanda, quando, em conjunto com os intelectuais signatários do documento, aduziu que “Todos os

estabelecimentos de instrução primaria serão providos do competente material, inclusive objetos de aparelhos necessários ao ensino intuitivo” (PARAHYBA, 1917, art. 178). Além do mais, logo de forma propedêutica, Alcides reverberou no referido documento que “A educação intelectual deverá ser rigorosamente intuitiva e pratica” (PARAHYBA, 1917, art. 1º). Corroborando esse entendimento, Valdemarin (2014, p. 159) preleciona que “[...] A educação dos sentidos constitui-se, ao mesmo tempo, em educação física e educação intelectual.”.

Contrário à mecanização do ensino, Alcides Bezerra e os correligionários da época, posicionaram-se a favor do método intuitivo como capaz de promover uma sociedade horizontal, haja vista a viabilização do acesso das classes populares à escolarização, com o avanço da Primeira República. Entre outros artefatos que promoveriam essa equidade de aprendizagem, como a Caixa Escolar e a luta pela obrigatoriedade do ensino público e gratuito. Nesse sentido, propôs Alcides Bezerra pela utilização do método intuitivo no ensino.



CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS DE ALCIDES BEZERRA E O ENTRELACAMENTO COM O APORTE JURÍDICO

Este capítulo busca trazer enfoque para as contribuições jurídicas de Alcides Bezerra, tendo como pano de fundo o núcleo intangível das propostas educacionais, seja pela via do instrumento ou pelo plano das ideias, todas propostas por este intelectual, mas, principalmente, pelo fato de o tratamento da matéria transcender o campo do ensino e buscar aportes no direito.

Urge destacar que a relação entre direito e educação tem como base um fundamento em comum: o ser humano. Enquanto esta se preocupa com os complexos de relações estabelecidas entre os indivíduos e tem como objeto o processo de ensino-aprendizagem, aquele estabelece as regras de conduta a serem observadas na sociedade, sendo, muitas vezes, confundido com a moral.

Contudo, as normas jurídicas partem de um princípio coletivo, não de um juízo valorativo de um indivíduo, em especial, sendo dotadas de generalidade e de coercibilidade, além de possuir um caráter, em algumas hipóteses, sancionador. Esses são os fatores do ingrediente de sucesso, para se possibilitar a aplicabilidade das normas, regras e princípios numa sociedade e possibilitar a manutenção da paz, equilíbrio social e estabilidade das instituições.

Nesse sentido, este aporte inicial tornou-se necessário para entender a viagem no tempo percorrida por Alcides Bezerra e, ainda que pareça clichê, algumas das ideias refletidas por este intelectual se encontraram anacrônicas com a identidade nacional da época, haja vista que o berço da Primeira República e da Era Vargas decorriam de uma herança escravocrata, patriarcal e conservadora.

Assim, alguns temas, como o ensino do direito nas escolas, possuem os olhares voltados para o século XXI. Enquanto outros assuntos, atualmente, ainda não chegaram a serem discutidos, como o fato de o poder de governar se encontrar nas mãos dos magistrados, Esse último se apresenta totalmente o oposto do que determina o princípio da separação dos poderes, fundamentado na doutrina de Montesquieu (2000)⁵⁵ e com raízes aristotélicas, que muito influenciou os intelectuais brasileiros contemporâneos de Alcides Bezerra.

⁵⁵ Alcides Bezerra faz menção às contribuições de Montesquieu para o Direito. Embora tenha sugerido uma inovação nas linhas mestras do princípio da separação dos poderes, haja vista ter mencionado que o Brasil pôde

Existem estudos que buscam a discussão sobre a questão do universo da cultura jurídica dos magistrados e o espectro de poder e de influência exercido por esses atores, no período colonial, no espaço luso-brasileiro. Nesse sentido:

No jogo de poderes entre as forças reinóis contra os interesses locais na colônia, os magistrados constituíam a espinha dorsal da monarquia, mas ao mesmo tempo eles formaram um grupo poderoso, cujo interesses eram às vezes independentes. Servindo como representantes do poderio imperial e, ao mesmo tempo, como vetores de grupos ou indivíduos coloniais, o papel dos magistrados era central no funcionamento do império. (MELO; SCHWARTZ, 2018, p. 57).

Assim sendo, apesar de Alcides Bezerra ter nascido no período republicano, percebe-se que sofreu influência direta da estrutura jurídico-organizacional da época colonial. Cenário no qual os magistrados não se limitavam à apreciação dos casos e à aplicação da lei, mas se inseriam na constelação de poderes e nas variadas relações com o responsável pela administração das capitanias. (MELO; SCHWARTZ, 2018).

Em linhas gerais, as elites buscavam “[...] a distinção social pela via da carreira jurídica” (MELO; SCHWARTZ, 2018, p. 58), sendo a sociedade baiana um exemplo dessa perspectiva. Então, participar da cultura jurídica na condição de magistrado, ainda hoje, e, principalmente, no período colonial, caracterizava-se como o ápice de uma realização profissional. Contudo, com o período republicano, sob os ares democráticos, a carreira vai adquirindo novos contornos e uma estruturação do escopo de atuação, possuindo independência no exercício da magistratura.

Muito embora tenha delimitado o campo de atuação dos juízes, percebe-se que Alcides Bezerra ainda se encontrava limitado na própria etimologia da palavra magistrado, cujo significado remonta aos termos “comandante, mestre, chefe”. Para essa acepção, destaca-se o entendimento de que o presidente da República é considerado o primeiro magistrado da nação, detentor de poder administrativo e político. Nessa linha,

O termo magistrado tem origem na língua latina, derivada da palavra *magistratus*, que por sua vez surgiu de *magister*, palavra que significa “chefe” ou “superintendente”. A palavra latina *magistratus* tanto significa o cargo de governar (magistratura) como pessoa que governa (magistrado). Em suma, era um funcionário do poder público investido de autoridade. Na antiguidade eram diversos os magistrados, como os cônsules, os pretores, os censores, considerados magistrados maiores, e os edis e questores, os magistrados menores. Os magistrados são detentores do *imperium*, um poder

vivenciar o período republicano e o parlamentarista, mas ainda não esteve sob o comando político do judiciário (SOUZA, 1981).

absoluto anteriormente atribuído apenas aos reis, um poder de soberania, aos quais os cidadãos não podiam opor-se. (SANTIAGO, s.d., *on-line*).

Encerrado esse introito, importante fazer menção quais as relevantes contribuições educacionais à luz do pensamento jurídico deste intelectual e que foram possíveis de serem investigadas no decorrer deste estudo. No ideário educacional-jurídico deste intelectual, seja pelo contexto vivenciado ou pelas influências de outros autores, citem-se: os laços universitários, a preocupação com a ciência, o problema pedagógico, os aspectos antropogeográficos da Constituição, o ensino do direito nas escolas e o banditismo⁵⁶.

3.1 Alcides Bezerra e os laços universitários

A fundação das duas grandes Faculdades de Direito brasileiras surgiu com o propósito de formar a identidade administrativa, jurídica, política e social do país. Libertava-se das amarras coloniais a partir do momento em que possibilitava o desenvolvimento do pensamento e do estudo da elite intelectual local.

[...] A idéia era substituir a hegemonia estrangeira – fosse ela francesa ou portuguesa – pela criação de estabelecimentos de ensino de porte, como as escolas de direito, que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio e dariam à nação uma nova Constituição. (SCHWARCZ, 1993, p. 142).

Nessa linha de pensamento, aprovou-se o projeto de 31 de agosto de 1826, convertido em lei em 11 de agosto de 1827, cujo teor versava sobre a criação de duas instituições responsáveis pelo ensino jurídico no território brasileiro. Após embates a respeito da localização dos referidos centros, estipulou-se que a população da região Norte do país poderia desenvolver os estudos em Olinda, sendo, posteriormente, em 1854, a faculdade transferida para Recife; e a parte do Sul se encontraria atendida por meio da instituição da cidade de São Paulo (SCHWARCZ, 1993). Assim sendo, com a criação dos centros de ensino do direito, necessário entender que o grau de bacharel em Direito se constituía como objeto de desejo das elites locais, uma vez que trazia como acessório a marca indelével das forças políticas e da hierarquia social. Nesse sentido:

O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se

⁵⁶ Por questão de organização, a questão dos grupos escolares foi deixada no primeiro capítulo, pela preponderância das discussões circunstanciais à Reforma do Ensino e ao Relatório da Instrução Pública. Mas a escolha desta autora não retira o caráter da contribuição educacional-jurídica deixada por Alcides Bezerra.

apresentavam ao profissional de direito. Com efeito das fileiras dessas duas faculdades saíram grandes políticos – entre ministros, senadores, governadores e deputados –, pensadores que ditaram os destinos do país. (SCHWARCZ, 1993, p. 142).

No capítulo “*As Faculdades de Direito ou Os eleitos da nação*”, Schwarcz (1993) trouxe a distinção dos debates desenvolvidos nas duas instituições em questão. Abre-se esse parêntese com o objetivo de entender quais ideias se encontraram no rol de interesses de Alcides Bezerra, bem como compreender os motivos para a discussão em seus escritos. Justifica-se essa perspectiva pelo próprio indicativo temporal deste trabalho, uma vez que o período vivenciado por esse intelectual na Faculdade de Direito de Recife se caracterizou como o marco inicial desta dissertação.

Registre-se que a disposição de Alcides Bezerra a certos temas encontrou guarida no fato de que “[...] São Paulo foi mais influenciada pelo modelo político liberal, enquanto a faculdade de Recife, mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise.”. (SCHWARCZ, 1993, p. 143). Essa foi uma das marcas da atuação intelectual do personagem e que encontra fundamentos no decorrer deste estudo. Questões como eugenia, banditismo sob o viés da antropologia jurídica e da análise das raças, evolucionismo, cultura e moral se caracterizaram como pedra de toque dos temas envolvendo os estudantes da Faculdade de Direito de Recife.

Em que pese os problemas iniciais existentes, no período olindense, em relação à estrutura, às ausências de professores e de alunos, a própria instituição possuía uma revista para debates dos temas efervescentes da época e que, a partir da ótica dos professores, adentravam no campo de interesses dos estudantes.

Trata-se da “*Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*”, um importante veículo de conexão de saberes e que hoje, ainda, encontra-se presente na mencionada instituição. Assim, importante mencionar que, apesar de na época olindense não ter ocorrido uma vasta contribuição intelectual, percebe-se que, com a mudança das instalações para Recife, houve um movimento de busca pelo desenvolvimento do pensamento crítico e da consolidação de teorias originais. Nesse sentido:

A mudança para Recife em 1854 assinalará, por sua vez, uma guinada tanto geográfica como intelectual. É só a partir de então que se pode pensar em uma produção original e na existência de um verdadeiro centro criador de idéias e aglutinador de intelectuais engajados com os problemas de seu tempo e de seu país. (SCHWARCZ, 1993, p. 146).

Muito embora ter sido um instrumento bastante utilizado pelos pensadores da Faculdade de Direito do Recife, a fim de divulgar as inquietações juvenis, não existe registro de escritos deixados por Alcides Bezerra no periódico acadêmico-científico. Explica-se esse fato a partir da *Revista Acadêmica* apenas possuir, inicialmente, como princípio da linha editorial, a divulgação de estudos dos professores da mencionada instituição ou dos intercâmbios científico-culturais com as demais faculdades nacionais ou internacionais. (SCHWARCZ, 1993).

Entretanto, ao percorrer, por meio de uma cognição sumária, a fonte, em apreço, percebe-se que o intelectual foi diretamente influenciado pelos temas que habitavam a instituição, na época em que cursou o bacharelado em Direito. Cite-se, como exemplo, o pensamento de Tobias Barreto, discutido em algumas edições da revista. Inclusive, esse fato foi evidenciado no *Jornal do Recife* ao dispor que “O dr. Alcides Bezerra é da escola de Tobias Barreto tendo os seus escriptos referidos provocado interesse mesmo fora deste Estado, por ocasião da polemica⁵⁷”. (O “JORNAL” NA PARAHYBA, 1918, p. 02).

Diante das informações trazidas, importante saber que iniciar os estudos universitários antes de completar a maioridade civil, que no Código Civil de 1916 era aos 21 anos, caracterizava-se como uma situação comum da Primeira República, entre os jovens da classe média ou alta paraibana⁵⁸. Com Alcides Bezerra, a situação não seria diferente, uma vez que aos 15 anos ingressou no curso de Direito da Faculdade de Recife. Conforme procuração abaixo e requerimento de matrícula, verifica-se que foi o Sr. Manoel Simplicio Paiva responsável por matriculá-lo perante a direção da referida instituição.

Figura 5 – Alguns documentos para matrícula na Faculdade de Direito de Recife

⁵⁷ O termo polêmica se referia à inimizade com o Monsenhor Pedro Anísio, na época, cônego, em decorrência dos escritos divulgados no jornal *A União* e que se encontravam prestes a serem reunidos no livro *Ensaio de Crítica e Filosofia* (1919).

⁵⁸ A colação de grau em curso de ensino superior era uma das condições para cessar a incapacidade civil dos menores, possibilitando que, antes de atingida a maioridade, pudessem ser sujeitos de direitos e obrigações na ordem civil. Alcides Bezerra, aos 20 anos, obteve o grau de bacharel, no dia 11.12.1911.

João Almeida Ferreira Cavalcanti, pela
 presente procuração de seu próprio pu-
 nho, constitui seu procurador bastante,
 na cidade de Recife, a acadêmicos Na-
 cional Simplicio Paiva, para matricular-se
 no primeiro curso de Ciências jurídicas
 e sociais da Faculdade de Direito; e para
 tal fim de concessão poderes especiais, inclu-
 sive a de substituição.

Recife, 21 de Fevereiro de 1907
 João Almeida Ferreira Cavalcanti

Contra-testemunhas
 José de Lima Araújo
 Celso de Azevedo de Brito

Recebeu o outorgado a letra e
 o valor de R\$ 100,00 em 21 de
 Fevereiro de 1907
 P. P. Nacional Simplicio Paiva
 P. P. Nacional Simplicio Paiva

1907

Il. Ex.ª S.ª do Sr. Director da Faculdade
 de Direito de Recife

Meu amigo - de Fev. 28. 07
 P. P. Nacional Simplicio Paiva

João Almeida Ferreira Cavalcanti, filho legí-
 timo de João Pereira Cavalcanti, natural
 da Cidade da Paraíba do Norte, desajando matricu-
 lar-se no 1º curso de curso jurídico desta Fa-
 culdade, requer a V.ª de digar de mandar inscri-
 zir o na lista dos alumnos do referido curso.
 O supplicante antefaz as exigencias regulamen-
 tares.

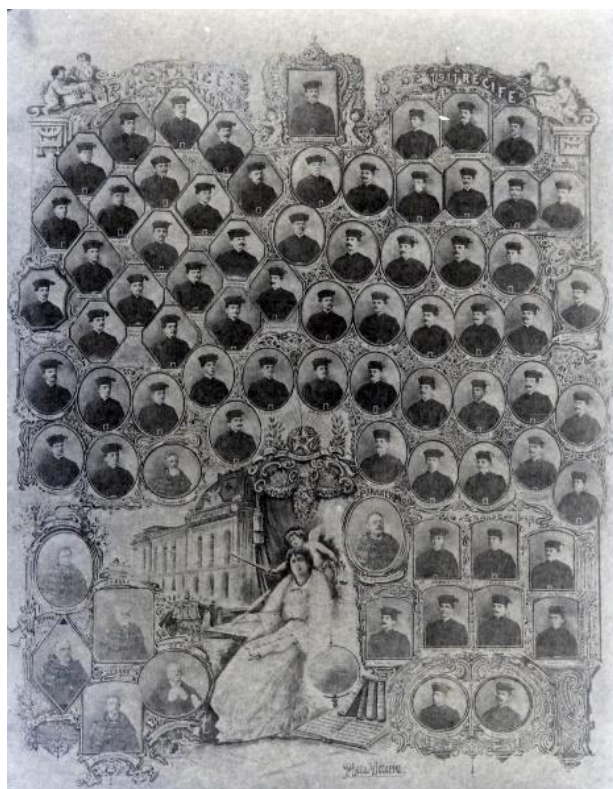
Nestes termos
 P. P. Nacional Simplicio Paiva

Recife, 21 de Fevereiro de 1907
 P. P. Nacional Simplicio Paiva

Essas informações são apenas curiosidades para dar continuidade a trama intelectual do referido personagem, momento no qual esta história se faz de construção e reconstrução, num movimento dicotômico de contextos diferenciados que busca um ponto em comum: a identidade de Alcides Bezerra.

Considerada um dos centros do saber nacional, a Faculdade de Direito de Recife⁵⁹ foi palco de grandes notáveis que fizeram história, com a vasta contribuição em diversos campos culturais, como na filosofia, sociologia, direito e educação. A fim de aguçar a curiosidade do itinerário personagem estudado, traz-se a imagem da placa dos bacharéis⁶⁰ em Direito, referente ao ano de 1911, data da conclusão do curso na mencionada instituição, por Alcides Bezerra.

Figura 6 – Placa dos bacharéis em Direito (1911)



Fonte: Acervo da Faculdade de Direito de Recife

⁵⁹ A fim de conhecer a história da faculdade de Direito de Recife, indica-se o documentário da TV Justiça “A Origem dos Cursos Jurídicos no Brasil”. Vide <<https://www.youtube.com/watch?v=XPfp6Nifb8k>>.

⁶⁰ O intelectual, objeto do estudo, foi contemporâneo de Pontes de Miranda, uma referência na área jurídica e que tratou sobre o direito à educação, além de ter tido contato com Albert Einstein, objetivando contribuir para a Teoria da Relatividade, assunto amplamente discutido e de interesse dos intelectuais da Primeira República. Percebe-se que, na placa, os alunos eram divididos pela localidade/região, agrupando-se, por consequência, os oriundos do mesmo estado.

Alcides Bezerra pôde vivenciar os ares dessa instituição e, ainda que muito jovem, conseguiu dialogar com figuras expoentes da época, Tobias Barreto, Silvio Romero e Clóvis Beviláqua⁶¹, além de propor a teoria do culturalismo sociológico, fundamentada na moral. Souza (1981, pp. 07/08) assim resumiu:

Nas obras de Alcides Bezerra [...], os problemas abordados se interligam e têm no da cultura, ao que parece, a chave ou o nexo principal ao qual, devemos dar maior atenção e assim tentar aclarar os demais a partir deste. Utilizará em sua pesquisa sobre o problema cultural, o método da observação, a indução, os recursos da história e as aquisições das disciplinas ligadas ao tronco da ciência sociológica. O seu projeto é chegar ao problema cultural brasileiro, para a partir de sua compreensão, obter os resultados positivos para a nacionalidade em sentido ao desenvolvimento harmônico dos diversos grupos que a compõem.

Souza (1981) enfatizou que Alcides Bezerra, a partir do livro *“Ensaio de Crítica e Filosofia”* (1919), trouxe novos significados para o culturalismo sociológico, ao colocar a moral como pedra de toque, considerando-a irradiadora da criatividade humana. Ainda que esse personagem não tenha participado ativamente da famosa Escola de Recife, foi por meio desse movimento que conseguiu dar os primeiros passos na construção de um pensamento que correspondesse a esse momento renovador de ideias. Nessa conjuntura, a própria história explica que se torna comum os sujeitos se vincularem às teses que os influenciassem, deixando ao ostracismo as teorias ultrapassadas e dissonantes da realidade.

Com a mudança da faculdade para o Recife, ocorreram novas ideias, contudo as instalações ainda permaneceram deficitárias, vislumbrando “[...] o surgimento de um novo grupo de intelectuais, cuja produção transporá os estreitos limites regionais.” (SCHWARCZ, 1993, p. 147). No último quartel do século XIX, houve “[...] a emergência de uma guinada teórica, muito alardeada pelos próprios intelectuais que a realizavam e que buscavam dar ao direito um “estatuto científico”⁶², afastado das influências religiosas e metafísicas então dominantes.” (SCHWARCZ, 1993, p. 147).

Assim, Alcides Bezerra estabeleceu que os ramos do conhecimento seriam derivados da cultura, como o Direito, a Política e a Religião. Com a educação não seria diferente, uma vez que, para ele, o homem se encontrava vinculado ao espaço geográfico e passível de ser

⁶¹ Esses pensadores fizeram parte do movimento da Escola do Recife, ocorrido no último quartel do século XX, tendo como pressuposto a ruptura do pensamento positivista, por meio do que foi considerado “um bando de ideias novas”, com o fim de oxigenar o pensamento nacional, ao adotar as tendências europeias para a reflexão da identidade nacional.

⁶² Nesse ponto, expõe-se que, em 1933, Alcides Bezerra escreveu a tese “A Revelação Científica do Direito”, com forte apelo ao cientificismo, considerado fonte confiável da verdade. Em verdade, apenas refletiu sobre questões anteriormente conhecidas quando se encontrou no cenário da Faculdade de Direito do Recife.

influenciado pelo território e pela herança cultural. Além disso, não foi avesso à Sociologia, como o predecessor Tobias Barreto, mas colocou-a como ciência capaz de regular os fatos sociais e de dialogar com outros campos de saber.

Destaca-se que, a partir da conexão dos saberes, da efervescência das ideias da Escola do Recife, um movimento intelectual situado na transição do Império-República, o personagem ora estudado foi diretamente influenciado, entre outras correntes, pelas ideias do evolucionismo científico. Sílvia Romero prefaciou livro de Tobias Barreto, com os seguintes prenúncios sobre a Escola de Recife:

O decênio que vai de 1868 a 78 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram nossa vida espiritual... De repente a imutabilidade das coisas se mostrou... *Um bando de idéias novas* esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, novos processos de crítica e história literária, transformação da instrução do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife. (ROMERO apud SCHWARCZ, 1993, p. 148).

Embora os personagens comumente conhecidos na tradição da Escola de Recife tenham sido Tobias Barreto, Sílvia Romero e Clóvis Beviláqua, Angela Alonso (2002) afirma que esse movimento de ideias novas não se limitou à atuação desse tripé de intelectuais. Assim, a participação, a partir de 1870, obteve maior relevo com Beviláqua, Martins Jr. e os conhecidos irmãos Falcão. Nesse sentido, sintetizou o referido movimento:

Essa agitação intelectual em Pernambuco é usualmente nomeada como “Escola de Recife”, cuja preocupação central seria a difusão das idéias evolucionistas de sua liderança máxima, Tobias Barreto [...]. Essa circunscrição do fenômeno, ao focar estritamente idéias, perde de vista [...] as atividades e associações dos membros do movimento intelectual. Ao mesmo tempo sobrevaloriza a influência de Tobias Barreto. (ALONSO, 2002, p. 133).

Souza (1981) adverte que o propósito de Alcides Bezerra não possuiu o condão de significar a possibilidade de uma irracionalidade das forças naturais com ação direta sobre os costumes, como, por exemplo, na moral. Denota-se, na verdade, que, a partir da interação com o meio, em resposta a esse, tornava-se possível ao indivíduo organizar a sua identidade, o seu projeto de vida. No livro “*Espetáculo das Raças*”, Schwarcz (1993) traz o seguinte trecho capaz de esclarecer as tendências de pensamento desenvolvidos na Faculdade de Direito de Recife:

Em nossa faculdade existiram dois momentos absolutamente distintos. Um é o empirismo feroz dos tempos idos, com raízes profundas nos preconceitos religiosos e nos prejuízos momarchicos do direito divino; o outro é o estudo consciencioso do mecanismo social das condições mesológicas, das hereditariedades, dos atavismos dos povos, dos fatores phísicos, anthropologicos e sociais sem o que não se compreende a verdadeira ciencia do Direito. (RAFDR apud SCHWARCZ, 1993, p. 149).

Entender a formação moral da sociedade constituía-se no princípio basilar dos anseios do pensador, ora estudado, porque, a partir disso, poderia conseguir solucionar os problemas socioculturais da humanidade. Todo esse escopo teórico tinha como pano de fundo o sentido de que “[...] a reflexão do autor toma por base a experiência vivida, a história, e constrói o seu projeto a partir do indutivismo, método que vai adotar.” (SOUZA, 1981, p. 49).

Entender os mecanismos de formação da civilização representava o anseio da elite intelectual frequentadora da instituição em tela. Nessa questão, destaca-se:

“Longe da metafísica”, “distantes do subjetivismo”, viviam esses intelectuais a certeza de estarem construindo não somente novas teorias, mas também uma nova nação. Em Recife, advindos sobretudo de setores da classe média urbana, que crescentemente se distanciavam da hegemonia rural, esses intelectuais compartilhavam da sensação de que a “sciencia tudo pode” [...] e de que existiria uma verdadeira tarefa, uma missão a ser cumprida. Enquanto em Olinda os alunos pertenciam majoritariamente a famílias tradicionais da região, vinculadas a setores agrários, em Recife a composição social do grupo era mais diversificada: o novo centro aglutinava não só representantes das famílias rurais da região, como também alunos provenientes de setores médios urbanos ascendentes. (BEVILACQUA apud SCHWARCZ, 1993, pp. 149/150).

Ainda, importante destacar que, se no período anterior à República, caracterizava-se como habitual a divisão do conhecimento, o personagem propôs a imbricação dos conteúdos, uma vez que a interdisciplinaridade das ciências consistia no norte necessário para o conhecimento ser mais bem aproveitado pela sociedade. Partiu-se do entendimento de que “[...] Era preciso olhar de uma outra forma para esse país, “encaral-o de forma científica” [...], tarefa que implicou não apenas a absorção das interpretações estrangeiras como sua utilização enquanto matrizes de pensamento.” (SCHWARCZ, 1993, p. 153). Assim sendo,

Característico do nosso tempo é a interpenetração dos conhecimentos, que o passado conheceu mais ou menos separados e sem mutuarem os auxílios que podiam. Agora, porém, já não se dá mais isto. O Direito criminal está sendo influenciado pela psicologia normal e patológica, pela psicanálise, a pedagogia e até pela organização industrial. As cadeias se transformam em escolas e oficinas e a opinião que fazemos dos delinquentes, tão diferente de

um passado recente, baseia-se na ciência que adoça a justiça e como que a humaniza. (BEZERRA apud SOUZA, 1981, p. 73).

Esses traços revelam abordagens tão em voga na atualidade: a realização de práticas humanísticas e a implementação da justiça restaurativa. Nas raízes históricas da ciência, Alcides Bezerra buscou explicar que essas foram as motivações para se pensar no conhecimento de forma concatenada. Em suma, o referido personagem revelou caminhos que, por si só, possuem um ponto de interseção com as questões atuais, sendo inseridas tanto na área da educação quanto no direito⁶³. Assim, denota-se que Alcides Bezerra, ainda que de forma superficial, vislumbrou indícios de diálogos entre os mencionados saberes, possuindo total aplicabilidade prática nas relações sociais.

Com o ingresso no curso de Direito de Recife e a consequente influência do movimento das ideias novas, que buscava uma ruptura com o conhecimento linear e hermético, defendeu a liberdade de pensamento. Nesse sentido, visualizava a ciência de forma flexível, não trazendo apenas o caráter científico para disciplinas com fins de aferição quantitativa, mas dotadas de plasticidade para se modelar à realidade, de acordo com a autonomia da vontade do indivíduo. Observa-se que:

Vemos então que a arte de conduzir o povo, ou a ciência do governo, deverá assentar-se em princípios de liberdade pelo saber, condizente com o próprio desenvolvimento, e não na força do arbítrio. A política não deve ser fruto da improvisação e da exaltação, mas da soma dos conhecimentos, do Direito e da Moral. (BEZERRA apud SOUZA, 1981, pp. 78/79).

Reitere-se que o desenvolvimento dessa liberdade de pensamento foi corolário para Alcides Bezerra desenvolver os problemas da modernidade, principalmente, o pedagógico, que será abordado no ponto específico deste capítulo. Antes de adentrar no mérito dessa questão, torna-se crucial evidenciar que:

Alcides Bezerra no imediatismo frente ao seu momento histórico, a grande comoção na sociedade ocidental, não pretende aprofundar uma teoria do saber no sentido filosófico pleno. Aceita a formação e as pesquisas das novas ciências do homem que se desenvolveram a partir do século passado, e em especial as aquisições da Sociologia e disciplinas congêneres como a

⁶³ Na educação, as práticas humanísticas visam desenvolver uma cultura de paz, sendo um componente interdisciplinar com os demais conteúdos curriculares. Já justiça restaurativa tem como objetivo mediar conflitos, estabelecendo relações de igualdade, transformando os cenários por meio da cultura de paz. Enquanto, na seara jurídica, os direitos humanos são consagrados universalmente em declarações internacionais, devendo ser observados por cada Estado-membro, a justiça restaurativa visa mediar e resolver conflitos, podendo incidir em diversas áreas, como, por exemplo, no Direito Civil e no Direito Penal.

antropogeografia, a etnologia ou etnografia, a psicologia, a moderna pedagogia etc. (SOUZA, 1981, p. 91).

Ainda, nos laços universitários, além das influências da Escola de Recife, que possibilitaram um diálogo entre o campo do direito e da educação, delineia-se o aspecto prático da contribuição desse intelectual nas referidas áreas, quando foi um dos idealizadores do curso de Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, atualmente inserido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro foi criada, no ano de 1935, por um conjunto de juízes, tendo como pano de fundo uma série de movimento progressistas da época, no país. Objetivou-se “construir um projeto de escola moderna, cientificista, plural, democrática, mais brasileira e, principalmente, autônoma, livre das amarras do poder vigente.”. (DIREITO UERJ 80, 2016, *on-line*).

Na mesma sede da Associação Cristã de Moços (ACM), foi inaugurado o curso da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, com funcionamento de 1935 a 1943, na Rua Araújo Porto Alegre, nº 26, Esplanada do Castelo. A antiga fachada do prédio possuía o seguinte desenho arquitetônico:

Figura 7 – Fachada da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro

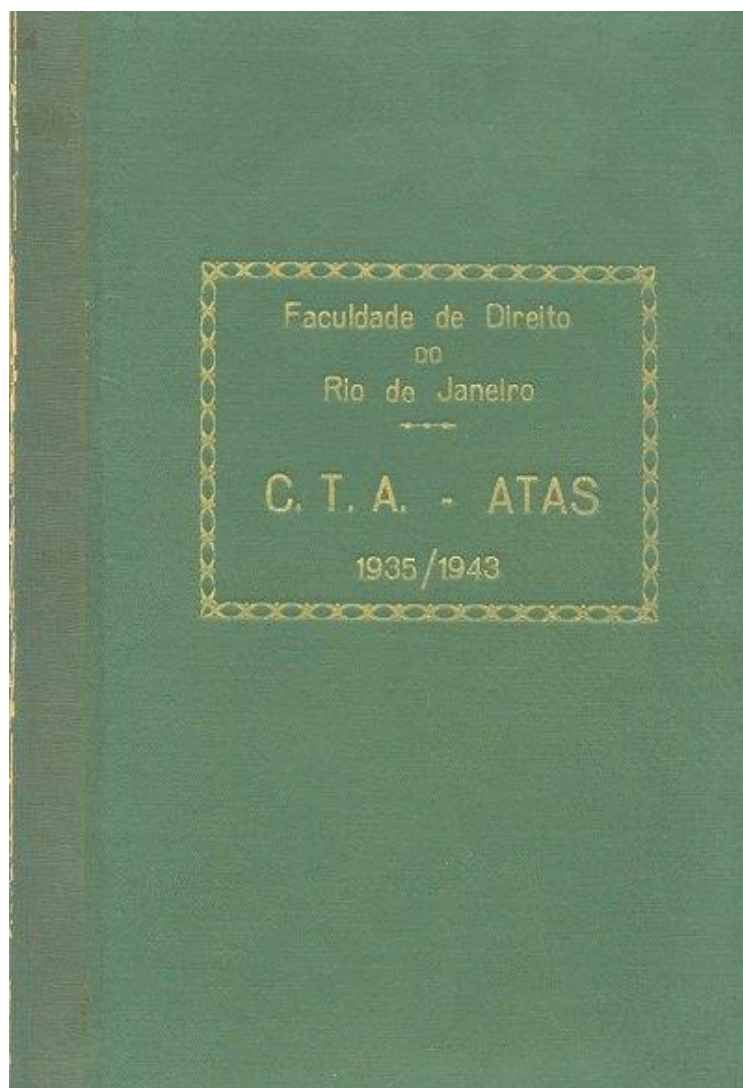


Fonte: Faculdade de Direito da UERJ

Alcides Bezerra participou das reuniões de Conselho Técnico, cujos membros foram escolhidos mediante proposta da Congregação e, de forma geral, possuíam atribuições institucionais, com fins de operacionalizar os procedimentos regulamentares da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em reunião ocorrida, no dia 25.03.1935, logo após a criação da

faculdade, em conjunto com outros professores, o personagem, ora tratado, decidiu sobre as normas institucionais que deveriam vigorar naquela localidade e sobre a autorização do diretor para contratar com a Associação Cristã de Moços as dependências, para funcionamento das atividades.

Figura 8 - 1ª Ata da Reunião do Conselho Técnico



Carapalav. 1

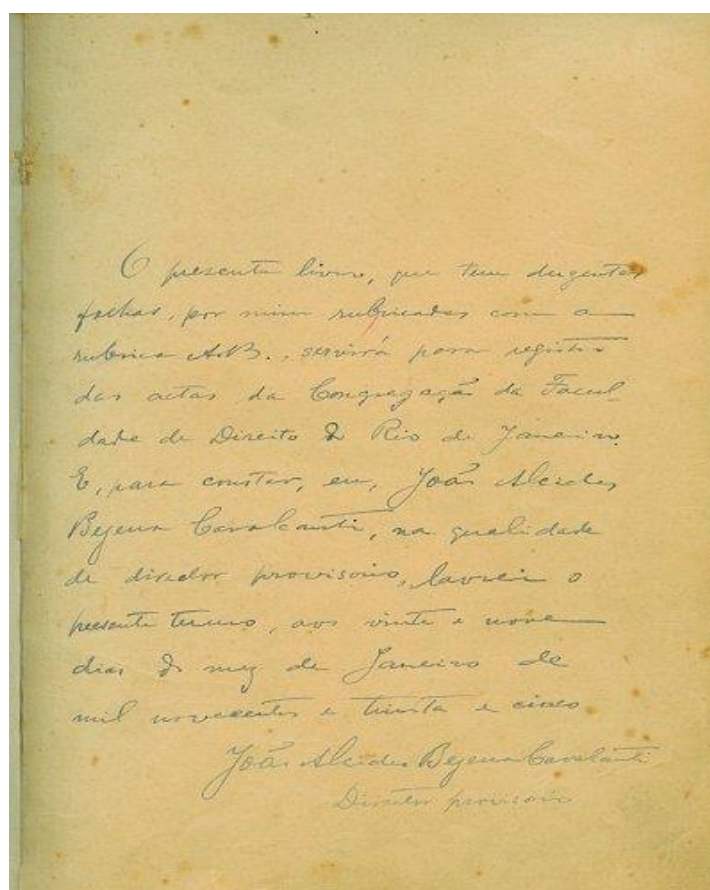
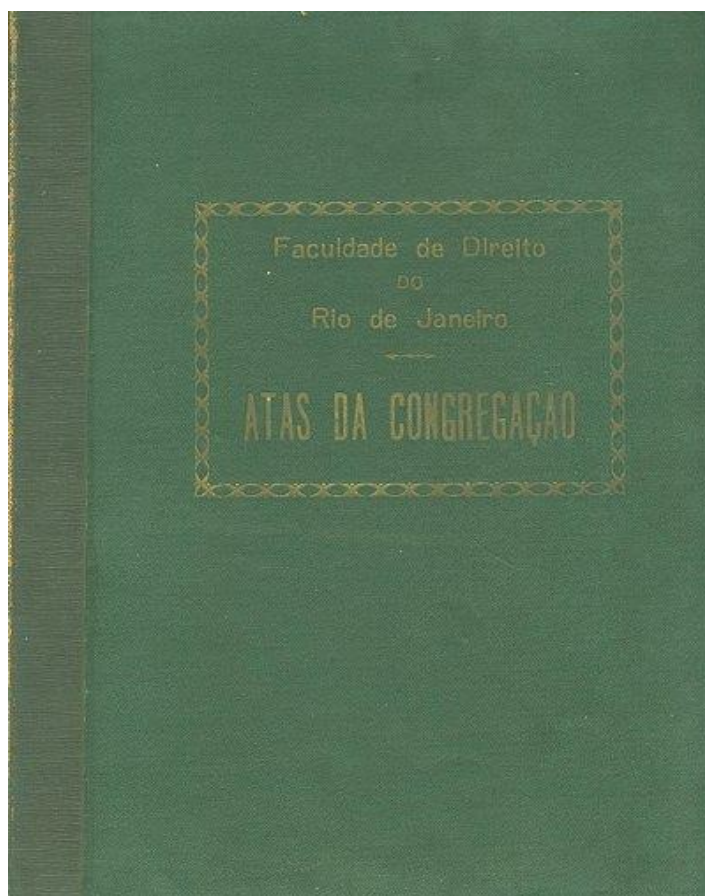
Ata da 1ª Reunião do Conselho Técnico,
 escolhido pela Congregação na reunião realizada
 no dia cinco de Março de mil novecentos e trinta
 e cinco. Aos vinte e cinco dias do mês de Março,
 de mil novecentos e trinta e cinco, presentes os
 Senhores Professores Luit. Frederico Sauebronn Carpenteiro,
 Alcides Bezerra, Marcilio de Caceres e Oscar
 Accioly Tenorio, às quinze horas, no salão
 nobre da Associação Christã de Moços, reuniu-
 se o Conselho Técnico da Faculdade de Direito
 de Rio de Janeiro e tomou as seguintes delibe-
 rações: Propôs a Congregação a adoção do de-
 creto no. 123.509, de vinte de Novembro de mil
 novecentos e trinta e tres (Regulamento da Faculdade
 de Direito), como Regulamento desta Faculdade;
 Autorizou o Diretor a contratar com a Associa-
 ção Christã de Moços a cessar de dependências
 desta para o funcionamento da Faculdade e
 a fazer as despesas necessárias para a sua
 instalação. E nada mais havendo a tratar
 o Sr. Presidente encerrou a sessão às dez horas.
 E, para constar lavrei a presente
 ata que vai por mim pelo Sr. Diretor
 e pelo Sr. Professor, assinada. Rio de
 Janeiro, vinte e cinco de Março de mil nove-
 centos e trinta e cinco. Oskar de Caceres
 Meyer, secretário interino.

Luit. Frederico Sauebronn Carpenteiro, diretor.
 Alcides Bezerra
 Marcilio de Caceres
 Oscar Accioly Tenorio

Fonte: Faculdade de Direito da UERJ

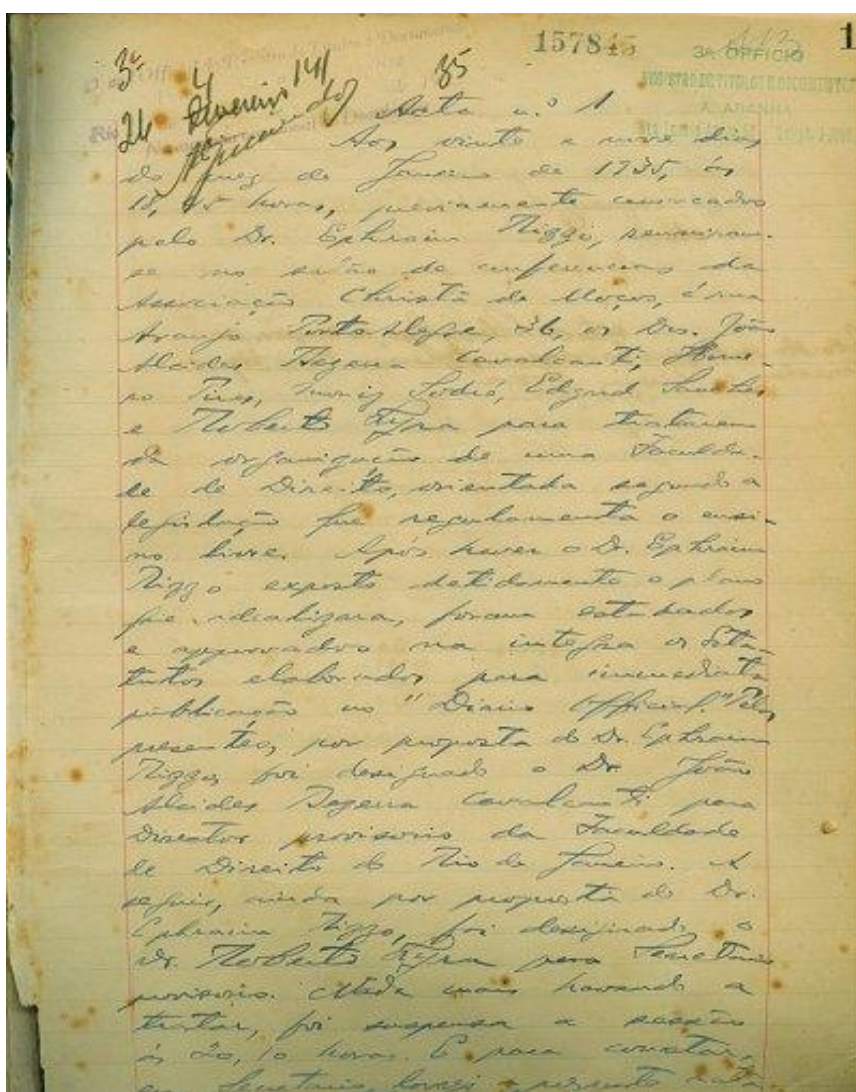
No livro da Ata da Congregação, Alcides Bezerra ficou responsável por subscrevê-lo e, na qualidade de diretor provisório da mencionada instituição, informou os atos realizados, além da publicação dos Estatutos no *Diário Oficial*, depois de estudados, ratificados e aprovados pelos personagens participantes do encontro em questão.

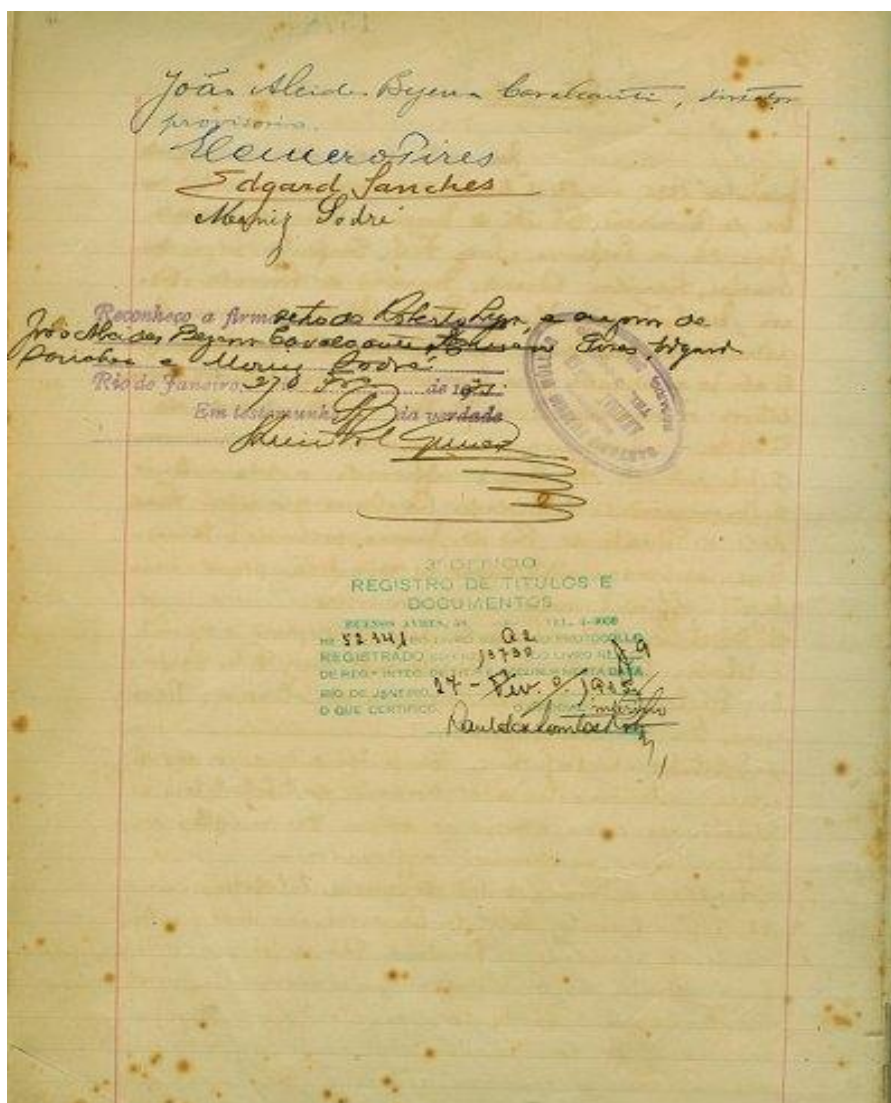
Figura 9 – Livro da Reunião da Congregação



Considera-se o grau de relevo da referida personalidade, uma vez que, em todas as searas por onde percorreu, conseguiu transmudar-se em diversos cargos, ao longo da Primeira República, e, quando próximo dos anos finais da sua vida, na Era Vargas, tornou-se diretor provisório da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que prometeu inaugurar um ensino baseado na liberdade e na inovação.

Figura 10 – Ata da Reunião da Congregação





Fonte: Faculdade de Direito da UERJ

Existem registros da passagem da personalidade, em tela, no anuário de 1938, com o resgate da atuação dos personagens, o quadro de disciplinas e as atividades institucionais.

Assim, além das funções administrativas da faculdade, como a de diretor interino e participante do Conselho Técnico-Administrativo e da Congregação, Alcides Bezerra aventurou-se como professor catedrático, uma vez que lecionou as cadeiras de Filosofia do Direito e Introdução à Ciência do Direito, sendo esta última na condição de substituto.

No que se refere à disciplina de Introdução à Ciência do Direito, Alcides Bezerra ficou como substituto. A título de curiosidade, o referido personagem foi o segundo a tomar posse, em relação a todo corpo docente da instituição, comprometendo-se ao ensino da Filosofia do Direito, conforme Anuário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1938).

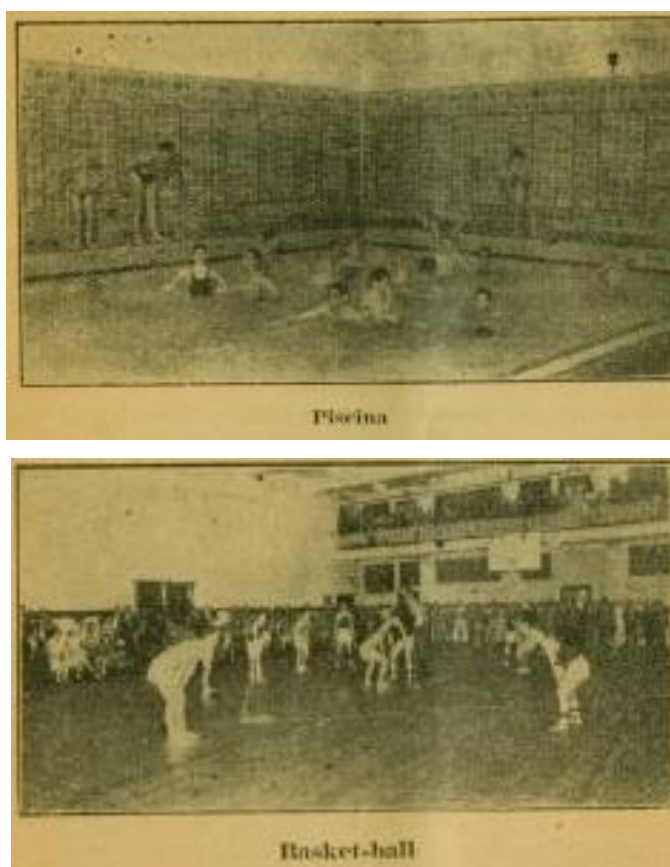
Apesar de o Conselho Nacional de Educação estabelecer o ensino facultativo, nos cursos superiores, da educação física, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro ofertou aos

alunos aulas de ginástica, jogos esportivos, uso da piscina, basquete, entre outros esportes. Isso só foi possível porque o local em que funcionava a faculdade possibilitou o desenho de novos projetos de ensino interdisciplinar, por estar ocupando a Associação Cristã de Moços, mas, sem, contudo, realizar proselitismo dentro de suas dependências.

A quantia desembolsada pelos alunos para ter direito às atividades consistia no valor de 7\$000 (sete mil réis) por mês e, quando comparados aos valores ofertados a estranhos, no importe de 30\$000 (trinta mil réis) mensais, verifica-se que se caracterizava por um valor módico, apenas para cobrir as despesas estruturais e dos docentes que acompanhavam as atividades.

Sem o intuito de realizar catequese dos alunos, mas imbuída da obrigação de “[...] exaltar o Brasil e as suas instituições” (DIREITO UERJ, 1938, p. 16), percebe-se que a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, por meio dos intelectuais e sujeitos que compunham a organização administrativo-pedagógica, pretendeu traçar novos caminhos para o ensino jurídico no Brasil, possibilitando a liberdade de pensamento e a inovação educacional.

Figura 11 – Esportes praticados na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro



Fonte: Faculdade de Direito da UERJ

Em relação ao anuário de 1939, uma vez que cada documento desse se referia ao ano anterior, ou seja, 1938, data de falecimento de Alcides Bezerra, cumpre destacar uma singela homenagem às contribuições do referido personagem. Em linhas gerais, retratou que o intelectual esteve “[...] sempre disposto a cooperar pela grandeza do instituto, onde e como se fizesse necessário, sem qualquer vislumbre de interesse pessoal, ou de vaidade.” (DIREITO UERJ, 1939, p. 12). Ao final, destacou-se que “Jamais será esquecida a sua contribuição valiosa para o triunfo completo desta casa de ensino, tarefa a que ele se dedicou nobremente.” (DIREITO UERJ, 1939, p. 12).

Revela-se que os laços universitários de Alcides Bezerras possibilitaram o pensar novas categorias de análise, haja vista que, com a influência da Escola de Recife, trouxe a tônica da liberdade de pensamento, a necessidade da modelagem e da valorização do conhecimento científico às ciências humanas. A organização técnico-pedagógica da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro é corolário das ideias absorvidas, ao longo das décadas, ao participar de diversos cargos públicos que possibilitaram o desenho institucional de um curso superior desvinculado das amarras enciclopédicas, tendo em vista que teve como prioridade um ensino democrático, plural e inovador.

Por derradeiro, enfatize-se que, no ano de 1937, existia na condição de estudantes, na turma do primeiro ano, uma mulher e cinco homens, enquanto, na do segundo ano, aponta-se a existência de, ao menos, três homens e três mulheres, sendo estas autodenominadas, na matrícula, como professoras municipais⁶⁴, ocorrência, atualmente, semelhante a um título de mestrado ou doutorado. Então, o diálogo entre direito e educação na vida de Alcides Bezerra é um vetor constante, ainda que fundamentado em múltiplas variantes.

3.2 A Revelação Científica do Direito: entre a valorização da ciência e o problema pedagógico

Muitas vezes, pesquisadores fazem a seleção da documentação a ser analisada para a sua pesquisa, levando-se em consideração a temática investigada. Essa estratégia manifesta-se, de certa forma, perigosa, quando, na condição de cientistas sociais, faz-se um juízo de valor antecipado e que possivelmente poderá ocasionar a não apreciação de um material que possua traços de afinidade com o estudo em curso. Justifica-se a separação da documentação,

⁶⁴ Algumas páginas do anuário se encontram disponibilizadas, no site da UERJ, de forma incompleta, não sendo possível constatar a ocorrência de outras matrículas, na turma do segundo ano, no ano de 1937.

principalmente, pelo diminuto tempo para catalogação das fontes, desenvolvimento da pesquisa e cumprimento das obrigações presentes numa dinâmica de pós-graduação.

Ocorre que, na medida do possível, o pesquisador deve se permitir ser audacioso, tentar a imbricação de conteúdos, levantamento de outras questões, antes não investigadas. Parte-se do princípio que a pesquisa deve viabilizar a contribuição científica, ainda que comparando-se a uma escada, seja apenas um degrau do conhecimento. Nesse sentido, importante aguçar a curiosidade e libertar-se do preconceito com outros ramos do conhecimento, uma vez que todos fazem parte de um complexo maior: a educação.

Assim, educação é direito; direito é educação. Por mais lógico que pareça, faz-se necessário repetir. Educação é um direito subjetivo, previsto constitucionalmente e nas leis infraconstitucionais, além de ser um direito humano, incluído em tratados internacionais. Esses documentos se constituem como mecanismos para o acesso dos indivíduos ao ensino e como fonte da obrigatoriedade para o Estado e para a família. Realce-se que o Estado e a família, cada um na sua seara de atuação, caracterizam-se como os responsáveis pela promoção e pela oportunização do acesso e da permanência dos indivíduos no ambiente escolar. Enquanto isso, direito é educação, visto que seria inconcebível se pensar nos institutos, métodos, práticas e programas de ensino, sem se fundamentar nas teorias pedagógicas e nos instrumentos normativos que corporificam o campo do conhecimento.

Nessa senda, a obra *“A Revelação Científica do Direito”*, cuja autoria é de Alcides Bezerra, veio trazer o tempero para os aportes teóricos da educação e do direito, ao tratar, ainda que, sob a égide da Era Vargas, da necessidade do respeito à ciência e do problema pedagógico como uma das espécies afetas à modernidade.

A princípio, salienta-se que, mesmo Alcides Bezerra ter sido um intelectual de grande relevo, reconhecido em jornais e em boletins da época, esse personagem realizou um empréstimo para produção desse livro, bancando os próprios custos para impressão da obra em questão. Conforme se depreende da seguinte passagem, relatada por João de Lyra Filho, seu conterrâneo, responsável pela chefia de uma carteira de empréstimos:

[...] recebi das mãos do contínuo uma carta de pessoa amiga, que me convidava a acolher o portador, com quem deveria conversar e a quem seria natural que atendesse. Era ele Alcides Bezerra, o portador. Fui encontra-lo, no meio de muita gente, no amplo salão que dava acesso à sala onde trabalhava. No meio de muita gente humilde que ali estava, para preencher propostas de empréstimo, gente do povo, pobres funcionários mal remunerados que, de ordinário, pleiteavam dinheiro para matar a fome dos filhos, Alcides Bezerra se confundia. E ele era diretor do Arquivo Nacional!. (GUIMARÃES, s.d., p. 25).

Com o empréstimo de dois contos de réis, objetivou custear as despesas gráficas e, consequentemente, a obra serviria para concorrer ao concurso da cadeira de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade Nacional de Direito (FND), da Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo, não obstante a grandiosidade das suas considerações, reconhecidas, inclusive, no Boletim de Ariel, ficou em segundo lugar. O posto foi ocupado pelo jurista Hermes Lima (GUIMARÃES, s.d., p. 26). Entretanto, Nóbrega (1938) afirmou, em homenagem ao personagem, que a obra, em tela, classificou o intelectual entre os 10 candidatos, visto que esse defendeu a tese, no ano de 1933, para a investidura na disciplina de Introdução à Ciência do Direito da Universidade de Direito do Rio de Janeiro.

No Boletim de Ariel, houve a análise da obra em apreço, sendo importante mencionar que, semelhante ao universo da vida comum, os intelectuais, durante os itinerários, também possuem acertos/erros e sucessos/fracassos. Nesse sentido:

[...] esse brilhante cultor dos estudos philosophicos apresenta-nos, dentro da orientação dos seus mestres predilectos, uma these em que se unem substancia e clareza de estylo, sem nenhuma charlatanice de falsa cultura, sem nenhum desejo de mystificar o publico com a manipulação de novidades tão estupefacientes quanto inúteis. (ALCIDES BEZERRA, 1933, p. 266)

Cultivador da Filosofia e da Sociologia, Alcides Bezerra não deixou de mencionar, na sua obra, a importância da ciência para difusão do conhecimento, além de considerar a área de humanas como detentora de um *status* científico, com possibilidade de elevadas contribuições para a sociedade. Nesse ponto, na obra “*A Revelação Scientifica do Direito*”, como o próprio título permite deduzir, colocou o Direito como ciência, mas também mencionou que a educação se encontrava no mesmo patamar científico.

Naquela época, contexto da Era Vargas, os estudiosos da área de humanas travaram um embate com os pesquisadores das disciplinas de exatas que, para eles mesmos, dispunham de aferição quantitativa e técnica, uma vez que essas seriam consideradas significativas para a construção da ciência, genuína na sua forma e capaz de revelar dados universais. Deveras, esse embate se torna atual, tendo em vista que, na pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, ao estudar as disciplinas obrigatórias, comuns a todas as áreas, desperta-se, mais uma vez, ao apontar a defesa da Pedagogia como ciência.

Nesse sentido, Alcides Bezerra se destaca como um autor capaz de, independentemente da época, dialogar com questões que, para alguns cientistas, de natureza separatista, seriam impossíveis, haja vista que alguns estudiosos ainda consideram como

verossímil as divisões dos campos. Para esses, torna-se impossível o diálogo com os saberes, além de considerar algumas disciplinas inseridas numa estrutura hierárquica superior em relação a outras áreas. Assim, ponderou a questão:

Hoje é moda malsinar a sciencia, dizer que falharam as suas promessas. Deixai falar aos ingenuos e aos eternos insatisfeitos. Jamais os homens no curso da historia dominaram mais o mundo physico do que hoje; jamais gosaram tantas liberdades; jamais possuiram maior acervo de conceitos, theorias, pensamentos, instrumentos de trabalho e de goso; jamais conheceram tanto o passado, condição para julgar o presente e prever o futuro. (BEZERRA, 1933, p. 15).

Torna-se necessário voltar no tempo para entender que, para Alcides Bezerra, a ciência foi considerada como “[...] gloria dos nossos dias e promessa de dias melhores, é filha deste *bicho da terra tão pequeno*, o homem, que hoje se orgulha de suas humildes origens e do seu estreito parentesco com os outros seres da Natureza.”. (BEZERRA, 1933, p. 36).

Em relação aos conceitos de evolução, de humanidade e das leis psicológicas, Alcides Bezerra pontuou que se modificaram, ao longo do tempo e por diversas civilizações. Ainda, resumiu que “Para o professor o ar puro dessas alturas alcantiladas muito convem, pois lhe rasga extensos horizontes e dá consciencia da grandeza de sua missão de colaborador da natureza no aperfeiçoamento geral dos homens.”. (BEZERRA, 1933, p. 14). Para o progresso científico, concluiu:

Urge que se tire no dominio das sciencias do espirito todo o partido que já della tiraram as sciencias da natureza, e tenhamos uma moral scientifica, uma politica positiva, uma pedagogia fundada na psychologia, finalmente, um direito justo estribado no progresso scientifico e que dê normas seguras para a coexistencia social. A phase actual da historia do mundo está exigindo esse direito, como o renovamento dos methods pedagogicos e a moralização dos processos da politica. (BEZERRA, 1933, pp. 69/70).

No que se refere aos fenômenos éticos e a conexão com a educação, considerou que “Cooperam na obra educativa e moralizadora do homem as influencias benéficas ou maleficas do meio cósmico. A maior mestra, a mais completa e sublime educadora é a terra. A educação que se imprime mais fortemente no individuo é a tellurica.”. (BEZERRA, 1933, p. 75).

Subentende-se que, para o intelectual deste estudo, existiria uma educação natural, semelhante ao ocorrido no fenômeno jurídico, sendo o seu processo de formação anterior ao da escolarização, ou seja, os aspectos geofísicos que determinariam o embasamento inicial do indivíduo. Ainda, assinalou que “Os nossos methods e processos pedagogicos modelam a

personalidade transitoria do individuo, a educação tellurica faz muito mais, crêa a personalidade permanente da raça. (BEZERRA, 1933, pp. 75/76). Então, a ação do ambiente sobre o homem seria como um ato educacional.

Como partidária dessa ideia de educação telúrica, encontra-se Maria Montessori. Essa pensadora da educação, também formada em Medicina, apontou que, na faixa etária entre 6 a 12 anos, os indivíduos possuem capacidade de raciocínio. Para tanto, seria possível, a partir dessa idade inicial, entender o universo, o planeta Terra e o espaço da criança nesse cenário.

A educação telúrica, em termos gerais, traz os aportes iniciais do ensino da educação ambiental, de aplicabilidade transversal aos conteúdos escolares. Assim, essa “tarefa cósmica”, nos dizeres de Montessori, possibilitaria ao indivíduo se inserir no contexto geográfico e sofrer influência diretamente do ensino telúrico, considerado natural, pois faz, de forma anterior ao ensino escolarizado, a relação entre a tríade indivíduo, universo e planeta Terra. Nesse sentido, Maria Montessori defendeu:

[...] que todos os seres vivos e não vivos que moram na Terra têm nela um propósito especial. Sendo, contudo, esse propósito inconsciente. Por exemplo, a abelha não sabe que ela poliniza as flores. Ela só cumpre a sua tarefa de colher o pólen. O sapo não sabe que mantém a população de insectos equilibrada. Ele apenas se alimenta. (JARDIM DA DESCOBERTA, 2018, on-line).

Embora existam afinidades de pensamento entre Maria Montessori e Alcides Bezerra, inclusive, que ambos vivenciaram praticamente o mesmo lapso temporal, o intelectual não cita a pensadora em nenhum de seus escritos seja sobre educação ou a respeito de outra temática. Destaca-se, apenas, para fins de registro e de entendimento da linha de pensamento do personagem, ora estudado.

Nessa obra, Alcides Bezerra também traçou o panorama da civilização moderna e os seus problemas atuais, especificando cinco hipóteses que mereceriam uma maior atenção dos indivíduos e do Estado, a saber: a evolução científica; a economia; a organização política; a paz e a desmilitarização; o pedagógico e a formação do homem novo; e o do direito novo revelado cientificamente (BEZERRA, 1933).

Para este trabalho, coloca-se como perspectiva de análise o problema pedagógico e a formação do homem novo. Nesse sentido, o personagem reverberou que

O problema pedagogico só se resolverá pela sciencia, tal qual como o da saúde. Medicina e pedagogia são grandes syntheses de sciencia e de

aplicação technica. Nem se pode mais imaginar uma medicina ascientifica ou uma pedagogia dessa natureza. (BEZERRA, 1933, p. 177).

Ademais, orientou que os problemas educacionais só seriam enfrentados, por meio de oferecimento de “[...] escola gratuita por toda a parte, ensino obrigatorio, leigo, de caracter scientifico, simplificados os programas, adoptados os melhores methodos, dando-se preponderancia da atividade do alumno sobre o verbalismo.” (BEZERRA, 1933, p. 184).

Assim sendo, previu a necessidade da generalização da instrução como causa para o progresso dos países novos, harmonia dos interesses coletivos e preservação da unidade nacional. Só assim seria possível diminuir as disparidades regionais, sem necessitar de uma revolução, mas de uma transformação do Estado por meio das instituições, como “[...] pela escola, pela propaganda, pela vulgarização dos principios da sciencia pode-se construir sem derramamento de sangue.” (BEZERRA, 1933, p. 179). É o que hoje ainda se consagra como a defesa de muitos países.

3.3 Aspectos antropogeográficos da Constituição de 1934: considerações preliminares sobre o ensino

Durante o tempo em que esteve à frente do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra organizou diversas publicações temáticas, trazendo o texto de abertura de cada edição, com suas considerações gerais acerca da matéria publicada, algumas curiosidades histórico-culturais, além de fazer referência aos funcionários que o ajudaram na organização textual da obra.

Em especial, destaca-se a edição nº 33, no ano de 1936, dedicada à compilação de suas conferências. Nesse volume, o intelectual tratou de vários assuntos “[...] de anthropogeographia, de historia da filosofia no Brasil, de direito, de filosofia da cultura...” (BEZERRA, 1936, p. 04).

O Regulamento do Arquivo Nacional trazia, entre as disposições, a determinação de que, sempre possível, o diretor realizasse conferências. Embora, a instituição, na época, não dispusesse de estrutura físico-organizacional, o personagem “[...] jamais ha recusado convites de gremio scientificos ou literarios para fazer palestras daquela natureza.” (BEZERRA, 1936, p. 04).

O acervo das conferências de Alcides Bezerra, no volume XXXIII, compõe-se de 354 páginas, quantidade inferior quando comparada à média de publicação das outras edições do Arquivo Nacional. Para a impressão da coletânea pela instituição, o referido personagem

justificou que se caracterizava como um indicativo procedimental da própria entidade, além de a impressão ter sido realizada porque oriunda de papeis doados por outro órgão. Nesse tocante: “[...] o papel empregado foi o restante do fornecimento que nos vem fazendo a Repartição de Estatística, subordinada ao Ministerio do Trabalho, do seu estoque adquirido para os serviços do recenseamento que se ia proceder em 1930.” (BEZERRA, 1936, p. 08).

Ainda que sob as vestes dos elogios de outros contemporâneos, Alcides Bezerra não satisfeito com seus trabalhos, demonstrou traços na sua personalidade de rigidez e de insatisfação com o resultado de algumas obras, em virtude de não ter possuído tempo suficiente para elaboração e para apresentação adequadas. Nesse sentido:

Nem sempre tive o arbitrio da escolha do assumpto, ou siquer da data, o que, de certa forma, me exculpa das visiveis deficiencias com que ás vezes os assumptos foram tratados. Sempre procurei fazer o melhor que o podia, muito embora raro conseguisse lavorar coisa que agradasse a mim mesmo. E sabe-se como, em geral, são benevolentes os autores com suas próprias produções. De mim, não tenho ilusões sobre as minhas. (BEZERRA, 1936, pp. 05/06).

Na palestra realizada na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no dia 18 de setembro de 1935, intitulada “*Aspectos anthropogeograficos da Constituição*”, Alcides Bezerra realçou a expansão dos vetores constitucionais, de foco no liberalismo e na organização do governo, no período de XIX, para, além disso, a preocupação com a cultura e com o problema econômico, no século XX. Isso ocorreu devido ao fato de que:

Estão mais perto das realidades nacionaes e soffreram a influencia da Anthropogeographia, da Economia politica e da Pedagogia. O Seculo XX preocupa-se, sobretudo, com o homem economico e com a formação de um homem novo para viver numa sociedade em mudança, em profunda crise de transformação. (BEZERRA, 1936, pp. 03/04).

De forma geral, no referido estudo, Alcides Bezerra buscou tratar dos aspectos antropogeográficos da Constituição promulgada pela constituinte, no ano de 1934, data anterior ao congresso do qual ele participou e construiu o referido discurso. Mas o que seriam essas vertentes de análise constitucional? O intelectual refletiu que as mencionadas estruturas estariam esquecidas, fora do campo de visão dos juristas, uma vez que esses se preocupavam apenas com os sintomas jurídicos do documento. Assim sendo:

Para mostrar, de inicio, as directrizes economicas e anthropogeographicas da Carta de 16 de Julho, alludirei que ella estabelece quatro grandes planos,

que, uma vez executados, transformarão, completamente, a face actual do Brasil. Entretanto, nos commentadores, não apparecem focalizados esses planos, e a Camara actual, formada em absoluta maioria de deputados da constituinte, parece esquecida do que votou, só assim se explica o silencio em torno daquelas magnas questões. (BEZERRA, 1936, p. 04).

Os planos aos quais o personagem aludiu foram: a) educação nacional, tratada no art. 150 e outros; b) caminhos de ferro, previsto no art. 5º, IX; c) reconstrução econômica nacional, disposto no art. 16 das disposições transitórias; e d) obras contra as secas, referido no art. 177. Aduziu, em síntese, que:

Ora, até hoje não consta que estejam em elaboração as leis organicas necessarias á execução desses planos. Elles figuram, por assim dizer, como letra morta na Constituição, porque a mentalidade dos legisladores se resente por ventura de uma formação exclusivamente juridica. Não quero, nem devo, formular outra qualquer hypothese desairosa, para explicar esse desinteresse de nossos representantes, muitos deles em condições de figurar com brilho em qualquer parlamento culto do mundo. (BEZERRA, 1936, p. 04).

Em suas considerações, trilhou a necessidade de “[...] uma opinião publica vigilante, menos preocupada com as tricas da politicagem, para chamar ao cumprimento do dever os Srs. representantes da Nação.”. (BEZERRA, 1936, p. 04). A consequência da ausência de uma opinião pública atuante, fiscalizatória e pujante refletiu no desinteresse dos parlamentares na discussão das matérias e na expectativa de um trabalho produtivo.

Alcides Bezerra mencionou, entre os dispositivos constitucionais que mereciam uma interpretação antropogeográfica, a providência sobre os ensinos nas zonas rurais, previsto no art. 139 e no art. 156, parágrafo único, da Carta Constitucional. A partir disso, entendeu que “[...] a Constituição não tomou o territorio nacional abstractamente, mas na sua realidade anthropogeographica, considerando a localização, a aridez, as belezas naturais, a salubridade, a habitabilidade [...]”. (BEZERRA, 1936, p. 07).

Discorreu, sumariamente, sobre a questão das secas e como a ocorrência do evento, sem a reserva técnica e financeira ocasionaria diversos transtornos locais e com reflexos nacionais. Assim, reverberou que:

A Constituição Federal vigente apresenta profundos caracteristicos anthropogeographicos, sente-se, ao medital-a, que foi feita para um povo americano estuante de vida, em pleno periodo de formação. Nella se equilibram as conquistas liberaes da cultura europeá occidental, a cuja area pertencemos, com um programma de trabalho pacifico, expansão educacional e de desbravamento da Natureza. (BEZERRA, 1936, p. 16).

Sobreleva notar que essa questão das secas possuiu reflexos, inclusive, no setor educacional, uma vez que, com as intempéries e os eventos fortuitos, os chefes do executivo, por não possuírem reservas financeiras de socorros públicos, retiravam os investimentos no ensino, como justificativa para realocar os valores para amparar os necessitados sertanejos.

No período em que Alcides Bezerra esteve inserido no contexto da Instrução Pública paraibana, ocorreram consequências em virtude das secas, como, por exemplo, realocação de recursos. Nessa tônica:

Desde a presidencia Castro Pinto que a instrução vem sendo a maior preocupação dos nossos governos. O cel. Antonio Pessoa, numa substituição eventual de mezes, fez da criação de novas escolas o ponto saliente de sua alta e fecunda administração, e o sr. dr. Camillo de Hollanda, aproveitando a phase de maior prosperidade economica que já atravessou o Estado, creou-as abundantemente em relação ás existentes, mas não tantas que bastassem ás necessidades da nossa população. Passada a guerra, alcançados pela sêcca de 19, levados de roldão na crise que se affirmou com o termino das hostilidades, entrámos no regime das restricções e ao meu govêrno coube pôr um paradeiro a esse movimento, pelo firme proposito em que estou de não crear novas escolas antes de dotar as existentes do material preciso para seu regular funcionamento. (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1922, pp. 51/52).

Assim sendo, depreende-se que, por iniciativa desse paraibano, foi possível inserir no texto constitucional a contribuição a ser arrecadada e destinada aos eventos das secas, sem precisar ficar ao alvedrio dos chefes do executivo, que, muitas vezes, utilizavam-se dessa ocorrência para realizar o manejo dos recursos públicos, com caráter nitidamente político, em vez de assistencialista, prejudicando, muitas vezes, o ensino público local.

3.4 Ensino do direito nas escolas: uma proposta inovadora

Na sociedade contemporânea, busca-se a premiação de práticas inovadoras desenvolvidas no contexto escolar. Prêmios como o *Global Teacher Prize* e o *Educador Nota 10* se caracterizam como um dos exemplos existentes. A preocupação é com o desenvolvimento de práticas diferenciadas, professores engajados, metodologias alternativas e didáticas atraentes. Em suma, objetiva-se a possibilidade de fazer um ensino moderno com os recursos que se encontram disponíveis, ainda que limitados, mediante as circunstâncias financeiras de algumas instituições.

Nessa esteira, outras iniciativas não exclusivamente vinculadas à educação, a exemplo do *Young Leaders of the Americas Initiative*, possibilitam o reconhecimento de

diversas figuras preocupadas com o empreendedorismo e que realizam ações viabilizadoras de impactos positivos no contexto mundial. Além do mais, existe o prêmio *Innovare* com o objetivo de premiar práticas solucionadoras do acesso à justiça.

Percebe-se que todos esses prêmios possuem afinidades com a educação e criam oportunidade de honrarias serem destinadas a propostas que promovam um ensino acolhedor e contextualizado com as demandas atuais. Pois bem, explica-se o referido fato por meio da iniciativa do advogado brasileiro Felipe Neves, idealizador do projeto que ensina a Constituição Federal em escolas públicas brasileiras⁶⁵.

Em que pese uma proposta de premiação de práticas educacionais adequadas ao futuro, a fim de capacitar jovens e fomentar o pensamento crítico, existem posições contrárias às referidas ideias, fundamentando nos fatores da lógica de mercado e do estímulo à competitividade. Esses fatores, segundo opositores, inviabilizariam o desenvolvimento crítico dos estudantes.

Esse panorama de premiação educacional-jurídico tem por justificativa demonstrar que Alcides Bezerra deixou registros de ideia similar no início do século XX, por intermédio do texto “*Formação do sentimento do direito na escola*”, publicado no livro “*Ensaio de Crítica e Filosofia*”. Mais uma vez, ratifica-se que o personagem desta dissertação surge como um desbravador de caminhos, arquiteto de pensamentos e visionário do futuro.

Na época em que foi escrito o assunto, Alcides Bezerra sentiu os ares do civismo da Primeira República. Assim sendo, indicou uma omissão pedagógica, ao não prever a perspectiva de um ensino com abordagem do direito nas escolas, para a formação da identidade jurídica do espírito infantil. Nesse sentido:

Eis ahi um assumpto assás negligenciado nos melhores compendios de pedagogia: a formação do sentimento do direito no espirito infantil. De certo ha nesses compendios quasi sempre longos capitulos sobre a educação moral. Mas, nem a moral abrange os phenomenos juridicos, nem o ensino da moral dá energia bastante para a affirmação da personalidade juridica. (BEZERRA, 1919, p. 91).

Pontuou, como um dos benefícios do ensino jurídico nas escolas, o fato de o estudante conhecer os seus direitos e lutar para que esses fossem observados pelos responsáveis. Assinalou que “[...] o homem ideal do ponto de vista da moral é aquelle que perdôa a offensa, ao passo que o homem ideal do ponto de vista juridico é aquelle que, pelo

⁶⁵ Vide <<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2017/12/projeto-que-ensina-constituicao-em-escolas-publicas-alcanca-20-mil-alunos.html>>.

direito seu, ou mesmo alheio, sacrifica interesses, bem estar, e até a propria vida.”. (BEZERRA, 1919, p. 91).

Enquanto à moral caberia a prática do bem, o direito ficaria imbuído da luta, da defesa e da ideia de justiça. Raciocinou que “O direito nasce da luta: luta dos povos, do Estado, das classes, dos indivíduos.”. (BEZERRA, 1919, p. 91). Para Alcides Bezerra, o dever de lutar pelo direito se encontrava enraizado nos ideais patrióticos. Nesse diapasão, o intelectual se inspirou no livro “*A luta pelo Direito*”, cuja autoria pertence a Rudolf von Ihering, sendo essa obra chamada, por Laveleye, como “Bíblia da humanidade civilizada”. (BEZERRA, 1919). Ponderou, em síntese, que:

O magno assumpto de que nos occupamos merece e deve ser tratado no seu aspecto theorico e no seu aspecto pratico. A pedagogia pratica ou a didactica dos sentimentos juridicos ocupar-se-á de como devemos applicar as regras e princípios geraes estabelecidos pela pedagogia theorica dos mesmos sentimentos. (BEZERRA, 1919, p. 92).

Associou, como de praxe na época, a educação à finalidade proposta por Platão e Kant, ou seja, “[...] dar ao corpo e á alma toda belleza e toda perfeição de que são susceptiveis [...]”. (BEZERRA, 1919, p. 92). Tornava-se, impossível, por assim dizer, negligenciar a importância da abordagem da cultura do direito na escola. (BEZERRA, 1919).

Vinculou diretamente a evolução da civilização à existência dos fenômenos jurídicos e, por derradeiro, as demais ocorrências caminham paralelamente ao desenvolvimento do direito. Para o personagem, ora tratado, “Cultivar o sentimento do direito é concorrer efficazmente para a evolução juridica e portanto para o progresso social”. (BEZERRA, 1919, p. 92). Em suma,

Facilitando a cultura as experiencias psychologicas do direito, mais facilmente se exteriorizarão os ideaes juridicos, mais depressa se positivará o direito natural, esse misto de sonhos de justiça e aspirações de liberdade, que o espirito crea e marcha á frente do direito positivo concretizado nos códigos e nos costumes. (BEZERRA, 1919, p. 92).

O personagem ainda questiona se “Será necessario insistirmos mais sobre a importancia formidavel dessa educação?” (BEZERRA, 1919, p. 92). Partilham do mesmo sentimento os advogados e juristas, na atualidade, ao defenderem a adoção do ensino do direito nas escolas, com o objetivo de formar cidadãos pensantes e capazes de externar suas opiniões críticas. Percebe-se que, entre vários fundamentos comuns das duas propostas, o entendimento da ordem social a partir da consciência ética do indivíduo se caracteriza como

ponto inicial e como relação de dependência dos dois contextos externo e interno, respectivamente.

Nessa esteira, desconhecer as leis se constituiria como sinônimo de alienação social e, conseqüentemente, ocasionaria o analfabetismo jurídico da população não especialista na matéria. Ao passo que, se o Estado proporciona os mecanismos para inserção do indivíduo nessa cultura jurídica, ocorrerá o exercício efetivo da cidadania, uma vez que os cidadãos se encontrarão aptos para exigirem a observância dos seus direitos pelos responsáveis, bem como compreensíveis quanto ao funcionamento das instituições e à organização estatal.

Peter Häberle propôs a ideia de uma “sociedade aberta dos intérpretes”, significando que os próprios indivíduos, como destinatários diretos da Constituição Federal, se encontrariam inseridos entre os legitimados para a interpretação do referido texto normativo. O ato de interpretar a Constituição Federal, por ser um documento responsável por expressar a vontade de um país, não poderia ser restringido à hermenêutica dos juízes e dos legisladores. Assim sendo, a proposta de Alcides Bezerra do ensino jurídico se coloca como fundamental para o exercício da função de intérprete constitucional, uma vez que, ao desenvolver o processo no âmbito escolar, o indivíduo seria capaz de desenvolver um juízo crítico sobre seus direitos e deveres.

Em seu texto, Alcides Bezerra entendeu que:

Não tinha o direito de negar *a priori* a possibilidade da educação dos sentimentos jurídicos na escola, uma vez que a cultura tem o poder milhões de vezes constatado de desenvolver até ao mais alto gráo os sentimentos religiosos, o do bello, e os sentimentos moraes. (BEZERRA, 1919, p. 93).

Como forma de instrumentalizar seu pensamento, o personagem indicou a linha procedimental que deveria ser seguida para a abordagem do ensino do direito nas escolas. Ponderou que, nos primeiros anos escolares, a educação jurídica, assim como a moral, “[...] deve associar-se ao ensino de todas as materias do curso, principalmente á leitura e á escripta.”. (BEZERRA, 1919, p. 94). Nesse sentido:

Far-se-á livro de classe de um livro como *Il cuore*, em que por meio de contos, historiêtas, e cartas, seja posto em relevo o lado juridico dos phenomenos, livro que infelizmente ainda não existe em nossa pobre literatura didactica. Quanto á escripta, far-se-á as creanças copiarem maximas juridicas, que de certo se lhes gravarão indelevelmente na terra virgem e feracissima da memoria. (BEZERRA, 1919, p. 94).

Não se pode negar uma certa tendência para o ensino tradicional, quando se fala em copiar preceitos jurídicos. Mas, por outro lado, a utilização do direito como conteúdo e a adoção de recursos, como contos, historietas e cartas trazem uma perspectiva de inovação para o ensino da Primeira República. Ainda, acrescentou:

E' escusado dizer, que esse ensino ubiquo e difuso do direito não dispensa mais tarde um curso methodico, fazendo ver ás creanças as idéas básicas do direito, uma vez que a primordial condição do amor a qualquer coisa é o seu perfeito conhecimento. Só amamos com ardor aquillo que bem conhecemos. Num airoso compendio de duzentas paginas, poder-se-á resumir as noções capitães do direito e a sua historia suscinta. (BEZERRA, 1919, p. 94).

Mais uma vez, Alcides Bezerra resgatou traços tradicionais na proposta do ensino do direito nas escolas, tendo em vista que propôs conteúdo enciclopédico, por meio de um compêndio, a ser utilizado por crianças, ainda que não especificasse a idade. Para tanto, inspirou-se nas práticas realizadas em Roma, nos tempos de Cícero, quando “[...] as creanças aprendiam de cór a *Lex Duodecim Tabularum*, o codigo synthetico dos seus direitos penosamente adquiridos. Que sabio povo Imitemoi-o!”. (BEZERRA, 1919, p. 94).

Ainda que vinculado ao berço romano, o intelectual considerou o professor como papel principal no desenvolvimento dessa proposta nas instituições escolares. Desenvolver a sensibilidade, a reflexão, penetrar a consciência, tocar o coração, construir autonomia e repetição de hábitos se caracterizavam como as diretrizes a serem trabalhadas pelos mestres na abordagem do ensino do direito nas escolas. (BEZERRA, 1919). Então, observou:

Fôra util ainda instituir premios para os alumnos que se revelam amantes do direito e da justiça; a menção de seus nomes nos quadros de honra; a publicação de seus retratos na revista escolar, se a houver, além de outros meios que a pratica ha de suggerir quando algum dia se cuidar ao serio da formação do sentimento juridico na escola. (BEZERRA, 1919, p. 95).

Em relação aos processos pedagógicos desenvolvidos pelos professores, enfatizou que o exemplo demonstrado por esses personagens se caracterizaria como “[...] o meio educativo por excellencia [...]”. (BEZERRA, 1919, pp. 95/96). Aos mestres, tornava-se dever “[...] personificar a justiça. Pratical-a de olhos vendados; e dela só falar cheio de calor e convicção. O resultado magnifico não se fará esperar, em virtude da tendencia imitativa das creanças e da lei psychologica da communicacão dos sentimentos.” (BEZERRA, 1919, p. 95).

Hoje se trabalha com a possibilidade de currículo oculto, considerado uma consequência do processo de escolarização, caracterizando-se como os valores e as crenças apreendidos de maneira indireta, por meio de comportamentos, gestos e práticas desenvolvidos no espaço escolar. Nessa frente, ainda que sem mencionar a expressão currículo oculto, Alcides Bezerra propôs que os professores agissem com justiça, a fim de que os alunos enraizassem a ideia por meio da observação. Por arremate, aduziu que:

Mas, quantos que se pavoneiam com o título de mestre não existem por ahi, injustos, vingativos e indignos, timbrando sempre em praticar injustiças? Perdem o tempo esses miseráveis. As injustiças que praticam vêm aguçar cada vez mais naqueles que as sofrem o sentimento do direito. (BEZERRA, 1919, p. 96).

Assim, o ensino do direito nas escolas serviria para o exercício do patriotismo, um dos pilares da Primeira República, a capacidade de reflexão e conhecimento da justiça. Confundir-se-ia, muitas vezes, com a moral, mas competiria ao professor a sensibilidade de trabalhar o sentimento jurídico nas crianças, por meio do conteúdo da leitura e da escrita, além do exemplo de suas práticas. Em suma, não seguir esses direcionamentos trariam malefícios ao ambiente escolar, constituindo-se uma proposta ventilada no passado e que, na atualidade, começa a dar os primeiros passos rumo à implementação da referida ideia.

3.5 Ideias sobre o banditismo e sua relação com a educação

Os estudos sobre criminologia baseados nas teses suscitadas por Lombroso e Ferri se encontravam, no território brasileiro, em debate no século XX. Teorias alicerçadas no positivismo jurídico, traziam, em seu bojo, semelhanças e diferenças, hoje e até mesmo, de forma incipiente, na Primeira República, superadas, devido ao aprofundamento da matéria.

Schwarcz (1993) analisou o periódico acadêmico-científico da Faculdade de Direito do Recife, no recorte temporal de 1891 a 1930, constatando que, em inúmeras edições, Lombroso e Ferri influenciaram as ideias dos pensadores da referida instituição. Nesse sentido:

Não é por mera coincidência que o primeiro artigo da revista propõe “um quadro evolutivo para o Direito”, não só estabelecendo “a realidade da evolução unica e imquebrantavel”, como enumerando alguns autores que serão presença cativa durante os trinta primeiros anos da revista: Haeckel, Darwin, Le Bom, Lombroso e Ferri. Diferente do que ocorre com os demais periódicos, nesse caso é possível perceber uma aceitação mais imediata das

noções do evolucionismo e em especial dos estudos que vêem na raça um elemento fundamental de análise. (SCHWARCZ, 1993, p. 156).

Em síntese, a ideia de Lombroso vinculava o cometimento de crimes e a identificação dos criminosos mediante a presença de sinais característicos, anomalias aparentes e interiores, estereótipos, caracteres biológicos e psicológicos, no emprego de determinadas formas de linguagem e escolha de literatura, utilização de tatuagens, insensibilidade, perversidade e tendência para o suicídio. Portanto, analisou características psíquicas, morais e intelectuais (COSTA apud MAURICIO, 2015). Enquanto Ferri, considerou aspectos biológicos, físicos e sociais, contudo, contrário ao pensamento de Lombroso, visto que crêduo na hipótese de que “[...] Considerava incorrigíveis apenas os criminosos habituais, admitindo, assim mesmo, a eventual correção de uma pequena minoria dentro desse grupo” (BITENCOURT, 2019, p. 118).

Alcides Bezerra foi diretamente influenciado pela criminologia de Lombroso e Ferri, contudo, em relação ao criminoso, ao crime e a, conseqüente, ligação dessa matéria com o conteúdo educacional, este trabalho propõe-se a destacar, sumariamente, sobre o estudo “*O banditismo (suas causas bio-psychicas)*”⁶⁶, escrito por esse intelectual e publicado, no ano de 1912, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

O intelectual, em questão, partiu dessa mesma matriz teórica para escrever seu trabalho de conclusão de curso e esse fato se justifica, principalmente, porque a Faculdade de Direito do Recife possuiu, inclusive, no período em que personagem se encontrou realizando os estudos jurídicos, o debate da questão racial em evidência nas discussões acadêmicas. Nesse sentido, os pensadores “[...] encontravam no “critério etnográfico” a chave para desvendar os problemas nacionais.”. (SCHWARCZ, 1993, p. 153). Assim sendo, na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, discutia-se:

[...] a importância da antropologia criminal, entendida como o único método científico no combate “ao estranho fenômeno da criminalidade, quando os homens de ciência que conhecem a idiosyncrasia defeituosa destes individuos terríveis e ao mesmo tempo o perigo eminente que elle é para o agrupamento humano, discuttem com a alma magoada a necessidade de seu desaparecimento tranquilizador para os que ficam....” (RAFDR apud SCHWARCZ, 1993, p. 153).

⁶⁶ Importante mencionar que, como trabalho de conclusão do curso de Direito na Faculdade de Recife, em 1910, Alcides Bezerra apresentou o “*Estudo filosófico sobre as causas biopsíquicas do banditismo*”. Contudo, não foi possível encontrar a tese no acervo da referida instituição, a fim de comparar se os estudos eram idênticos ou se existiu algum acréscimo ou modificação em suas observações. Observe-se que o mesmo assunto foi escrito pelo intelectual nas colunas do “*O Norte*”, no ano de 1910, na edição nº 612.

No que concerne à temática em questão, Alcides Bezerra iniciou seu texto demonstrando posicionamento contrário ao aspecto do banditismo, configurado no *Jornal do Commercio* como proveniente de causas sociais, a exemplo do “[...] o analfabetismo, a impunidade, a pobreza [...]” (BEZERRA, 1912, p. 09). Rememorou que, no jornal *O Norte*, trabalhou o assunto sob a perspectiva das causas biológicas, esquecidas pelo impresso carioca, enfocando na mistura das raças e na hereditariedade. Assim sendo, percebe-se na sua escrita traços característicos de um discípulo fervoroso das ideias de Lombroso, entretanto, ainda assim, Alcides Bezerra reconheceu que algumas ideias do estudioso se encontravam desacreditadas, em virtude de trabalhos advindos dos escritores filiados à corrente do naturalismo crítico (BEZERRA, 1912).

Superados caracteres extrínsecos e intrínsecos do indivíduo, que evidenciavam a existência de um criminoso nato, e a vinculação à mestiçagem das raças superiores e inferiores se constituírem como hipótese da manifestação da criminalidade, ou seja, nítido partidarismo da eugenia, o intelectual trouxe enfoque para “[...] a existência do criminoso nato [...] mas não recorremos em todos os casos ao atavismo para explical-o, nem o caracterizamos pelos estygmas organicos.”. (BEZERRA, 1912, p. 14).

Viajou por meio do domínio da arte e observou a existência de músicos, pintores e poetas natos. Esses indivíduos possuem percepções sensoriais diferentes dos humanos que não nasceram com as determinadas habilidades. Sintetizou que:

O meio social, a educação e a instrução, podem apenas modificá-los. Dá-se o mesmo com os pintores, esses poetas que traduzem suas emoções em rimas de cores, em harmonias de colorido. A acuidade visual dos pintores se não adquire na prática: herda-se ou é um dom celestial e inesperado do seio fecundo da natureza. (BEZERRA, 1912, p. 15).

Como consequência, se os artistas nascem com a genialidade, irritabilidades específicas e habilidades aguçadas, do mesmo modo, os criminosos, ao nascer, encontram-se predispostos à prática dos delitos. Parte-se do princípio de que tudo é transmitido hereditariamente, inclusive, as características comportamentais e as habilidades. Formulou, então, seu conceito de criminoso nato, caracterizando-o como “[...] o individuo hereditariamente carregado de *tares* criminaes acumuladas nos penetraes do eu, os quaes se podem ou não denunciar em estygmas.”. (BEZERRA, 1912, p. 16). Afastou-se das ideias de Lombroso e de Ferri, exemplificando:

Imaginal que uma donzela em extremo formosa, uma nova Phyrné, cujo coração, porém, sò distille ternura, cuja alma seja o thesoiro de todas as virtudes, que allie pois a maxima beleza plastica á maior pureza de coração; imaginal essa donzela se case com um individuo que tenha todos os vícios e alguns morbus, inclusive a “nervose criminal,, de Ferri. (BEZERRA, 1912, p. 16)

Em seguida, concluiu que “Deste matrimonio poderá nascer um ente que herde da genitora uma beleza morphica digna de ser perpetuada em marmore e do genitor a predisposição ao delicto.”. (BEZERRA, 1912, p. 16). Para Alcides Bezerra, o indivíduo poderia ser detentor de uma beleza estonteante, não possuir características externas que o identificasse como criminoso, mas, ainda assim, ser um criminoso nato. Do mesmo modo, considerou que “Corpos mal feitos, deselegantes, carregados de estygmas que alarmam, encerram espiritos superiores.”. (BEZERRA, 1912, p. 16).

Nesse sentido, fez o contraponto do corpo com o espírito dos indivíduos, a fim de explicar o fator da hereditariedade com a existência da categoria de criminoso nato. Posicionou-se que a tarefa de diagnosticar os caracteres dos delinquentes se caracterizava, por deveras, difícil. Mas, para tanto, o interessado poderia se socorrer aos antecedentes hereditários. Completou que “O estudo do meio em que vivia e da educação que recebeu, completará o diagnostico.”. (BEZERRA, 1912, p. 17). Contudo, na sua teoria, chamou atenção para “[...] a ausencia de estygmas nos delinquentes em virtude da herança.”. (BEZERRA, 1912, p. 18).

Partidário do eugenismo, contrário à miscigenação das raças, pontuou, em seus argumentos que “[...] A lei da hereditariedade se exerce fatalmente, logicamente; mas uma multidão de outras condições se juntam a ella: a ação dos meios, o aclimatamento, os costumes, a educação, as leis sociaes.”. (BEZERRA, 1912, p. 25). Nessa época, vários autores se alinharam à perspectiva de eugenia defendida por Alcides Bezerra, posicionando-se contrariamente à hibridação. Contudo, frise-se que Manoel Bomfim foi um intelectual desfavorável ao referido conservadorismo das elites, possuindo posição contrária em relação ao intelectual ora estudado.

Necessário relembrar que, no período de transição do Império-República, a sociedade brasileira buscava construir a identidade nacional, sendo a mestiçagem, para alguns, prejudicial aos anseios civilizatórios da nação. Entendimento oposto detinha Sílvio Romero, que considerava a mistura das raças como o resultado de um povo em formação, sem, contudo, ser defensor da igualdade entre os homens, uma vez que se filiava ao determinismo social. Considera-se que:

[...] A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com antropologia, se elege como “sciencia” nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação. (SCHWARCZ, 1993, p. 155).

Finalizou o seu trabalho com a alusão às causas cosmo-telluricas e sociais do banditismo. Elencou nove fatores sociais e, entre eles, fez menção à falta de instrução e de educação como pressuposto para o cometimento de crimes (BEZERRA, 1912). Assim sendo, a realidade do ontem não se distancia da atualidade, num país com aportes continentais, mas que, com a desigualdade institucional e desestruturante, ainda se encontra distante da tão sonhada distribuição de renda e oportunização de saúde, educação, segurança e moradia a todos os brasileiros, assim como estipulado na Constituição Federal.



IMPRESSOS, BOLETIM DE ARIEL E CONGRESSO: uma relação intelectual panorâmica na vida de Alcides Bezerra

Neste último capítulo, objetiva-se apresentar os impressos, a revista literária, conhecida como Boletim de Ariel, e o VII Congresso Brasileiro de Geographia, como eixos da atuação intelectual de Alcides Bezerra.

Inicialmente, nesta seção, faz-se o recorte e recorre-se aos auxílios dos impressos como fonte de pesquisa, objetivando entender como ocorreu o engajamento intelectual de Alcides Bezerra nos jornais paraibanos, especificamente, *O Norte* e *A União*. Quais as bandeiras que ele defendeu?

Parte-se do pressuposto de que, nos impressos, existia essa relação de elogios ou de críticas entre os contemporâneos da época e com possibilidade de resposta, em outras edições, no próprio veículo. Assim, o que deveria ser uma conversa privada, com os jornais da época, tornava-se pública, podendo os leitores acompanharem o descortinar das disputas, gracejos ou congratulações, semelhante a uma novela da vida real. Rui Barbosa comentou a respeito do papel da imprensa na educação:

A educação e a organização dos níveis de ensino foram temas debatidos pelo autor em diversos artigos publicados em jornais. Em sua perspectiva, a imprensa, além de informativa, possuía caráter formativo, pois contribuía decisivamente para a formação da opinião nacional, consistindo em um importante órgão educativo. Assim, colaborou em diversos jornais, promovendo campanhas em prol de várias causas. (MACHADO; MELO; MORMUL, 2014, p. 322).

Com Alcides Bezerra não seria diferente. Esse é um dos propósitos deste trabalho. Assim, ao longo de todo este estudo, buscou-se demonstrar as vastas contribuições educacionais-jurídicas do personagem, em diversos suportes, inclusive, os impressos, que, agora, volta-se a uma análise com maior ênfase. Após pesquisas de campo, descobriu-se que a maioria dos jornais paraibanos da época se encontra extraviado, ou sem acesso ao público, por causa do processo de higienização e de digitalização. Contudo, tornou-se possível acessar o impresso *O Norte* em virtude de se encontrar digitalizado na Biblioteca Nacional.

Entrementes, com o objetivo de suprir essa lacuna, recorreu-se, além dos fragmentos esparsos dos jornais *O Norte* e *A União*, aos escritos do estado vizinho, Pernambuco, relacionando-os numa espécie de paralelismo ou de continuidade. Analisou-se, em linhas

gerais, que os impressos, para além das fronteiras paraibanas, demonstraram mais o itinerário do que as ideias propriamente ditas do intelectual. Esse fato se assemelha, atualmente, às revistas ou aos *blogs* de curiosidades, que procuram colocar em evidência o itinerário dos famosos para a população. Então, o que, no século XX, voltava-se para o foro íntimo dos políticos, autores, literatos e intelectuais, atualmente, coloca-se no cenário de interesse da sociedade a vida privada das estrelas de televisão, das redes sociais e da música.

Sob o viés positivista ou historicista, também conhecido como tradicional historiografia, cumpre registrar que, durante muito tempo, a imprensa teve o papel de reprodutora dos fatos e da verdade, sendo considerada uma fonte privilegiada de informações. Contudo, em decorrência da limitação dessa perspectiva, muitos teóricos abandonaram esse mecanismo de estudo. Noutro giro, passou-se a análise dos jornais como consequência das relações travadas na economia, ou seja, não se constituiria na verdade propriamente dita, mas o olhar da historiografia renovado atentou para “[...] a ênfase numa abordagem que privilegiava o socioeconômico [...]” (MOREL, 2003, p. 08). Então, “[...] a imprensa entrelaçou-se às discussões sobre ideologia e “superestrutura” e passou a ser relegada a uma condição subalterna [...]” (MOREL, 2003, p. 08). Em relação à verdade, Alcides Bezerra assim se posicionou:

Diz um eminente escriptor que a Verdade nunca pode ser observada por uma unica pessoa. Por isso: uma observa um lado da Verdade, outra vem e observa o outro lado opposto. É preciso ainda que uma terceira venha, colloque-se no vertice do triangulo das observações realizadas e apanhe então a Verdade na sua totalidade, na opulencia de suas formas deslumbrantes e perfeitas. (BEZERRA, 1919, p. 221).

No capítulo “*O raiar da imprensa no horizonte do Brasil*”, edifica-se a gênese da noção de opinião pública, que era ventilada nos impressos da época, por meio de entidades não vinculadas diretamente à administração pública, legitimando “[...] determinadas liberdades (e suas restrições) de expressão e reunião, inclusive no campo da legislação [...] com a questão da representatividade política que se articulava [...]” (MOREL, 2003, p. 11).

Em que pese essa mudança na configuração da imprensa, alguns autores creditam que a sociedade não acompanhava com a mesma velocidade o pensamento e as relações travadas nos jornais. Assim, nos ares republicanos, ainda, era predominante uma sociedade cuja maioria era analfabeta, não tinha acesso aos jornais, por não possuir as habilidades de leitura e de escrita, além de ser uma sociedade que se encontrava num processo de adequação pós-abolição. Contudo, Morel (2003, p. 45) apregoa que “[...] A alfabetização era escassa,

mas o rótulo de “elitismo” para a imprensa que surgia deve ser empregado com cautela, mesmo no Brasil escravista.”.

No que se refere à importância da palavra no seio social, Bezerra (1919, pp. 263/264) esclarece que “E’ para esta obra formidável de construção nacional que todos devem concorrer na medida de suas forças e com o contingente de suas idéas, sem o exclusivismo do partidarismo político.”. Para a aludida personalidade, existia uma atribuição máxima ao poder das palavras, instrumentalizadas nas opiniões realizadas pelos indivíduos, declarando, por conseguinte, “A palavra fez a abolição e fez a Republica!” (BEZERRA, 1919, p. 264). Assim, as vias de eficácia espacial e temporal das opiniões se constituem por meio dos jornais, folhetins, periódicos, revistas e livros. Esses veículos são a base de sustentação de todo pensamento intelectual escrito de Alcides Bezerra, na Primeira República.

Assim, a fim de entender quais personagens participavam da cena literária, recorre-se à literatura. Essa sugere a participação dos indivíduos de variadas classes, como leitores ou redatores. Tome-se, como expoente, o livro “*Angústia*”⁶⁷ de Graciliano Ramos, no qual este constrói a rede de relações dos personagens. Como sugere, os impressos categorizam o pano de fundo das referidas vivências, colocados como instrumentos para libertação da religiosidade e para a consequente aquisição de conhecimento fincado em bases sólidas, coerente e livre do senso comum, os achismos. Nesse sentido, observem-se as seguintes passagens do literário para corroborar a afirmação:

Moisés⁶⁸ comenta o jornal. Nunca vi ninguém ler com tanta rapidez. Percorre as colunas com o dedo e para no ponto que lhe interessa. Engrola, saltando linhas, aquela prosa em língua estranha, relaciona o conteúdo com leituras anteriores e passa adiante. É um dedo inteligente o do Moisés. O resto do corpo tem pouca importância: os ombros estreitos, a corcunda, os dentes que se mostram num sorriso parado. O que a gente nota é o dedo. O dedo e a voz sibilada, descontente, sempre a anunciar desgraças. Moisés é uma coruja. Acha que tudo vai acabar, tudo, a começar pelo tio, que esfola os fregueses. E eu acredito em Moisés, que não escora as suas opiniões com a palavra do Senhor, como os antigos: cita livros, argumenta. Prega a revolução, baixinho, e tem os bolsos cheios de folhetos incendiários. (RAMOS, 2019, p. 29).

Além disso, salienta-se:

Não sei como se pode capacitar de que a comunicação me interessa. Há três anos, quando a conheci, a mania dela me espantava. Agora estou habituado. Leio o jornal e deixo-o em cima da mesa, dobrado na página em que se

⁶⁷ Romance publicado em agosto de 1936, quando Graciliano Ramos ainda se encontrava preso, sob a acusação de que era comunista, mas sem formação de culpa.

⁶⁸ Moisés é sobrinho de um judeu, no qual o personagem principal, chamado Luís, faz negócios comerciais.

publica o movimento do porto. Vitória⁶⁹ toma a folha e vai para a cozinha ler ao papagaio a lista dos viajantes. (RAMOS, 2019, p. 35).

Veja-se que bastaram apenas duas passagens para corroborar o entendimento outrora afirmado. Associado a esse aspecto, os impressos também se constituíam em determinantes das redes de sociabilidade entre os sujeitos. Vários estudiosos na área firmam esse posicionamento, contudo, por ora, recorre-se, mais uma vez, à obra “*Angústia*” de Graciliano Ramos para olhar, com o viés da literatura, para o traçado das relações sociais estabelecidas, no contexto do século XX. Nessa senda:

Há o grupo dos médicos, o dos advogados, o dos comerciantes, o dos funcionários públicos, o dos literatos. Certos indivíduos pertencem a mais de um grupo, outros circulam, procurando familiaridades proveitosas. Naquele espaço de dez metros formam-se várias sociedades com caracteres perfeitamente definidos, muito distanciadas. [...]. (RAMOS, 2019, p. 27)

Além do mais, instrumento de poder determinante nas relações sociais, nos séculos XIX e XX, era trabalhar num jornal, pois, além de auferir rendimentos, detinha nas mãos a informação, que poderia afastar ou agrupar sentimentos políticos, culturais e econômicos da época. Como comprova a seguinte passagem:

Considerava-me um valor, valor miúdo, uma espécie de níquel social, mas enfim valor. O aluguel da casa estava pago. Andava em todas as ruas sem precisar dobrar esquinas. Por uma diferença de dois votos, tinha deixado de ser eleito Secretário da Associação Alagoana de Imprensa. Quinhentos mil-réis de ordenado. Com alguns ganchos, embirava uns setecentos. Podia até casar. Casar ou amigar-me com uma criatura sensata, amante da ordem [...]. (RAMOS, 2019, p. 47).

Passa-se à análise dos impressos, nos quais Alcides Bezerra compartilhou o seu pensamento e tratou de questões afins a este trabalho.

Inicialmente, cumpre observar que, no momento de desenvolvimento desta pesquisa, o jornal *A União*, no período de 1907-1928 encontrava-se em processo de restauração, no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte. Então, vislumbrou-se a possibilidade de investigação na Biblioteca Estadual Juarez da Gama Batista, localizada no Espaço Cultural. Contudo, não foram encontradas obras cuja autoria fosse do intelectual, ora investigado,

⁶⁹ Ramos (2019, p. 34) descreve a personagem como “A minha criada Vitória anda em cinquenta anos, é meio surda e possui um papagaio inteiramente mudo [...]”.

sendo possível garimpar o livro “*A União: jornal e história da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial*”, de Eduardo Martins.

Numa análise preliminar, visualizou-se o nome de Alcides Bezerra por duas vezes nos escritos, uma colocando-o como colaborador do jornal *A União*, outra destacando que um dos livros do referido autor foi publicado pela editora do impresso ora destacado. Esse fator despertou um maior interesse em folhear a obra, pois uma vez que não seria possível o acesso imediato ao recurso, devido ao processo de restauração, tornou-se realizável a análise por via reflexa. Nesse sentido:

Em 1917, a convite do presidente Camillo de Hollanda, “e para tornar exequível um pensamento comum de s. excia.” e do senador Eptácio Pessoa, reuniram-se, a 13 de agosto daquele ano, na redação, sob a presidência do dr. Orris Soares, secretário de Estado [...], os colaboradores: drs. Manuel Tavares, Octacilio de Albuquerque, Luna Pedrosa, Ascendino Cunha, **Alcides Bezerra**, Flávio Maroja e os redatores drs. Carlos D. Fernandes e José Gobat, que se constituíram em redação política permanente “para imprimir de tal sorte um maior brilho e destaque às funções da folha como órgão do partido chefiado pelo senador Eptácio Pessoa”. (MARTINS, 1978, p. 34). (sem grifo no original).

Numa leitura mais aprofundada, tornou-se possível visualizar que o proprietário da referida obra, Eduardo Martins, estruturou o texto, de forma concatenada, ao dispor numa sequência temporal os acontecimentos da fundação do periódico *A União*. Então, a partir do recorte entrelaçado da possível atuação profissional na imprensa de Alcides Bezerra, foi possível extrair as seguintes passagens, que evidenciam a rede de sociabilidade e as respectivas funções ocupadas pelo sujeito, no referido instrumento literário. Em 1913,

A êsse tempo viviam n’A União “quatro demônios quase da mesma idade: Ademar Vidal, Antônio Botto, Paulo e Aluizio de Magalhães. E chegaram outros estudantes daquela poderosa Universidade de estímulo mental que era o órgão do governo na fase de Carlos D. Fernandes. A geração já possuía líderes, que era: Castro Pinto, Álvaro de Carvalho e Celso Mariz, e se abeberava em modelos como Celso Vieira, Assis Chateaubriand, Raul Machado, José Américo e Orris Soares. **Alcides Bezerra penetrara no grupo como secretário do jornal, mas se aristocratizava até certo ponto incomunicável, nos seus altos sapatões de filósofo, esteta e crítico de arte.** [...]”. (MARTINS, 1978, p. 33). (sem grifo no original).

Mesmo Alcides Bezerra ter optado por sair das terras tabajaras e assumir o posto de diretor do Arquivo Nacional, percebe-se, ao se compulsar a mencionada obra, que esse fato foi possível, entre outras razões, pelo destaque adquirido no jornal *A União*. Nessa senda:

[...] Na fase mais pacífica A UNIÃO havia sido trampolim para a conquista de altos cargos. Veja lá: Antenor Navarro, interventor; Ademar Vidal, Procurador da República; Antônio Boto, deputado federal; João de Lourenço, Ministro do Tribunal de Contas; Samuel Duarte, deputado, Presidente da Câmara Federal; **Alcides Bezerra Cavalcanti, diretor do Arquivo Nacional**; Aluizio de Magalhães, embaixador; e muitíssimos outros. Vários se encarreiraram na advocacia e no Ministério Público. [...]. (MARTINS, 1978, p. 40). (sem grifo no original).

É importante frisar que o jornal *A União* foi fundado em 1893, localizada na Rua Visconde de Pelotas, n.º 49, sendo transferida para a Rua Direita, casa n.º 02, prédio da Imprensa Oficial (MARTINS, 1978, p. 25). Apresentou-se, até o dia 15 de novembro de 1923, como *Diário Oficial do Estado*, posteriormente, voltando a ter circularidade como “órgão do Partido Republicano da Paraíba” (MARTINS, 1978, p. 36). Considerada como escola de jornalismo para os intelectuais, por meio desse impresso, trampolim para esses sujeitos no cenário local e nacional, tornou-se possível conhecer o pensamento defendido por esses, inclusive, por meio da editora oficial, no período republicano.

Adiante, recorre-se ao auxílio do livro “*Ensaio de Crítica e Filosofia*”, de Alcides Bezerra, a fim de entrelaçar a atuação do intelectual, mediante a escrita nos impressos. Explica-se. De fato, a aludida obra traz dois artigos que foram publicados no jornal *A União*, no período de 1918-1919, assim denominados: 1) A paz e os seus problemas; e 2) Os pequenos Estados.

Em linhas gerais, o primeiro artigo tem como pano de fundo a Conferência da Paz, em vias de acontecer na época, na qual o intelectual traz essa discussão, erigindo-a como “[...] maior drama da Civilização” (BEZERRA, 1919, p. 261). Questionou-se quais reflexos poderiam advir do mencionado encontro, além da preocupação de quais medidas poderiam colocar o Brasil em paridade de situação cultural, tendo como foco as nações vitoriosas. Enquanto a segunda publicação, tinha como proposta “[...] a igualdade dos pequenos Estados, ou dos Estados militarmente fracos.” (BEZERRA, 1919, p. 267). Percebe-se que a garantia de hoje, prevista no art. 4º, inciso V, da CF, ou seja, de igualdade entre os Estados, foi resultado de muita luta, ao longo do tempo, como a do intelectual Alcides Bezerra.

Além do mais, a veia de crítico literário de Alcides Bezerra apresentada no Boletim de Ariel possuiu raízes na sua atuação no jornal *A União*. Recorre-se, novamente, ao impresso, em especial o *A Província*, a fim de corroborar os fatos. Nessa senda:

O sr. Alcides Bezerra publicou n’ “A União” um criterioso juízo sobre o romance “Senhora de engenho” do escriptor pernambucano sr. Mario Sette a

quem compara, em certas passagens de seu livro ao Visconde de Taunay. (REVISTA DOS ESTADOS, 15/05/1921, p. 03).

No que se refere ao jornal *O Norte*, não foi possível encontrar os registros de Alcides Bezerra⁷⁰, uma vez que, no acervo histórico do Espaço Cultural, somente estão disponíveis as publicações referentes ao período de 1956 até fevereiro de 2012. Não podendo ser encontradas também na extinta sede do local, tendo em vista que, conforme relato do funcionário João Pedro, todos foram concentrados naquela localidade. Essa informação vai de encontro ao propósito inicial da pesquisa, uma vez que, conforme relatado pelo biógrafo de Alcides Bezerra, Luiz Hugo Guimarães, aquele escreveu no mencionado recurso, sendo indicado o ano de 1910, como contexto no qual o personagem se debruçou, a respeito da causa dos cangaceiros (GUIMARÃES, s.d., p. 18). Traz-se um simples recorte, no qual Bezerra apud Guimarães (s.d., p. 18) dispõe que “A causa principal do banditismo é a mistura das raças mui diversas. O delinquente sertanejo é o selvagem aparecido pelas leis fatais da hereditariedade no seio da nossa sociedade”.

No impresso *Diario de Pernambuco*, na seção “O “*Diario*” na Parahyba”, visualiza-se pequenas notas da atuação de Alcides Bezerra no cenário local. Entre elas, registre-se “Está anunciada para hoje, sob a presidencia do dr. Alcides Bezerra, uma grande reunião do professorado primário desta capital.”. (O “*Diario*” na Parahyba, 06/04/1916, p. 02).

A mencionada seção, correspondente do jornal de Pernambuco nas terras paraibanas, na edição de 09.09.1916, trouxe a ocorrência do concurso de Português no Lyceu Parahybano, realizado no dia 04.09.1916, com a presença de dois únicos concorrentes, Alcides Bezerra e Cônego Pedro Anisio Bezerra Dantas, este último, com o decorrer dos anos, tornou-se Monsenhor.

Ocorreu o sorteio da tese “*Leis da etymologia, derivações vernacula e lexiogenia das palavras variaveis e invariaveis*”, fato que, após as arguições mútuas dos candidatos, ocasionou a aprovação do Cônego Pedro Anisio. Interessante notar que se encontravam presentes ao concurso “[...] numerosos professores, senhoras e senhoritas, advogados, medicos, jornalistas, politicos, sacerdotes, estudantes etc.”. (O “*Diario*” na Parahyba, 09/09/1916, p. 02). Do exposto, percebe-se a importância que a sociedade da época atribuía as

⁷⁰ Ainda que não se trate de impressos, frise-se que a maior quantidade de obras de Alcides Bezerra se encontra no Arquivo Nacional, espaço no qual foi diretor. A partir de uma pesquisa, no próprio *site*, tornou-se possível catalogar 55 resultados cuja autoria remete ao referido cidadão. Algumas disponíveis, outras não existentes no acervo, quando se busca a possibilidade de disponibilidade. Em geral, são referências que tratam a respeito de temas de História, Geografia, Filosofia, Direito e etc. O próprio sistema faz uma refinação da pesquisa e assim subdivide em: parte de livro (31), folheto (12), livro (7), artigo de periódico (4) e parte de evento (1). Fonte: Biblioteca Maria Beatriz Nascimento.

questões educacionais, transformando numa solenidade o processo seletivo de escolha dos mestres que se encontrariam no comando das cadeiras escolares das instituições de ensino.

Além do mais, em outra impressão, existe a hipótese de outra tentativa de Alcides Bezerra para a candidatura do cargo de professor de Português, no Lyceu Parahybano e na Escola Normal, caso ocorresse a jubilação de Lindolpho Correia, fato que motivaria a concorrência com Celso Affonso Soares Pereira, visto que seu interesse em participar já era de domínio público. (O “Diario” na Parahyba, 28/08/1917, p. 02).

Em outra edição, registrou-se a realização de uma reunião nas dependências do Lyceu Parahybano, a fim de constituírem a Sociedade de Homens de Letras da Parahyba. Entre os presentes, citem-se: Carlos Dias Fernandes, Manuel Tavares, Cônego Pedro Anísio, Alvaro de Carvalho e Alcides Bezerra. Em linhas gerais, para, de forma objetiva, atuarem coletivamente com o intuito de

[...] todos ali se encontravam para tornar exequível uma feliz e plausível idéia do sr. dr. Camillo de Hollanda, qual seja a de unificar alguns dos nossos homens de letras, para trabalharem juntos pelos interesses intellectuaes e moraes da Parahyba do Norte. (O “Diario” na Parahyba, 28/07/1917, p. 02).

Ao final do encontro, após discursos de diferentes personagens, definiram a elaboração de estatutos e a designação de membros para composição das funções da sociedade mencionada.

Da leitura dos impressos, em relação ao itinerário do personagem, destacam-se as mensagens de telegrama, as felicitações de aniversário ou de casamento, festividades escolares, festivais de sarau literário, viagens realizadas, entrevista, atos de investidura e vacância de cargos.

Necessário contemplar, no final deste tópico, que trata sobre os impressos, nos quais a personalidade, ora estudada, subscreveu, com o artigo catalogado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1922), volume 5, sobre os referidos veículos. Por despertar o desejo de visualizar como essa figura pública se posicionou a respeito dos jornais, situa-se esse texto nesta parte da dissertação.

Logo de início, percebe-se, na capa, a informação que a publicação foi sob a direção do 1º secretário Bel. Alcides Bezerra e, logo após, apresenta os membros da comissão, entre esses se destacam, tendo em vista a proximidade de sociabilidade, em diversas situações, com o sujeito estudado na presente pesquisa, José Américo de Almeida e Carlos Dias Fernandes.

Intitulado como “*A Imprensa na Parahyba*”, Alcides inicia a referida contribuição literária com os seguintes dizeres:

A historia da imprensa na Parahyba ainda está por se fazer. Sabe-se quando foi publicado o primeiro jornal e os que têm havido no decurso de quasi um seculo. Mas não há collecções completas nem na Bibliotheca Publica nem no Instituto Historico e Geographico Parahybano. (BEZERRA, 1922, p. 51).

Traz um apanhado da história dos impressos paraibanos, desde o início, ou seja, no século XIX. Ademais, narra, sinteticamente, o primeiro choque de conflito de ideias expostas nos periódicos e a, consequente, liberdade de imprensa. Em resumo, indica ano de fundação dos jornais, nome da publicação, localização espacial, partidos sintonizados com os ideais (bandeiras defendidas), entes ou entidades os quais eram pertencentes ou vinculados.

Em relação ao jornal *O Norte* destaca que:

Trouxe “O Norte,, para a imprensa parahybana os moldes completamente modernos do jornalismo: abundancia de reportagem, exploração minuciosa dos factos occorrentes, bom serviço telegraphico, selecta collaboração. Foi-lhe director na sua phase mais brilhante o dr. Orris Eugenio Soares. Abriu caminho no meio regional, como folha independente, sem compromissos partidarios. Em 1915, porém, fez a campanha epitacista contra o walfredismo, tornando-se por alguns mezes, durante a neutralidade do presidente Castro Pinto na lucta dos partidos, o órgão official do epitacismo. Esse jornal ainda se publica. (BEZERRA, 1922, p. 58).

Adiante, estabelece que “Carlos D. Fernandes, com os seus poderosos dons de sympathia e capacidade de trabalho, transformou “A União,, numa escola pratica de jornalismo, onde se está formando a juventude parahybana [...]” (BEZERRA, 1922, p. 61). Ainda, preleciona que:

Fazem parte da sua redacção política o senador Cunha Pedrosa, o dr. Orris Soares, o deputado Octacílio de Albuquerque, drs. Luna Pedrosa, Flavio Marója, Alpheu Rosas, Ascendino Cunha, José Gobat, Manoel Tavares Cavalcanti e **Alcides Bezerra**. (BEZERRA, 1922, p. 61). (sem grifo no original).

Morel (2003, p. 103) aduz que “A imprensa, como foi visto, influenciava e era influenciada por vozes, falas e gestos não escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso”. Assim, consistia num mecanismo de contato entre todas as camadas da sociedade, uma vez que retirava do pedestal os classificados como cultos, intelectuais, elites culturais, mormente porque permitia a circulação de ideias veiculadas nos impressos, que poderiam ser lidas e compartilhadas por membros do grupo, de forma imediata ou mediata.

Por fim, nas notas de rodapé, traz informações sobre o jornal *O Educador*, descrevendo que:

[...] apparecido em 20 de novembro com um bello programma, é órgão do professorado primario e tem como redactores os srs. Eduardo de Medeiros, inspector geral do ensino; Manoel Casado, Sizenando Costa, Manoel Vianna Junior, José Baptista Mello, João Baptista Leite, João Vinagre e João Falcão, professores publicos de notória competencia. (BEZERRA, 1922, pp. 63/64).

Pelos fatos ora expostos, foi possível entender de que forma Alcides Bezerra se debruçou nos jornais paraibanos, além de escrever sobre o próprio tema, os impressos, em revista responsável por discutir as problemáticas históricas e geográficas locais e nacionais.

4.1 O Boletim de Ariel: o avivamento do exercício da crítica literária

No texto “*Periódicos lançados por editoras: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939)*”, Luca (2017) constrói a narrativa e o contexto do Boletim de Ariel, uma revista literária subscrita por vários intelectuais, entre eles, Alcides Bezerra.

No contexto da época, as editoras procuravam ampliar a difusão dos livros no universo cultural dos brasileiros, pela abertura de livrarias ou pela criação de revistas literárias. Ainda que pouco analisados, os periódicos das editoras reproduziram as tensões, as impressões e o enquadramento de ideias dos intelectuais. Nesse sentido, coadunou-se a proposta do Boletim de Ariel, com as contribuições de variadas personalidades, além de Alcides Bezerra, como, por exemplo, Manuel Bandeira e Jorge Amado.

Os bastidores das editoras para a confecção dos livros e dos catálogos como obras-primas e objeto de desejo da época se constituíram também como cenários das redes de sociabilidade dos intelectuais, visto que se apresentavam como palco de encontro para discussão de ideias. Nesse sentido:

A livraria [Garnier] era um ponto de conversação e de encontro. [...] ali travamos as nossas relações literárias. Sentados os dois, em frente à rua, quantas vezes tratamos daqueles negócios de arte e poesia, de estilo e imaginação que valem todas as canseiras deste mundo. Muitos outros iam ao mesmo ponto de palestra. (ASSIS apud LUCA, 2017, p. 02).

Produzido pela editora Ariel, o boletim, estampado com o mesmo nome, impresso subscrito por Alcides Bezerra no lapso temporal de 1932 a 1937, com periodicidade mensal e com valor de aquisição da primeira edição no importe de 1\$000. O Boletim de Ariel, em plena forma, apresentava-se, na sua capa, como “Mensario Critico-Bibliographico”, abordando temas presentes nas letras, artes e ciências. De fato, serviu para divulgar as obras publicadas e vendidas pela Editora Ariel, por meio de resenhas críticas dos literatos, indivíduos interessados na divulgação da cultura e na promoção da instituição, principalmente, porque não houve a opção pela abertura de livraria. Nesse cenário:

A Ariel tornou-se uma empresa importante e, ainda que tivesse um catálogo variado, que incluía traduções, obras jurídicas e assuntos não literários, dedicou considerável atenção aos escritores brasileiros, compondo um catálogo bastante amplo. Entre os nomes publicados estavam: Jorge Amado; Gilberto Amado; José Maria Belo; Raul Bopp; Otávio de Faria; Murilo Mendes; Odilon Nestor; Lúcia Miguel Pereira; Cornélio Pena; Graciliano Ramos; Marques Rebelo e José Lins do Rego, que também compareciam nas páginas do Boletim. As belas capas, com desenhos atraentes e cores fortes, muitas de autoria do artista paraibano Tomás Santa Rosa Júnior, que pouco depois seria o principal ilustrador da José Olympio, tornaram-se marca da Ariel. (LUCA, 2017, p. 07).

Como visto, Alcides Bezerra exerceu a função de crítico literário, no período da Primeira República, nas terras paraibanas, fato corroborado por meio dos impressos veiculados na cidade de Recife. Já no Boletim de Ariel, na Era Vargas, sua escrita se voltou para os seguintes títulos expostos na tabela abaixo.

Quadro 5 – Publicações de Alcides Bezerra no Boletim de Ariel

Ano	Número	Mês/ano	Título
II	1	Outubro/1932	Afranio Peixoto – Noções de Historia de Litteratura Geral - 1932
II	3	Dezembro/1932	GUTS MUTHS
II	8	Maio/1932	Uma Historia da Litteratura Portuguesa
II	9	Junho/1932	O Idioma Brasileiro
II	12	Setembro/1932	Democracia “versus” Dictadura
II	4	Janeiro/1933	Capistrano, ensaísta e crítico
II	5	Fevereiro/1933	Morphologia de um seculo de historia brasileira
II	7	Abril/1933	Conjecturas (1835 – Carrapato e o nariz de

			Cleopatra – Pascal e Poincaré).
II	8	Maio/1933	Socialismo e Democracia “Os novos direitos do homem” – Pontes de Miranda – Rio, 1933
II	10	Julho/1933	Os melhores livros brasileiros
III	3	Dezembro/1933	Ainda Capistrano, ensaísta e crítico
III	4	Janeiro/1934	Musa casta e nua (A propósito do último livro da Sra. Gilka Machado)
III	6	Março/1934	A autonomia da literatura nacional
III	7	Abril/1934	Uma indulgente humorista Maria Eugénia Celso – Fantasias e Matutadas – Ariel, Editora
III	8	Maio/1934	Mais um livro postumo de Vicente Licínio Maracás – Companhia Editora Nacional – S. Paulo, 1934
III	10	Julho/1934	Os resquícios do passado A’ memória do folk-lorista JOÃO RIBEIRO
III	11	Agosto/1934	Analyse Folk-lórica de um Romance
III	12	Setembro/1934	Uma salão carioca Les mardis de Madame Haritoff
V	2	Novembro/1935	O romancista da Varzea da Parahyba (A propósito de <<Moleque Ricardo>>)
V	3	Dezembro/1935	Tolstoi, o romancista (No vigésimo quinto aniversário de sua morte)
V	5	Fevereiro/1936	Um philosopho da arte
V	6	Março/1936	O Snr. Mario Sette, Escriitor Tradicionalista
V	7	Abril/1936	Psychologia da Linguagem Novo methodo de analyse da Linguagem – Candido Jucá (filho), Rio de Janeiro, 1936
V	9	Junho/1936	Um romancista mineiro Eduardo Frieiro – O Cabo

			das Tormentas – Os Amigos do Livro – Bello Horizonte, 1936.
V	10	Julho/1936	A arte de traduzir (A proposito do DANTON de Hermann Wendel, trasladado por Carlos Domingues)
VI	1	Outubro/1936 a Setembro/1937	Um analysta do Japão Moreira Guimarães – No extremo Oriente. O Japão. – Rio de Janeiro, 1936 (2ª edição).
VI	3	Dezembro/1936	Uma nova geração de Historiadores
VI	5	Fevereiro/1937	Russia e França nas suas relações intellectuaes
VI	11	Agosto/1937	Lettras Provincianas

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados coletados no acervo da Biblioteca Nacional digital

Nessa revista literária, Alcides Bezerra fez a análise das diversas obras publicadas no período e que se encontravam em evidência. Exerceu a função de crítico literário, elaborando resenhas sobre os livros, sem esquecer de externar sua opinião, trazer novas leituras e, conseqüentemente, outras propostas, sob o pano de fundo dos elogios fervorosos da época, comum, no cenário dos impressos, aos pares intelectuais.

Necessário enfatizar que o universo de análise do intelectual girou em torno dos temas de História, Filosofia, Psicologia, Pedagogia e Direito. Esse fato se corrobora durante toda a trajetória intelectual do personagem, haja vista que, mesmo ocorrendo a alternância de cenário, de período ou de rede de sociabilidade, sempre buscou se posicionar a respeito de questões do seu interesse, permanecendo imerso no centro de um circuito de saber constante.

Para este trabalho, faz-se, por amostragem, o recorte dos textos de Alcides Bezerra no *Boletim de Ariel*, a partir das abordagens que tangenciam a questão educacional. Nesse sentido, optou-se pelas seguintes leituras Afranio Peixoto – *Noções de Historia de Litteratura Geral* – 1932; Guts Muths; *O Idioma Brasileiro*; *Socialismo e Democracia*; e *Os melhores livros brasileiros*.

Em sua análise da obra “*Noções de Historia de Litteratura Geral*”, Alcides Bezerra recorre às observações do professor Frenkel, um amigo estrangeiro, considerado, sob seu ponto de vista, capaz de abordar as primeiras impressões da obra de forma isenta. Pontuou que a referida personalidade possuía esse típico juízo de valor, haja vista que “[...] além de

estrangeiro, vive de suas rendas, não póde ser candidato á Academia, nem pretende do Brasil mais do que gozar a paizagem natural e humana [...]” (BEZERRA, 1932, p. 06).

Expôs as colocações do alemão em apreço, contudo não se afastou do seu ofício de crítico literário, uma vez que, ao final do artigo, trouxe suas nuances acerca da obra de Afranio Peixoto, mesmo divergindo em alguns pontos de análise do professor colaborador. Nesse aspecto, demonstrou ser um homem capaz de ouvir as opiniões contrárias, não sendo facilmente influenciável por outros personagens, ainda que esses se inserissem no seu universo de admiração. Nesse sentido, posicionou-se:

A' chronologia geral segue-se apanhado historico de cada litteratura, no qual é apreciado em conjunto o evoluir da mesma, as influencias que soffreu e as obras notaveis que deixou, bem como o influxo que exerceu nas que vieram posteriormente. Depois a parte biográfica – da vida e obra de cada autor, noticia synthetica e julgamento do valor. (BEZERRA, 1932, p. 07).

Em linhas gerais, a obra se caracterizava como fonte de expectativa entre os historiadores e os literatos, cada um com a pretensão de entender ou discordar da sucessão dos acontecimentos dos fatos da Literatura mundial. Contudo, superadas as críticas dos contrários à linearidade da história, Alcides Bezerra finalizou, tecendo comentários em relação ao autor, Afranio Peixoto:

Todos lhe admiram o talento polymorphico, a capacidade admiravel de trabalho, a cultura geral, que lhe facilita sentir-se bem no seu, quer tratando de um problema de hygiene, que perlustrando os dominios da criminologia e do direito penal, quer fazendo historia, pedagogia ou creando typos de fantasia que poderiam ter vivido. (BEZERRA, 1932, p. 07).

Noutro escrito, o intelectual reverberou sobre as contribuições de Guts Muths, consideradas desconhecidas no território brasileiro, por ser um autor estrangeiro não divulgado pelas traduções. Em sua obra, Guts Muths tratou sobre o patrimônio brasileiro, ensino de Geografia e de Educação Física, inclusive, como professor dessas últimas disciplinas num Instituto de Educação na Alemanha. Assim sendo,

Guts Muths muito propugnou pelo desenvolvimento da educação physica na Allemanha. Tem varias edições o seu livro *Gymnastik für die Jugend*, seguido de outros tratando do mesmo assumpto ou correlato, como jogos. (BEZERRA, 1932, p. 56).

Então, Alcides Bezerra buscou utilizar o espaço dessa Revista literária para divulgar o nome desse personagem, ainda, por muitos, desconhecido, enfatizando, como um dos exemplos, que o escopo de atuação de Guts Muths teve como um dos resultados um compêndio de geografia escolar.

No artigo “*O Idioma Brasileiro*”, Alcides Bezerra teceu críticas à imposição de determinados autores considerados como parâmetros para a literatura brasileira. Valorizou a produção nacional, em detrimento dos autores portugueses, utilizadores de arcaísmos e não detentores da expressão da cultura brasileira.

Enfatizou que o idioma brasileiro possuía os seus contornos definidos no contexto interno, estendendo-se por diferentes brasis, do Oiapoque ao Chuí (BEZERRA, 1932). Advertiu, em linhas gerais, que: “[...] mandemos às favas todas as regrinhas de grammatica lusitana e todos os grammaticographozinhos d’aqui e de alem mar que nos queiram ensinar o que se não deve dizer.”. (BEZERRA, 1932, p. 17), pois “Fallar differente não é falar errado.”. (BEZERRA, 1932, p. 17).

Nesse cenário, asseverou a existência do idioma brasileiro, com raízes sólidas, aludindo que “[...] sahiu do passado e da historia, principalmente por transformação lenta do portuguez quinhentista. O povo que o fala e a sua já brilhante literatura lhe garantem um lugar ao sol.”. (BEZERRA, 1932, p. 17).

Na concatenação das suas ideias, Alcides Bezerra abordou no texto “*Socialismo e Democracia*” a obra de Pontes de Miranda, lançada no mesmo ano, em 1933, intitulada “Os novos direitos do homem”. Enfatizou a tendência de implantação do regime socialista, advertindo que “[...] Há um decennio quase não se via falar em socialismo no Brasil, a não ser em sociedades operarias. Hoje, não. O socialismo apresenta-se como ideia em marcha, faz adeptos, adquire prestigio.”. (BEZERRA, 1933, p. 197).

Regime simpatizado por Pontes de Miranda, o socialismo previa, entre os seus princípios, a proteção de garantias, objetivando aplainar as arestas sociais e a diminuição da desigualdade institucionalizada. Assim sendo, tendo como base a implantação de um sistema igualitário, vislumbrava-se uma cartela constitucional com a previsão de cinco novos direitos, quais sejam: direito à subsistência, direito ao trabalho, direito à educação, direito à assistência e direito ao ideal. Pontuou que:

Esses direitos constituiriam os novos fins do Estado socialista, que manteria a democracia para o realizar. “A democracia, ou codecisão, *dentro do fim preciso*, dos 5 Direitos, perde todos os seus inconvenientes. Portanto, os 5

Direitos *salvam* a democracia, hoje entre dois fogos: o dos reacionários, o das esquerdas extremistas”. (BEZERRA, 1933, p. 197).

Atribuiu destaque ao direito à educação, enaltecendo que esse se encontrava intimamente relacionado à estabilidade da ordem jurídica socialista. Nesse sentido:

[...] Dentre eles merece especial sympathia o direito á educação. Sem a formação do homem novo não haverá estabilidade na ordem juridica socialista. Dahi a excepcional importância que assume esse direito de ser educado. Devia ser o primeiro a ser concedido ou a ser conquistado. (BEZERRA, 1933, p. 197).

Essa nova ordem constitucional se viabilizaria por meio do diálogo e da força moral, excluindo qualquer tipo de exercício de violência física ou luta armada. Por meio desse movimento, Pontes de Miranda previu uma Constituição capaz de abrandar as disparidades regionais, sociais e econômicas, possibilitando o exercício efetivo da democracia na manutenção de direitos sociais.

Contudo, Alcides Bezerra observou que o referido autor trouxe indicativos, enfatizando que “[...] aponta um caminho, num momento de perplexidade em que não sabemos para onde devamos ir. Ele assegura que a sua estrada passa perto da Rússia. Vale a pena tomá-la e ficar em Atenas.”. (BEZERRA, 1933, p. 198). Assim, considerou a implantação do regime com prudência, assim como ocorreu a disputa dos pobres contra os ricos de Atenas, respeitando os direitos adquiridos e sem redistribuição das terras e abolição das dívidas. (BEZERRA, 1933).

No texto “*Os melhores livros brasileiros*”, o personagem, ora estudado, parte da proposta ventilada na revista oficial da Casa do Estudante, ao trazer em suas páginas a seguinte pergunta: “Quaes os vinte melhores livros brasileiros de todos os generos?” (BEZERRA, 1933, p. 258). Teve como propósito estimular o debate e trazer um parâmetro cultural da produção literária produzida.

Em sua opinião, ainda que não objetivasse diretamente responder à matéria da revista, Alcides Bezerra buscou traçar um panorama das obras que, segundo seu juízo de valor, considerava importantes para o patrimônio literário. Alargou a esfera de contemplação de notoriedade dos livros para uma lista com 25 indicações, sob a justificativa de não cometer injustiças com os autores. A título de curiosidade, com o objetivo de conhecer as preferências culturais do intelectual estudado, traz-se a lista elaborada pelo referido sujeito e que, conseqüentemente, moldou a sua forma de percepção do mundo e a sua escrita:

Quadro 6 -Listas das obras literárias indicadas por Alcides Bezerra

1- Historia do Brasil, de Frei Vicente do Salvador	14- Os Sertões, de Euclydes da Cunha
2- Sermões selectos, do Padre Antonio Vieira	15- Chanaan, de Graça Aranha
3- Reflexões sobre a vaidade dos homens, de Mathias Aires	16- Memorias posthumas de Braz Cubas, de Machado de Assis
4- Caramurú, poema de José de Santa Rita Durão	17- A Philosophia da Arte, de Vicente Licinio Cardoso
5 – Diccionario da língua portugueza, de Antonio de Moraes Silva	18- Eu, de Augusto dos Anjos
6 – Poesias, de Gonçalves Dias	19- A Retirada de Laguna, de Visconde de Taunay
7- Espumas fluctuantes, de Castro Alves	20- Urupês, de Monteiro Lobato
8- Historia geral do Brasil, de Franscisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro	21- Machado de Assis, de Alfredo Pujol
9- Iracema, de José de Alencar	22- Dom Pedro I e a marquesa de Santos, de Alberto Rangel
10 – Estudos allemães, de Tobias Barreto	23- Ensaios (Swift, Anatole France, O Processo Dreyfus), de Ruy Barbosa
11- Um estadista do Imperio, de Joaquim Nabuco	24 – Memorias, de Humberto de Campos
12 – Capitulo de historia colonial, de Capistrano de Abreu	25 – Poesias, de Alberto de Oliveira
13 – Poesias, de Olavo Bilac	-----

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados coletados na Biblioteca Nacional digital

Assim sendo, da mencionada lista, percebe-se a preferência de Alcides Bezerra por autores nacionais, contemporâneos da época e que discutiam questões semelhantes ao objeto de estudo, durante o seu percurso profissional. O conhecimento sobre essa questão se constitui como uma discussão necessária na temática dos intelectuais. Assim sendo,

[...] essa preocupação é guiada pela análise das diversas consequências derivadas da inserção gradativa do intelectual na esfera pública e no entendimento da constituição do processo de modernização brasileira. Isso tem sido realizado, a partir, por um lado, da investigação das estruturas elementares de sociabilidade desses sujeitos, ou seja, o que produziram, em que lugares trabalharam e publicaram os seus escritos, com quem dialogavam, o que liam, enfim, procurando apreender de que modo certos tipos de inserção (microclimas) possibilitam a ascensão e a queda de ideias produzidas por determinados conjuntos sociais e, por outro, de que forma esses indivíduos, partícipes de uma elite cultural, produziram e mediarão cultura em seus respectivos contextos [...], constituindo, desse modo, a própria ideia de espaço público. (COSTA; ESPINDOLA; GALVINCIO, 2013, p. 59).

Participantes ou não do seu itinerário, da sua rede de sociabilidade ou estampados no engajamento das sociedades nas quais presenciava, esses sujeitos deixaram impressões indeléveis na escrita do referido intelectual, haja vista que a referida técnica se revela como instrumento viabilizador para o conhecimento da brasilidade, delimitando o compasso de épocas e iniciando novos ciclos.

4.2 O Congresso Brasileiro de Geographia nas terras paraibanas e a instrumentalidade técnica de Alcides Bezerra

O VII Congresso Brasileiro de Geographia ocorreu na Parahyba, no período de 13 a 19 de maio, no ano de 1922, com a presidência de Diogo de Vasconcellos e tendo como patrono Epitacio Pessoa. O evento, em tela, iniciou-se por meio de uma sessão no Theatro Santa Rosa, no período noturno, encerrando-se às 23 horas, “[...] com a assistência que a Parahyba elegante e culta poderia ostentar numa tal ocasião de gala.” (MAGALHÃES, 1926, p. 129).

Notou-se um certo entusiasmo na sociedade letrada da localidade, tendo em vista que o congresso na região recebeu, pela primeira vez, ilustres personagens de diversas localidades. Esse fato se caracterizou como corolário do nível de desenvolvimento político e social da localidade, que inseria o estado no contexto nacional, colocando-o no centro de interesses e debates dos intelectuais.

Necessário demonstrar que os encontros anteriores foram realizados nas cidades de “[...] Rio de Janeiro, São Paulo, Curityba, Recife, Cidade do Salvador e Bello Horizonte, coincidindo a vez da Parahyba com a ascensão do dr. Epitacio Pessoa, ao governo da Republica [...]” (MAGALHÃES, 1926, p. 129).

Essa conferência se caracterizou como um dos passaportes de Alcides Bezerra para alçar voos em cargos com expressividade nacional, além de se vincular a sociedades e a associações para além do marco geográfico paraibano, como, por exemplo, a Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. Logo de início, Magalhães (1926) relatou passagens da presença do intelectual em questão, uma vez que o narrador se encontrava presente à reunião na condição de correspondente do jornal *A União*, nos preparativos e no desenvolvimento do VII Congresso Brasileiro de Geographia.

Em resgate ao passado, rememora que, na reunião inaugural, no prosclênio, encontravam-se na mesa da presidência: Solon de Lucena, presidente do Estado; Flavio

Maroja, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e Alcides Bezerra, secretário da referida instituição⁷¹. De certa forma, a organização do espaço, com uma mesa composta pelos três personagens, além de dois semicírculos, por meio de cadeiras posicionadas aos lados, com demais sujeitos oriundos de diversas localidades, possibilitou uma troca de elogios entre os personagens. Não somente essas personalidades participaram da reunião inaugural, haja vista a existência de representantes da imprensa e do mencionado instituto (MAGALHÃES, 1926).

Nessas poucas linhas, percebe-se a maestria a qual se encontrava vinculado o personagem, ora estudado, uma vez que se associou, por meio das suas ideias, ao cenário político e ao intelectual da época, ainda que considerados locais incipientes e exteriorizados em poucos espaços, sendo restritos a certas categorias de sujeitos.

Vale rememorar que, logo após o término da Faculdade de Direito de Recife, exerceu a função de promotor público e de procurador da República, além do exercício do magistério na Escola Normal, sendo esta última atribuição omitida da sua biografia pelos autores, mas que se constitui num fato que se corrobora por meio de diversos impressos publicados no estado de Pernambuco, no período da Primeira República.

Assim, percebe-se, no itinerário de Alcides Bezerra, a opção pelo exercício prático da profissão para depois socorrer-se ao aspecto técnico, quando assume a responsabilidade de cargos que determinaram as diretrizes e se situaram no organograma da Administração Pública, como, por exemplo, o de inspetor-geral do Ensino, diretor-geral da Instrução Pública e diretor do Arquivo Nacional. Paralelamente, o intelectual retoma o exercício da profissão docente, alinhando-se ao ensino superior.

Esse movimento pode ser visualizado em diversos personagens que, ao sonharem com a participação na esfera pública e com o reconhecimento nacional, utilizaram-se da docência como passaporte inicial, o que possibilitou, em certos casos, expressividade e liderança política. Nessa situação, enquadraram-se o anseio da trilha de intelectuais da Escola de Recife, Tobias, Silvio e Clóvis, ainda que alguns não obtivessem a unanimidade de influência do seu pensamento, ficou o registro de que a ausência de prestígio familiar, político e financeiro, ocasionou dificuldade de inserção de determinados sujeitos diretamente nos cargos que objetivavam exercer, obrigando-os ao uso de escalonamentos hierárquicos até o foco principal. Situação análoga se amolda aos dias atuais na esfera social de diversos indivíduos.

⁷¹ Alcides Bezerra ocupou a função de 2º secretário do VII Congresso Brasileiro de Geographia.

Palavras de ordem como patriotismo, civismo, organização nacional perfeita deram a tônica de diversos discursos na reunião inaugural, resultantes dos estudos históricos e geográficos desenvolvidos pela comunidade letrada que partilhavam os mesmos anseios teóricos.

No dia seguinte, em 14.05.1922, ocorreu a reunião preparatória na sala de Congregações do Lyceu Paraibano, assim considerada como um “[...] lugar designado pelo governo para os trabalhos do VII Congresso; a cerimonia de colação de grau dos diplomando do anno anterior da Escola Normal[...]” (MAGALHÃES, 1926, p. 141). A referida agenda contou com a participação de várias personalidades, além de representantes de associações e de instituições de letras, como Alcides Bezerra.

A conferência, em tela, para Flavio Marója, imbuía-se do objetivo de contribuir “[...] para o entrelaçamento das relações das sympathias dos homens representativos de todo o paiz, os quaes se não conhecem entre si; acham-se afastados na vastidão da nossa base geographica”. (MAGALHÃES, 1926, p. 142).

O VII Congresso Brasileiro de Geographia se amoldura na questão educacional na medida em que os próprios personagens produziram ponto de conexão com a temática da instrução pública. Veja-se, como exemplo, a presença de Manuel Dantas e de Alcides Bezerra, ambos diretores da Instrução Pública, sendo este do estado da Parahyba e aquele do Rio Grande do Norte. Em especial, a comunicação elaborada pelo intelectual, objeto de estudo, cujo título “*O ensino de Geographia*” (MAGALHÃES, 1926, p. 164) ou “*O ensino da Geographia nas escolas primárias*” (GUIMARÃES, s.d. p. 15)⁷², suscitou a importância da abordagem da instituição educacional nos temas tratados no evento.

Por meio dessas participações, Alcides Bezerra projetou seu nome no contexto para além do seu berço local, visando ser reconhecido nacionalmente, entrelaçando diversas questões que o aproximava da identidade nacionalista, em muitos casos chauvinista, que se encontrava em vias de construção no país. A figuração do mencionado intelectual foi considerada de grande valia, principalmente, porque foi convidado novamente para o VIII

⁷² Alcides também submeteu à crítica do VII Congresso Brasileiro de Geographia o trabalho “A cidade da Parahyba”. (MAGALHÃES, 1926, p. 164). Tanto o trabalho “O ensino de Geographia” ou “O ensino da Geographia nas escolas primárias” e “A cidade da Parahyba” não foram encontrados, em virtude de terem sido possivelmente extraviados. (GUIMARÃES, s.d.). Percebe-se que os autores divergem quanto ao título do trabalho submetido por Alcides Bezerra ao evento em questão.

Congresso Brasileiro de Geographia⁷³, ocorrido no Espírito Santo, para exercer encargo novamente administrativo-burocrático.

Volta-se à análise educacional do evento, quando, inclusive, além do tratamento de matérias transversais ou da própria estrutura do ensino, a data foi significativa para fazer com que os letrados de diversas localidades do país comparecessem à cerimônia da Escola Normal, visto que foi adiada para coincidir com o VII Congresso Brasileiro de Geographia, “[...] em apreço aos cientistas que a elle viessem assistir.” (MAGALHÃES, 1926, p. 148). Existia um sentimento uníssono entre os conferencistas o apreço pela educação, a necessidade do amor pela profissão, bem como o fato de as formandas, no exercício do magistério, serem úteis para a Parahyba. (MAGALHÃES, 1926).

Em seguida, no dia 15.05.2019, o Instituto Histórico da Paraíba ofereceu uma recepção na sua sede e, entre os participantes, encontrava-se Alcides Bezerra, 1º secretário da instituição, além de estar na condição de representante da unidade de Goiás. No referido encontro teve como esteira a nacionalidade e a certeza da importância dos congressos para o conhecimento dos estados entre si, ou seja, das ideias e dos estímulos compartilhados (MAGALHÃES, 1926). Nesse dia, limitou-se a conhecer as dependências da instituição, com aposição de dois quadros e a apreciação do acervo e dos objetos que ali compõem o espaço cultural.

Enquanto, no dia posterior não ficou tão evidente a participação de Alcides Bezerra, pois Magalhães (1926) limitou-se a descrever de forma genérica os que ali se encontraram presentes, mas, com a menção aos trabalhos submetidos ao VII Congresso Brasileiro de Geographia, como afirmado anteriormente, catalogou-se os dois estudos submetidos por parte do intelectual, objeto do estudo. Entre a visita à uma exposição de obras de arte e à igreja Nossa Senhora do Carmo, os literatos puderam participar de um evento escolar no Colégio das Neves, com exibição de trabalhos e encenação teatral das discentes. Assim sendo, registrou que “[...] O recital de musicas, monologos, poesias, cantos côraes, fez aos assistentes um delicioso recreio espiritual, ainda mais estimulado pela viveza e intelligencia das adolescentes, lindas virtuosas.” (MAGALHÃES, 1926, p. 26).

Adiante, no dia 17.05.1922, da narração de Magalhães (1926), verifica-se a figura de Alcides Bezerra, entre os literatos, a fim de discutir a aprovação ou não de alguns trabalhos submetidos à crítica do evento em destaque. No círculo dos sujeitos, pairava a dúvida se

⁷³ No VII Congresso Brasileiro de Geographia, aprovou-se, por unanimidade, a capital do Espírito Santo para sediar o VIII evento e, inclusive, foi uma votação na qual Alcides Bezerra participou, haja vista estar presente na segunda sessão plenária.

deveriam aprovar algum estudo, quando considerado contrário às crenças e princípios institucionalizados, principalmente, se contrariasse o recatado cristianismo da época. Mas, ao final, perceberam que, na condição de sujeitos do encontro, considerados personagens responsáveis pela contribuição histórica, não se encontravam endossando as teses, subscrevendo-as. Assim sendo, os atos se coadunavam no sentido de resgate da memória, além de considerar a honestidade literária dos autores, ao proporem, como revisão da história, fatos ainda não clarificados por fontes analisadas a contento (MAGALHÃES, 1926).

No dia seguinte, 18.05.1922, mais uma vez, Alcides Bezerra figura no rol dos sujeitos que foram conhecer as ruínas de Cabedelo, uma viagem com início por volta das 11 horas, realizada por meio das lanchas Alpha e Souza Bandeira. (MAGALHÃES, 1926). Tudo isso ocorreu porque o evento de Geografia teve como objetivo uma visita “[...] á arrazada cidadela, em cujos restantes, alentados paredões estampam-se ainda as mossas e as cicatrizes que relembram a penosíssima gestação da nossa nacionalidade (MAGALHÃES, 1926, p. 178). Nessa senda:

Não escapou galeria, fôssos ou subterrâneos às indagações curiosas dos visitantes, que penetraram em todos os complicados socavões, recolhendo aqui e ali, como lembrança da romaria cívica, petardos, lascas metálicas gravadas de inscrições, e outros objectos relicários dignos de figurar nos museus de sciencias e artes, ali afogados na areia alva, de vez em quando tomada por incidiosa, espessa vegetação. (MAGALHÃES, 1926, p. 179).

Encerraram o passeio nas ruínas de Cabedelo, testemunhando os vestígios do passado e rememorando os acontecimentos históricos ali iniciados.

A segunda e última sessão plenária realizou-se, no dia 19.05.1922, tendo como objetivo a leitura e a elaboração de pareceres referentes aos trabalhos inscritos no congresso, além dos votos de aplauso para determinados personagens que se caracterizaram como merecedores da estima nacional. Como de costume, Alcides Bezerra se encontrava presente. Escolheu-se, por unanimidade, a capital do Espírito Santo como o local do VIII Congresso Brasileiro de Geographia. Partiu-se do princípio que “[...] se vinha adoptando o critério de se alternar entre o norte e o sul do paiz as sedes dos Congressos. [...]”. (MAGALHÃES, 1926, p. 186).

Nesse dia, aprovou-se o trabalho do intelectual, em questão, “*Ensino da geographia*”, mas não há menção ao outro estudo escrito por ele, assim denominado “*A*

cidade da Parahyba”, nem se foi apreciado, aceito ou rejeitado pela comissão, para indicativos de publicação⁷⁴ (MAGALHÃES, 1926).

Na sequência, por sugestão de Castro Azevêdo, o presidente do evento, em tela, Diogo de Vasconcellos autorizou uma comissão composta por notáveis participantes do congresso a visitarem o presidente do estado e, informalmente, agradecer pela recepção e “[...] o reconhecimento da assembléa scientista áquelle que tanto concorreu para a maior projecção do seu fulgor”. (MAGALHÃES, 1926, p. 188). Entre os interessados, Alcides Bezerra se encontrava no meio dos congressistas, com a participação efetiva em todos os dias do encontro.

Vale ressaltar que houve, a partir da proposta de Carlos Xavier, uma moção de reconhecimento da orientação dos trabalhos pelo presidente do congresso, Diogo de Vasconcellos, que aceitou, com a ressalva de que na referida ata estendesse a homenagem a Alcides Bezerra e a Manuel Dantas (MAGALHÃES, 1926).

Em relação ao ensino, no mesmo dia, houve proposta que foi apreciada com muitas palmas, referindo-se ao centenário do 7 de setembro:

O dr. Mario Mello solicitou, por escripto, se telegraphasse á Comissão Executiva das Festas do Centenario para que esta exhortasse dos prefeitos de todos os municípios das vinte e uma unidades federativas, no sentido de inaugurarem, no dia 7 de setembro, ao menos uma escola, commemorativa da memoravel ephemeride nacional. (MAGALHÃES, 1926, p. 192).

Necessário enfatizar que a educação foi uma constante nos debates desses intelectuais congressistas, principalmente, porque além das situações anteriormente mencionadas, Eduardo Medeiros apresentou uma homenagem a Eptácio Pessoa, pelo fato da instalação, na Capital Federal, de um Congresso de Instrução Pública. (MAGALHÃES, 1926). Ainda, nessa mesma tônica, outro congressista, Pedro Celso, “[...] leu u’a moção applaudindo a campanha ao analphabetismo, e appellando para os governos dos Estados brasileiros no sentido de a intensificarem.”. (MAGALHÃES, 1926, p. 193).

Um dos personagens solicitou que a moção aos colégios católicos fosse ampliada a todas as instituições de ensino, além do mais, outra personalidade “[...] ventilou a idéa de se

⁷⁴ Interessante notar que o estudo escrito por Alcides Bezerra sobre o “Ensino de Geographia” se inseriu, para avaliação, na 7ª Comissão, mesmo eixo temático ao qual foi submetido José Coêlho, com o seu “Escorço chorographico”. Percebe-se que ambos compartilharam, ao longo do cenário paraibano, de muitos espaços e participações, a exemplo da Reforma do Ensino, em 1917, e do VII Congresso Brasileiro de Geographia, ocorrido em 1922.

organizarem passeios interestaduais convenientes á preparação dos espiritos e da mesma solidariedade brasileira.” (MAGALHÃES, 1926, p. 193).

Posteriormente, entre a palavra de vários literatos, Magalhães (1926) destaca a participação de Alcides Bezerra, com a apresentação de sua opinião. Assim consignou, após o retorno do intervalo, “Recomeçada a função, o sr. dr. Alcides Bezerra ventilou o assumpto, antecipadamente anunciado, da escolha da séde para o futuro Congresso.”. (MAGALHÃES, 1926, p. 197).

Como era de se esperar, na sessão de encerramento, ocorrida no dia 20.05.1922, Alcides Bezerra esteve presente, na condição de 2º secretário, ao lado de Manuel Dantas, este 1º secretário, ambos assessorando Diogo Vasconcellos. À noite, realizou-se uma confraternização, ofertando um banquete na sede palacial. Os membros do congresso, entre eles o personagem deste estudo, posicionaram-se numa mesa no formato de H, significando “história”. A solenidade, em questão:

[...] teve como prova significativa da admiração e da alegria com que a Parahyba recebeu em seu seio os embaixadores dos Estados, que lhe quizeram dar a distincção de se acharem presentes nas pessoas dos dignos membros desse certame, cujos trabalhos teve a honra de encerrar. Essa festa tinha mais outra significação: manifestar o testemunho do nosso affecto a cada um daquelles que aqui personificam as tradições de sua terra e fazem transbordar de emoção os nossos corações. (MAGALHÃES, 1926, pp. 207/208).

Nesse aspecto, interessante notar que o congresso realizado tinha como temática central, até mesmo no nome, a discussão sobre assuntos relacionados à Geografia, sem esquecer de que se tratava também de um evento sobre História, uma vez que, a todo tempo, rememorava-se os acontecimentos ocorridos no contexto local e no nacional, além das contribuições vindouras que os estudos poderiam ocasionar.

Em linhas gerais, percebe-se que Alcides Bezerra contribuiu, de forma técnica, com os acontecimentos sediados no congresso, além do aspecto científico, ao apresentar duas propostas de trabalho, ainda que, em relação ao outro trabalho, Magalhães (1926) nada mencione sobre a aceitação ou a rejeição. O ponto de interrogação que se evoca é referente ao fato de Magalhães (1926) ter apenas evidenciado uma única vez a que o mencionado intelectual se referiu aos demais congressistas, para ratificar a localidade do próximo encontro.

Mas, depois de visualizar todo o itinerário do VII Congresso Brasileiro de Geographia, com a participação de Alcides Bezerra nos atos praticados, e ao analisar essa

fonte com a história registrada no *Diario de Pernambuco*, percebe-se que as propostas de passeio e o programa desenvolvido no decorrer do evento foram provenientes de ideias do intelectual, objeto deste trabalho. Senão, veja-se:

O dr. Alcides Bezerra lembrou a organização de uma exposição de productos do Estado, devendo a mesma realizar-se no periodo do Congresso, nos prédios da directoria da instrucção Publica e da directoria de Hygiene, os quaes oferecem amplas accomodações, idéa que foi aceita e applaudida por todos os presentes. Ponderou ainda que o Congresso deveria effectuar duas sessões solennes a da abertura e a do encerramento, no Theatro Santa Rosa. (O “Diario” na Parahyba, 1921, p. 04).

Vale rememorar que, nesse encontro, ele ficou reconhecido perante os literatos de diversas localidades pelo seu comprometimento e inteligência. Esse fato, durante o evento, resultou no convite para participar, por meio de seu aspecto técnico, dos preparativos de outro congresso, a ser realizado no estado do Espírito Santo. Enfatize-se que, no período antecedente ao VII Congresso Brasileiro de Geographia, Alcides Bezerra elaborou as diretrizes e ideias dos fatos que iriam se suceder. Nesse sentido, realce-se, mais uma vez, que:

Lembrou ainda o sr. dr. Alcides Bezerra que se devia proporcionar aos hospedes illustres passeios aos arrabaldes desta capital, visitas aos principaes edificio publicos e aos templos antigos e uma excursão até ao Pilar, uma das localidades mais pittorescas da Parahyba e onde se encontram muitos vestigios da epoca colonial na architectura. (O “Diario” na Parahyba, 1921, p. 04).

Torna-se impossível crer que o intelectual, em questão, absteve-se do direito de estabelecer maiores debates no VII Congresso Brasileiro de Geographia, por causa de sua personalidade reservada. A referida hipótese é afastada, uma vez que busca fundamento na solução em duas vertentes, quais sejam: 1) as atribuições de Alcides Bezerra se constituíam de caráter técnico, sendo uma atuação com mais precisão no aspecto procedimental do que no campo das ideias; e 2) os registros das atas encontrados no livro “*A Parahyba e a Evolução da sua gente*” foram elaborados na ótica de um dos atores presentes no evento, Paulo Bourgard de Magalhães, sendo os aspectos mais relevantes selecionados a partir do interesse e do testemunho ocular do mencionado autor.

Dessa forma, a partir da pesquisa realizada, extrai-se que Alcides Bezerra foi um orador distinto, abordando questões oriundas de múltiplas ciências, além de ser capaz de elaborar os aspectos práticos dos eventos, com maestria técnica. Explorou ideias renovadas que, cada vez mais, possibilitaram a admiração dos seus pares e o convite para o estreitar de

laços, a realização de congressos, a participação em revistas e a alternância de cargos (político, técnico, docente).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associar o direito à educação foi o desejo inicial nesta pesquisa, inserindo-a na área da História da Educação. Primeiro, por causa da formação profissional e das visões dos campos adquiridas no caminhar universitário da autora. Segundo, porque foi possível perceber uma ausência de discussão a respeito da história do intelectual Alcides Bezerra, que percorreu diversos itinerários, em variados espaços, sustentou seus ideais e, com uma constância típica do período republicano, buscou os ideais de civilidade e de progresso.

Como de costume, o trabalho com a história nos permite, em algumas hipóteses, associar os acontecimentos presentes, visualizar questões de afinidades ideológicas nas propostas dos intelectuais de outrora e que novamente se colocam em evidência. Assim, o pensamento de Alcides Bezerra no período republicano se coaduna com o contexto político brasileiro atual, considerado conservador-liberal. Em diversas passagens deste texto, foi possível perceber que, apesar de o período estudado se encontrar em séculos diferentes, o intelectual ainda permanece atual ou os seus escritos emergem com a nova orientação político-social. Citem-se, como exemplos, a militarização das escolas, o patriotismo, a economia pautada por uma orientação liberal e os costumes fundamentados numa diretriz conservadora.

Algumas dificuldades foram encontradas no decorrer da pesquisa, como o fato de os impressos se encontrarem em processo de higienização, mas o acaso não impediu a continuação deste estudo. Por ser mais desafiador, coletaram-se traços do itinerário deste personagem nos jornais de Pernambuco, descobrindo, inclusive, que Alcides Bezerra participou do ensino público como professor da Escola Normal. Ainda, o contexto da vida privada do intelectual também foi importante para a construção desta pesquisa, pois foi possível desenhar uma ideia do seu arranjo familiar. Todos esses fatos não foram registrados em seus comentadores ou biógrafos, pois são provenientes das conexões realizadas pela autora no transcorrer deste trabalho.

Assim, buscou-se identificar a gestação do amadurecimento intelectual de Alcides Bezerra, desde o período de ingresso no curso jurídico da Faculdade de Direito de Recife, a fim de compreender como ocorreu o processo de seleção das teorias nas quais se fundamentou para construir os seus estudos. Descobriu-se que foi diretamente influenciado pelo movimento da *Escola de Recife*, conhecido como uma ruptura do pensamento hermético e como

propositor de um “*bando de ideias novas*”, além da sintonia com o pensamento de uma das lideranças, Tobias Barreto, embora não fosse em sua totalidade.

Com o retorno ao contexto da Parahyba do Norte, após o exercício de cargos atinentes à esfera jurídica, dedicou-se à educação, bem como na propositura de novas ideias para um ensino que não se encontrava condizente com o século vivenciado, em nível global, principalmente, pelas elevadas taxas de analfabetismo. Necessário enfatizar que traçou diretrizes para modernização do ensino local, mesmo sem possuir formação pedagógica. Assim, alicerçou seu pensamento nos ideais do ensino estadunidense, enraizando suas ideias no conservadorismo liberal e que o personagem acreditava como adequado à instituição escolar moderna idealizada e de emergência para o período republicano.

Entre erros e acertos, pôde contribuir na Administração Pública local, em diferentes mandatos, colaborando tanto na *Reforma do Ensino* (1917) quanto no *Relatório da Instrução Pública* (1921), haja vista que foi, inicialmente, inspetor-geral do Ensino e diretor-geral da Instrução Pública. Esses documentos foram considerados pilares de sustentação para o projeto de ensino modernizante da Primeira República, baseados nos ideais de progresso e de civilidade e que apresentam traços de afinidade com a proposta de ensino vigente.

Assim sendo, a *Reforma do Ensino* (1917) delineou as diretrizes normativas e o *Relatório da Instrução Pública* (1921) tratou de analisar os resultados decorrentes das medidas implementadas, o problema do analfabetismo, a fiscalização do ensino e a organização das instituições escolares, bem como indicar possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas.

Enfatize-se que o período das contribuições educacionais de Alcides Bezerra no território paraibano foi marcado pela transição das escolas isoladas para os grupos escolares. Mesmo ocorrendo avanços, os referidos documentos não conseguiram solucionar integralmente os problemas educacionais da época e, inclusive, os grupos escolares só tiveram a maioria das matrículas no final da década de 1920. Assim, a população paraibana, embora imbuída na luta para a construção de novos estabelecimentos escolares e na interiorização do ensino, não visualizou efeitos imediatos nos anseios outrora ventilados no domínio público. Então, percebe-se que as medidas foram implementadas com uma verdadeira progressão no tempo, dependendo da boa vontade dos gestores públicos, da iniciativa privada e das condições climáticas, para o aporte dos recursos financeiros e para o consequente direcionamento para a educação.

Com a mudança para o Rio de Janeiro, Alcides Bezerra se dedicou aos escritos no *Boletim de Ariel* e nas edições do *Arquivo Nacional*, às conferências e ao ensino universitário.

Participou de uma variada rede de sociabilidade e de associações, além da estruturação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Nesses cenários, procurou-se demonstrar, sob o ponto de vista jurídico, que o intelectual trouxe discussões educacionais em seus escritos. Assim, as contribuições educacionais, com esta dissertação, também tiveram o aporte jurídico, entrelaçando fontes e ideias entre os campos da educação e do direito, permeando o período da Era Vargas.

No ideário educacional-jurídico deste intelectual, seja pelo contexto vivenciado ou pelas influências de outros autores, citem-se: os laços universitários, a preocupação com a ciência, o problema pedagógico, os aspectos antropogeográficos da Constituição, o ensino do direito nas escolas e o banditismo. Enfim, questões da época que, a partir da análise, possibilitaram o imbricamento do contexto atual com as referidas ideias propostas pelo sujeito.

Sob o ponto de vista metodológico, objetivou-se descortinar o pensamento de Alcides Bezerra à luz de autores que se debruçaram na temática dos intelectuais, a exemplo de Sirinelli (2003) e de Bobbio (1997), dialogando com a Nova História Cultural e com as categorias de *circulação de ideias*, *itinerário* e *rede de sociabilidade*.

As principais fontes utilizadas consistiram na catalogação dos livros, legislação, relatório, parecer, impressos e demais documentos que serviram como instrumento para a divulgação das suas propostas.

Desse modo, este estudo foi estruturado com o propósito de demonstrar a herança intelectual de Alcides Bezerra, evidenciando as suas contribuições no campo educacional. Assim, faz-se necessário olhar no retrovisor da história e entender os traços percorridos por uma série de notáveis que abrilhantaram a esfera pública, com a finalidade de perceber que o hoje vivenciado se constitui como desdobramento de práticas anteriormente implementadas.



REFERÊNCIAS

ALEIXO, Ramon de Alcantara. **A construção do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior: intelectuais, política e educação na URNe**. 2018. 338f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2018.

ALMEIDA, Dalva Regina Araújo de. **Um projeto reformista no Brasil do Oitocentos: a questão educacional na agenda política de Joaquim Nabuco (1879-1888)**. 2013. 117f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

ALMEIDA, Jane Soares de. O Legado Educacional do Século XX. Apresentação. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados. 2014. p. 01-08.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Cláudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, M. T. L.; FARIA FILHO, L. M. de (Orgs.). **Pensadores sociais e história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 111-133.

ANDRADE, Débora El- Jaick. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: O Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais. In: ENGEL, M. G.; SOUZA, F. F. de; GUERELLUS, N. S. (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015. p. 13-45.

ARAÚJO, Mariza Silva de. **Contribuições do intelectual e educador Manoel Dantas para a instrução pública no Rio Grande do Norte (1889 a 1923)**. 2016. 145f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2016.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. **História dos intelectuais e instrução pública no Brasil Império: uma análise da obra A Província (1870) de Tavares Bastos**. 2013. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

_____. **Educação na primeira república parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)**. 2015. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2015.

_____. **“Conselhos e instruções a ti, professor”: a imprensa pedagógica na Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919-1942)**. 2019. 322f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Coleção Tratado de direito penal: parte geral**. 25. ed. volume 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: _____. **Variedades de história cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 233-267.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, 12(1 [28]), p. 45-70, 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320>>. Acesso em 15 out. 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. História do Poder, História Política. Estudos ibero-americanos, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 123-141, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

_____. **Aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ESPINDOLA, Máira Lewtchuk; GALVÍNCIO, Amanda Sousa. Redes de sociabilidade intelectual e educação: atuação de Castro Pinto e Carlos Dias Fernandes na primeira república. **Revista HISTEDBR (On-Line)**, v. 13, p. 56-77, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640193>>. Acesso em: 2 de dez. 2019.

COSTA, Suenya do Nascimento. **Uma análise da atuação política de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Parahyba (1874 - 1876)**. 2014. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

_____. **As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na província da Parahyba do Norte (1874 – 1876)**. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2017.

COVES, Faustino Oncina. **Tradición e innovación em La historia intelectual: métodos historiográficos**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.

ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flavia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna. Apresentação. In: ENGEL, M. G.; SOUZA, F. F. de; GUERELLUS, N. S. (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015. p. 07-11.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Primeira República, Intelectuais e educação: entre a utopia e o (des) encantamento de Castro Pinto (1888-1915)**. 2012. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2012.

_____. **As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)**. 2017. 215f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2015.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista geopaisagem (on-line)**, volume 2, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>/. Acesso em: 15 jan. 2019.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petropolis: Vozes, 1999.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **Manoel Bomfim intelectual da Primeira República: educação, formação nacional e o Brasil moderno**. 2010. Monografia (Graduação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2010.

_____. **Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências**. 2013. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

_____. **A trajetória intelectual de Eudésia Vieira no século XX: educação, feminismos e história pátria (1921-1955)**. 2019. 215f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2019.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estudo sobre o processo de constituição do ensino e da pesquisa em História da Educação no Brasil (séculos XIX e XX). In: MORAIS, C.C; PORTES, E. A.; ARRUDA, M. A., R. (Org.). **História da educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 107-123.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2009.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. A instrução popular no Brasil, antes da República. In: BREJON, Moysés (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

JARDIM DA DESCOBERTA. A educação cósmica em Montessori. Disponível em: <<https://jardimdadescoberta.wordpress.com/2018/07/11/a-educacao-cosmica-em-montessori/>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

LOPES, Marcos Antônio. História Intelectual: variações de gênero e convivência de paradigmas. **História Unisinos**, volume 19, p. 22-30, 2015.

LUCA, Tania Regina de. Periódicos lançados por editoras: o caso do Boletim de Ariel (1931-1939). **HISTÓRIA (SÃO PAULO)**, volume 36, p. 1-18, 2017.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MELO, CRISTIANE SILVA; MORMUL, Najla Mehanna. Rui Barbosa e a educação: as Lições de Coisas e o ensino da cultura moral e cívica. **Educação Unisinos** (On-line), volume 18, p. 320-330, 2014.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, 3(1 [5]), p. 212-231, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38717/20246>>. Acesso em 15 out. 2018.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. Unicamp, 2007. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5026/art07_28.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

MAGALHÃES, Patrícia de Oliveira. **Um intelectual na Primeira República: Coriolano de Medeiros e sua trajetória na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba**. 2014. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

MAURÍCIO, Juliete Laura Rocha. Positivismo criminológico: as ideias de Lombroso, Ferri e Garófalo. **Olhares Plurais**, Maceió-AL, volume 1, n. 12, p. 59-69, 2015. Disponível em: <<http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/view/153/128>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MELLO, Isabele; SCHWARTZ, Stuart. Dossiê O governo da Justiça e os magistrados no mundo luso-brasileiro. *Tempo*, Niterói, volume 24, n. 1, p. 55-58, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000100055&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2019.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: SEC, 1996.

MOREIRA, Patricia Cristina Fincatti. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). **Revista Brasileira De História Da Educação**, Campinas ,2(1 [3]), p.131-135, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38736/20265>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTILHA, Thiago Roza Ialdo. Os profissionais da política republicana segundo Olavo Bilac (1897-1908). In: ENGEL, M. G.; SOUZA, F. F. de; GUERELLUS, N. S. (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015. p. 131-158.

OLIVEIRA, Edileusa Santos; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Os Annales por Peter Burke - Uma visão larga e profunda. **Revista HISTEDBR On-line**, volume 25, p. 268-270, 2007.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919–1945). In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**, 2012, João Pessoa. Anais ... João Pessoa, 2012. volume 1. p. 2494-2511.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. 2001. 263f. Tese (Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

_____. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (Orgs.). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

POLITO, Reinaldo. Será que Rui Barbosa, o "Águia de Haia", foi mesmo um grande orador? Economia UOL, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2019/02/26/rui-barbosa-era-ou-nao-bom-orador.htm>> Acesso em: 25 jun. 2019.

RAMOS, Graciliano. **Angústia**. 71. ed. Rio de Janeiro: Record. 2019.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. A modernidade na pena de uma literata juiz-forana (1939 a 1973). In: ENGEL, M. G.; SOUZA, F. F. de; GUERELLUS, N. S. (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2015. p. 187-209.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO. Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, n. 24, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/issue/view/1664>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO. Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, n. 25, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/issue/view/1615>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SANTIAGO, EMERSON. Magistrado. Infoescola, 2012. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/direito/magistrado/>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SANTOS, José Roberto Morais dos; BRINGEL, Renata Cristina da Silva; SILVA, Severino Bezerra da. O crescimento da Linha de História da Educação na Pós-Graduação em Educação da UFPB nos anos de 2009 a 2016. **Revista Temas em educação**, volume 28, p. 45-59, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/46115/28819>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

_____. O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados. 2014. p. 09-54.

SCHELBAUER, Analete Regina. Lições de coisas. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_licoes_das_coisas.htm>.
Acesso em: 24 jun. 2019.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Pelos caminhos da história cultural: geração, intelectual, sociabilidade e circularidade. Disponível em:
<https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogos/2008/pdf/pelos_caminhos_historia_cultural_2008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. São Paulo: Salta, 2015

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Cades/MEC, 1959.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.409-418.

_____. Os intelectuais. In: Remond, R. (Org.) **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados. 2014. p. 101-151.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a Experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Org.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados. 2014. p. 153-190.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000300002>.
Acesso em: 18 out. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, volume. 23, n. 45, p. 37-70, July 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2019.

VIEIRA, Rayssa Anizio Costa. **A relevância do estudo dos intelectuais da história local nas séries iniciais: uma análise preliminar das contribuições de Antônio Alfredo da Gama e Mello para a educação paraibana no século XIX**. 2014. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

FONTES

a) Artigos, Biografias, Coletâneas, Dicionário, Revistas

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS. **Alcides Bezerra (Em memória)**. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1938.

ALCIDES BEZERRA. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Limitada. Ano II, n. 10, 1933.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org). **Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand**. João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BEZERRA, Alcides. Educação Moral. **Boletim da Sociedade dos Professores Primarios da Parahyba**. Ano I, n. 2, 15/09/1919.

_____. O banditismo (suas causas biopsíquicas). **Revista do Instituto Histórico e Geographico Paraibano**. Parahyba do Norte, Imprensa Official, volume IV, ano IV, 1912.

_____. A Imprensa na Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Paraibano**. Parahyba do Norte, Imprensa Official, volume V, ano XIV, 1922.

_____. Afranio Peixoto – Noções de Historia de Litteratura Geral – 1932. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Limitada, volume I, ano II, 1932.

_____. Guts Muths. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Limitada, volume III, ano II, 1932.

_____. O Idioma Brasileiro. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Limitada, volume IX, ano II, 1932.

_____. Socialismo e Democracia. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Limitada, volume VIII, ano II, 1933.

_____. Os melhores livros brasileiros. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Limitada, volume X, ano II, 1933.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz; MARQUES, Ana Luíza de Vasconcelos. A atuação e produção educacional de Alcides Bezerra na Parahyba (1917-1921). In: **IX Congresso Brasileiro de História da Educação**, João Pessoa. Anais[...] João Pessoa: UFPB, 2017. p. 1-15.

DIREITO UERJ. Acervo do Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID) da UERJ. Disponível em: <<http://www.direitouerj.org.br/2005/fdir70/imaMI.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

DIREITO UERJ 80. Apresentação. Disponível em: <<https://www.direitouerj80.com.br/>>. Acesso em 11 mar. 2019.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Alcides Bezerra: historiador e filósofo**. João Pessoa: IHGP, 2001.

SILVA, M. Nogueira da. **Alcides Bezerra (Em memória)**. In: Academia Carioca de Letras. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1938. p. 37-42.

MACHADO, Fernando. Notícias da Paraíba. Fernando Machado blog, 2013. Disponível em: <<http://www.fernandomachado.blog.br/novo/?p=85553>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

b) Jornais

BEZERRA, Alcides. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 01 nov. 1921.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 07 nov. 1921.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 14 nov. 1921.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 05 dez. 1921.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 12 dez. 1921.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 30 jan. 1922.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 06 fev. 1922.

_____. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 02 mar. 1922.

MEDEIROS, Eduardo. Relatório. **Jornal O Educador**. Parahyba, 20 fev. 1922.

AS HOMENAGENS DE HONTEM. **Jornal O Educador**. Parahyba, 01 nov. 1921.

- DR. ALCIDES BEZERRA. **Jornal O Educador**. Parahyba, 01 nov. 1921.
- DR. SOLON DE LUCENA. **Jornal O Educador**. Parahyba, 01 nov. 1921.
- EM PROL DA INSTRUÇÃO. **Jornal O Educador**. Parahyba, 01 nov. 1921.
- “O EDUCADOR”. **Jornal O Educador**. Parahyba, 01 nov. 1921.
- NO FORO FEDERAL. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 04 jul. 1914.
- ULTIMA HORA. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 10 abr. 1919.
- O “DIARIO” NA PARAHYBA. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 6 abr. 1916.
- _____. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 9 set. 1916.
- _____. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 19 jun. 1917.
- _____. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 28 jul. 1917.
- _____. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 28 ago. 1917.
- _____. **Diario de Pernambuco**. Pernambuco, 9 abr. 1918.
- CLOVIS DE HOLLANDA. **Jornal do Recife**. Pernambuco, 1 ago. 1914
- O “JORNAL” NA PARAHYBA. **Jornal do Recife**. Pernambuco, 26 out. 1918.
- _____. **Jornal do Recife**. Pernambuco, 4 dez. 1919.
- O GOVERNO DA PARAHYBA. **Jornal do Recife**. Pernambuco, 19 set. 1918.
- REVISTA DOS ESTADOS. **A Provincia**. Pernambuco, 15 mai. 1921.
- TELEGRAMMAS. **A Provincia** Pernambuco, 18 dez. 1923.
- VIDAL, Adhemar. Nos domínios da Phylosophia. **Vida Moderna**. Recife, 19 jul. 1919.

c) Livros

- BASTOS, Sebastião de Azevedo. **No roteiro dos AZEVEDO e outras famílias do NORDESTE**. João Pessoa: Gráfica Comercial Ltda., 1954.
- BEZERRA, João Alcides Bezerra. A Imprensa na Parahyba. **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano**, Parahyba do Norte, v. V, 1922.
- _____. **Ensaio de Critica e Philosophia**. Parahyba: Imprensa Official, 1919.

MARTINS, Eduardo. **A UNIÃO: jornal e história da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial**. 2. ed. A União: João Pessoa, 1978.

MAGALHÃES, Paulo Bourgard de. **A Parahyba e a evolução da sua gente**. Imprensa Oficial: Parahyba, 1926.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: 1870-1940**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 2015. v. 1. 420p.

STIEL, Waldemar Corrêa. **História do transporte urbano no Brasil**. Brasília: EBTU, 1984.

VIEIRA, Eudésia. **Pontos de História do Brasil**. 7. ed. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950.

d) Mensagens Presidenciais

HOLLANDA, Camillo de. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, em 1º de setembro de 1917. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917. Disponível em: <crl.edu/brazil/provincial/paraíba>. Acesso em 15 jan. de 2019.

LUCENA, Solon Barbosa de. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba, em 1º de setembro de 1921. Parahyba: Imprensa Oficial, 1921. Disponível em: <crl.edu/brazil/provincial/paraíba>. Acesso em 05 jul. de 2018.

PESSOA, Antonio da Silva. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, em 1º de março de 1916. Imprensa Oficial, 1916. Disponível em: <crl.edu/brazil/provincial/paraíba>. Acesso em 15 jan. de 2019.

e) Legislação

PARAHYBA (estado). Decreto n. 873, de 21 de dezembro de 1917. Reforma a Instrução Primária do Estado. In: _____. Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1917. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917.

* Foto da capa elaborada pela própria autora, a partir do retrato de Alcides Bezerra no Jornal *O Educador*. A cor amarela foi escolhida, principalmente, pelo fato de o intelectual estudado ter sido patriota, um verdadeiro nacionalista em seus escritos.

ANEXO

Parecer do Conselho Superior da Instrução Pública

**PARECER DO CONSELHO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO
ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE, SOBRE A PRIMEIRA
EDIÇÃO DOS «PONTOS DE HISTÓRIA DO BRASIL».**

Este Conselho poderia julgar-se dispensado de emitir parecer sobre os «Pontos de História do Brasil», publicados em folhetos pela professora d. Eudésia Vieira, se lhe bastasse o que a seu respeito disse o professor Coriolano de Medeiros nas «Duas Palavras», abtindo esse resumido trabalho de História da Pátria. Coube a mim, por designação do atual Diretor de Instrução Pública, nos termos do regulamento em vigor, dar este parecer que, adiantando, não leva o propósito de exagerar o mérito da obra e menos o de apreciar o seu valor didático.

Vê-se bem, pela leitura de todo o folhete, que houve bem esforço e paciência que, em um assunto como este muito lhe honram e sobre-modo nos engrandecem.

Tanto a geografia como a história pátria importa conhecer deste o início escolar como o maior dos estímulos, tais são os exemplos que aquelas ciências oferecem e inoculam.

— Os «Pontos de História do Brasil», da professora d. Eudésia Vieira dizem o que já é sabido por quantos se entregam à leitura desses assuntos, seja por um dever profissional, seja por motivo de outra ordem.

Noto em todo o folheto, dividido em vinte e dois pontos, a verdade daquilo que aprendi em leituras feitas aqui e ali, nem sempre concordantes e harmoniosas.

Consigno apenas que a distinta professora não desenvolveu, como fôra de conveniência, o capítulo ou o ponto sobre «Descobrimiento do Brasil» (Ponto II). Esse trecho da História é muito nosso, evocando sempre os nossos melhores sentimentos. Sou dos que não se conformam, ouvindo dizer pouco daquilo que nos pertence, lembrando uma página soberta e emocionante do nosso passado, encravado nesse grande livro que é a História da Paraíba. Em todo caso sou do parecer que os «Pontos de História do Brasil», da professora d. Eudésia Vieira, podem, com proveito, para o ensino primário, ser adotados, à maneira do que se fez no Estado de São Paulo com as «Breves Lições de História do Brasil», do dr. Creso Braga. Salão das sessões do Conselho Superior de Instrução da Paraíba em 3 de Maio de 1921. Flávio Marajo — Relator; João Alcides Bezerra Cavalcanti — Presidente; José Batista de Melo, Eduardo Monteiro de Medeiros, Eliseu de Barros Maul, Monsenhor João Batista Milanez. Aprovado unanimemente, em sessão do Conselho Superior de Instrução de 3 de Maio de 1921.

O Secretário

JOSÉ EUGÊNIO LINS DE ALBUQUERQUE